



2010

RELATÓRIO DE GESTÃO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
GOVERNO DA SOCIEDADE
SUSTENTABILIDADE

REFER 

Índice

Parte I Relatório de Gestão

Parte II Demonstrações Financeiras e Anexos

Parte III Relatório Governo da Sociedade

Parte IV Relatório de Sustentabilidade

Parte V Relatórios dos Órgãos de Fiscalização da
Sociedade

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da actividade da empresa durante o ano de 2010.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 305.200.000 euros

NIF: 503 933 813

PARTE I | RELATÓRIO DE GESTÃO



I RELATÓRIO DE GESTÃO

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da actividade da empresa durante o ano de 2010.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 305.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
Síntese de Indicadores	4
Síntese do Ano	5
Conjuntura Económica	9
Evolução da Actividade.....	12
Gestão da Infra-estrutura	13
Investimentos	28
Actividades Complementares	40
Ambiente	41
Património.....	43
Segurança	44
Recursos Humanos	47
Participações	51
Resultados e Estrutura Patrimonial.....	55
Gestão da Dívida Financeira	62
Perspectivas de Futuro	69
Aplicação de Resultados	70

Mensagem do Conselho de Administração

A REFER tem como missão Gerir a Rede Ferroviária Nacional (RFN), nas suas vertentes de construção, conservação, preservação do património e gestão da capacidade estando as actividades da empresa enquadradas pelos objectivos estratégicos definidos pelas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário:

1. Melhorar a acessibilidade e mobilidade, para que daí decorra um aumento da quota de mercado para o transporte ferroviário;
2. Garantir padrões adequados de segurança, interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
3. Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor de eficiência;
4. Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação

O Investimento na RFN em construção, instalação e renovação da infra-estrutura ferroviária é assim efectuado pela REFER em nome e por conta do Estado, sendo os activos integrados no Domínio Público Ferroviário. No âmbito desta actividade, os investimentos realizados ascenderam, em 2010, a 407 milhões de euros.

De entre as acções concluídas pela REFER em 2010, merecem destaque a abertura à exploração da Ligação ao Porto de Aveiro, da Variante da Trofa, da Variante de Alcácer e da nova Estação de Setúbal.

De destacar ainda o prosseguimento da concretização do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nivel (PN), tendo sido concluídas 107 acções com um investimento da REFER de 25 Milhões de Euros. Entre 2001 e 2010 o número de PN na RFN foi reduzido em quase 50%, de 222 para 1107 PN e a sinistralidade reduzida em 70%, de 123 acidentes para 38 acidentes.

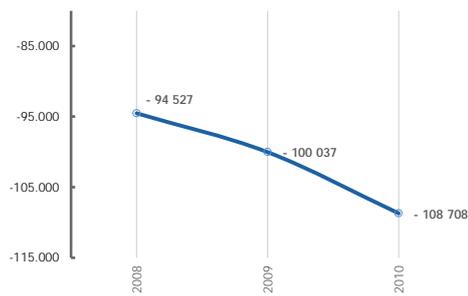
O investimento executado pela REFER, em 2010, foi coberto em 2% pelo Estado, através do capítulo 50º do OE, em 24% por fundos comunitários, em 1% por protocolos com entidades terceiras e os restantes 73% com recurso a financiamentos contratados pela empresa.

No âmbito da Gestão e Exploração da RFN, a REFER prosseguiu as acções necessárias à disponibilização aos operadores ferroviários e aos utentes de uma infra-estrutura segura, fiável e flexível, colocando em serviço novas instalações, muitas delas inexistentes anteriormente, e outras substituindo sistemas mais rudimentares com introdução de novas tecnologias.

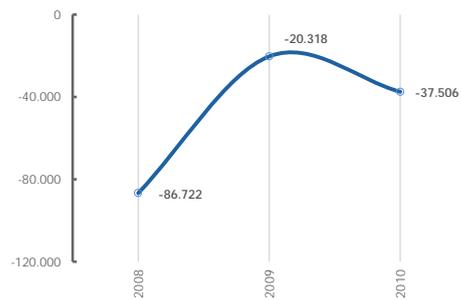
A REFER tem ainda a seu cargo a gestão de um património imobiliário considerável cujo potencial de rentabilização está longe de ser alcançado. Face a este cenário, o CA da REFER decidiu integrar, numa estrutura única, todas as actividades relevantes para a gestão do património. A partir desta integração de funções e da revisão das políticas e estratégias de desenvolvimento dos negócios imobiliários, é possível perspectivar uma evolução muito positiva dos principais indicadores desta actividade.

Síntese de Indicadores

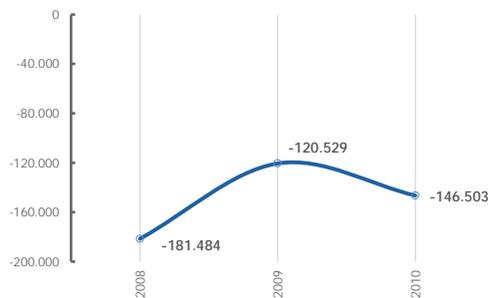
Resultados Operacionais
[milhares de euros]



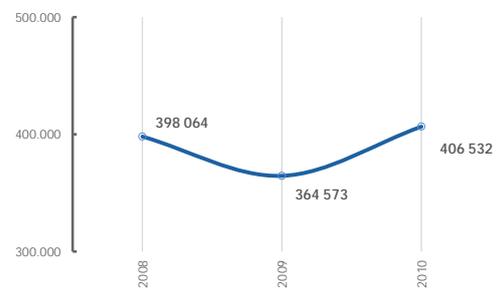
Resultados Financeiros
[milhares de euros]



Resultados Líquidos
[milhares de euros]

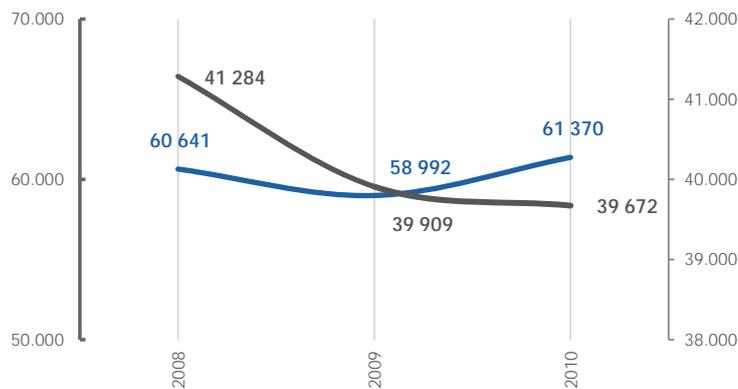


Investimento em Modernização
[milhares de euros]



Tarifa de Utilização e CK Totais
[milhares de euros][milhares de CK]

— Total Tarifa de Utilização
— Total CK



Síntese do Ano

Janeiro

Aberto concurso público para a construção da nova ponte ferroviária do Corgos, na Linha da Beira Baixa.

Consignação da Empreitada de reabilitação e reforço do Túnel do Sabugal.

Fevereiro

Concluídos os trabalhos da empreitada de construção da passagem superior rodoviária ao km 69,959, o que permitiu o encerramento das passagens de nível aos km 69,872 e 70,036, da Linha do Minho.

Março

A Campanha de Sensibilização e Segurança em Passagens de Nível PARE ESCUTE E OLHE aderiu à rede social Facebook.

A REFER adquiriu o seu primeiro equipamento de medição do desgaste ondulatorio da mesa de rolamento do carril, com vista a potenciar a análise evolutiva deste tipo de desgaste e melhor apoiar a tomada de decisão sobre onde e quando devem ser realizados trabalhos de esmerilagem de carril.



Inauguração do Ramal Ferroviário do Porto de Aveiro.

Abril

Abertura à circulação do troço entre Tua e Pocinho, da Linha do Douro.

Aberto concurso público para os trabalhos da empreitada de desnivelamento das Passagens de Nível aos km 43,433 e 45,244, da Linha do Minho e reconversão a tráfego pedonal da Passagem de Nível ao km 43,806. Concelho de Barcelos.

No âmbito da remodelação da Estação de Évora e do programa de supressão das passagens de nível, foi aberto concurso público internacional para a execução da empreitada de construção das passagens inferiores rodoviárias.

Após a reposição das condições de segurança, o Ramal de Neves Corvo reabriu à circulação ferroviária.

Na sequência de um Protocolo estabelecido com a Câmara Municipal da Anadia, foi inaugurado na Estação da Curia o Espaço Bairrada, dedicado á apresentação de artesanato e produtos regionais pertencentes à Rota da Bairrada.

Maio

Foram instaladas as primeiras eurobalizas ETCS (Sistema Europeu de Controlo da Circulação Ferroviária). Este passo foi fundamental para a transformação e integração da Rede Ferroviária Nacional num sistema europeu de transporte ferroviário.

Assinatura do Protocolo de colaboração, entre a REFER, a RAVE e a Câmara Municipal de Coimbra, para o projecto de construção da nova Estação Central de Coimbra.

Em parceria com a Polícia de Segurança Pública (PSP), promoveu-se uma campanha de sensibilização para as questões relacionadas com a segurança junto dos utentes do serviço ferroviário.

Consignada no dia 18 de Maio a empreitada de Remodelação da Estação de S. João do Estoril. Tendo sido contemplado no Projecto de Modernização da Linha de Cascais o encerramento de todos os atravessamentos de nível, incluindo a Passagem de Nível de S. João do Estoril.

De forma a incrementar a segurança da infra-estrutura ferroviária procedeu-se à consignação da empreitada de substituição do Pontão de Foz dos Claros, no concelho de Odemira, ao km 255,534 da Linha do Sul.

Concluída empreitada de modernização da Estação da Raquete, situada na Linha de Sines e, que integra o programa de investimentos definido para a Ligação Sines – Elvas, fundamental para a melhoria do transporte ferroviário de mercadorias com origem ou destino no Porto de Sines.

Junho

Concluída passagem inferior rodoviária ao km 322,178 da Linha do Algarve, na freguesia de Estombar, concelho de Lagoa, o que permitirá o encerramento da passagem de nível ao km 322,195, contribuindo deste modo para a melhoria da segurança das populações locais e da exploração ferroviária naquela linha.

Concluídos os trabalhos de remodelação da Estação de Setúbal, tendo como objectivo melhorar a sua funcionalidade, em termos de exploração ferroviária e de movimentação de passageiros, incluindo novas acessibilidades e a criação de condições de intermodalidade com outros meios de transporte.

Conclusão da construção de Passagem Inferior Rodoviária suprime Passagem de Nível no concelho de Carregal do Sal.

Entrou ao serviço, a passagem superior rodoviária construída para supressão da passagem de nível ao km 63,763, da Linha da Beira Baixa, em Vila Velha de Ródão.

Concluídos os trabalhos da empreitada de construção da passagem superior rodoviária para todo o tráfego ao km 225,333 e da passagem inferior para trânsito ligeiro ao km 225,535, da Linha do Norte.

Julho

Consignação da empreitada de protecção anticorrosiva da Ponte do Lima, em Viana do Castelo, Linha do Minho.

Concluídos os trabalhos da empreitada de reabilitação de via da Linha do Norte, numa extensão de cerca de 35 km, o que possibilita a redução do tempo de percurso no troço Setil / Entroncamento.

Conclusão dos trabalhos da empreitada de reabilitação das Vias A e D da Estação de Coimbra B, na Linha do Norte, numa extensão de cerca de 1,2 km, resultando da intervenção um aumento da fiabilidade da infra-estrutura e consequente redução dos respectivos custos de manutenção.

Agosto

Empreitada de conservação e restauro do revestimento azulejar da Estação de São Bento, sendo o principal objectivo a recuperação e a salvaguarda do revestimento azulejar que compõe o vestibulo da Estação.

No âmbito do processo de modernização do troço Castelo Branco/Covilhã da Linha da Beira Baixa, foi encerrada a passagem de nível ao km 114,846, coincidindo com a data de abertura ao tráfego rodoviário da passagem superior.

No âmbito do protocolo celebrado com o Município de Ovar, e com o intuito de eliminar situações de risco na rede ferroviária nacional, entraram ao serviço a passagem superior rodoviária ao km 299,100 e a passagem inferior rodoviária ao km 311,033, da Linha do Norte. Com a entrada ao serviço destas passagens desniveladas serão encerradas 3 passagens de nível, uma em São Miguel de Ovar e as outras duas em Esmoriz.

A **Variante da Trofa**, entre S. Romão e Lousado, abriu à exploração, no contexto da remodelação da Linha do Minho, introduzindo melhorias significativas às condições de exploração ferroviária – permitindo aumentar a oferta, melhorar a regularidade dos serviços e reduzir os tempos de percurso nas Linhas do Minho, de Guimarães e no Ramal de Braga – sendo

também determinante na concretização da 1.ª Fase da Ligação de Alta Velocidade Porto/Vigo.

Setembro

Com o objectivo de suprimir três passagens de nível (PN), foi consignada a empreitada para a construção de passagens desniveladas e respectivos restabelecimentos, entre o km 115,654 e o km 117,699, na Estação de Évora.

No âmbito da “Empreitada de modernização do troço Bombel e Vidigal a Évora”, foi aberta ao trânsito a Passagem Superior Rodoviária ao km 57,307, da Linha do Alentejo, permitindo restabelecer a circulação rodoviária entre a cidade de Vendas Novas e Lavre.

Outubro

No âmbito da empreitada de modernização do troço Bombel e Vidigal a Évora foi aberta à circulação a passagem superior rodoviária ao km 66,830, da Linha do Alentejo.

Entrada ao serviço de duas passagens inferiores da Estação de S. Pedro do Estoril viabilizando a eliminação dos atravessamentos de nível nesta estação e melhorando significativamente as condições de circulação ferroviária e pedonal e a segurança de pessoas e bens.

Novembro

Consignação da empreitada de modernização da Estação de Évora.

Concluídos os trabalhos referentes à Empreitada para a Estabilização do Talude ao km 142,500, na Linha do Douro.

Dezembro

Aberta à exploração, a **Variante de Alcácer**, na Linha do Sul, um dos investimentos prioritários para a modernização da rede ferroviária nacional previstos pelo Governo, em Outubro de 2006, nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário.

Consignada a empreitada de conservação e restauro do revestimento dos painéis azulejares da Estação do Pinhão. A fiscalização e acompanhamento dos trabalhos são da responsabilidade do Museu Nacional do Azulejo e da REFER.

Conjuntura Económica

Economia Europeia

A actividade económica na área do euro tem registado uma expansão desde meados de 2009. Apesar dos receios de instabilidade financeira, 2010 foi marcado por uma evolução favorável da actividade nas principais áreas económicas.

Após a contracção registada em 2009, o PIB da zona euro registou um crescimento de 1,7% face a 2009.

A evolução do mercado de trabalho é o principal factor subjacente ao crescimento moderado do consumo, desde o início da recuperação, através do seu impacto sobre o rendimento das famílias e poupanças por motivos de precaução.

Não obstante o carácter global da crise financeira, o seu impacto sobre os diferentes países e blocos económicos não foi homogéneo, em termos de intensidade e persistência. Nas economias avançadas, o ritmo de crescimento tem sido mais modesto, enquanto nas economias emergentes permanece robusto, apesar da moderação recente.

Em termos médios anuais, a inflação na área do euro aumentou de 0,3 por cento em 2009 para 1,6 por cento em 2010, reflectindo a tendência de aumento de preços, nomeadamente do petróleo e das matérias-primas. Ao longo de 2010 o preço do barril de Brent aumentou, em euros, cerca de 29%.

Economia Portuguesa

A crise financeira que emergiu a nível internacional em 2007 veio tornar mais visível um conjunto de desequilíbrios significativos, quer à escala global quer a nível nacional. Simultaneamente, veio tornar mais premente a sua correcção.

Dado que o endividamento externo da economia portuguesa tem vindo a ser intermediado quase integralmente pelo sector público e pelo sistema bancário, as dificuldades no acesso a financiamento nos mercados de dívida internacionais por parte destes sectores obrigam a acentuar e acelerar o ajustamento entre a poupança e o investimento da economia portuguesa, de forma transversal aos diversos sectores institucionais.

Apesar da deterioração das condições financeiras e de uma evolução desfavorável da procura interna, na segunda metade do ano, a economia portuguesa terá registado um crescimento anual de 1,7%.

Com a dificuldade da obtenção de crédito nos mercados financeiros, resultante do aumento do risco das dívidas soberanas de alguns países da zona euro, nomeadamente Portugal, surgiram maiores encargos com a obtenção de crédito

nesses países, resultando em políticas económicas de contenção orçamental. Tais políticas traduziram-se em redução do consumo nalguns países parceiros de Portugal com reflexos no crescimento das nossas exportações.

A somar a esta situação, tivemos o agudizar da dificuldade que se vinha sentindo desde a crise financeira do acesso cada vez mais restritivo a financiamento bancário de empresas e particulares. A fragilidade dos mercados financeiros poderá tornar-se num importante risco negativo para o crescimento.

Em 2010, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 1,4% (-0,8% em 2009), resultante da subida acentuada dos preços das matérias-primas, dos produtos energéticos e do IVA.

Perspectivas da Economia

As previsões da Comissão Europeia (CE), divulgadas no final de Novembro, apontam para uma moderação no crescimento do PIB da área do euro até meados de 2011, reflectindo o arrefecimento temporário da economia global. Em termos médios anuais, a CE espera um crescimento do PIB de 1,4% em 2011.

As projecções para a economia portuguesa apontam para que a actividade económica registre uma contracção em 2011, cerca de 1,3%.

Relativamente ao rácio da dívida pública na área do euro, a Comissão projecta uma subida acentuada ao longo do período de previsão.

Dada a necessidade de consolidação orçamental, os impostos indirectos tenderão a aumentar, assim como os preços das matérias-primas e produtos energéticos

Espera o Conselho Europeu que a estabilidade de preços seja mantida no médio prazo, apoiando assim o poder de compra das famílias da área do euro.

Em Portugal, o crescimento previsto de 0,2% para 2011 poderá ser comprometido pelo risco subjacente de desaceleração da procura externa relevante para a nossa economia, aumento das taxas de juro de curto prazo, continuação do aumento dos preços de matérias-primas e petróleo, com impacto na procura interna no nosso país e nos países de destino das nossas exportações.

A procura interna será afectada negativamente pelos factores referidos anteriormente, a que se somam ainda pela negativa, uma taxa de desemprego que se deverá manter alta, agravada por uma crónica dificuldade de financiamento para investimentos e de competitividade nacionais.

A evolução deste agregado (procura interna) será marcada pela redução dos salários nominais no sector público, aumento da tributação directa, o que implica deterioração das perspectivas de crescimento do rendimento disponível.

As dificuldades de obtenção de crédito, sobretudo ao nível do sector privado, condicionam a evolução da procura interna, sendo deste modo o comércio internacional determinante para a recuperação da economia portuguesa.

Para o sector privado espera-se igualmente uma contracção da massa salarial que é determinada pela evolução moderada dos salários num contexto de queda do emprego.

A inflação deverá rondar os 2,7% em 2011, influenciada pelo aumento da tributação indirecta, nomeadamente a taxa de IVA que passa de 21 para 23%.

Espera-se uma tendência crescente, gradual, das taxas de juro de curto e longo prazo.

No mercado de trabalho projecta-se uma redução de emprego de 1 por cento em 2011 (após redução de 1,3% em 2010).

A FBCF deverá contrair fortemente em 2011 (6,8%), sendo extensível a todas as componentes do investimento, quer privadas quer públicas.

Ao nível do financiamento é expectável redução das necessidades de financiamento externo, mantendo-se contudo ainda em níveis elevados, reflectindo a deterioração da balança de rendimentos.

Evolução da Actividade

Compete à REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária de Portugal, desenvolver acções respeitantes ao seu objecto, de acordo com os princípios da modernização, segurança e eficácia, influenciando particularmente em duas áreas de negócio:

- **Gestão de Infra-estruturas:** esta vertente abrange a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infra-estrutura ferroviária e a gestão dos respectivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo sinalização, regulação e expedição, de forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público ferroviário.
- **Investimento:** compreende a construção, instalação e renovação da infra-estrutura, actividade desenvolvida por conta do Estado (bens que integram o domínio público ferroviário).

Para além das actividades desenvolvidas no âmbito das missões, gestão da infra-estrutura e investimento, a REFER no desenrolar do seu normal funcionamento, desenvolve ainda outras actividades complementares, visando a rentabilização dos seus activos, conforme se evidencia a seguir, na Demonstração de Rendimento por Actividades:

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL POR ACTIVIDADES

[milhões de euros]

	Gestão de Infra-Estruturas			Outras Actividades Complementares	Total Empresa
	Conservação	Exploração	Total		
Taxa de Utilização	33,4	27,9	61,4		61,4
Outras Prestação de Serviços		12,0	12,0		12,0
Subsídios à Exploração	19,5	16,3	35,9	0,1	36,0
Outros Rendimentos				13,9	13,9
Rendimentos Operacionais	53,0	56,3	109,3	14,1	123,3
Custo das Vendas	4,9	0,5	5,4	0,2	5,6
Subcontratos	62,1	20,1	82,2	2,1	84,4
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	8,8	18,8	27,6	4,7	32,3
Gastos com Pessoal	35,4	51,9	87,3	8,0	95,3
Depreciação e Amortizações do Exercício	2,0	1,0	3,0	0,4	3,4
Provisões para outros riscos e encargos				3,7	3,7
Ajustamentos de inventários e contas a receber	0,1		0,1	5,2	5,3
Outros Gastos	0,9	0,7	1,7	0,4	2,1
Gastos Operacionais	114,2	93,1	207,3	24,7	232,0
Resultado Operacional	-61,2	-36,8	-98,0	-10,7	-108,7
Ganhos financeiros	0,0	0,0	0,1	136,3	136,4
Perdas financeiras	32,5	19,5	52,0	121,9	173,9
Ganhos / Perdas em Associadas					
Resultados antes de Impostos	-93,7	-56,3	-150,0	3,7	-146,2
Imposto do exercício	0,1	0,1	0,3	0,0	0,3
Resultado Líquido do exercício	-93,8	-56,4	-150,2	3,7	-146,5

Gestão da Infra-estrutura

Caracterização da Rede Ferroviária Nacional

A 31 de Dezembro de 2010 a extensão da rede ferroviária nacional é de 3 619 km; dos quais 79% (2 843 km) reúnem condições para a circulação de comboios.

Nos últimos anos, a rede ferroviária nacional tem sido alvo de constante modernização, colocando ao serviço novas instalações e remodelando e reconvertendo a tecnologia de muitas outras, o que faz com que a exploração ferroviária seja actualmente mais segura, fiável e flexível, respondendo melhor às necessidades da procura e fazendo com que exista uma maior e melhor mobilidade entre os diversos modos de transporte.

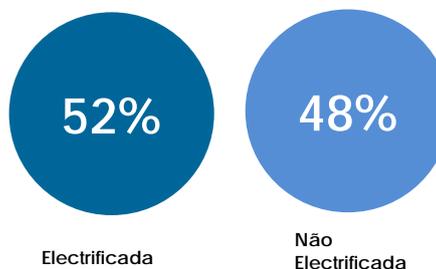
A rede ferroviária nacional, em 2010, estava caracterizada:

Caracterização da Rede Ferroviária Nacional

[km]

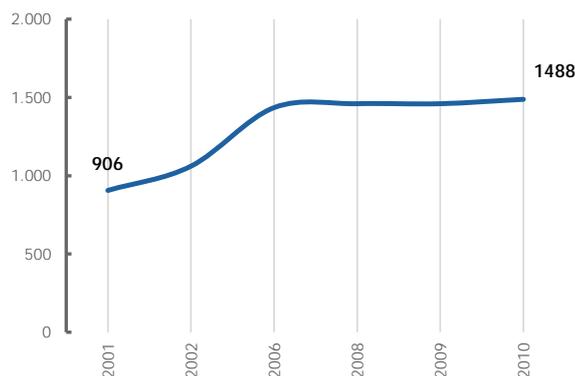
	Com Tráfego Ferroviário					Sem Tráfego Ferroviário	Rede Ferroviária Nacional
	Electrificada			Não Electrificada	TOTAL		
	25.000V	1.500V	Sub-Total				
Via Larga	1 463	25	1 488	1 163	2 651	327	2 978
Via Única	879	0	879	1 163	2 042	327	2 369
Via Dupla	541	25	566	0	566	0	566
Via Múltipla	43	0	43	0	43	0	43
Via Estreita	0	0	0	192	192	449	641
Via Única	0	0	0	192	192	449	641
TOTAL	1 463	25	1 488	1 355	2 843	776	3 619

Em 2010 encontrava-se electrificada 52% da rede com exploração ferroviária, traduzindo-se em 1 448 km. Neste ano verificou-se um aumento de 28 km, de electrificação, devido principalmente à abertura à exploração da Variante de Alcácer, em Dezembro de 2010. Na rede não electrificada registou-se uma redução, em relação a 2009, de 27 km, devido ao encerramento do Ramal da Lousã (35 km) em Janeiro de 2010. Por outro lado foi aberto à exploração, os 8,8 km da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, em Março de 2010.



Nos últimos 10 anos verifica-se um aumento de 582 km de linha electrificada, 40% da rede explorada, sendo visível o esforço de investimentos que está a ser feito nesta área.

Linha Electrificada [km]



Em 53,5% da extensão da rede ferroviária, estão instalados sofisticados Sistemas de Controlo de Velocidade - Convel e Rádio Solo Comboio. O sistema Convel (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) permite assegurar elevadíssimos níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. Este sistema apoia a actividade de condução do maquinista, avisando-o das condições de circulação e actuando no sistema de frenagem (obrigando o comboio a parar) sempre que não for cumprido algum requisito de segurança. Este sistema está instalado em 1 496 km de via, 52,6% do total em exploração. O Rádio Solo-Comboio é outro sistema de segurança estando presente em 52,6% da extensão da via. O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a REFER) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da REFER para regulação de tráfego. Deste modo, são permitidas comunicações entre o Posto de Comando e o maquinista, as estações e o maquinista e ainda, entre os maquinistas de dois comboios.

Sistemas de Segurança e Controlo de Comandos

[km]

	2008	2009	2010
Convel	1 459	1 459	1 496
ATS (Linha Cascais)	25	25	25
Rádio Solo/Comboio	1 428	1 459	1 496
Rádio Solo/Comboio s/ Transmissão de Dados	25	25	25

Em 2010 verifica-se um aumento da extensão da rede munida de Convel e Rádio Solo Combóio em 37 km, mais 3% que em 2009. Este aumento verifica-se no Ramal do Porto de Aveiro (8,8 km) e na Variante de Alcácer (28,8 km).

O sistema de cantonamento, por sua vez, tem por objectivo garantir a segurança da circulação numa mesma secção de via ou troço de via, definindo um espaçamento delimitado por estações ou sinais (cantão), entre os quais só pode circular, em condições normais, uma composição.

Sistemas de Cantonamento

[km]	2008	2009	2010
Eléctrico	122	119	119
Electrónico	1 349	1 352	1 393
Mecânico	1 371	1 371	1 331

Na rede ferroviária nacional existem três tipos de cantonamento: o Cantonamento Eléctrico (Cantonamento Automático sem Bloco Orientável), Cantonamento Electrónico (Cantonamento Automático com Bloco Orientável) e o Cantonamento Mecânico (Cantonamento Telefónico). O Cantonamento Eléctrico está presente em 4% da rede ferroviária nacional. Neste tipo de sistema, as linhas estão divididas por cantões, os quais são obrigatoriamente antecidos por sinais que os protegem, dando indicações ao maquinista, de cantão livre ou condicionado, através de sinais luminosos.

O sistema de Cantonamento difere do anterior pela existência de sinalização automática de contravia. Hoje em dia, a modernização da rede ferroviária tem incrementado este tipo de exploração ferroviária, verificando-se nos últimos anos alterações profundas na forma como é gerido o tráfego em grande parte da rede. No final de 2010, este tipo de cantonamento estava instalado em 49% da via-férrea. Verificou-se um aumento de 41 Km de via dotados deste sistema, nomeadamente o Ramal Petrogal Asfaltos (3,8 km), o Ramal do Porto de Aveiro (8,8 km) e a Variante de Alcácer (28,8 km).

Por fim, no Cantonamento Mecânico, a segurança da circulação num determinado cantão (que neste caso é delimitado por duas estações e respectiva sinalização) é assegurada através de comunicações telefónicas. Só as estações guarnecidas de pessoal podem delimitar cantões e neles estabelecer autorizações de circulação às composições. Em 2010 verifica-se uma redução de 40 km de via dotados deste sistema de segurança, devido à substituição deste cantonamento pelo

cantonamento electrónico no Ramal de Petrogal Asfaltos (3,8 km) e ao encerramento de 35,2 km de via (Ramal da Lousã) dotado com este sistema.

Gestão da Infra-estrutura

A actividade de Gestão de Infra-estruturas abrange duas actividades:

- Conservação e manutenção da infra-estrutura ferroviária;
- Exploração: gestão do comando e controlo da circulação e gestão da capacidade

Actividade Gestão de Infra-estruturas

[milhões de euros]

	2009	2010	Varição
Rendimentos	107,7	109,3	1%
Tarifa de Utilização	59,0	61,4	4%
Subsídios à Exploração	36,1	35,9	-1%
Outros Rendimentos	12,6	12,0	-4%
Gastos	206,3	207,3	0%
Materiais	7,9	5,4	-32%
Subcontratos	73,0	82,2	13%
Outros FSE	28,1	27,6	-2%
Pessoal	90,4	87,3	-4%
Amortizações	3,0	3,0	1%
Outros Gastos	3,9	1,8	-54%
Resultado Operacional	-98,6	-98,0	-1%
Efectivo Médio	2 916	2 878	-1%

Rendimentos

Em 2010 os rendimentos da actividade de Gestão de Infra-estruturas mantiveram-se em níveis muito semelhantes ao ano anterior, apresentando um aumento de 1%, cerca de 1,6 milhões de euros. Sendo no ano em análise de 109,3 milhões de euros e no ano de 2009 de 107,7 milhões de euros.

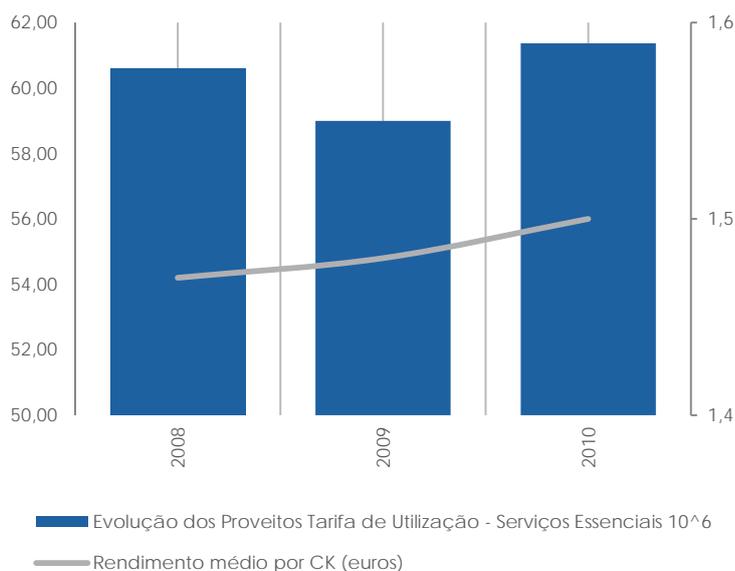
A rubrica Tarifa de utilização é a única que contribui para este aumento, cerca de 4%, uma vez que a rubrica Subsídios à Exploração, que inclui as indemnizações

compensatórias pela prestação do serviço público, reduz 1%, correspondendo a menos 299 mil euros e, a rubrica Outros Rendimentos diminui 4%, equivalente a 511 mil euros.

A rubrica Tarifa de Utilização é em 2010 aquela que mais contribui para os rendimentos da actividade Gestão da Infra-estrutura. Neste ano regista-se um aumento de 4% no valor auferido, o que corresponde a um aumento de 2,4 milhões de euros, quando comparado com o ano anterior. Este resultado deve-se ao aumento do valor da tarifa base, que em 2009 era de 1,48€ e no ano em análise foi de 1,50€. É ainda de assinalar um crescimento da receita da Capacidade Pedida e Não Utilizada, que em 2010 foi alvo de novos procedimentos de registo de informação de suporte à tarifação do serviço.

Na conta da Tarifa de Utilização encontram-se registados os montantes facturados às empresas CP, CP Carga que consolidou o seu negócio no ano de 2010, FERTAGUS, TAKARGO e COMSA, sendo que o tráfego efectuado por este operador foi da responsabilidade da parceria TAKARGO/COMSA.

Evolução dos Rendimentos da Tarifa de Utilização



Foram registados 39,7 milhões de Comboios Quilómetro (Ck), no ano de 2010, sendo a utilização real da infra-estrutura, neste ano, muito semelhante à registada no ano

anterior, verificando-se apenas uma redução de 0,58%, cerca de 232 mil Ck. Em 2010 os operadores CP e CP Carga fizeram uma utilização da rede de forma individual após terem sido separados no ano de 2009. Nesse ano estes dois

Evolução dos ck

[milhares de ck]

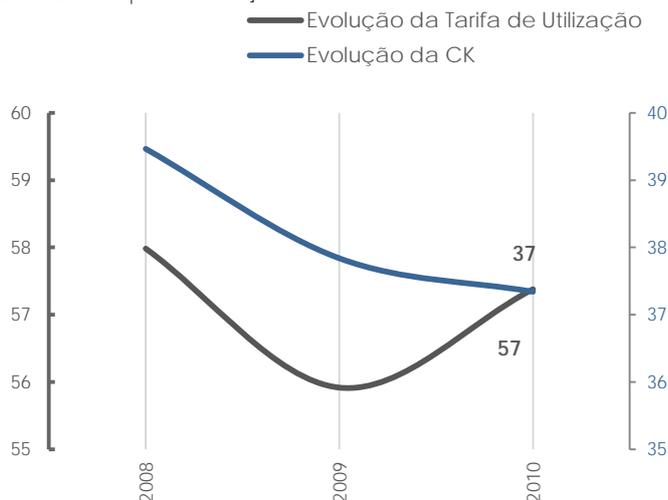
	2008	2009	2010
CP	39 464	37 839	30 696
CP Carga			6 646
Fertagus	1 783	1 771	1 784
Takargo	37	284	549
Comsa		15	2
Total CK's	41 284	39 909	39 677

operadores juntos fizeram uma utilização da rede de 37,8 milhões de Ck enquanto que no ano em análise utilizaram 37,3 milhões de Ck, registando-se aqui a maior causa para a quebra em análise. Em sentido contrário encontram-se os restantes operadores da rede nacional, uma vez que a TAKARGO registou um aumento de 93% de utilização de Ck, 265 mil, quando comparado com 2009. Por outro lado a FERTAGUS assinalou um aumento de 1 % face a 2009, ou seja mais 13 mil Ck. O operador COMSA, em 2010 operou na rede ferroviária nacional em parceria com o operador TAKARGO, justificando assim o facto de apenas ter feito uma utilização de 2 mil Ck no ano findo.

Ao comparar os rendimentos obtidos com os operadores CP e CP Carga, detentores da quase totalidade do material circulante na rede ferroviária e com 94% da utilização total da rede, com o valor de Ck realizados, constata-se uma divergência na tendência, ou seja, em 2010 apesar do valor de Ck utilizados diminuir verifica-se um aumento de 1,5 milhões de euros no valor cobrado aos operadores, cerca de 3% face ao ano anterior, justificado pelo aumento do valor da Tarifa Base e do valor da Capacidade Pedida e não Utilizada.

Evolução Serviços Essenciais Operador CP e CP Carga

[milhares de euros | milhares CK]



O valor da rubrica Subsídios à Exploração foi em 2010 de 35,9 milhões de euros, menos 1% que em 2009, ou seja, menos 299 mil euros. Nesta rubrica estão registados os valores referentes a Indemnizações Compensatórias atribuídas à REFER a título de normalização de contas, conforme estipulado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 96/2010, publicada no Diário da República, 1ª série, n.º 240 de 14 de Dezembro de 2010. A redução desta verba face ao ano de 2009 é explicada pelo aumento da taxa do IVA uma vez que o valor bruto do subsídio é idêntico.

Os Outros Rendimentos mantiveram-se em 2010 num registo semelhante ao de 2009, tendo diminuído 4%, 511 mil euros em relação a 2009. Em 2010 este valor foi de 12 milhões de euros enquanto que em 2009 foi de 12,6 milhões de euros.

O que mais contribui para esta rubrica, são os Serviços Adicionais, que, como se verifica, não sofreram alterações relevantes.

Serviços Adicionais

[milhares de euros]

	2009	2010	Varição
Energia para Tracção	3,9	3,9	1%
Manobras	0,6	0,6	1%
Estacionamento de Material Circulante	2,8	2,9	4%
Utilização de Estações e Apeadeiros	2,8	2,6	-6%
Outros Serviços Adicionais	0,1	0,1	

Gastos

Os gastos da Actividade Gestão da Infra-estrutura mantiveram-se em níveis semelhantes aos do ano anterior, sendo o valor, em 2010, de 207,3 milhões de euros e em 2009 de 206,3 milhões de euros, fazendo com que o aumento registado tenha sido de 0,49% (1 milhão de euros).

A rubrica que influencia este resultado negativo é a de Subcontratos, que aumentou em 2010, 13% face a 2009, ou seja, 9,2 milhões de euros, uma vez que em 2009 o valor era de 73 milhões de euros e em 2010 esse valor ascendeu aos 82,2 milhões de euros.

A manutenção de Via é a especialidade com gastos mais significativos, 35,2 milhões de euros, sendo igualmente aquela que mais contribui para o aumento da execução financeira dos subcontratos, face ao ano de 2009, 40%.

Especialidade

[milhares de euros]

	2009	2010	Varição
Via	25,1	35,2	40%
Sinalização	17,6	17,3	-2%
Telecomunicações	12,3	13,1	6%
Construção Civil	5,0	5,6	12%
Catenária	5,8	5,5	-6%

Os novos contratos de

manutenção de via das Linhas da Beira Alta e Oeste e de controlo de vegetação tiveram início apenas no segundo semestre de 2009, causando um acréscimo de custos em 2010 na ordem dos 6,7 milhões de euros (4 milhões relacionados com o contrato da Beira Alta e Oeste, os restantes 2,7 milhões de euros ligados ao controlo de vegetação). Outra importante fonte de crescimento dos custos de manutenção de Via prende-se com as prestações de serviços de ataque mecânico pesado, cujos

contratos (celebrados em 2010) apresentaram uma execução financeira de 2,7 milhões de euros.

Nas Telecomunicações, constata-se que a mensalidade a pagar à REFER Telecom aumentou 6,3% face a 2009, devido quer ao acréscimo de actividades de consultoria, projecto e fiscalização, quer ao maior número de equipamentos a manter (nomeadamente os sistemas de videovigilância, as redes de suporte à exploração e a telefonia de exploração).

No final do ano de 2010, o efectivo médio da actividade Gestão da Infra-estrutura era de 2 878, menos 1% que no final de 2009. Os gastos com o pessoal sofreram uma diminuição de 4% quando comparado com o ano de 2009, menos 3,2 milhões de euros. No ano de 2010 o valor foi de 87,3 milhões de euros enquanto que no ano anterior o montante registado tinha sido de 90,4 milhões de euros. Esta descida é justificada, principalmente pela diminuição de rescisões por mútuo acordo.

O custo médio por trabalhador da actividade gestão da infra-estrutura diminuiu 2% em 2010, uma vez este ano o valor registado foi de 30 mil euros, por trabalhador, no ano anterior esse valor tinha atingido os 31 mil euros. Este resultado é justificado por uma descida conjunta do valor dos Custos com Pessoal e do efectivo da actividade.

Resultados Operacionais

O Resultado Operacional da actividade Gestão da Infra-estrutura manteve-se semelhante ao registado no ano anterior, tendo-se verificado uma variação positiva de 1%, cerca de 564 mil euros. Em 2009, o resultado foi de 98,6 milhões de euros negativos, enquanto que em 2010 esse valor foi de 98 milhões de euros negativos.

Principais Acções na Gestão da Infra-estrutura

- No âmbito do processo de transferência de concessão da exploração do Ramal da Lousã para a Metro Mondego, S.A., a partir de 04/01/2010, foi desanexado da Rede Ferroviária Nacional o troço do Ramal da Lousã entre as estações de Coimbra (exclusive) e de Serpins.
- Abertura à exploração do Ramal Ferroviário do Porto de Aveiro, em 27 de Março de 2010.

- Conclusão da modernização da Estação da Raquete, na Linha de Sines, em 31 de Maio.
- Conclusão dos trabalhos de remodelação da Estação de Setúbal, na Linha do Sul, em Junho.
- Entrada em exploração da Variante da Trofa, na Linha do Minho, a 16 de Agosto.
- Abertura formal à exploração da Variante de Alcácer, a 12 de Dezembro de 2010.
- Automatização de 52 PN na Linha do Vouga, que se traduz num considerável aumento de produtividade da REFER, para além de que a supressão/ automatização de PN se expressa num aumento da segurança para o sector ferroviário, já que as passagens são uma das componentes mais perturbadoras do sistema ferroviário.

Conservação

Englobada dentro da Actividade de Gestão de Infra-estruturas, a actividade Conservação da Infra-estrutura inclui as seguintes tarefas:

- Conservação da via, sinalização, telecomunicações e outras instalações fixas;
- Planeamento da actividade de gestão da conservação;
- Controlo dos parâmetros operacionais de qualidade, segurança, fiabilidade e economia;
- Gestão de acidentes e incidentes com implicações na infra-estrutura.

Actividade Conservação

[milhões de euros]

	2009	2010	Variação
Materiais	7,4	4,9	-34%
Subcontratos	52,4	62,1	18%
Outros FSE	8,7	8,8	1%
Pessoal	35,3	35,4	0%
Amortizações	2,0	2,0	2%
Outros Gastos	2,1	1,0	-50%
Gastos	107,9	114,2	6%
Efectivo Médio	1 089	1 139	5%

O valor total dos Gastos da actividade Conservação e Manutenção da infra-estrutura ferroviária foi em 2010 de 114,2 milhões de euros, tendo aumentado 6%, 6,3 milhões de euros face ao ano anterior em que o valor foi de 107,9 milhões de euros. Este aumento deveu-se à rubrica de Subcontratos que aumentou 18%, traduzindo-se num crescimento de 9,6 milhões de euros, de 2009 para 2010.

O valor da rubrica Pessoal manteve-se praticamente inalterado de 2009 para 2010, sendo de salientar um aumento no efectivo médio desta actividade. Esta divergência de tendência entre as duas rubricas em análise faz com que se verifique um decréscimo no custo médio por trabalhador em 2010, de 4%.

Exploração

Ainda dentro da Actividade de Gestão de Infra-estruturas, a actividade Exploração engloba:

- Gestão do comando e controlo da circulação;
- Gestão do pessoal operacional afecto à circulação;
- Gestão de aspectos relacionados com segurança, incluindo a gestão operacional de ocorrências;
- Autorização e controlo dos condicionamentos da infra-estrutura
- Análise da capacidade;

- Atribuição da capacidade aos operadores;
- Planeamento dos condicionamentos da infra-estrutura;
- Medição controlo, facturação e cobrança da capacidade utilizada e da capacidade pedida e não utilizada.

Actividade Exploração

[milhões de euros]

	2009	2010	Variação
Materiais	0,5	0,5	-2%
Subcontratos	20,6	20,1	-2%
Outros FSE	19,3	18,8	-3%
Pessoal	55,1	51,9	-6%
Amortizações	1,0	1,0	0%
Outros Gastos	1,8	0,7	-58%
Gastos	98,4	93,1	-5%
Efectivo Médio	1 826	1 739	-5%

Os gastos com a Actividade de Exploração da rede ferroviária nacional registaram em 2010 um decréscimo de 5%, o equivalente a 5,3 milhões de euros. É de salientar o decréscimo de todas as rubricas que compõem esta actividade.

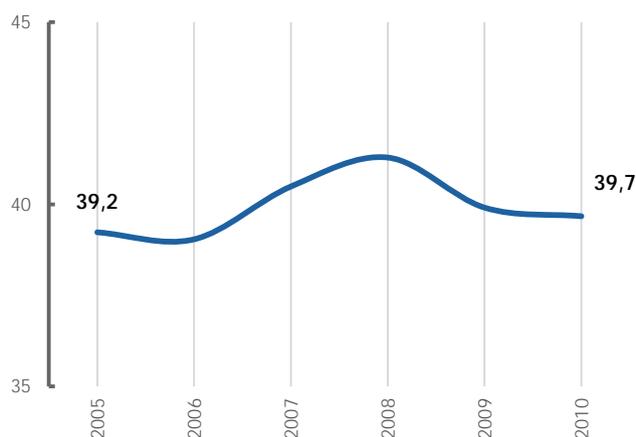
Quando se compara o valor registado na rubrica gastos com pessoal em 2010 com o ano anterior denota-se uma redução de 6%, 3,3 milhões de euros. Este valor deriva da diminuição de 5% do efectivo da actividade e da diminuição das rescisões por mútuo acordo. Em 2010 o efectivo médio da actividade Exploração era de 1 739 colaboradores, menos 5% que em 2009, que foi de 1 826.

Assim, o custo médio por trabalhador cai em 2010 cerca de 1,2%, face ao período homólogo de 2009.

A actividade de Exploração tem a seu cargo, para além de outras, a atribuição da capacidade aos diversos operadores da rede ferroviária nacional, medindo, controlando, facturando e cobrando a capacidade utilizada, e a capacidade pedida e não utilizada. No ano de 2010 registou-se um decréscimo de 0,6%, correspondendo a 237 mil Ck, face ao ano de 2009.

Rede Geral Comboios

[milhares de Ck]

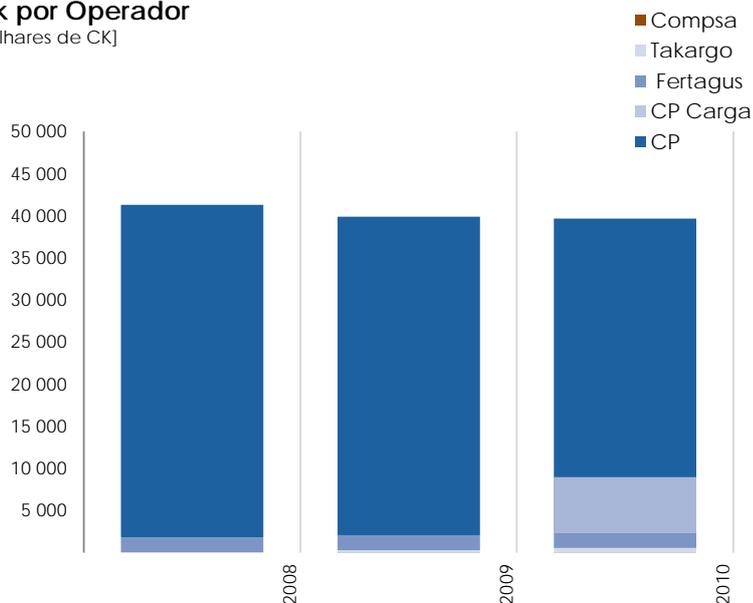


Em 2010 os operadores da rede ferroviária nacional continuaram a ser a CP, a CP Carga, a FERTAGUS, a TAKARGO e a COMSA. Mantém-se a existência de apenas dois operadores de passageiros, CP e FERTAGUS, a operar na Rede Ferroviária Nacional, com a FERTAGUS a dispor de concessão apenas para a exploração do serviço de transporte ferroviário suburbano de passageiros no Eixo Ferroviário Norte-Sul, entre as estações de Roma-Areeiro e Setúbal. Para o transporte de mercadorias encontram-se a operar na rede as empresas CP Carga, TAKARGO e COMSA. O ano de 2010 foi o ano de consolidação das operações por parte do operador TAKARGO. Este operador assume, em Portugal, todo o tráfego da responsabilidade da parceria Takargo/Comsa. Verificou-se a operacionalidade total do operador CP Carga em 2010.

Em 2010 registou-se uma diminuição de 0,6% face a 2009, no total de Ck utilizados, correspondendo a 232 mil Ck, contudo este decréscimo apenas se regista nos operadores CP e CP Carga, uma vez que os operadores FERTAGUS e TAKARGO/COMSA registaram um aumento.

Ck por Operador

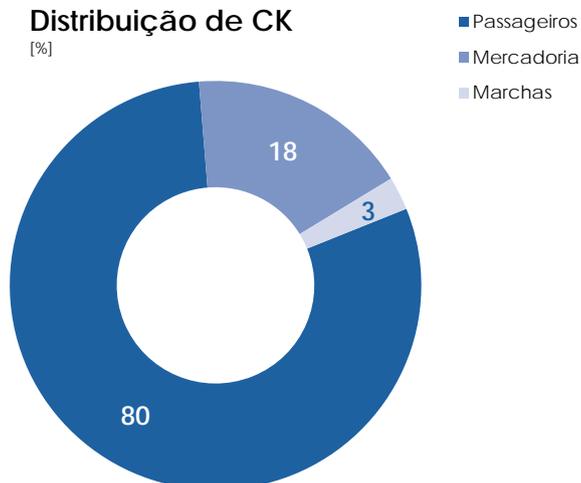
[milhares de CK]



No total dos Ck, o serviço de passageiros foi o que maior tráfego operou em 2010 com 80% do total, tendo registado 31,7 milhões de Ck, menos 698 mil, 2%, que em 2009. Os operadores que contribuem para este indicador são a CP e a Fertagus. O transporte de mercadorias, operado pelas empresas CP Carga, TAKARGO e COMSA, aumentou 7% em 2010, face ao ano de 2009, ou seja 502 mil Ck, tendo atingido em 2010 o valor de 7 milhões de Ck. O aumento do trafego de mercadorias deve-se a uma maior oferta de serviços por parte da REFER.

Distribuição de CK

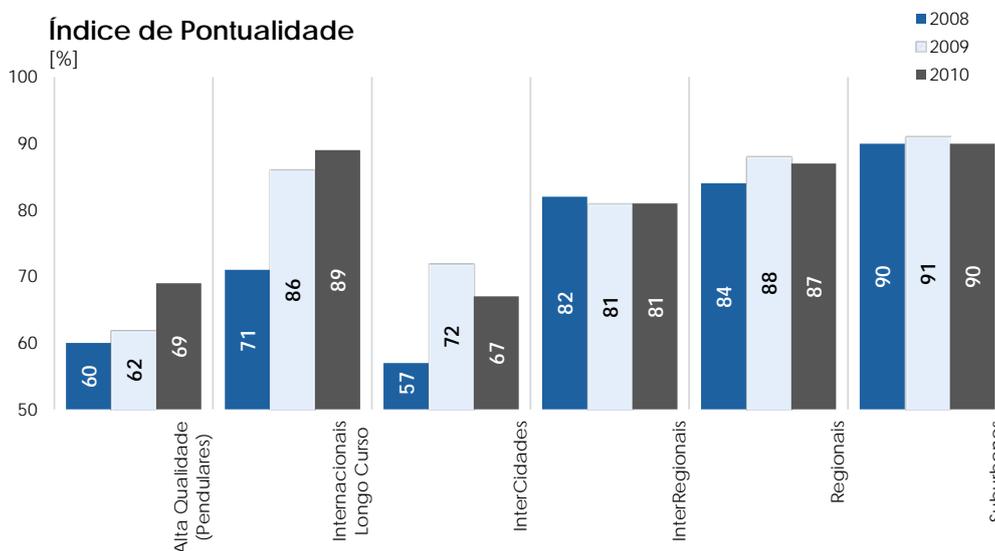
[%]



A Linha do Norte é a que detém o maior tráfego a nível nacional com cerca de 15 milhões de Ck, seguida da Linha do Sul com 4,8 milhões de Ck.

Índice de Pontualidade

Em 2010 verificou-se uma recuperação do índice médio de pontualidade, nas famílias de comboios Pendulares e Internacionais Longo Curso.



Investimentos

A actividade Investimentos engloba a gestão de projectos e obras. A despesa de investimento engloba os gastos internos de gestão, os gastos de materiais fornecidos pela REFER, os encargos financeiros associados e todos os encargos externos com empreitadas, fiscalização, etc. Os gastos de funcionamento internos imobilizados foram os seguintes:

Actividade Investimentos

[milhões de euros]

	2009	2010	Variação
Materialis	18,2	33,2	83%
Subcontratos	0,8	0,7	-14%
Outros FSE	5,4	6,5	22%
Pessoal	22,9	21,8	-5%
Amortizações	1,0	1,0	-5%
Outros Gastos	0,0	0,2	32071%
Total dos Gastos	48,2	63,4	31%
Efectivo Médio	497	464	-7%

Na actividade de Investimentos destaca-se o aumento de 31%, cerca de 15,2 milhões de euros no Total dos Gastos. Para esta variação de valor contribuiu o aumento de 83% dos gastos com materiais, quando comparamos os anos de 2009 com 2010.

O valor associado à rubrica Pessoal diminuiu em 2010, 5% face a 2009. Esta quebra do deveu-se à diminuição de 7% do efectivo médio e à redução do valor atribuído devido às rescisões por mútuo acordo.

Com isto verifica-se que o gasto médio por trabalhador manteve-se praticamente inalterado.

Em termos de Gastos de Investimentos Totais, a execução orçamental do ano em análise situou-se nos 108%, conforme apresentado no quadro:

Execução do Investimento. Investimento a Custos Totais

[milhares de euros]

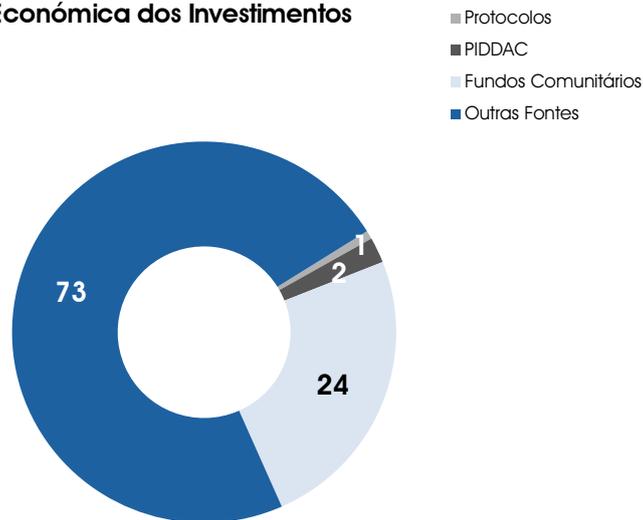
	Orçamento Revisão Setembro	Execução	% Realiz.	% Peso
Infra-estruturas de Longa Duração	233 382	295 458	127%	73%
Materiais	69 377	33 168	48%	8%
TOTAL Infra-estruturas de Longa Duração Custos Técnicos	302 759	328 626	109%	81%
Encargos Estrutura	32 455	28 847	89%	7%
Encargos Financeiros	38 425	46 000	120%	11%
TOTAL Infra-estruturas de Longa Duração Custos Totais	373 639	403 473	108%	99%
Estruturas de Apoio à Gestão	3 952	3 059	77%	1%
TOTAL Orçamento de Investimentos 2011-2013	377 591	406 532	108%	100%
Protocolos/Financiamento ao Investimento		- 2 991	---	---
Acertos Contabilísticos ao Investimento		- 752	---	---

O financiamento dos investimentos executados foi assegurado pelas participações dos Fundos Comunitários e do Estado através do Orçamento de Estado no âmbito do Cap.50º, bem como dos Protocolos estabelecidos entre a REFER e diversas entidades e pelo recurso a Outras Fontes de Financiamento.

A estrutura da cobertura económica dos investimentos teve o seguinte comportamento: as participações comunitárias representaram cerca de 24% do total (81 milhões de euros), o Cap.50º do Orçamento de Estado financiou o investimento em 2% do total (7,2 milhões de euros), o recurso a Outras Fontes de Financiamento situou-se nos 73% do total (238 milhões de euros) e os Protocolos contribuíram com 0,2 milhões de euros (1% do total) para financiar o investimento.

Deste modo, cerca de 73% do investimento executado no período em análise traduz-se em endividamento com o consequente impacto em termos de encargos financeiros.

Cobertura Económica dos Investimentos [%]



No total participado pelos Fundos Comunitários englobam-se, para além das já aprovadas, candidaturas a aguardar aprovação (Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro – 2ª e 3ª Fases e Variante da Trofa e Bombel / Casa Branca / Évora), pelo que a taxa de participação destes projectos é estimada.

Cobertura Económica dos Investimentos . Investimento a Custos Técnicos

[milhares de euros]

Orçamento de Investimentos	Executado	Cobertura Económica			
		Protocolos	PIDDAC	Fundos Comunitários	Outras Fontes
Total	331 685	2 368	7 200	80 855	241 262
Infra-estruturas de Longa Duração	328 626	2 368	7 200	80 855	238 204
Investimento REFER decorrente da Alta Velocidade	6 702			618	6 084
Ligação Cintura / AV + Estação Oriente	6 673			618	6 055
Restantes	29				29
Ligações Inter-regionais	88 376			443	87 933
Sub-Troço 1.2/1.3 - Alhandra - Entrocamento / Trecho Vila Franca De Xira - Vale De Santarém	5 760			443	5 317
Restantes	82 616				82 616
Segurança e Eficiência da Rede	34 604	892			33 712
Ligações às Plataformas Logísticas e Portos	85 395	26	6 100	59 463	19 807
Ligação Ferroviária Porto de Sines / Espanha (*)	26 306		1 325	18 414	6 567
Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro (*)	8 758		175	5 754	2 830
Variante de Alcácer	50 331		4 600	35 295	10 436
Renovação e Reabilitação da Infra-estrutura	26 507				26 507
Áreas Metropolitanas	58 094	1 450	1 100	20 332	35 213
Variante da Trofa (*)	25 702		1 100	17 928	6 674
Estação de Setúbal	2 868			2 404	465
Restantes	29 524	1 450			28 075
Sistema de Mobilidade do Mondego	28 948				28 948
Estruturas de Apoio à Gestão	3 059				3 059

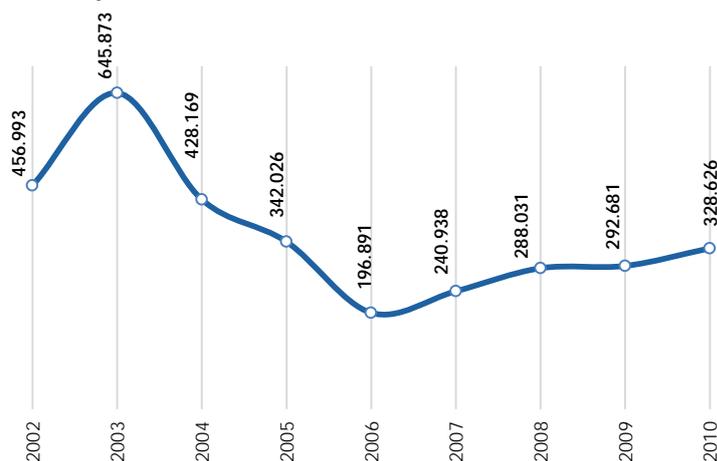
(*) - Candidaturas apresentadas a aguardar aprovação. No Projecto de Ligação Ferroviária Porto de Sines / Espanha aguarda aprovação a Candidatura do Bombel / Casa Branca / Évora

Em Infra-estruturas de Longa Duração o volume de investimentos, a custos técnicos, realizado pela REFER em 2010, situou-se nos 329 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização de 109% face ao previsto, 303 milhões de euros.

Desde 2002, a REFER investiu na rede ferroviária nacional 3 220 milhões de euros.

Evolução do Investimento 2002 . 2010

[milhares de euros]



Em 2010, as Ligações Inter-regionais, foram aquelas que mais contribuíram para o valor dos investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração, cerca de 88,4 milhões de euros.

O investimento nas Ligações Inter-regionais permite melhorar as ligações entre cidades importantes potenciando a mobilidade inter-regiões com menores tempos de percurso. O valor aqui investido corresponde principalmente a trabalhos executados na Linha da Beira Baixa, com a Modernização do troço Castelo Branco / Covilhã e no troço Covilhã / Guarda sendo essencialmente trabalhos de reforço do Túnel do Sabugal, alargamento da Passagem Inferior da Baiúca entre outros.

O investimento nas Ligações às Plataformas Logísticas e Portos correspondeu a 85,4 milhões de euros do investimento em Infra-estruturas de Longa Duração, sendo que permite a criação de acessibilidades que possibilitam o transporte de mercadorias de forma eficiente às plataformas e portos potenciando desta forma o transporte ferroviário de mercadorias. O valor realizado corresponde aos trabalhos de conclusão da Variante de Alcácer cuja entrada ao serviço ocorreu em Dezembro de 2010, à execução Projecto de Ligação Ferroviária Porto de Sines / Espanha, destacando-se os trabalhos de conclusão da Empreitada de Modernização Estação da Raquete, cuja entrada ao serviço ocorreu em Agosto de 2010 e o Projecto da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro.

Principais Acções de Modernização da Rede Ferroviária Nacional

Linha do Minho

Conclusão do projecto de construção dos acessos Norte ao Interface Poente de Campanhã, que prevê o término do Interface Poente da Nova Gare Intermodal de Campanhã, através do prolongamento da passagem inferior, construção do edifício dos resíduos sólidos urbanos e requalificação da Rua Monte da Estação.

Entrada ao serviço da Variante da Trofa, com a conclusão da empreitada geral de construção civil, via e catenária.

Ramal de Braga

Realização de vistorias para efeitos de recepção definitiva das empreitadas de remodelação do Troço Nine/Tadim e Tadim/Braga, do Ramal de Braga.

Linha de Leixões

Abertura do concurso para adjudicação da empreitada de construção dos apeadeiros do Hospital de S. João e Arroteia / Efacec.

Linha do Norte

Desenvolvimento e conclusão dos projectos de execução referentes à intervenção de “Estação de Alfarelos e Secções Adjacentes”.

Conclusão da empreitada de construção do Edifício Técnico da Estação de Alfarelos.

Conclusão da empreitada de reabilitação das vias A e D da Estação de Coimbra-B.

Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro

Conclusão da Prestação de Serviços no Âmbito da Coordenação e Fiscalização de Segurança da Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, adjudicada à DHV, SA;

Lançamento e adjudicação da empreitada de Reconstrução do Acesso Norte à Passagem Superior de Peões de Carcavelos, na A25.

Linha de Cascais

Conclusão, em Outubro, da empreitada de Modernização da Estação de S. Pedro do Estoril. Foi adjudicada, em Maio, a empreitada de Remodelação da Estação de S. João do Estoril com data de conclusão prevista para Fevereiro de 2011.

Linha de Sintra

Em Janeiro de 2010 entraram ao serviço ferroviário duas novas linhas (futuras 1 e 2) da estação de Aqualva/Cacém e o novo cais de passageiros ascendente, servidas pelas instalações da CP/REFER construídas provisoriamente no novo átrio da estação, situado na nova passagem inferior pedonal.

Em Dezembro de 2010 entraram ao serviço ferroviário duas novas linhas (futuras 3 e 4) da estação de Massamá/Barcarena e o novo cais de passageiros descendente, servidas pelo novo edifício de passageiros onde se localizam as instalações da CP/REFER e pela nova passagem superior pedonal.

Concluída a empreitada da Passagem Inferior Rodoviária, ao km 17+815 da Linha de Sintra e os respectivos arruamentos de acesso, cuja construção havia sido iniciada pela Sociedade Cacém Polis.

Área Metropolitana de Lisboa

Concluída a empreitada de remodelação da estação de Setúbal

Encerramento técnico e financeiro da Empreitada de Concepção/Construção da estação Roma/Areeiro: reparação de deficiências de execução detectadas em anteriores vistorias, ao abrigo da garantia técnica da obra:

Tratamento Paisagístico das Floreiras do Campo de Jogos do GDRJ – Preparação do terreno para plantação, remoção a vazadouro dos detritos removidos, execução de fertilização, plantação das espécies nas floreiras, tapamento e rega

Variante de Alcácer

Empreitada da Variante de Alcácer (2ª Fase): Atravessamento Ferroviário do Sado: Ponte, Viadutos de Acesso, Via-Férrea e Instalações Fixas de Tracção Eléctrica concluídas em Agosto de 2010.

Ligação Ferroviária ao Porto de Sines / Elvas

No ano 2010, desenvolveram-se na sua generalidade os trabalhos relativos aos desnivelamentos, construção civil nas estações de passageiros, terraplenagem para alargamento e tratamento da plataforma. Deu-se igualmente início aos trabalhos de execução das infra-estruturas de via, catenária, sinalização e telecomunicações.

Adjudicação da Prestação de Serviços de Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança de Obra no âmbito da Modernização da Estação de Évora.

Concluída em Maio de 2010 a modernização da Estação da Raquete, na Linha do Algarve.

Passagens de Nível

Em concretização do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível (PN) para 2010, cuja materialização está atribuída à REFER, às Autarquias e à empresa Estradas de Portugal, foram executadas 107 acções, sendo que 53 foram Suprimidas e as restantes Reclassificadas.

Destas intervenções, 88%, traduzindo-se em 94 Passagens de Nível, foram realizadas pela REFER e as restantes 13 por Entidades Externas, em parceria com esta Empresa.

O investimento total para a sua concretização foi de cerca de 29,4 milhões de euros, dos quais 87%, 25,7 milhões de euros foram suportados pela REFER, conforme se ilustra no quadro abaixo, discriminado por tipo de intervenção.

Obra	PN Suprimidas	PN Reclassificadas	Custo (euros)		
			Refer	Externo	TOTAL
Passagem Desnívelada	-	42	2 215 208	-	2 215 208
Automatização	19	4	1 205 002	150 000	1 355 002
Caminho Alternativo	33	4	22 283 756	3 564 808	25 848 564
Outras	1	4	3 032	-	3 032
TOTAL	53	50	25 706 998	3 714 808	29 421 806

No final de 2010 existiam 1107 Passagens de Nível no universo das Linhas com Exploração Ferroviária, com a seguinte tipologia:

Tipo de Passagem de Nível

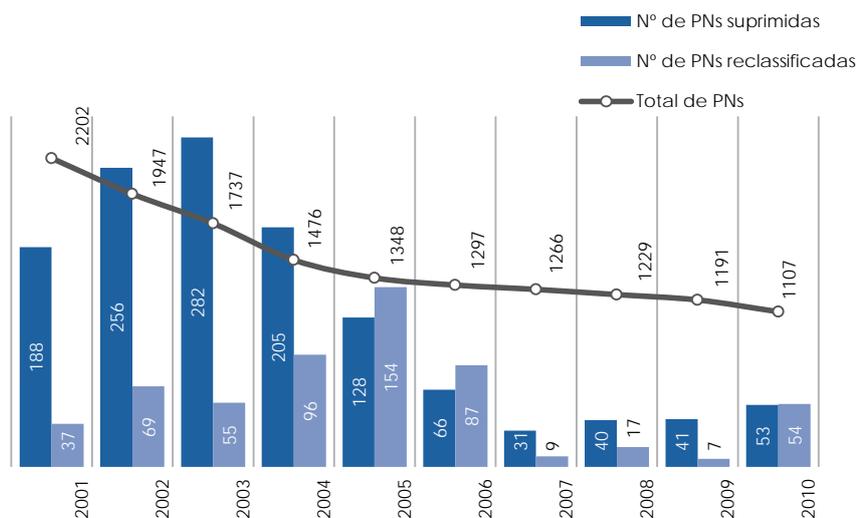
	Quantidade
PN Públicas	982
Automáticas (Rodovias):	345
Automatizadas com duplas meias barreiras	2
Automatizadas com meias barreiras	332
Automatizadas com obstáculo	11
Com Guarda	89
Sem Guarda	396
Tipo D	276
5ª catª	120
Peões	152
Automáticas	23
Não Automáticas	129
PNs Particulares	125
Automáticas	7
Não Automáticas	118
TOTAL DE PN	1 107

Das 1 107 Passagens de Nível existentes na rede ferroviária, cerca de 42%, 464, encontram-se dotadas de equipamento de protecção activa (automatização ou guarnecimento).

A conseqüente densidade média de PN no final de 2010 era de 0,389 PN/km.

O gráfico seguinte reflecte a evolução do número de Passagens de Nivel e das acções desenvolvidas nos últimos anos.

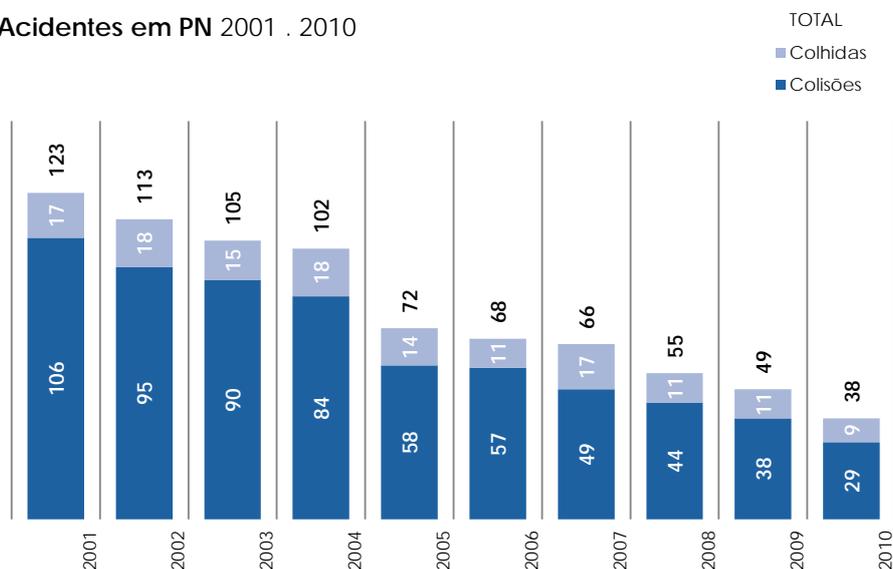
Supressões e Reclassificações 2001 . 2010



Em termos de sinistralidade em Passagens de Nivel, ocorreram em 2010, 38 acidentes, sendo 29 deles colisões e 9 colhidas, de que resultaram 11 mortos, 3 feridos graves e 4 feridos ligeiros, a que corresponde um FWI (Fatalities and Weighted Injuries = mortos + feridos graves/10+ feridos ligeiros/200) de 11,32.

A sinistralidade em Passagens de Nivel registou nos últimos anos a seguinte evolução:

Acidentes em PN 2001 . 2010



Observa-se que a política de supressão e melhoria das condições de segurança nas Passagens de Nível tem contribuído para a redução continuada da sinistralidade.

Contudo, regista-se que são as colhidas as responsáveis pelo maior número de mortos e que uma parte muito significativa dos acidentes (42%) ocorre em Passagens de Nível automatizadas ou guardadas, pelo que as campanhas de sensibilização nas escolas e nos “media” serão cada vez mais importantes.

No âmbito da estratégia de actuação global para a redução da sinistralidade resultante de “trespassing” definida em 2009, foi dada continuidade em 2010 ao processo de identificação e análise dos locais de “trespassing”, bem como à definição das soluções para a sua resolução.

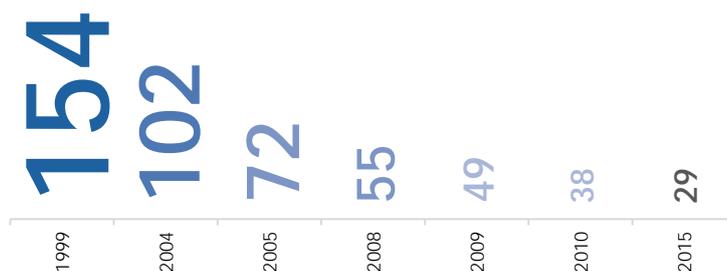
Para alcançar os objectivos definidos de redução da sinistralidade e em complemento das acções de supressão e reclassificação, é importante a adopção de outras medidas que, actuando em factores identificados, conduzam à minimização do risco nos atravessamentos ao caminho-de-ferro. Nesta perspectiva, em 2010 foram introduzidas as seguintes medidas em algumas passagens de nível:

- Reforço de segurança no atravessamento pedonal entre plataformas;
- Mitigação do risco de “trespassing” e melhoria da acessibilidade, incluindo a de pessoas com mobilidade reduzida;
- Reforço da sinalização pedonal.

O compromisso assumido pela REFER com a redução da sinistralidade em passagens de nível tem levado à exploração de novos caminhos e à introdução de soluções tecnológicas que concorrem para o incremento das condições de segurança activa. Em 2015, a Empresa tem como meta registar menos de 29 acidentes.

Número de Acidentes em PN

Real | Objectivo



Actividades Complementares

Sob esta actividade inclui-se:

- Prestações suplementares, nomeadamente: telecomunicações, concessão de espaços comerciais, venda de resíduos, etc.
- Recuperação de materiais e gestão de resíduos
- Trabalhos da responsabilidade de terceiros

Actividade Complementares

[milhões de euros]

	2009	2010	Variação
Rendimentos	15,0	14,1	-6%
Outros Rendimentos	15,0	14,1	-6%
Gastos	16,4	24,7	50%
Materiais	0,4	0,2	-43%
Subcontratos	1,5	2,1	41%
Outros FSE	5,8	4,7	-19%
Pessoal	6,4	8,0	25%
Amortizações	0,3	0,4	36%
Provisões/Ajustamentos	1,3	8,9	596%
Outros Gastos	0,8	0,4	-48%
Resultado Operacional	-1,4	-10,7	642%
Efectivo Médio	132	154	17%

Resultado Operacional

O Resultado Operacional das Actividades Complementares agravou-se 9,2 milhões de euros face a 2009, devido essencialmente ao aumento de 7,6 milhões de euros na rubrica Provisões / Ajustamentos.

Ambiente

1. Sistemas de Gestão de Ambiente e Qualidade

O primeiro objectivo da área dos sistemas foi avaliar a estratégia corporativa da gestão da qualidade na REFER e delinear a abordagem a prosseguir nesta área. Nesse sentido, foi efectuado um levantamento de informação relevante, que incluiu a recolha das múltiplas deliberações sobre o tema e os testemunhos / visões das diferentes Direcções operacionais com maior influência no desenvolvimento de uma estratégia corporativa. No final do primeiro trimestre de 2010, ficou concluída a proposta de abordagem para a gestão da qualidade na REFER, a qual visa centrar os sistemas de gestão de forma adaptada ao contexto actual da empresa. Paralelamente, sem prejuízo de tal estratégia, foi decidido dar andamento a uma das suas principais linhas de acção, em particular, o desenvolvimento do mapa de processos da REFER, instrumento essencial para a gestão.



2. Avaliação Ambiental

A avaliação ambiental traduz um princípio fundamental da Política de Ambiente da empresa, ao pôr em prática o princípio da prevenção. Esta avaliação prévia dos projectos constitui uma prática progressivamente enraizada nos projectos e no seu processo de planeamento, constituindo, muitas vezes parte do caminho crítico até à execução dum empreendimento.

Durante o ano de 2010, foi acompanhado e instruído o processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto de Modernização da Linha do Norte, no Troço entre a Estação de Ovar e Vila Nova de Gaia, que culminou com a emissão da correspondente Declaração de Impacte Ambiental (DIA) Favorável Condicionada. Paralelamente manteve-se a necessidade de acompanhar os projectos iniciados em anos antecedentes, envolvendo o desenvolvimento dos projectos de execução ou os processos de licenciamento ambiental. Destes destacam-se:

- Ligação Desnivelada entre a Linha de Cintura e a Linha de Cascais;
- Modernização da Linha de Cascais;
- Variante de Santarém;
- Bombel / Casa Branca
- Estação de Évora e
- Linha da beira Baixa nos troços Castelo Branco / Covilhã e Covilhã / Guarda.

3. Ruído

No ano em apreço é de realçar a consolidação do documento que efectua uma análise global às linhas que compõem a 1.ª fase da Directiva 146/2006 de 31 de Julho. Esta análise é sustentada nos Mapas Estratégicos de Ruído concluídos em 2009 e permite à REFER ser uma das únicas empresas no sector dos transportes a ter uma estimativa sustentada do esforço necessário para pôr em prática os requisitos da legislação do ruído.

4. Fauna e Flora



Ao longo de 2010 destaca-se a 2.ª campanha inserida no Projecto Business & Biodiversity “Promoção da Floresta Autóctone”. Pelo 2.º ano consecutivo, a parceria da REFER garante o apoio técnico organizado no seio da Quercus para a coordenação das múltiplas acções, assim como a plantação de cerca de 6400 árvores e arbustos da Floresta Autóctone em 2 locais distintos.

Outro aspecto relevante foi a intervenção efectuada na Passagem Superior de Vila Franca de Xira, com a introdução de um dispositivo que visava dar visibilidade das estruturas em vidro para avifauna.

De relevo é ainda a consagração do projecto da Estação Biológica do Garducho, do Centro de Estudos da Avifauna Ibérica premiada com o galardão maior de arquitectura na Península Ibérica, o prémio Arquifad 2009.

5. Gestão de Resíduos

Para além do apoio corrente prestado aos órgãos operacionais na gestão dos seus resíduos, em 2010 merece destaque a retoma das operações de remoção do volume remanescente de travessas de madeira Lote X, do Entroncamento, numa operação que concluiu em Dezembro e que significou a erradicação deste resíduo daquele espaço. A Direcção de Ambiente e Qualidade prestou o apoio na estruturação da estratégia de gestão do resíduo, articulou as acções com o prestador de serviços suportando a Direcção de Contratação, Procurement e Logística na qualidade de gestora do contrato. De referir ainda o início da gestão de travessas de betão danificadas e que se encontravam em espaço contíguo à Linha de Sines

Património

O património imobiliário da REFER integra o Domínio Privado da Empresa e o Domínio Público Ferroviário, Domínio este que, nos termos da lei, se encontra sob a Administração da REFER a quem compete zelar pela sua conservação. A rentabilização deste vasto Património é uma das prioridades da Empresa.

Merecem ser destacadas as actividades seguintes:

- a. Rentabilização do património não afecto à exploração ferroviária, tendo permitido o retorno de cerca de 1,9 milhões de euros em rendimentos. Refira-se que, durante o ano em análise, foram concessionados a diversas entidades públicas e privadas, diversos terrenos e edifícios, incluindo alguns Edifícios de Passageiros situados em estações de caminhos-de-ferro que deixaram de ter utilidade enquanto meios afectos à exploração ferroviária. Foram também celebrados alguns acordos com vista à alienação de alguns bens que irão permitir um encaixe financeiro de cerca de 1,3 milhões de euros.
- b. No domínio da rentabilização acima referida será de destacar a continuação do desenvolvimento do Plano Nacional de Ecopistas, permitindo:
 - preservar os antigos canais ferroviários, salvaguardando-os de ocupações legítimas e criando uma verdadeira bolsa de oportunidade para futura reutilização em termos de Transporte e Mobilidade;
 - dar um contributo fundamental para uma futura Rede com cerca de 750 km a nível Nacional de "vias verdes", "vias cicláveis", "percursos pedestres", "percursos da natureza" etc.;
 - contribuir para um novo tipo de oferta Turística ligada ao Ecoturismo / Turismo da natureza;
 - contribuir para o combate à desertificação de variadíssimas regiões e espaços rurais, potenciando a empregabilidade local;
 - e, de algum modo, contribuir para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável que venha a ser definitivamente aprovada a nível nacional.

Até ao final de 2010 estavam concessionados / contratualizados a 33 Municípios perto de 450 km de canais ferroviários desactivados, faltando protocolar ainda cerca de 300 km para concluir o objectivo traçado no Plano Nacional de Ecopistas, objectivo esse que se prevê atingir nos próximos anos. Dos canais desactivados encontram-se já abertos e à disposição, quer das populações locais, quer de todos os interessados neste tipo de equipamento, cerca de 130 km de Ecopistas.



Segurança

Em 2010 circularam em média diariamente na Rede Ferroviária Nacional cerca de 2010 comboios, a que correspondeu 39,7 milhões de CK, sendo a grande maioria dos comboios (cerca de 80%) de serviço de passageiros.

A REFER tem um cuidado proficiente e contínuo para que a Segurança da Exploração seja acautelada, tendo como objectivo final a segurança de pessoas e bens, nomeadamente a dos passageiros e dos seus colaboradores, bem como dos trabalhadores dos Operadores Ferroviários e dos Prestadores de Serviços. Todavia, é igualmente uma preocupação contínua da Empresa, assegurar a segurança dos utilizadores dos atravessamentos de nível.

À missão da SGE, acresce a garantia na estabilidade e na segurança do transporte das mercadorias e do material circulante, ministrar formação de segurança ferroviária internamente, colaborar com outros Órgãos da Empresa e com os municípios (gabinetes municipais de protecção civil) em acções de sensibilização e prevenção de incêndios das florestas circundantes do caminho-de-ferro e participando activamente na elaboração dos Planos de Emergência, visitas de segurança/auditorias aos vários trabalhos realizados na Infra-estrutura e domínio público da Rede Ferroviária Nacional, quer por pessoal interno, quer por prestadores de serviços e empreiteiros.

Estas prevenções são inerentes a um serviço público de qualidade, constituindo assim uma prioridade que é arrogada por todos os trabalhadores da REFER.

Sem detrimento das boas práticas entre os vários intervenientes do sistema de transporte ferroviário, importa avaliar e caracterizar as situações de risco, visando a aceitação de medidas preventivas para o seu controlo, introduzindo neste sistema as necessárias medidas correctivas, contribuindo-se desta forma, para o reforço da Segurança da Exploração e para o aperfeiçoamento da cooperação entre as várias entidades envolvidas no processo.

Contudo, para que a Segurança da Exploração possa ser efectiva, é fundamental e relevante, que se tenha de diligenciar três aspectos essenciais:

1. O cumprimento da regulamentação da circulação e da manutenção do sistema ferroviário;
2. Os procedimentos a considerar em situações degradadas e em situações de emergência;
3. A interacção com todas as entidades externas interessadas.

Os dois primeiros aspectos, estão de certa forma dependentes do cumprimento da Regulamentação, reflectindo esta, na medida do possível, a evolução da regulação do mercado (interno e externo), e a evolução tecnológica dos sistemas de construção e manutenção de infra-estruturas, comando, controlo e gestão da circulação.

Neste âmbito, tem-se registado uma permanente actualização da Regulamentação Ferroviária desde a constituição da REFER em 1997, e aprovada pelo Instituto Regulador (IMTT) e, que tem sido fortemente implementada a todos os níveis do sistema ferroviário, incluindo-se aqui também a criação de novas aplicações informáticas, das quais se destaca a entrada ao serviço no final de 2007, da aplicação e-Regulamentação, que facultou e permitiu a gestão integral da elaboração, aprovação, publicação e distribuição de toda a Regulamentação da Exploração, feita integralmente de forma electrónica, sem necessidade de circulação de papel.

Desde a década de 90, que se tem vivido a maior transformação do sector, com o início das transposições das Directivas Comunitárias através dos vários Decretos-Lei, e com implementação no sistema ferroviário, que visam particularmente, a formação de uma rede de transporte ferroviário no espaço Europeu, com a harmonização dos sistemas e equipamentos técnicos (infra-estruturas, material circulante, etc.) convencionais com base nas Especificações Técnicas da Interoperabilidade (ETI), criando um sistema ferroviário comum entre os Estados-Membros, mais seguro e sustentável.

O impacto destes objectivos, é sentido na forma em como as redes ferroviárias nacionais de cada Estado-Membro se adequam e transformam para cumprir esta política europeia não só, no que concerne à visão europeia, mas também no que respeita às opções estratégicas nacionais.

É neste sentido que a Segurança da Exploração, observa, promove e contribui para que a Rede Ferroviária Nacional, em conjunto com todos os órgãos que com ela interagem, estejam na sua melhor capacidade, operável e intrinsecamente segura, daí que seja igualmente a Segurança da Exploração a garantir e a gerir a realização do Sistema de Gestão de Segurança, funcionando como responsável pela coordenação de todo o processo, articulando-se com os vários órgãos da empresa, para solicitar e manter a Autorização de Segurança do Gestor da Infra-estrutura nacional, junto do IMTT, de acordo com os termos da Directiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004 e com o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de Junho.

Relativamente ao ano de 2010, prosseguiu-se com particular relevância, à identificação dos acidentes significativos, que este ano (38) baixaram em relação ao ano anterior (49), tendo em vista dispor-se de elementos fiáveis, no âmbito dos objectivos, dos métodos e dos indicadores de segurança, como se encontram presentemente definido no Dec. Lei 231/2007 de 14 de Junho, os quais vêm sendo harmonizados em conjunto com os Operadores Ferroviários – CP, CP CARGA, FERTÁGUS, TAKARGO Rail e COMSA Rail, e com a participação da Entidade Reguladora - IMTT.

Salienta-se também que a Rede Ferroviária Nacional chegou ao final de 2010, com a cobertura por sistemas de Controlo Automático de Velocidade, bem como de Rádio Solo-comboio, de cerca de 90% dos CK realizados. Acresce que com a entrada ao serviço em Outubro de 2007, do sistema SDCRQ (Sistema de Detecção de Caixas de

Eixos e Rodas Quentes), estrategicamente implantado em sete pontos da rede ferroviária, muito contribuiu para que 80 % do tráfego de longo curso, especialmente o de mercadorias, fosse melhor escrutinado, tendo em vista contribuir para a redução do risco de descarrilamento.

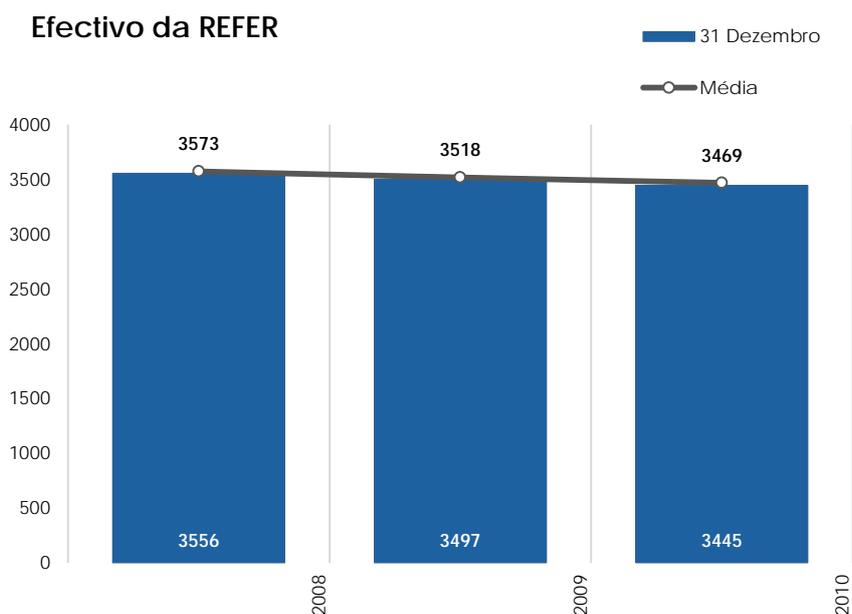
Assim, em 2010, cerca de 95 % dos acidentes significativos, resultaram de acidentes ocorridos em PN e de colhidas de pessoas na via-férrea e em estações e apeadeiros, que utilizam o canal ferroviário nas suas deslocações. Foi desenvolvido, pelo Órgão competente, um intenso trabalho de sensibilização interna e externa para os riscos do atravessamento em PN, prosseguindo-se a política de supressão e reclassificação de PN, bem como do controlo da utilização indevida da via-férrea por peões.

Também em 2010, foram reforçadas as acções de sensibilização e formação, no âmbito da Segurança da Exploração, bem como da segurança dos trabalhos que interferem com a circulação dos comboios.

Recursos Humanos

1. Política de efectivos e salarial

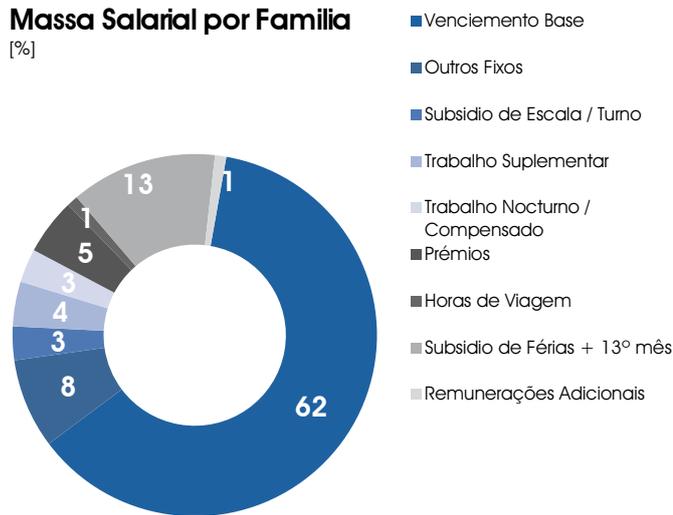
A tendência de diminuição do efectivo voltou a caracterizar o ano de 2010, embora a um ritmo inferior ao que se verificou nos primeiros anos de existência da empresa. Em Dezembro de 2010, o número de trabalhadores a cargo era de 3.445, resultado de 75 saídas e de apenas 12 entradas de novos colaboradores e de 11 regressos à Empresa de colaboradores cedidos. Assim verificou-se uma redução de 52 trabalhadores a cargo ao longo do ano. O efectivo médio mensal foi de 3.469 colaboradores, ou seja, 1,4% inferior ao de 2009.



A Massa Salarial (MS) cresceu de 79,4 para 79,8 milhões de euros (0,5%). A variação pouco significativa desta rubrica de Gastos com Pessoal teve origem no facto de a Negociação Colectiva não ter resultado em aumentos dos Vencimentos Base nem das restantes Prestações Pecuniárias, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores. Por outro lado, o impacto das progressões previstas no Regulamento de Carreiras foi parcialmente absorvido pela diminuição do efectivo acima mencionado. A estrutura da Massa Salarial continua a reflectir o elevado peso das componentes fixas (80%), em linha com o que é comum em empresas da mesma natureza da REFER.

Massa Salarial por Família

[%]

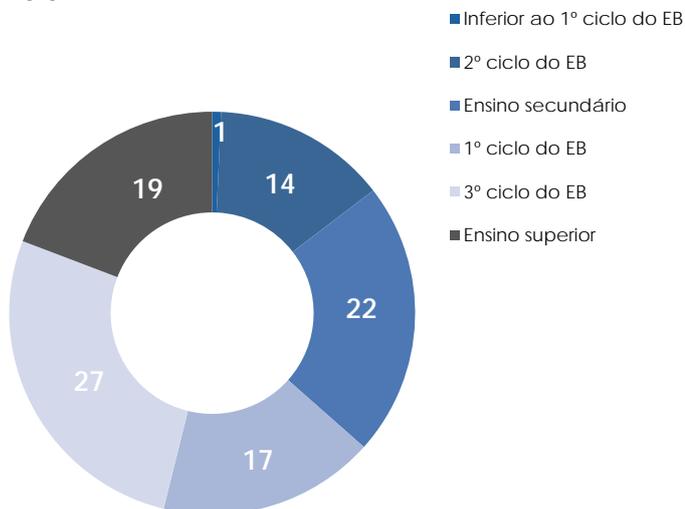


A idade e antiguidade média situaram-se, em Dezembro, nos 46,7 e 21,2 anos respectivamente. Estes valores são superiores aos do ano anterior em cerca de 0,8 anos, uma vez que as entradas e saídas de trabalhadores não foram suficientes para inverter a “tendência natural de envelhecimento”.

Ao nível da estrutura de qualificações verificou-se o reforço das categorias com maiores qualificações em detrimento das menos qualificadas. Também o nível de escolaridade aumentou, tendo a representatividade dos colaboradores com ensino superior ultrapassado, no final do ano, 19% do efectivo total da Empresa.

Habilitações Literárias

[%]



2. Valorização do Potencial Humano

A formação ministrada aos colaboradores da REFER ao longo do ano de 2010 enquadrou-se na “Estratégia de Formação 2007-2010”, orientada para garantir um melhor alinhamento entre competências detidas pelo efectivo da empresa e os objectivos estratégicos a que esta se propôs atingir.

Tendo em conta o actual contexto de contenção em que a Empresa actua, foi feito um esforço significativo de internalização da oferta formativa disponibilizada aos colaboradores. Esta nova orientação permitiu à REFER utilizar apenas 335 mil euros, dos 950 mil que foram orçamentados para 2010. Ainda sim foi possível realizar 1.416 acções de formação, que contaram com 8.104 participações, totalizando um volume de 85.265 horas.

A formação realizada permitiu abranger diversas áreas transversais a toda a organização, destacando-se, pela sua importância e número de participantes, as acções enquadradas no âmbito dos Concursos Profissionais e Processos Internos de Selecção, da Regulamentação de Segurança (IET77), da Formação Técnica Ferroviária e do Comando e Controlo da Circulação.

Importa também referir a conclusão do Programa de Estágios “Renovar REFER”, que permitiu atrair jovens recém-licenciados e orientá-los através de programas de formação relacionados com o Core-Business da Empresa, numa perspectiva de criação e retenção de know-how, acautelando gradualmente questões de sucessão e renovação do efectivo.

3. Recrutamento e Mobilidade

O ano de 2010 foi caracterizado por uma elevada actividade ao nível de processos de mobilidade interna, motivada sobretudo pela execução da “Estratégia da Manutenção”. Neste âmbito assistiu-se ao reforço das áreas ligadas à manutenção da infra-estrutura ferroviária, com destaque para a recolocação de pessoal disponível nalgumas áreas, nomeadamente a reconversão profissional de colaboradores da área da circulação (região Norte e Centro) para a carreira da manutenção (21 colaboradores), sustentada em programas formativos adaptados às necessidades identificadas.

Ao todo foram concretizados 50 processos de reconversão profissional em 12 categorias profissionais, dos quais 32 produziram mudanças de distrito ou concelho do posto de trabalho. Estes processos foram facilitados pela atribuição de viagens gratuitas na CP a todos os colaboradores da REFER.

Refira-se que, num contexto global de grande instabilidade económica, a REFER diminuiu significativamente a admissão de colaboradores vindos do exterior para apenas 12.

Relativamente a 2011, perspectiva-se a continuidade de uma conjuntura económica frágil, que obriga a tomada de medidas de acentuada contenção. Neste contexto a REFER continuará a avaliar possibilidades de reenquadramento funcional e

geográfico do seu Capital Humano, com enfoque na reorientação profissional dos colaboradores cujos órgãos sejam alvo de reestruturações ou redução de actividade.

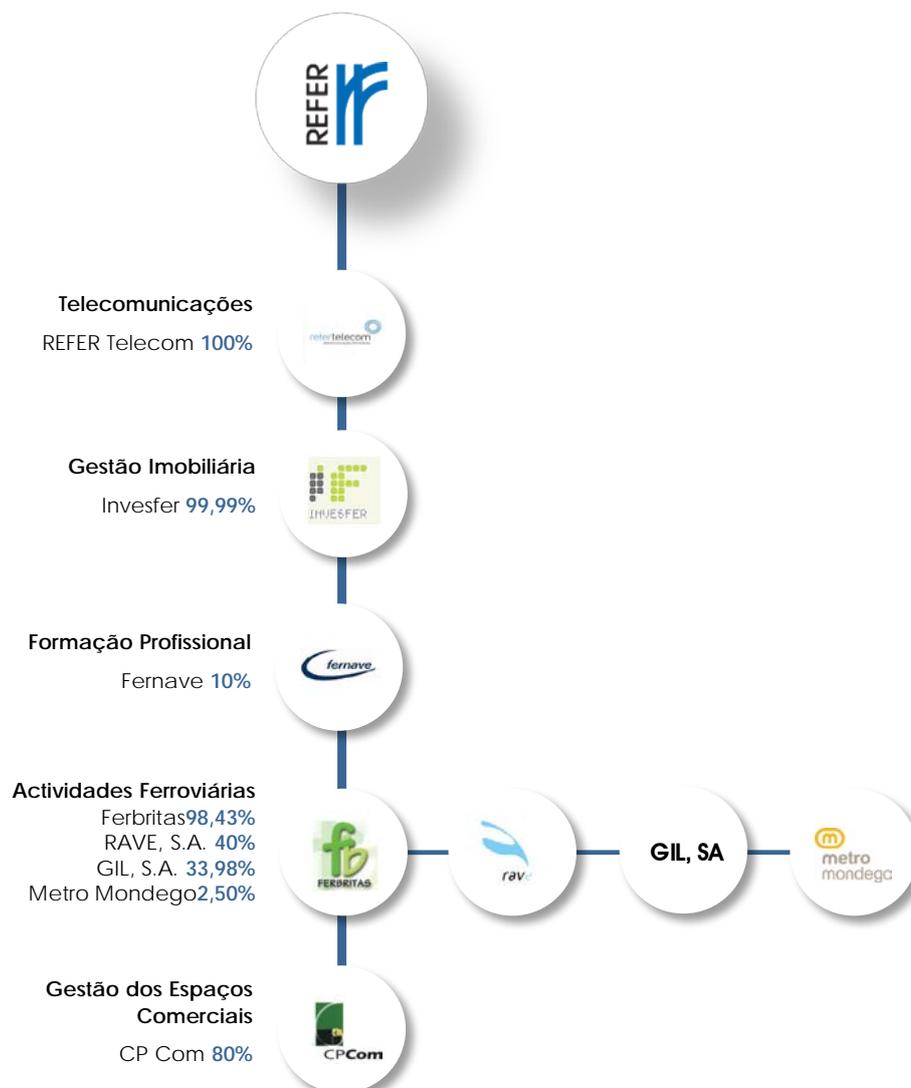
4. Trabalho e Relações Laborais

A grande maioria dos colaboradores da empresa (68%) está representada por 22 organismos sindicais, subscritores do Acordo de Empresa em vigor. Relativamente ao ano de 2010, destaca-se a assinatura de um protocolo entre a REFER e diversas Organizações Sindicais signatárias que prevê um novo Regime de Deslocações mais claro e perceptível, e que garante uma maior equidade entre trabalhadores aliada a menores custos para a Empresa.

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do elevado número de organizações sindicais que os representam, a REFER mantém um bom relacionamento com todas as ORT e com a Comissão de Trabalhadores não se registando durante 2010 conflitos e problemas de relacionamento laboral dignos de nota.

Participações

A REFER tem participações num conjunto de empresas criadas no âmbito da reorganização do sector ferroviário, ainda antes da criação da própria empresa e que, pela natureza da sua actividade, complementam a actividade da gestão da infra-estrutura ferroviária.



Empresas Afiliadas e Principais Actividades

REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.

A REFER Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A., é um Operador de Telecomunicações licenciado pela ANACOM. A REFER Telecom está vocacionada para a Gestão, Supervisão e Manutenção das Redes e Sistemas de Telecomunicações Ferroviárias. É também responsável pela instalação e gestão das telecomunicações, essenciais nesta área dos transportes. Tem uma rede com cobertura nacional e faz uso de um “backbone” de fibra óptica com mais de 2 800 quilómetros, com presença nas principais capitais de distrito e centros urbanos do País. Sobre esta rede são suportados diferentes serviços de conectividade.

Tem como missão “Assegurar a gestão eficaz da infra-estrutura de telecomunicações concessionada pelo Accionista, garantindo-lhe a excelência na prestação dos respectivos serviços, bem como a optimização de todos os recursos através de uma oferta especializada ao restante mercado.”

INVESFER - Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios S.A.

A INVESFER S.A., empresa de capitais públicos da REFER, tem por objecto a prestação de serviços de valorização de património imobiliário. Tem como missão estratégica a oferta de respostas flexíveis e inovadoras na valorização patrimonial, desenhadas à medida das necessidades dos clientes.

Como Visão Estratégica aponta o seu reconhecimento, pelo mercado, como empresa de referência na valorização de patrimónios imobiliários, contribuindo para o sucesso dos seus Accionistas, Clientes, Parceiros e Colaboradores.

Adopta como Valores:

- A ética e rigor profissionais assentes em critérios de transparência e na valorização da pessoa humana;
- A qualidade e excelência de serviço, baseadas na agilidade de procedimentos e persistência na busca das melhores soluções;
- O espírito de equipa e sua coesão, com entusiasmo, dedicação e determinação de todos os colaboradores;
- Responsabilidade social, fundamentada na sustentabilidade.

O património ferroviário desactivado coloca sérias dificuldades de preservação, dada a sua fragmentação, isolamento geográfico e, em alguns casos, a alteração do contexto social e urbano envolvente.

A REFER, através da INVESFER, tem vindo a proceder a acções de valorização e requalificação do património ferroviário que garantem a sustentabilidade financeira e ambiental e, simultaneamente, possibilitam o usufruto das populações.

Se nos perímetros urbanos estas intervenções têm um maior impacto nas populações, no restante património estas são igualmente importantes, permitindo preservar valores históricos e museológicos e gerando oportunidades para o desenvolvimento de negócios de base local em áreas como o turismo, a hotelaria e o comércio.

FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A

A FERBRITAS S.A. é uma empresa do Grupo REFER com mais de três décadas de experiência no sector ferroviário, particularmente vocacionada para o planeamento de transportes, engenharia de infra-estruturas.

CPCOM – Exploração de Espaços Comerciais da CP, SA

Constituída em Setembro de 1995, tem como objectivo a exploração e gestão dos espaços comerciais e publicitários da rede ferroviária nacional: lojas, equipamentos automáticos diversos (máquinas automáticas de bebidas, de snacks, de fotografias, atm`s), quiosques, armazéns, terrenos, painéis publicitários (mupis, painéis 8x3 e 4x3e outros suportes).

RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA

A RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, é a empresa portuguesa que tem por missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal Continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.

A RAVE foi constituída pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000, publicado no Diário da República nº 291 (1ª A Série - Suplemento), de 19 de Dezembro.

Indicadores 2010

Os Indicadores mais importantes das empresas do grupo REFER no ano 2010 são:

Indicadores 2010
[euros]

Participadas	Dezembro 2010							
	Ferbrtas	Invesfer	Refer Telecom	CP Com	RAVE	G.I.L.	Metro Mondego	Fernave
Participação	98,43%	99,99%	100,00%	80,00%	40,00%	32,98%	2,50%	10,00%
Activo não corrente	6 049 942	9 570 535	14 543 429	43 327	1 784 546	73 774 112	29 883 502	1 526 803
Activo corrente	17 540 677	14 646 484	27 137 865	3 705 069	6 255 938	4 474 046	3 124 026	844 948
Total Activo	23 590 619	24 217 019	41 681 294	3 748 396	8 040 484	78 248 158	33 007 528	2 371 751
Capital próprio	14 441 654	15 162 558	23 745 079	602 944	1 942 675	- 8 966 549	20 330 075	- 4 145 986
Resultado líquido	1 722 295	160 616	2 925 719	38 291	- 17 058	- 1 166 456	34 867	- 2 448 327
Passivo	9 148 965	9 054 461	17 936 215	3 145 452	6 097 808	87 214 707	12 677 453	6 517 737
Proveitos Operacionais	14 774 223	9 941 736	25 172 218	5 508 693	3 511 629	5 350 092	1 078 053	2 287 571
Gastos Operacionais	12 318 467	9 768 807	21 233 228	5 447 881	3 486 447	4 654 662	1 002 897	4 130 399
Número de Funcionários	154	19	171	8	31	6		
Vol Negócios / Nº Funcionários	95 548	302 771	147 107	687 038	n.a.	891 682		
Cobertura dos Custos pelos Proveitos	120%	102%	119%	101%	101%	115%	107%	55%
Autonomia Financeira	61%	63%	57%	16%	24%	-11%	61,6%	-175%

Nota:
As demonstrações financeiras apresentadas são as previsionais

Resultados e Estrutura Patrimonial

Resultado Operacional

[10⁶ euros]

	2009 ⁽²⁾	2010 ⁽¹⁾	Variações % (1)/(2)
Rendimentos Operacionais	122,7	123,3	1%
Vendas e Prestação de Serviços	71,5	73,4	3%
Subsídios	36,1	35,9	-1%
Outros rendimentos	15,0	14,1	-6%
Gastos Operacionais	222,7	232,0	4%
Custo das Vendas	8,3	5,6	-33%
Fornecimentos e Serviços Externos	108,3	116,7	8%
Gastos com Pessoal	96,9	95,3	-2%
Depreciação e Amortizações do Exercício	3,3	3,4	4%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	1,1	3,7	224%
Ajustamentos de Inventários e Contas a receber	0,1	5,3	3733%
Outros Gastos	4,6	2,1	-56%
Resultado Operacional	-100,0	-108,7	9%

O Resultado Operacional da REFER registou um agravamento de 9% (+8,7 milhões de euros) face a 31 de Dezembro de 2009, resultante principalmente do agravamento registado ao nível dos Gastos Operacionais (+9,3 milhões de euros), por via do aumento da rubrica Provisões para Outros Riscos e Encargos, no montante de 2,5 milhões de euros.

Os Rendimentos Operacionais registaram um acréscimo de 1% (+0,6 milhões de euros).

Rendimentos

A melhoria verificada nos Rendimentos Operacionais deve-se ao aumento registado nas Prestações de Serviços, nomeadamente aumento da tarifa de utilização.

Tarifa de Utilização

[1^o euros]

	2009 ⁽²⁾	2010 ⁽¹⁾	Variações % (1)/(2)
Tarifa de Utilização	59,0	61,4	4%
Tarifa Base	57,6	58,8	2%
Capacidade Pedida Não Utilizada	1,4	2,6	86%
Outras Prestações de Serviços	13,0	12,0	-7%
Sub-Total Vendas e Prestações Serviços	72,0	73,4	2%
Subsídios à Exploração	36,2	36,0	0%
Outros rendimentos	15,1	13,9	-8%
Rendimentos de Funcionamento	123,2	123,3	0%
Taxa de Variação 2009 / 2010 (sem Subsídios à Exploração)		0,3%	

O rendimento proveniente da **Tarifa de Utilização** passou de 59 milhões de euros em 2009 para 61,4 milhões de euros em 2010, resultado do aumento da tarifa base (+1,2 milhões de euros) e da capacidade pedida não utilizada (+1,2 milhões de euros). A utilização da infra-estrutura situa-se ao nível de 2009. O incremento registado em 2010, na Capacidade Pedida não Utilizada deve-se à implementação de um novo procedimento de registo de informação de suporte à tarifação, através do qual foi possível facturar todas as desistências de capacidade por parte dos operadores, e não apenas as comunicadas com duas semanas (ou menos) de antecedência.

A rubrica **Outros Rendimentos** registou um decréscimo de 7,7% face a 2009, devido à redução da verba proveniente da concessão à REFER Telecom (-0,2 milhões de euros) e à redução registada na venda de resíduos (-0,8 milhões de euros).

Gastos

Ao nível dos **Gastos Operacionais** registou-se um incremento de 4% (+9,3 milhões de euros) face a 2009.

Gastos de Funcionamento

[milhões de euros]

	2009	2010	Varição
Materiais	8,3	5,6	-33%
Subcontratos	74,5	84,4	13%
Outros FSE	33,9	32,3	-5%
Pessoal	96,8	95,3	-2%
Outros Gastos Operacionais	9,2	14,5	57%
Gastos de Funcionamento	222,7	232,0	4%

O incremento mais significativo registou-se na rubrica Subcontratos (+9,9 milhões de euros). A manutenção de Via é a especialidade com gastos mais significativos, sendo igualmente a principal responsável pelo crescimento da execução financeira face ao ano transacto. Os novos contratos de manutenção de via das Linhas da Beira Alta e Oeste e de controlo de vegetação tiveram início apenas no segundo semestre de 2009, causando um acréscimo de custos (subcontratos) em 2010 na ordem dos 6,7 milhões de euros.

A rubrica Outros Gastos Operacionais registou um incremento de 5,3 milhões de euros, essencialmente devido ao incremento da rubrica Imparidades (+5,2 milhões de euros).

Resultado Financeiro

Resultados Financeiros

[milhares de euros]

	Real		Desvio
	2010	2009	
Resultado Financeiro da Actividade Gestão de Infra-Estruturas	-52,1	-51,9	0%
Ganhos financeiros	0,0	0,1	229%
Perdas financeiras	-52,7	-52,0	-1%
Ganhos / Perdas em Associadas	0,6	0,0	-100%
Resultado Financeiro da Actividade de Hedging	31,7	14,4	-55%
Juros Obtidos Instrumentos Financeiros Derivados	114,7	91,6	-20%
Juros Suportados Instrumentos Financeiros Derivados	-97,5	-90,4	-7%
Varição do Justo Valor Derivados - Ganhos	47,7	44,7	-6%
Varição do Justo Valor Derivados - Perdas	-33,2	-31,4	-5%
Resultado Financeiro	-20,3	-37,5	85%

O Resultado Financeiro fixou-se em -37,5 milhões de euros no final de 2010. Este Resultado é decomposto pelas seguintes parcelas:

- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Gestão de Infra-estruturas: -51,9 milhões de euros; e
- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Hedging: +14,4 milhões de euros.

Da análise comparativa com os resultados de 2009 verifica-se uma deterioração de 17,1 milhões de euros no Resultado Financeiro apresentado na Demonstração do Rendimento Integral.

Esta deterioração é causada essencialmente pela Actividade de Hedging que registou uma redução de 17,3 milhões de euros. Este comportamento é justificado pela diminuição em 23 milhões de euros da componente de "Juros Obtidos Instrumentos Financeiros Derivados" como consequência da manutenção em níveis historicamente baixos das taxas de juro de curto prazo do euro e das taxas de referência para grande parte das pernas receptoras dos swaps.

O resultado financeiro associado à actividade Gestão de infra-estrutura registou uma variação pouco significativa, apesar do incremento do nível de financiamento.

Este resultado reflecte o impacto nos juros associados a empréstimos em regime de taxa variável em virtude da manutenção das taxas juro de curto prazo do euro em

níveis historicamente baixos durante todo o ano, apesar do agravamento nos spreads de crédito da dívida de curto prazo.

O continuado deficit da actividade leva ao aumento dos níveis de endividamento de Curto e Médio e Longo Prazo, os quais registaram um incremento de 487 milhões de euros face a 2009, sendo as necessidades totais de 493 milhões de euros.

Demonstração Fluxos Caixa

[milhões de euros]

	31.12.2009	31.12.2010
Deficit Operação	- 128	- 104
Deficit Investimento	- 135	- 201
Custos Financeiros	- 155	- 188
Necessidades totais	- 418	- 493
Endividamento Curto Prazo	548	1 328
Endividamento Médio Longo Prazo	4 991	4 698
Total Endividamento	5 539	6 026

Demonstração da Posição Financeira

O total do Activo registou um incremento de 641 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2009.

Demonstração da Posição Financeira

[a 31 de Dezembro de 2010]

[milhões de euros]

	2010	2009 (Reexpresso)	Variação
Activos			
Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração	1 074	428	646
Não correntes	62	68	- 6
Correntes	130	129	1
Total do activo	1 266	626	641
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital	-1 299	-1 179	- 121
Resultado do exercício atribuível a detentores do capital	- 147	- 121	- 26
Total do capital próprio	-1.446	-1.299	-147
Passivos			
Não correntes	1 111	1 105	6
Correntes	1 601	820	781
Total do passivo	2.712	1.925	787
Total do capital próprio e passivo	1 266	626	641

Para ser lido em conjunto com as Notas às Demonstrações Financeiras

Activo

A variação mais significativa regista-se na linha referente a Actividade em Investimento em Infra-estruturas de Longa Duração (ILD) (+646 milhões de euros).

Esta actividade reflecte o investimento realizado na infra-estrutura ferroviária por conta do Estado.

A variação registada em ILD resulta do efeito conjugado do aumento registado no Investimento em 2010 (+ 407 milhões de euros) com a redução do nível de cobertura financeira (-299 milhões de euros).

Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração

[10⁶euros]

	31.12.2009	31.12.2010
Activo (ILD's)	7 573	7 971
Fundos Circulantes	- 39	- 57
Subsídios (ILD's)	- 3 709	- 3 836
Gastos de Empréstimos	504	599
Empréstimos obtidos	- 3 898	- 3 598
Rentabilização de activos	- 3	- 3
Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração	428	1 074

Activos Não Correntes – apresentam, em 31 de Dezembro de 2010, um saldo de 62 milhões de euros (-6 milhões face a 2009).

Activos Correntes - apresentam um saldo de 130 milhões o que reflecte um incremento de 1,3 milhões de euros face a 2009. Este incremento resulta essencialmente de:

- Valorização positiva dos Instrumentos Financeiros Derivados: + 3 milhões de euros;
- Redução de contas a receber: - 2,8 milhões de euros;
- Aumento do imposto sobre o rendimento a receber: + 1,6 milhões de euros.

Passivo

O total do Passivo registou um incremento de 787 milhões de euros, devido essencialmente ao aumento registado no passivo corrente - financiamento de curto prazo, que resulta da necessidade de recorrer a financiamento de curto prazo para financiar a actividade de investimento.

Em 2009 a dívida de longo prazo no total da dívida é de 90%, em 2010 este rácio é de 78%.

O Passivo não Corrente regista um incremento de 5,6 milhões de euros face a 2009, que resulta essencialmente do aumento das provisões (+3,7 milhões de euros), nomeadamente provisão para reestruturação.

Gestão da Dívida Financeira

Durante 2010 foram vários os acontecimentos na cena financeira internacional e na cena política e económica portuguesa que tiveram repercussão na actividade de gestão de dívida da REFER.

Nos primeiros meses do ano assistiu-se à divulgação das contas públicas dos países da zona euro e ao seu impacto no mercado de dívida soberana europeia. De facto, as medidas excepcionais levadas a cabo em 2009 pelos diversos Estados-membros como forma de contrariar os efeitos nefastos da crise financeira internacional repercutiram-se negativamente sobre aqueles indicadores. Os défices orçamentais e a dívida pública sobre o PIB afastaram-se de forma acentuada dos níveis exigidos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento – 3% e 60% do PIB, respectivamente. Do conjunto dos países da zona euro foram, no entanto, os países periféricos que captaram maior atenção nos mercados financeiros internacionais. Com efeito, e apesar de realidades distintas, o denominador comum a estes países assentou na fraca capacidade de recuperação do crescimento económico, em virtude do esforço de consolidação orçamental a que estarão sujeitos nos próximos três anos. Estas previsões, em conjunto com as necessidades de refinanciamento dessas economias, contribuíram para as revisões em baixa das notações de rating internacional para a Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda ao longo do ano. Nos mercados financeiros estes acontecimentos reflectiram-se no alargamento dos spreads entre as yields da dívida pública desses países e da dívida pública alemã e no aumento do prémio dos credit default swaps (CDS) da dívida desses países.

Porém, toda esta conjuntura foi agravada quando a Grécia revelou que os dados das contas públicas anteriormente divulgados tinham sido deliberadamente manipulados e que escondiam uma realidade pior do que aquela que até aí fora percebida. Esta situação precipitou a Grécia para a necessidade de recorrer ao FMI e ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) como forma de garantir a solvência aos seus credores. Esta foi a resposta encontrada para fazer face a uma situação não prevista nos Tratados europeus.

No entanto, e apesar do resgate da Grécia, o mercado de capitais europeu não normalizou. Na verdade, o escrutínio às contas públicas, aos dados económicos, às políticas orçamentais e de austeridade por parte da UE, agências de rating e analistas trouxeram para a ribalta a fragilidade económica e financeira de alguns dos países da zona euro e conseqüentemente, a unidade da moeda única. A desvalorização de cerca de 17% do euro face ao dólar até meados de Junho criou ainda maior pressão sobre os líderes europeus para a definição de um mecanismo estruturante e permanente de apoio a Estados-membros com dificuldades de financiamento.

Não obstante o esforço efectuado desde então, os investidores internacionais mantiveram-se com um grau de aversão ao risco bastante elevado. À excepção dos Estados, as empresas e bancos quer de Portugal, Espanha e Irlanda viram o acesso ao mercado praticamente vedado. O sentimento de mercado era de que os efeitos da

crise da dívida grega se poderiam propagar àqueles países em virtude da escalada do custo de financiamento a que aqueles Estados se estavam a endividar.

Por outro lado, as dificuldades de financiamento sentidas pelos bancos dos países em questão e, em especial, os irlandeses, também apontavam para uma situação de “credit crunch” com repercussões consideráveis na economia desses países. Aqui, o Banco Central Europeu desempenhou um papel fundamental como “lender of last resort” garantindo as necessidades de liquidez do sistema bancário: foram ajustados os critérios de elegibilidade para operações de redesconto em virtude da degradação do rating dos títulos de dívida pública dos países periféricos e, por outro lado, a taxa directora manteve-se em 1% durante todo o ano.

Já no último trimestre assistiu-se a uma forte pressão sobre a Irlanda para recorrer ao fundo de resgate da UE dada a necessidade de recapitalizar os bancos sem agravar a situação das suas contas públicas. Este resgate acabou por ocorrer em Novembro e abriu a frente para que Portugal se tornasse o próximo país na mira dos mercados. Efectivamente, os spreads de crédito da dívida portuguesa sofreram um alargamento considerável, apesar da aprovação do Orçamento para 2011, onde no qual se incluiu um conjunto de medidas, quer do lado da receita como da despesa, que prevêem um défice orçamental de 4.6% em 2011. Ainda assim, o IGCP cumpriu o seu calendário de refinanciamento sem sobressaltos, aumentando marginalmente o custo médio da dívida pública. No entanto, o mesmo acesso ao mercado de capitais não foi sentido nem pelos bancos, nem pelas empresas portuguesas. Na realidade, estes emitentes depararam-se com uma forte aversão ao risco por parte dos investidores institucionais. As dificuldades de refinanciamento da banca portuguesa criaram uma pressão acrescida sobre as empresas em geral e nas do sector público, em particular, no que respeita ao nível do crédito concedido. Esta circunstância levou a que o risco de refinanciamento das empresas se agravasse e só pontualmente terá aliviado em virtude da realização de algumas operações de private placement.

Foi neste contexto de aversão ao risco Portugal e de risco de refinanciamento elevado com que a REFER se confrontou durante 2010.

No primeiro semestre, a REFER viu reduzidas as suas necessidades de financiamento fruto do Programa de Estabilidade e Crescimento divulgado em Março, que impôs limites ao crescimento do endividamento das empresas do sector empresarial do Estado. A incorporação destes limites no orçamento da empresa implicou o atraso no seu processo de aprovação, levando a REFER a recorrer à figura do pedido de autorização individual para levar a cabo o seu programa de refinanciamento¹.

Assim, até ao final do primeiro semestre foi submetida à aprovação tutelar a realização de operações, quer de mercado de capitais, quer de crédito bancário com garantia explícita do Estado português para um montante global de EUR 700

¹ De acordo com os estatutos, a REFER está vinculada à obtenção de prévia autorização tutelar para todo e qualquer financiamento. Estas autorizações são globalmente obtidas através da aprovação do Plano de Actividades e Orçamentos onde se incluem as operações financeiras a realizar ou, em falta daquela, através de autorizações individuais para cada operação (Decreto-Lei nº 141/08 e Decreto-Lei nº 300/07).

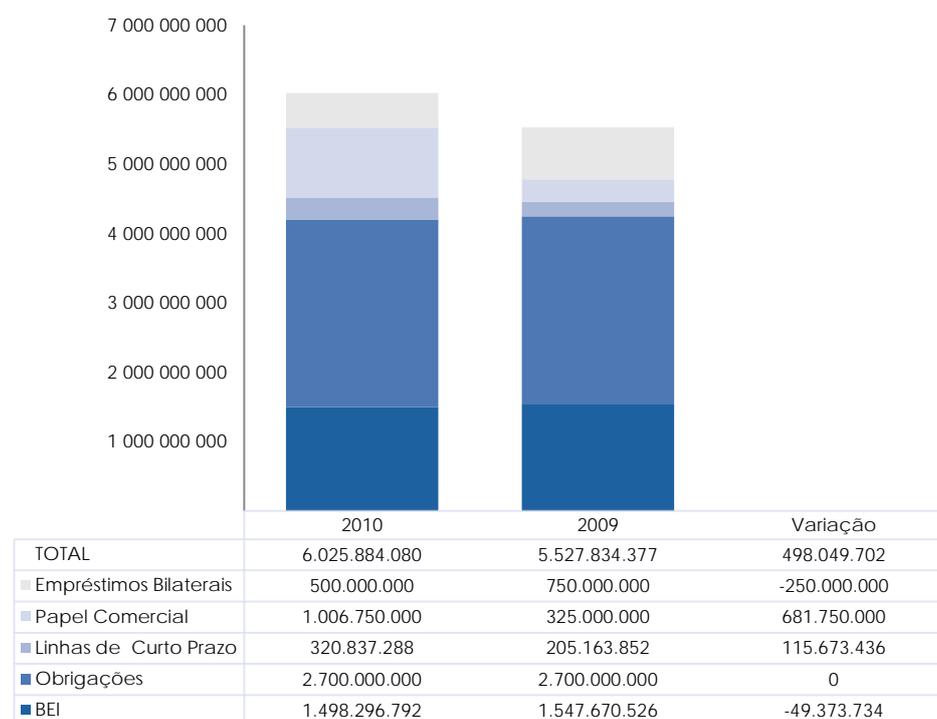
milhões. Com estas autorizações, a REFER estaria preparada para aceder ao mercado de capitais de forma ágil, quer sob a forma de Eurobonds, quer de private placements. A existência de um Programa de Euro Medium Term Notes desde 2008 dotou a REFER de um instrumento contratual que permite reduzir substancialmente o processo administrativo de aprovação de operações de financiamento e de aceder de forma rápida às janelas de oportunidade que surgem no mercado de capitais. Todo o ano, o acesso ao mercado esteve bastante limitado, mas pontualmente surgiram interesses para colocações privadas. No entanto, as referidas autorizações tardaram em chegar o que, conjugado com o agravamento da crise da dívida soberana com reflexos no restante espectro de emitentes, comprometeu o plano de refinanciamento da REFER. Deste modo, foram os esforços de aumento de linhas de curto prazo que permitiram a mitigação temporária do risco de refinanciamento da empresa.

Evolução da Dívida Financeira

No final de 2010 verificou-se um aumento da dívida financeira face a 2009 de, aproximadamente, EUR 498 milhões repartido do seguinte modo:

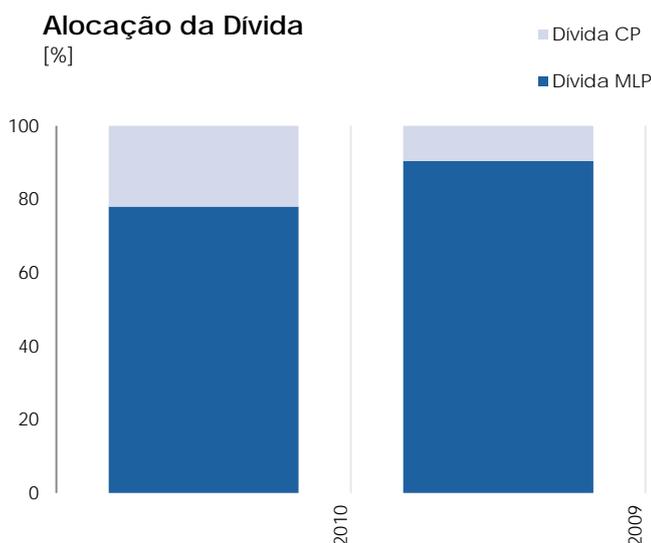
Estrutura da Dívida

[euros]



Como se constata, o aumento do endividamento foi suportado integralmente por dívida de curto prazo a qual ainda refinanciou as amortizações de capital de empréstimos BEI e do Schuldschein ABN que totalizaram cerca EUR 299 milhões de euros. As amortizações de capital respeitaram integralmente a empréstimos com aval explícito do Estado português o que resultou numa diminuição do rácio de dívida garantida/total de dívida de 66% em 2009 para 55% em 2010.

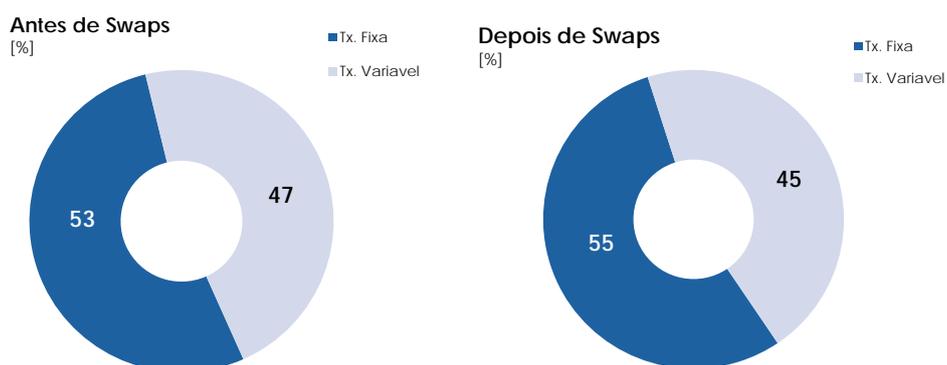
Decorrente da acomodação das necessidades globais de financiamento através de instrumentos de curto prazo, observou-se um agravamento do risco de refinanciamento da REFER traduzido no gráfico abaixo:



Este risco, no entanto, é parcialmente mitigado pela existência de uma Revolving Credit Facility de EUR 500 milhões contratada junto de um sindicato bancário.

Simultaneamente à obtenção de uma estrutura de dívida adequada, a REFER procura, continuamente, a minimização dos respectivos encargos financeiros. Neste âmbito assume especial relevância a escolha do regime de taxa de juro dos empréstimos de médio e longo prazo, as actividades de gestão de risco de taxa de juro (Hedging) e ainda o esforço de negociação com os intermediários financeiros com vista a minimizar os spreads de crédito.

A 31 de Dezembro de 2010, a repartição da dívida financeira pelo regime de taxa de juro era o seguinte:



O impacto do aumento da dívida de curto prazo em cerca de EUR 800 milhões sobre a qual não foi realizada qualquer operação de cobertura dada a intenção de refinanciá-la por dívida com duração superior a 1 ano, levou ao aumento do rácio de dívida a taxa variável de 36% em 2009 para 45% em 2010.

Resultado Financeiro

Para a análise dos resultados financeiros considera-se a óptica do Resultado Financeiro Global que adiciona à óptica contabilística (a que resulta da leitura directa da Demonstração de Resultados e que incorpora as Actividades Gestão da Infra-estrutura e Hedging) os resultados financeiros obtidos com a Actividade Investimento que, de acordo com as normas IFRS, estão espelhados no Balanço. Esta óptica dá a perspectiva real da performance da actividade de gestão de dívida e risco da REFER.

No quadro abaixo detalha-se, então, a performance financeira:

Performance Financeira

[10⁶ euros]

	Real		Desvio
	2009	2010	
Resultado Financeiro da Actividade Gestão de Infra	-52,1	-51,9	0,1
-Estruturas			
Ganhos financeiros	0,0	0,1	0,0
Perdas financeiras	-52,7	-52,0	0,7
Ganhos / Perdas em Associadas	0,6		-0,6
Resultado Financeiro da Actividade de Hedging	31,7	14,4	-17,3
Juros Obtidos Instrumentos Financeiros Derivados	114,7	91,6	-23,1
Juros Suportados Instrumentos Financeiros Derivados	-97,5	-90,4	7,1
Variação do Justo Valor Derivados - Ganhos	47,7	44,7	-3,1
Variação do Justo Valor Derivados - Perdas	-33,2	-31,4	1,7
Resultado Financeiro (DR)	-20,3	-37,5	-17,2
Resultado Financeiro da Actividade Investimento	-133,5	-140,9	-7,5
Ganhos financeiros	0,0		0,0
Perdas financeiras	-133,5	-140,9	-7,5
Resultado Financeiro Global	-153,8	-178,4	-24,6

Em 2010, o Resultado Financeiro Global atingiu – EUR 178.4 milhões. Este Resultado decompõe-se da seguinte forma:

- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Gestão de Infra-estruturas: -EUR 51.9 milhões;
- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Investimento: -EUR 140.9 milhões; e
- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Hedging: +EUR 14.4 milhões.

Da análise comparativa com os resultados de 2009 verifica-se uma deterioração de – EUR 24.6 milhões no Resultado Financeiro Global. Esta deterioração é causada essencialmente pela Actividade de Hedging que registou uma diminuição de –EUR 17.3 milhões repartida entre –EUR 1.4 milhões de variação de justo valor da carteira de swaps e –EUR 16 milhões na componente cash dos mesmos instrumentos. A redução da componente cash foi consequência da manutenção em níveis historicamente baixos das taxas de juro de curto prazo do euro, taxas de referência para grande parte das pernas receptoras dos swaps.

Salienta-se ainda que, apesar do aumento do nível de endividamento em cerca de EUR 498 milhões, o incremento nos juros suportados com a dívida excluindo o efeito da Actividade de Hedging foi apenas de EUR 6.8 milhões. Este aumento marginal foi resultado da actividade de financiamento (nova dívida e refinanciamento) ter sido absorvida por linhas de curto prazo que, tipicamente, estão associadas ao regime de taxa de juro variável e que, portanto, permitiram beneficiar dos níveis reduzidos de taxas juro de curto prazo do euro, apesar do agravamento nos spreads de crédito associados àquelas linhas.

No quadro abaixo, apresenta-se a evolução da taxa de juro média anual de financiamento para o período compreendido entre 2006-2010:

Taxa média anual de financiamento

	2010	2009	2008	2007	2006
MLP	3,644%	3,451%	4,042%	4,043%	3,857%
CP	2,580%	2,668%	5,029%	4,800%	3,537%
Média Euribor 6 meses	1,084%	1,429%	4,727%	4,352%	3,276%

Por último, destaca-se a evolução da notação de rating de longo prazo atribuída à REFER pelas agências internacionais Moody's e Standard & Poor's (S&P). Estas agências acompanharam de forma contínua a posição de liquidez da REFER e a capacidade de suporte extraordinário por parte do Estado à empresa tendo, entre outros factores, contribuído para as alterações verificadas que abaixo se detalham:

Rating REFER

REFER EPE	Moody's		S & P	
	Rating	Outlook	Rating	Outlook
07-Dez-09	-		A	Negative
28-Abr-10		-	BBB+	Negative
11-Mai-10	Aa2	Review for downgrade		-
13-Jul-10	A1	Stable		
03-Dez-10	-		BBB	Watch negative
22-Dez-10	A1	Review for downgrade		-

Perspectivas de Futuro

Na sequência das orientações emanadas do Plano de Estabilidade e Crescimento, a REFER reduziu o seu plano de investimentos, para 2011, em cerca de 65%. No mesmo sentido, e face ao trabalho realizado ao longo dos anos de 2009 e 2010, será possível diminuir os custos operacionais em cerca de 15%, face ao ano de 2010, reduzindo o défice de exploração em cerca de 34%.

Contudo, e apesar das substanciais reduções quer do plano de investimentos quer dos custos operacionais, prevê-se que, face aos valores inscritos em OE ao nível do Capítulo 50º do OE e das Indemnizações Compensatórias, que a empresa continue a necessitar de recorrer ao mercado de capitais ou ao crédito bancário em montantes muito significativos o que se afigura, face à actual aversão ao risco Portugal e em especial no que respeita às empresa e aos bancos, como extremamente difícil.

Neste cenário, o Estado, enquanto accionista único da REFER, terá um papel primordial no assegurar das condições financeiras que permitam a continuação da prestação do serviço público de disponibilização da Rede Ferroviária Nacional.

Não podemos deixar de salientar o apoio que sempre recebemos das Tutelas, a dedicação e empenho dos colaboradores e o apoio das demais entidades que colaboraram com a empresa ao longo do ano de 2010, condições que consideramos essenciais para a construção de um futuro para a REFER.

Aplicação de Resultados

Nos termos previstos no nº 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REFER e que, o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício – défice de 146 502 588 euros – seja transferido para a conta de Resultados Acumulados.

Lisboa, 30 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Presidente Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

Vogal Dr. Romeu Costa Reis

Vogal Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal Eng.º Carlos Alberto Fernandes

PARTE II | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS



II NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da actividade da empresa durante o ano de 2010.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 305.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Declaração de Cumprimento	4
Demonstrações Financeiras	5
Notas às Demonstrações Financeiras	10
1. Actividade económica da REFER	10
1.1 Missões da REFER	10
1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER	11
2. Bases de apresentação e políticas contabilísticas.....	13
2.1 Bases de apresentação	13
2.2 Políticas contabilísticas	18
2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras	32
3. Políticas de gestão de risco financeiro	33
4. Actividade de investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração	39
4.1 ILD – Investimentos Longa Duração.....	40
4.1.1 Gastos financeiros capitalizados.....	41
4.2 Rentabilização de Activos.....	42
4.3 Fundos circulantes.....	42
4.3.1 Inventários.....	43
4.3.2 Fornecedores e Outras Contas a Pagar	43
4.3.3 Saldos a Receber	43
4.4 Subsídios	44
4.5 Gastos de Empréstimos	44
4.6 Empréstimos Obtidos	46
4.6.1 Dívidas a Instituições de Crédito	46
5. Actividade de Gestão da infra-estrutura	50
5.1 Activos Fixos Tangíveis	50
5.2 Activos Intangíveis.....	53
5.3 Investimentos em Subsidiárias	54
5.4 Investimentos em Associadas	56
5.5 Categorias de acordo com a IAS 39.....	57
5.6 Activos financeiros disponíveis para venda	59
5.7 Empréstimos e contas a receber.....	60
5.8 Inventários.....	61
5.9 Instrumentos Financeiros Derivados.....	61
5.10 Clientes e Outras Contas a Receber	64

5.11	Caixa e Equivalentes a Caixa	66
5.12	Empréstimos Obtidos	67
5.12.1	Dívidas a Instituições de Crédito	67
5.12.2	Termos e prazos de reembolso dos empréstimos.....	67
5.13	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	68
5.14	Provisões	71
5.15	Impostos sobre o rendimento a receber	71
5.16	Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração	72
5.16.1	Prestações de Serviços.....	72
5.16.2	Subsídios à Exploração.....	73
5.17	Fornecimentos e Serviços Externos.....	73
5.18	Gastos com Pessoal	75
5.19	Imparidades	77
5.20	Outros Gastos	77
5.21	Outros Rendimentos.....	78
5.22	Perdas e Ganhos Financeiros.....	79
5.23	Perdas e Ganhos em Subsidiárias e Associadas	80
5.24	Imposto sobre o Rendimento do Exercício.....	80
5.24.1	Impostos diferidos activos e passivos.....	80
5.24.2	Imposto sobre o rendimento do exercício	81
6.	Demonstração dos resultados internos efectuados para a actividade de investimento em infra-estruturas de longa duração.....	81
7.	Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais.....	82
8.	Divulgações com partes relacionadas	84
8.1	Resumo das entidades relacionadas	84
8.2	Saldos e transacções com empresas subsidiárias	85
8.3	Saldos e transacções com empresas associadas	86
8.4	Saldos e transacções com outras entidades relacionadas.....	87
8.5	Saldos e facturação emitida com entidades públicas	88
9.	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas.....	89
10.	Compromissos de investimento.....	93
11.	Garantias e avales.....	93
12.	Contingências	94
13.	Eventos subsequentes	94

Declaração de Cumprimento

Declaração Prevista no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras condensadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2009 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte.”

O Conselho de Administração

Presidente Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

Vogal Dr. Romeu Costa Reis

Vogal Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal Eng.º Carlos Alberto Fernandes

Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2010

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

a 31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Rubricas	Notas	2010	2009 (Reexpresso)	Jan-09 (Reexpresso)
Activos				
Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração	4.	1 074 119 628	429 777 031	1 383 294 146
Não correntes				
Activos fixos tangíveis	5.1.	40 205 657	42 250 040	44 766 069
Activos intangíveis	5.2.	2 258 601	3 417 355	3 419 881
Investimentos em subsidiárias	5.3.	19 286 631	19 286 631	10 795 624
Investimentos em associadas	5.4.	0	1 000 000	1 000 000
Activos financeiros disponíveis para venda	5.6.	3 187 5	3 187 5	3 187 5
Empréstimos e contas a receber	5.7.	0	2 497 861	9 849 012
		61 782 764	68 208 143	69 862 461
Correntes				
Instrumentos financeiros derivados	5.9.	29 949 075	26 947 070	17 596 647
Inventários	5.8.	14 492 397	14 418 050	12 925 569
Clientes e outras contas a receber	5.10.	82 593 475	85 458 255	87 609 941
Impostos sobre o rendimento a receber	5.15.	3 070 977	1 463 884	884 772
Caixa e equivalentes de caixa	5.11.	163 319	635 789	249 760
		130 269 244	128 923 048	119 266 689
Total do activo		1 266 171 636	626 908 222	1 572 423 296
Capital próprio				
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital				
Capital		305 200 000	305 200 000	305 200 000
Resultados acumulados		-1 604 652 799	-1 484 124 203	-1 484 124 203
		-1 299 452 799	-1 178 924 203	-1 178 924 203
Resultado do exercício atribuível a detentores do capital		- 146 502 588	- 120 528 596	
Total do capital próprio		- 1 445 955 387	- 1 299 452 799	- 1 178 924 203
Passivos				
Não correntes				
Empréstimos obtidos	5.12.	1 094 282 418	1 093 660 099	1 112 971 309
Fornecedores e outras contas a pagar	5.13.	1 297 631	1 297 631	1 297 631
Provisões	5.14.	15 377 091	11 702 371	10 568 997
		1 110 957 140	1 106 660 101	1 124 837 937
Correntes				
Empréstimos obtidos	5.12.	1 333 077 826	547 901 255	1 392 150 268
Instrumentos financeiros derivados	5.9.	89 282 049	99 504 050	104 716 922
Fornecedores e outras contas a pagar	5.13.	178 810 009	172 295 614	129 642 370
		1 601 169 883	819 700 919	1 626 509 560
Total do passivo		2 712 127 023	1 926 361 020	2 751 347 497
Total do capital próprio e passivo		1 266 171 636	626 908 222	1 572 423 296

Para ser lido em conjunto com as Notas às Demonstrações Financeiras

30 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Director Financeiro

Dr. Alberto Manuel Diogo

Presidente

Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal

Dr. Romeu Costa Reis

Vogal

Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal

Eng.º Carlos Alberto Fernandes

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

a 31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Rubricas	Notas	2010	2009 Reexpresso
Prestações de serviços	5.16.1	73 413 666	71540 838
Subsídios à exploração	5.16.2	35 850 553	36 149 308
Custo do consumo de materiais		- 5 619 642	- 8 326 677
Fornecimentos e serviços externos	5.17.	- 116 679 778	- 108 341 163
Gastos com pessoal	5.18.	- 95 264 279	- 96 8614 19
Depreciação e amortizações do exercício	5.1/5.2.	- 3 423 715	- 3 290 831
Provisões	5.14.	- 3 674 720	- 1 133 375
Imparidades	5.19.	- 5 316 860	- 138 696
Outros gastos	5.20.	- 2 053 226	- 4 636 919
Outros rendimentos	5.21.	14 060 247	15 001782
Resultado Operacional		- 108 707 755	- 100 037 152
Perdas financeiras	5.22.	- 173 877 326	- 183 354 116
Ganhos financeiros	5.22.	136 371646	162 458 493
Ganhos/Perdas em subsidiárias e associadas	5.23.	0	1500 000
Ganhos/Perdas em outras empresas	5.22.	0	- 922 007
Resultados antes de impostos		- 146 213 435	- 120 354 781
Imposto do exercício	5.24.2.	- 289 154	- 173 814
Resultado líquido do exercício		- 146 502 588	- 120 528 596

Para ser lido em conjunto com as Notas às Demonstrações Financeiras

30 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Director Financeiro

Dr. Alberto Manuel Diogo

Presidente

Eng.º Luís Filipe Melo e Sousa Pardal

Vogal

Dr. Romeu Costa Reis

Técnico Oficial de Contas

Dra. Isabel Rasteiro Lopes

Vogal

Eng.º Alberto Castanho Ribeiro

Vogal

Eng.º Carlos Alberto Fernandes

NOTA:

Não são apresentados os resultados por acção, uma vez que a REFER se encontra excluída do âmbito do IAS 33, por o seu capital social ter a forma jurídica de "Capital Estatutário", integralmente detido pelo Estado Português, não sendo assim expresso por acções ou qualquer outro tipo de títulos.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

a 31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

	Capital Social	Resultados Acumulados	Resultado Integral	Total Capital Próprio
Saldos em 01 de Janeiro de 2009	305 200 000	-1 460 438 516		-1 155 238 516
reexpressão (Nota 2.11)		- 23 685 687		- 23 685 687
Saldos em 01 de Janeiro de 2009 reexpresso	305 200 000	-1 484 124 203		-1 178 924 203
Resultado integral de 2009			- 112 779 931	- 112 779 931
reexpressão do resultado integral de 2009 (Nota 2.11)			- 7 748 665	- 7 748 665
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 reexpresso	305 200 000	-1 484 124 203	- 120 528 596	-1 299 452 798
Aplicação do resultado integral		- 120 528 596	120 528 596	
Resultado integral de 2010			- 146 502 588	- 146 502 588
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	305 200 000	-1 604 652 799	- 146 502 588	-1 445 955 386

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Rubrica	2010	2009
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	82 389 862	90 786 528
Pagamentos a fornecedores	- 13 172 223	- 12 9 702 096
Pagamentos ao pessoal	- 12 000 385	- 16 603 662
Fluxo gerado pelas operações	- 16 133 9 746	- 15 5 519 230
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	56 964 843	27 482 290
Fluxo das actividades operacionais (1)	- 104 374 903	- 128 036 940
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios de investimento	127 299 006	129 636 952
Pagamentos respeitantes a:		
Activos tangíveis	328 148 380	264 735 172
Fluxo das actividades de investimento (2)	- 200 849 374	- 135 098 220
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	810 052 436	1678 598 222
Juros	91639 304	114 723 055
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	316 977 734	1260 164 052
Juros e custos similares	279 962 199	269 636 036
Fluxo das actividades de financiamento (3)	304 751 807	263 521 189
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)-(2)+(3)	- 472 470	386 029
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no fim do período	163 319	635 789
Caixa e seus equivalentes no início do período	635 789	249 760
Varição de caixa e seus equivalentes	- 472 470	386 029

Notas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

1. Actividade económica da REFER

A Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E, adiante designada por REFER, com sede na Estação de Santa Apolónia, em Lisboa, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Encontra-se sujeita à tutela dos Ministérios das Finanças e Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e foi constituída pelo Decreto-Lei nº 104/97, de 29 de Abril.

A REFER tem como actividade principal a prestação de serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional, estando-lhe ainda atribuída a responsabilidade de construção, instalação e renovação das infra-estruturas ferroviárias.

No desenvolvimento da sua actividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a REFER recorre a serviços complementares, de áreas de negócio que não estão compreendidas na sua actividade principal, mas que são realizadas pelas suas empresas participadas.

1.1 Missões da REFER

A actividade da REFER subdivide-se em duas missões: a Actividade de Investimento em Infra-Estruturas de Longa Duração (ILD's) e a Gestão de Infra-estrutura (GI).

Investimentos Longa Duração (ILD'S)

Nesta missão encontram-se incluídos o conjunto de investimentos associados a:

- Novas infra-estruturas e / ou expansão da Rede;
- Modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação;
- Substituição que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de carácter duradouro ou que são susceptíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do bem não alterando as condições de exploração;

A contratação do financiamento necessário para os investimentos efectuados, conforme descrito supra, é efectuada pela REFER e reveste a forma de obtenção de

crédito junto de instituições financeiras e do mercado de capitais, fornecedores, prestações do accionista e obtenção de subsídios.

Investimentos em estruturas de apoio e de gestão (IEAG) - Gestão de Infra-estruturas

Engloba o conjunto de investimentos de funcionamento (ex. mobiliário e informática).sem implicações nas concessões e exploração ferroviária.

A missão GI corresponde à prestação de um serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infra-estruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação.

1.2 Regulamentação das missões desenvolvidas pela REFER

Regulação tarifária

Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, foi delegado na REFER a prestação do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infra-estrutura ferroviária.

No que respeita às tarifas de utilização da infra-estrutura, cabe à REFER, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro, republicado pela Decreto-Lei n.º 231/2007 de 14 de Junho, fixar, determinar e cobrar as tarifas devidas pela utilização da infra-estrutura, para financiamento da sua actividade de gestão da infra-estrutura, respeitando as regras definidas no referido diploma legal, bem como as emitidas pelo Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro, do IMTT

No âmbito da sua actividade, a REFER presta serviços essenciais, adicionais e auxiliares, cuja descrição e condições de prestação – incluindo as condições tarifárias – encontram-se definidas no Directório da Rede.

Tarifas respeitantes aos serviços essenciais

a) Tarifas base

Os serviços essenciais oferecidos pelo gestor da infra-estrutura, compreendem:

- o pacote mínimo de acesso
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;

- a utilização de infra-estruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia eléctrica de tracção;
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003.

b) Tarifação da capacidade pedida e não utilizada

O valor devido pela capacidade pedida e não utilizada corresponde a:

- 10% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada antes da entrada em vigor do horário técnico para o ano a que respeita a repartição de capacidade;
- 25% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada até 12 semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 50% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada até seis semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 75% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada até duas semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida;
- 100% do valor da tarifa aplicável se a não utilização for comunicada menos de duas semanas antes da data para a qual a capacidade tinha sido pedida.

Tarifas respeitantes aos serviços adicionais

a) Energia de tracção

Considerando que o acesso à energia eléctrica de tracção que os Operadores necessitam, apenas pode ser feito através de infra-estruturas sob gestão da REFER, esta faculta aos Operadores o acesso aos meios sob sua gestão.

Caso se encontre acordado em contratos vigentes o pagamento à REFER de qualquer valor a título de remuneração de serviços relativos a conferência, facturação e ou repartição de consumos, é levado em conta, até à concorrência daquele valor, o que se apurar em função das regras tarifárias.

b) Manobras

Os serviços de Manobras são cobrados em função da mobilização de meios humanos (incluindo tempos de deslocação, se aplicável), traduzida em minutos efectivos, podendo corresponder a 3 categorias profissionais: Operador de Manobras, Operador de Circulação ou Controlador de Circulação

c) Estacionamento de material circulante

O estacionamento em linhas de estações não afectas à circulação é considerado por períodos de duração igual ou superior a 1 hora.

d) Utilização de Estações e Apeadeiros

Pelo direito de utilização das áreas das estações e apeadeiros afectas ao apoio aos passageiros e não incluídas nos serviços essenciais, serão cobradas tarifas, pela REFER, às empresas de transporte ferroviário.

A tarifa deste serviço encontra-se definida por estação e é aplicada ao número de paragens comerciais do serviço de passageiros efectuadas nessa estação.

Tarifas respeitantes aos serviços auxiliares

Os serviços que envolvam utilização de mão-de-obra da REFER são facturados em função dos meios humanos mobilizados.

Outras tarifas

O Directório da Rede, a Regulamentação ferroviária, bem como a documentação técnica necessária ao estudo dos pedidos de capacidade, são fornecidos aos interessados, a pedido, contra o pagamento de uma quantia correspondente ao custo de publicação.

2. Bases de apresentação e políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações da REFER e a sua posição financeira, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, constituindo as demonstrações financeiras separadas da empresa.

Estas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de Março de 2011, que deliberou submete-las à aprovação da Tutela. É da opinião do Conselho de Administração que as mesmas reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da REFER, bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa.

Todos os valores estão expressos em euros (€), sem arredondamentos, salvo indicação em contrário. As demonstrações financeiras da REFER foram preparadas de acordo com as normas internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos que os antecederam.

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros registados ao justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, que se encontram registados ao respectivo valor de mercado, excepto aqueles para os quais o justo valor não é possível de determinar.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Empresa formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 2.3. (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

2.1.1 Alterações de políticas contabilísticas

Participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas

Até 31 de Dezembro de 2009, a REFER apenas apresentou demonstrações financeiras individuais em IFRS, por não estar obrigada à preparação de demonstrações financeiras consolidadas. Devido a estas circunstâncias as participações financeiras detidas eram mensuradas pelo método da equivalência patrimonial, por derrogação aos princípios da IAS 27 – 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas', de forma a apresentar a realidade económica da REFER e das suas subsidiárias.

Por força da publicação do Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho, a REFER passou a estar obrigada à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, pelo que

por via da aplicação da IAS 27 - 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' as suas demonstrações financeiras passaram a designar-se por demonstrações financeiras separadas.

Decorrente destes factos a REFER efectuou neste exercício a alteração à política contabilística de mensuração das participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas, de forma retrospectiva tal como previsto na IAS 8 - 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas e erros'. Considerando as opções de mensuração das participações financeiras nas demonstrações financeiras separadas previstas na IAS 27, e a natureza das Empresas subsidiárias e associadas, a REFER optou pela mensuração ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Verifica-se em 2010 uma **alteração na apresentação da participação financeira que a REFER tem na empresa RAVE**. Até 2009, a participação foi considerada/ apresentada como empresa associada.

Com a alteração do normativo contabilístico nacional em de 01/01/2010, por força do Decreto-Lei 158/2009, de 13 de Julho, a REFER, por ser uma sociedade com obrigações cotadas, passa a ter a obrigatoriedade de apresentação das contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade. No enquadramento das empresas a integrar o perímetro de consolidação, em relação à RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A, tendo em consideração o disposto no artigo 2º do Decreto-lei 158/2009, solicitou-se ao representante do accionista maioritário - Ministério das Finanças e da Administração Pública, Director Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) o parecer quanto à inclusão no consolidado.

A DGT evidenciou a sua não oposição na integração, remetendo a decisão ao Conselho de Administração da REFER, EPE, com a validação do Órgão de Fiscalização. Decidiu assim o CA da REFER, SA, suportado pelo entendimento do Órgão de Fiscalização, que a RAVE deveria integrar o perímetro de consolidação, passando assim a ser apresentada como subsidiária a partir de 2010.

Impacto nas demonstrações financeiras da REFER das reexpressões efectuadas

Para além da alteração à mensuração das participações financeiras, a REFER registou também neste exercício a operação de permuta de terrenos de Sines, com as respectivas contra-partes (ver nota 4.1), devido à sua materialidade. A reexpressão agora apresentada inclui os seguintes impactos:

- i. Reexpressão referente à operação de permuta de Terreno em Sines;
- ii. Reexpressão resultante da alteração de política contabilística nos investimentos financeiros;

- iii. Reclassificação das rubricas de imposto de selo, descontos de pronto pagamento e diferenças de câmbio

Unidade de medida: euro			
Demonstração da posição financeira	31-12-2009	Reexpressão	31-12-2009 reexpresso
Actividade em investimentos de infra-estruturas de longa duração	430 873 524	- 1 096 493	429 777 031
Activos (ILIDs)	7 581 915 812	- 8 464 124	7 573 451 688
Terrenos e recursos naturais (i)	221598 709	- 6 494 685	215 104 025
Edifícios e outras construções (i)	4 692 165 479	- 91500	4 692 073 979
Activos em curso (i)	2 626 309 549	- 1877 939	2 624 431610
Outras ILDS	41842 074		41842 074
Fundos circulantes	- 44 674 710	7 367 631	- 37 307 079
Outros devedores (i)	15 750 890	7 367 631	23 118 521
Inventários, fornecedores e outras rubricas a pagar	- 60 425 600		- 60 425 600
Outras rubricas de ILDS não reexpressas	-7 106 367 578		-7 106 367 578
Activos não correntes	97 248 370	- 29 040 227	68 208 143
Activos tangíveis	39 855 916	2 394 124	42 250 040
Terrenos e recursos naturais (i)	2 254 069	2 590 716	4 844 786
Activos em curso (i)	587 096	- 196 592	390 504
Outros activos tangíveis	37 014 751		37 014 751
Investimentos em subsidiárias (ii)	50 857 068	- 31 570 437	19 286 631
Investimentos em associadas (ii)	863 915	136 085	1 000 000
Outros activos não correntes não reexpressos	5 671 471		5 671 471
Activos correntes - não reexpressos	128 923 048		128 923 048
ACTIVO	657 044 942	- 30 136 721	626 908 222
Capital próprio	-1 268 018 447	- 31 434 352	-1 299 452 799
Capital	305 200 000		305 200 000
Resultados acumulados (ii)	-1 460 438 516	- 23 685 687	-1 484 124 203
Resultado do exercício atribuído a detentores de capital (ii)	- 112 779 931	- 7 748 665	- 120 528 596
Passivos não correntes	1 105 362 470		1 106 660 101
Fornecedores e outras contas a pagar		1 297 631	1 297 631
Outros passivos não correntes não reexpressos	1 105 362 470		1 105 362 470
Passivos correntes - não reexpressos	819 700 919		819 700 919
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	657 044 942	- 31 434 352	626 908 222

Unidade de medida: euro

Demonstração da posição financeira	01-01-2009	Reexpressão	01-01-2009 reexpresso
Actividade em investimentos de infra-estruturas de longa duração	1 384 390 639	- 1 096 493	1 383 294 146
Activos (ILIDs)	7 232 658 037	- 8 464 124	7 224 193 913
Terrenos e recursos naturais (i)	147 473 633	- 6 494 685	140 978 948
Edifícios e outras construções (i)	3 761 649 338	- 91 500	3 761 557 838
Activos em curso (i)	3 285 639 263	- 187 7 939	3 283 761 324
Outras ILDS	37 895 803		37 895 803
Fundos circulantes	- 41 367 945	7 367 631	- 34 000 314
Outros devedores (i)	19 268 188	7 367 631	26 635 819
Inventários, fornecedores e outras rubricas a pagar	- 60 636 133		- 60 636 133
Outras rubricas de ILDS não reexpressas	- 5 806 899 453		- 5 806 899 453
Activos não correntes	91 154 024	- 21 291 562	69 862 461
Activos tangíveis	42 371 945	2 394 124	44 766 069
Terrenos e recursos naturais (i)	1978 116	2 590 716	4 568 832
Activo em curso (i)	2 924 141	- 196 592	2 727 549
Outros activos tangíveis não reexpressos	37 469 688		37 469 688
Investimentos em subsidiárias (ii)	34 603 559	- 23 807 935	10 795 624
Investimentos em associadas (ii)	877 752	122 248	1 000 000
Outros activos não correntes não reexpressos	13 300 768		13 300 768
Activos correntes - não reexpressos	119 266 689	119 266 689	119 266 689
ACTIVO	1 594 811 352	96 878 634	1 572 423 296
Capital próprio	-1 155 238 516	- 23 685 687	-1 178 924 203
Capital	305 200 000		305 200 000
Resultados acumulados (ii)	-1 460 438 516	- 23 685 687	-1 484 124 203
Passivos não correntes	1 123 540 306	1 297 631	1 124 837 937
Fornecedores e outras contas a pagar		1 297 631	1 297 631
Outros passivos não correntes não reexpressos	1 123 540 306		1 123 540 306
Passivos correntes - não reexpressos	1 626 509 560		1 626 509 560
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	1 594 811 352	-22.388.056	1 572 423 296

Demonstração do resultado integral	Outros gastos (Nota 5.20)	Outros rendimentos (Nota 5.21)	Perdas financeiras (Nota 5.22)	Ganhos financeiros (Nota 5.22)	Ganhos /Perdas em subsidiárias e associadas (Nota 5.23)
31 de Dezembro de 2009	6 693 644	14 995 879	181.297.391	162.464.396	9 248 665
Reclassificação de imposto selo (ii)	- 2 059 818		2 059 818		
Reclassificação de descontos de pronto pagto (ii)		3 464		- 3 464	
Reclassificação das diferenças de câmbio (ii)	3 093	2 439	- 3 093	- 2 439	
Reexpressão dos investimentos financeiros (ii)					- 7 748 665
31 de Dezembro de 2009 (Re-expresso)	4 636 919	15 001 782	183 354 116	162 458 493	1 500 000

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos que se seguem, e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

a) Participações financeiras em empresas subsidiárias

De acordo com os conceitos previstos pela IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, empresas subsidiárias são as empresas controladas pela REFER.

Existe **controlo** quando a REFER detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a empresa detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objectivo de usufruir benefícios resultantes da sua actividade, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

A aquisição de subsidiárias é inicialmente registada pelo **método de compra**, de acordo com o previsto na IFRS 3. Subsequentemente, as participações são mensuradas ao **custo**, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de acordo com a opção prevista na IAS 27, para as demonstrações financeiras separadas.

O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos gastos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados em resultados do exercício quando atribuídos, de acordo com a IAS 27.

b) Participações financeiras em empresas associadas

Conforme previsto na IAS 28 – Investimentos em associadas, empresas associadas são as empresas onde se exerça uma **influência significativa** sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Presume-se que existe influência significativa quando a entidade detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

A aquisição de associadas é inicialmente registada pelo **método de compra**, de acordo com o previsto na IFRS 3. Subsequentemente, as participações são mensuradas ao **custo**, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de acordo com a opção prevista na IAS 27, para as demonstrações financeiras separadas.

O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos gastos directamente atribuíveis à aquisição.

Os dividendos recebidos destas empresas são registados em resultados do exercício quando atribuídos, de acordo com a IAS 27.

c) Actividade em investimentos de infra-estruturas de longa duração (ILDs)

Decorrente do processo de cisão da actividade ferroviária em Portugal, em 1997, foi alocada à REFER a responsabilidade de construção e renovação das infra-estruturas ferroviárias de longa duração. Esta é uma actividade desenvolvida de acordo com as directivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a REFER o papel de "agente" nesta actividade, sem que no entanto exista contrato de concessão entre o Estado e a REFER.

Quando existam desafectações de domínio público ferroviário o ganho ou perda obtido será afecto a esta actividade, conforme estabelecido em cada despacho de desafectação

Assim, todos os fluxos resultantes desta actividade são divulgados na demonstração da posição financeira, na rubrica "Actividade em investimentos de infra-estruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

- As infra-estruturas de longa duração ("ILD's") do domínio público ferroviário entregues pelo Estado aquando da constituição da REFER, para acesso à prestação dos serviços de "Gestão de infra-estruturas", não podendo dispor das mesmas;

- as infra-estruturas de longa duração ("ILD's") do domínio público ferroviário construídas pela REFER, mas sobre as quais apenas tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Gestão de infra-estruturas";
- o património dos Gabinetes extintos e património transferido da CP, sobre o qual a REFER apenas tem direito de acesso, não podendo dispor do mesmo;
- os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD's, com a natureza de inventários;
- os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD's;
- os saldos a receber da comparticipação de outras entidades em investimentos de ILD's;
- os montantes de subsídios recebidos para o co-financiamento da construção de ILD's;
- os empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de construção e grande reparação das ILD's, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- os encargos financeiros directamente suportados com os empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de construção e grande reparação de ILD's, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto de selo decorrentes da actividade por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados como custo de aquisição das ILD's durante o seu período de construção.
- o produto obtido da rentabilização de activos do domínio público ferroviário.
- o quantitativo correspondente às infra-estruturas de longa duração("ILD's") de domínio público ferroviário desactivadas por via de abate/alienação.

Infra-estruturas de longa duração ("ILD's")

Os activos fixos tangíveis designados por Infra-estruturas de Longa Duração são propriedade de Domínio Público Ferroviário, e a REFER apenas tem acesso a eles de modo a efectuar a prestação dos serviços de "Gestão de infra-estruturas". Desta forma, encontram-se registados na rubrica da demonstração da posição financeira "Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração", por não se qualificarem como activos controlados por esta entidade. Estes activos, para além das aquisições e construções posteriores à cisão do património da CP, englobam

igualmente o património dos Gabinetes extintos e património transferido daquela empresa.

O **registo inicial** destes activos foi efectuado ao custo. Dado que os activos respeitantes à actividade de Investimentos em infra-estruturas de Longa Duração, não são objecto de depreciação, o montante pelo qual se encontram escriturados não se altera.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

d) Activos Fixos Tangíveis

Afectos à gestão de infra-estruturas

Os activos fixos tangíveis registados na demonstração da posição financeira da REFER, referem-se a equipamentos utilizados pela REFER, no âmbito da actividade de GI, e não afectos à actividade de investimento em Infra-estruturas de Longa Duração. O seu **reconhecimento inicial** é pelo custo.

Após o reconhecimento inicial, a REFER adoptou o modelo do custo permitido pela IAS 16, e os activos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo seu custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Capitalização de gastos com empréstimos

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos elegíveis são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização de gastos com empréstimos **inicia-se** quando tem início o investimento, e **termina** quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das **quotas constantes**, às taxas que correspondem à vida útil esperada para cada tipo de bem. As taxas de amortização anual (em %), mais importantes, são as seguintes:

Designação	%
Terrenos	Não amortizados
Edifícios e outras construções	2 - 100
Equipamento básico	3,33 - 100
Equipamento de transporte	4 - 100
Ferramentas e utensílios	12,5 - 100
Equipamento administrativo	12,5 - 100
Outras imobilizações corpóreas	12,5 - 100

As vidas úteis dos activos são revistas no final de cada exercício, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos.

Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou operacionais, depende da sua substância, e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à posse do activo locado são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira são classificados como activos fixos tangíveis, em conformidade com a IAS 17 - Locações.

Os activos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os activos fixos tangíveis da mesma natureza.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

A REFER, à data a que se reporta este Anexo, detém 3 viaturas adquiridas através de contratos de locação financeira (ver nota 5.1.).

Contratos de locação operacional

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação relativamente aos quais não se assumem os riscos e benefícios inerentes à posse do activo locado, são classificados como locações operacionais, em conformidade com a IAS 17 – Locações, não sendo por isso registados na rubrica de activos fixos tangíveis.

As rendas são registadas como gastos nos respectivos períodos durante o prazo de locação (ver nota 5.17.).

e) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os activos intangíveis reconhecidos na demonstração da posição financeira, referem-se essencialmente a licenças de software.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

f) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são **reconhecidos** na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor (IAS 39). Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura.

O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como “derivados detidos para negociação”, sendo considerados correntes, e as respectivas variações no justo valor são registadas na Demonstração do Rendimento Integral do período em que ocorrem.

A 31 de Dezembro de 2010 a REFER não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

g) Activos financeiros

A REFER classifica os seus investimentos, na data da sua negociação (“trade date”), de acordo com o objectivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; activos detidos até à maturidade; e activos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Após o seu **reconhecimento inicial**, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas directamente em resultados do exercício, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2.2 alínea h).

Activos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são **mensurados** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

As perdas por **imparidade** são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro.

Estes activos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações activo. São originados pelo decurso normal das actividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são **inicialmente** reconhecidos ao seu justo valor, sendo **subsequentemente** valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efectiva.

São registadas perdas por **imparidade** quando existem indicadores de que a REFER não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: i) análise de incumprimento; ii) incumprimento há mais de 6 meses; iii) dificuldades financeiras do devedor; iv) probabilidade de falência do devedor.

Quando valores a receber de clientes ou outros devedores que se encontrem vencidos, são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro.

Estes activos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- a REFER tem intenção de manter por tempo indeterminado,
- são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou
- não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respectivas variações de justo valor, reconhecidas directamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Caso não exista um valor de mercado, os activos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efectuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como activos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As partes de capital detidas que não sejam participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como activos financeiros disponíveis para venda.

h) Justo valor de activos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pela REFER.

No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pela REFER.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor a REFER inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para activos disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e

modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

i) Imparidade de Activos

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de activos, sempre que o valor contabilístico de um activo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. O valor recuperável corresponde ao maior entre o valor de uso e o justo valor menos custo de vender, e é determinado sempre que existam indicadores de perda de valor.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

j) Inventários

As mercadorias, bem como as matérias subsidiárias e de consumo, encontram-se mensurados ao mais baixo entre o custo de aquisição ou de produção e o valor realizável líquido.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

As saídas de armazém (consumos) são mensurados ao custo médio ponderado.

A REFER possui nos seus armazéns materiais a aplicar na construção da Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração. Estes inventários encontram-se apresentados na demonstração da posição financeira na rubrica "Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração" (ver nota 2.2 alínea c)).

k) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses.

l) Passivos financeiros

Passivos financeiros representam obrigações contratuais de pagar, através da entrega de activos financeiros, independentemente da sua forma legal. São **inicialmente** registados pelo seu justo valor deduzidos dos custos de transacção incorridos, e **subsequentemente** ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

m) Empréstimos obtidos não correntes

A Empresa reconhece os empréstimos bancários não correntes como um passivo financeiro em conformidade com a IAS 39 – Instrumentos financeiros; estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A REFER detém empréstimos bancários não correntes, sob a forma de bilaterais e obrigações para financiar a construção de Infra-estruturas de Longa Duração (ILD) e a actividade de Gestão de Infraestrutura. Os empréstimos que financiam a actividade de Investimento em ILD são reconhecidos na demonstração da posição financeira na rubrica "Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração" (Nota 2.2 alínea c)).

n) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado.

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar referem-se aos saldos a pagar a fornecedores da actividade operacional da Empresa. Os saldos de fornecedores relacionados com a aquisição/construção de activos da actividade de Investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração, encontram-se registados na demonstração da posição financeira na rubrica correspondente (Nota 2.2 alínea c)).

o) Imparidades e provisões

São reconhecidas imparidades quando se verificam perdas no valor dos activos registados na demonstração da posição financeira, conforme descrito em notas anteriores.

São constituídas provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para pagar a obrigação.

A REFER regista provisões relativas a processos judiciais em curso, para os quais existe uma probabilidade elevada de que venham a ocorrer ex-fluxos monetários da empresa (ver nota 5.14.). Este valor corresponde ao valor presente estimado das responsabilidades.

p) Reconhecimento do rédito

Os réditos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes réditos são registadas nas rubricas de outras contas a receber.

O rédito na REFER compreende as tarifas pela utilização de canais, a energia de tracção, as manobras, a utilização de estações e apeadeiros, a capacidade pedida não utilizada, e outros serviços (conforme descrito na nota 1.2.).

q) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração do rendimento integral excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas directamente

reconhecidos em capitais próprios caso em que é também reconhecido directamente em capitais próprios.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais em vigor à data do relato financeiro.

A REFER não tem registado nas suas demonstrações financeiras impostos diferidos activos ou passivos porque não existem situações que originem impostos diferidos passivos e em relação a impostos diferidos activos, as perdas fiscais acumuladas da REFER assim como a previsão de resultado dos próximos anos, não fazem prever que destas situações resulte imposto efectivo a liquidar.

r) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do relato financeiro e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas nos resultados do exercício.

As principais cotações utilizadas à data da demonstração da posição financeira foram as seguintes:

Moeda	2010	2009
Francos Suíços (CHF)	1,25	1,48
Libra esterlina (GBP)	0,86	0,89
Coroa Sueca (SEK)	8,97	10,25

s) Subsídios

Os subsídios ao investimento atribuídos à REFER são **inicialmente** reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, sendo **subsequentemente** amortizados na proporção da depreciação dos activos fixos tangíveis subsidiados, em conformidade com a IAS 20 – Subsídios do Estado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de rendimento integral no mesmo período em que os gastos associados são incorridos, a partir do momento em que o seu recebimento seja provável.

Os subsídios obtidos para financiamento dos activos adquiridos/construídos em Infra-estruturas de Longa Duração, são reconhecidos na demonstração da posição

financeira na rubrica de "Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração " (ver nota 2.2 alínea c)).

t) Informação por segmentos

Segmentos operacionais

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve uma actividade de negócio: i) de que pode obter réditos e incorrer em gastos; ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade; e iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira discreta.

A REFER identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das actividades da empresa e a afectação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efectuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.

Uma entidade deve relatar separadamente as informações sobre cada segmento operacional identificado, que resulte da agregação de dois ou mais segmentos com características económicas semelhantes, ou que supere os patamares quantitativos previstos na IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

A principal actividade da REFER é a prestação de serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional. No desenvolvimento da sua actividade a REFER tem a necessidade de recorrer a serviços complementares; porém os riscos e retornos a eles associados estão directamente ligados à prossecução daquela.

Pelo exposto, à data de 31 de Dezembro de 2010, apenas foi identificado um segmento operacional. Os clientes da REFER integram na totalidade este segmento, e toda a actividade se desenvolve no território nacional.

u) Entidades relacionadas

A revisão do IAS 24 – Divulgações de entidades relacionadas, adoptada antecipadamente pela REFER em 2010, veio estabelecer a obrigatoriedade de divulgar as transacções existentes com o Estado, e com entidades que sejam consideradas relacionadas, pelo facto de serem igualmente detidas pelo Estado.

Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a REFER, directa ou indirectamente através de um ou mais intermediários, controle, seja

controlada ou estiver sob o controlo comum. São também partes relacionadas as entidades nas quais a REFER tenha um interesse que lhe confira influência significativa.

A REFER divulga na nota 8, os saldos e transacções que, à data de 31 de Dezembro de 2010, tem com as entidades relacionadas, sobre as quais tem controlo ou influência significativa. Relativamente às entidades públicas, e com as quais a REFER celebrou protocolos directamente relacionados com a Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração, a empresa adoptou a excepção permitida pela norma, de divulgar apenas as transacções mais significativas (ver nota 8.5.).

2.3 Principais estimativas e julgamentos utilizadas nas demonstrações financeiras

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota, com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da REFER são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias actuais, se acreditam ser razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas e julgamentos pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados.

O Conselho de Administração considera que as estimativas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor corresponde a cotações de mercado quando disponíveis e, na ausência destas, é determinado por recurso a preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, ainda, através de metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (para swaps plain-vanilla) ou modelos de avaliação de opções (para swaps exóticos) Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, pode originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por Imparidade de Devedores

As perdas por imparidade relativas a devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Conselho de Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros factores. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Todo este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e conseqüentemente diferentes impactos em resultados.

Reconhecimento de rendimentos/gastos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. No final do ano são efectuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração do rendimento integral os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

Provisões para processos judiciais em curso

O Conselho de Administração considera que existe uma probabilidade elevada de que, para alguns processos judiciais em curso, venham a ocorrer ex-fluxos económicos da empresa. Por isso, é determinada uma estimativa do valor presente da responsabilidade, e registada uma provisão.

3. Políticas de gestão de risco financeiro

Riscos Financeiros

A actividade da REFER está exposta a factores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de taxa de juro associado aos fluxos de caixa decorrentes de financiamentos obtidos.

A gestão do risco é conduzida pela Direcção de Coordenação de Economia e Finanças com base em princípios definidos pela Administração.

A Direcção de Coordenação de Economia e Finanças identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como a utilização de instrumentos financeiros derivados e outros instrumentos financeiros não derivados para cobertura do risco de taxa de juro, o aumento ou diminuição de linhas de curto prazo e a contratação de operações de médio e longo prazo para cobrir o risco de liquidez, entre outras.

Gestão do risco de câmbio

A REFER não tem risco cambial com significado no decurso da sua actividade.

Gestão do risco de crédito

O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira para a REFER. Este tipo de risco é incorrido pela REFER no decorrer das suas actividades operacional e financeira.

A nível operacional, os principais clientes da REFER são a CP, a Fertagus, a Takargo e a CP Carga. O risco de crédito resultante da actividade operacional está essencialmente relacionado com o incumprimento no pagamento à REFER das responsabilidades assumidas por aquelas entidades decorrentes dos serviços prestados pela REFER. A CP é a contraparte principal tratando-se do operador exclusivo de passageiros em toda a rede com excepção da travessia da Ponte 25 de Abril. No entanto, apesar do risco de crédito estar fortemente concentrado na CP, o mesmo é mitigado pela natureza jurídica daquela entidade. Os ajustamentos de imparidade para outras contas a receber são calculados considerando o perfil de risco da contraparte e a sua condição financeira.

Relativamente ao risco de crédito associado à actividade financeira, a REFER detém uma exposição ao sector bancário nacional e internacional traduzida pelos depósitos à ordem, aplicações financeiras e operações de instrumentos financeiros derivados contratadas. Até à data, a REFER não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com os bancos.

A tabela seguinte apresenta um resumo a 31 de Dezembro de 2010 e Dezembro de 2009 da qualidade de crédito dos depósitos, aplicações e instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo:

Instituições financeiras

Unidade de medida: euro

Rating	2010	2009
>= AA-	7 727 973	4 315 201
>= A-	22 370 878	23 242 793
< A-	1 157	0
Sem rating	674	0
	30 100 683	27 557 994

Nota : Não inclui caixa

Os ratings utilizados são os atribuídos pela Standard and Poor's às datas de relato.

Gestão do risco de liquidez

Este tipo de risco decorre da percepção do mercado e das agências rating internacionais quanto à probabilidade de incumprimento, por parte da REFER, das responsabilidades assumidas em operações financeiras, quer perante os bancos, quer perante o mercado de capitais. Este risco materializa-se através do custo associado à celebração dessas operações financeiras com impacto nos gastos financeiros.

Considerando a natureza jurídica da REFER, a capacidade de actuar sobre este risco é limitada. No entanto, a REFER procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua actividade. Como exemplo de uma das medidas para mitigação deste risco, a REFER tem contratada mas, não utilizada, uma facilidade de crédito por 3 anos no montante de 500 milhões de euros.

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras para fazer face à gestão corrente. O total de linhas de crédito de curto prazo negociadas e firmes ascendia, em 31 de Dezembro de 2010, a 1,265 milhões de euros. Adicionalmente, existe uma facilidade de crédito contratada e não utilizada no montante global de 500 milhões de euros (linha de back-up). Para além do montante acima de linhas comprometidas, a REFER tem ainda contratados 205 milhões de euros em Programas de Papel Comercial sem garantia de subscrição.

A gestão monitoriza com regularidade a reserva de liquidez disponível (inclui os montantes das linhas de crédito não utilizadas, a linha back-up e os montantes de caixa e equivalentes de caixa) para fazer face aos fluxos de tesouraria previsionais. É assim fundamental, a realização de operações de médio e longo prazo para refinanciar as linhas de curto prazo utilizadas de forma a assegurar o nível de conforto da reserva de liquidez.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da REFER por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
Emp Obtidos			
- locações financeiras	35 041	56 909	0
- empréstimos para actividade Investimento	487 636 784	1 021 068 506	3 603 405 285
- outros empréstimos	45 250 000	781 000 000	627 500 000
- papel comercial	1 006 750 000	0	0
- descobertos bancários	320 837 288	0	0
- instrumentos financeiros derivados (gross outflows)	91 461 317	306 870 969	355 964 572
- instrumentos financeiros derivados (gross inflows)	- 85 124 814	- 305 234 731	- 366 238 500
	1 866 845 615	1 803 761 655	4 220 631 357
Fornecedores e contas a pagar	71 903 396		
Aval	6 207 215	21 340 430	36 807 231
	1 944 956 226	1 825 102 085	4 257 438 588

31 de Dezembro de 2009

Unidade de medida: euro

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	+ de 5 anos
Emp Obtidos			
- locações financeiras	24 751	118 003	0
- empréstimos para actividade Investimento	444 779 688	1 315 208 502	3 855 705 111
- outros empréstimos	45 250 000	181 000 000	1 272 750 000
- papel comercial	325 000 000	0	0
- descobertos bancários	205 166 648	0	0
- instrumentos financeiros derivados (gross outflows)	104 045 477	356 009 115	433 149 603
- instrumentos financeiros derivados (gross inflows)	- 96 178 169	- 341 521 381	- 440 121 042
	1 028 088 395	1 510 814 239	5 121 483 673
Fornecedores e contas a pagar	69 310 478		
Aval	7 090 663	22 489 441	41 862 102
	1 104 489 536	1 533 303 680	5 163 345 776

Gestão do risco de taxa de juro

Desde 2003, a REFER gere activamente a sua carteira de dívida utilizando instrumentos financeiros derivados para a cobertura de risco de taxa de juro. A empresa não tem risco cambial com significado no decurso da sua actividade e não tem responsabilidades associadas à dívida em qualquer outra moeda que não o euro. Todos os derivados contratados têm, no máximo, a mesma maturidade dos passivos subjacentes.

As contrapartes da REFER nos contratos derivados são instituições financeiras nacionais e internacionais, de rating e credibilidade elevadas. As operações são enquadradas em contratos ISDA, de acordo com as normas internacionais. O principal objectivo da gestão de risco de taxa de juro é a protecção relativamente a movimentos de subida de taxa de juro, na medida em que as receitas da REFER são imunes a essa variável e, assim, inviabilizam uma cobertura natural.

A opção pelo tipo de instrumento resulta de uma análise custo/benefício aplicada a cada caso. Para além do objectivo principal descrito acima, a REFER realiza ainda operações destinadas a reduzir o custo do financiamento a taxa fixa ou variável. Pontualmente, a empresa efectua reestruturações de posições tirando partido da evolução do mercado. Na gestão de carteira procura-se a diversificação como forma de manter um portfólio equilibrado e de volatilidade reduzida, adoptando uma postura conservadora face aos riscos a assumir, quer em termos das características dos instrumentos, quer em termos dos indexantes. Esta estratégia determina a decisão da empresa de não classificar nenhum dos instrumentos derivados como de cobertura, na medida em que o impacto sobre resultados da parte da carteira não designável seria potencialmente mais desfavorável.

Teste sensibilidade à taxa de juro

A REFER utiliza periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados das variações das taxas de juro e volatilidade sobre o justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados. Esta análise é um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro já que, na prática, tanto as taxas de juro como a volatilidade, raramente se alteram "ceteris paribus" e existem ainda outras variáveis que influenciam o justo valor daquelas posições, como por exemplo, as correlações. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- i. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (swaps) para cobrir o risco de taxa de juro associado a empréstimos de médio e longo prazo indexados a taxa de juro variável. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do swap respectivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse swap;
- ii. A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados (swaps) para reduzir os encargos financeiros associados a empréstimos de médio e longo prazo a taxa fixa. O fluxo financeiro do empréstimo subjacente é compensado com a perna recebedora do swap respectivo resultando numa posição líquida igual à da perna pagadora desse swap;
- iii. À data de 31 de Dezembro de 2010, a REFER não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;
- iv. Alterações no justo valor de empréstimos e instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de

caixa futuros e/ou modelos de avaliação de opções utilizando taxas de mercado nos momentos de reporte.

- v. Sob estes pressupostos, a 31 de Dezembro de 2010, um aumento ou diminuição de 0,5% e 5% nas curvas de taxa de juro (do euro, libra esterlina ou coroa sueca) e na curva de volatilidade das mesmas moedas, respectivamente, resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos e instrumentos financeiros derivados com consequente impacto directo nos resultados:

31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

	Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	24 650 000	- 30 190 000	12 172 675	- 12 849 294
GBP	- 10 090 000	5 980 000	96 494	- 741341
SEK	10 000	- 20 000	26 246	- 48 567

	Variação no justo valor de empréstimos	
	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	0,50%
EUR	98 988 266	- 93 695 204

	Efeito Líquido em resultados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	- 74 338 266	63 505 204	12 172 675	- 12 849 294
GBP	- 10 090 000	5 980 000	96 494	- 741341
SEK	10 000	- 20 000	26 246	- 48 567

31 de Dezembro de 2009

Unidade de medida: euro

	Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	34 250 000	- 4 155 000	22 933 439	- 23 162 082
GBP	- 14 440 000	8 410 000	1449 585	- 1941 164
SEK	160 000	- 230 000	272 448	- 356 508

	Variação no justo valor de empréstimos	
	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	0,50%
EUR	143 873 806	- 137 280 235

	Efeito Líquido em resultados			
	Variação na curva de taxa de juro		Variação na curva de volatilidade	
	-0,50%	0,50%	-5%	5%
EUR	- 109 623 806	95 730 235	22 933 439	- 23 162 082
GBP	- 14 440 000	8 410 000	1449 585	- 1941 164
SEK	160 000	- 230 000	272 448	- 356 508

Gestão do risco de capital

O objectivo da REFER em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

Após análise das necessidades financeiras para o investimento e para actividade operacional, as participações do Estado e os subsídios comunitários é, então, definido o plano de financiamento da REFER. É neste âmbito que se planeiam os empréstimos de médio e longo prazo com ou sem aval do Estado como forma adicional de assegurar a sustentabilidade económica da Empresa.

4. Actividade de investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração

O saldo apresentado na demonstração da posição financeira como "Actividade de Investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração" decorre da actividade de

investimentos em infra-estruturas ferroviárias sendo a sua decomposição por rubricas de activos e passivos a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	Notas	2010	2009 (Reexpresso)
Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração			
Activo (ILD's)	4.1	7 970 510 942	7 573 451 688
Rentabilização de activos	4.2.	- 3 088 956	- 3 088 956
Fundos circulantes	4.3.	- 57 341 815	- 37 307 079
Subsídios (ILD's)	4.4.	- 3 836 244 749	- 3 709 259 872
Gastos de empréstimos	4.5.	598 580 997	503 651 777
Empréstimos obtidos	4.6.	- 3 598 296 792	- 3 897 670 526
		1 074 119 628	429 777 031

A REFER efectuou a reexpressão da actividade em ILD's para o exercício de 2009, por via do registo da permuta de terrenos efectuada com a empresa subsidiária Invesfer (ver nota 2.1.1).

4.1 ILD – Investimentos Longa Duração

Os movimentos ocorridos durante o exercício resumem-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2010 Unidade de medida: euro

Activo Bruto	Saldo Inicial	Transferências	Aumentos	Abates/Regul	Saldo Final
Activos Fixos Tangíveis - ILD's Activas					
Terrenos e Recursos Naturais	221570 137	2 747 920		- 391340	223 926 718
Edifícios e Outras Construções	4 685 657 334	226 297 066	374 680	- 56 130	4 912 272 951
Equipamento Básico	30 268 679				30 268 679
Imobilizações em Curso	2 624 431 610	- 229 127 049	401300 346		2 796 604 907
Adiant. P/conta de AFT	11573 396		844 925	- 4 839 253	7 579 068
	7 573 501 156	- 82 063	402 519 951	- 5 286 722	7 970 652 322
Activos Fixos Tangíveis - ILD's Desactivadas					
Terrenos e Recursos Naturais	- 6 466 112			- 42 398	- 6 508 510
Edifícios e Outras Construções	6 416 644			- 49 514	6 367 130
	- 49 468			- 91 912	- 141 380
Total do Activo Fixo Tangível Bruto - ILD's	7 573 451 688	- 82 063	402 519 951	- 5 378 634	7 970 510 942

31 de Dezembro de 2009

Unidade de medida: euro

Activo Bruto	Saldo Inicial (reexpresso)	Transferências	Aumentos	Abates/Regul	Saldo Final (reexpresso)
Activos Fixos Tangíveis - ILD's Activas					
Terrenos e Recursos Naturais	147 473 633	74 655 555	12 700	- 71 751	221 570 137
Edifícios e Outras Construções	3 761 557 837	924 380 773	10 471	- 291 747	4 685 657 334
Equipamento Básico	30 268 679				30 268 679
Imobilizações em Curso	3 283 761 325	-1 004 820 768	345 491 053		2 624 431 610
Adiant. P/conta de AFT	7 627 124		8 453 294	- 4 507 022	11 573 396
	7 230 688 598	- 6 284 440	353 967 518	- 4 870 520	7 573 501 156
Activos Fixos Tangíveis - ILD's Desactivadas					
Terrenos e Recursos Naturais	- 6 494 685	28 572			- 6 466 112
Edifícios e Outras Construções		6 416 644			6 416 644
	- 6 494 685	6 445 217			- 49 468
Total do Activo Fixo Tangível Bruto - ILD's	7 224 193 913	160 777	353 967 518	- 4 870 520	7 573 451 688

ILD's desactivadas

A rubrica de activos fixos tangíveis – ILD's desactivadas resulta de operações de abate de bens desafectos do domínio público e da obrigação, publicada em despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, da aplicação das verbas resultantes das diversas operações de alienação nos investimentos de modernização de infra-estruturas ferroviárias da REFER.

4.1.1 Gastos financeiros capitalizados

Os encargos incorridos com empréstimos contraídos para financiamento desta actividade são capitalizados durante o período em que os activos em infra-estruturas de Longa Duração (ILD's) estiveram em construção.

Deste modo, no exercício de 2010 foram capitalizados 45.999.861 euros (em 2009: 38.422.536 euros), dos quais 41.153.002 euros (2009: 33.263.319 euros) são juros de financiamentos sendo o restante referente às taxas de aval, imposto de selo, custo efectivo e gastos de emissão.

Encargos Financeiros Capitalizados

Unidade de medida: euro

Descrição	01-01-2010	Δ do Ano	31-12-2010
Juros	351 935 100	41 153 002	393 088 102
Taxa de Aval	18 574 122	3 838 806	22 412 929
Imposto de Selo	7 362 402	983 800	8 346 202
Custo efectivo e gastos de emissão		24 252	24 252
Encargos Financeiros	377 871 625	45 999 861	423 871 485

Unidade de medida: euro

Descrição	01-01-2009	Δ do Ano	31-12-2009
Juros	318 671 781	33 263 319	351 935 100
Taxa de Aval	15 926 012	2 648 110	18 574 122
Imposto de Selo	4 851 295	2 511 107	7 362 402
Encargos Financeiros	339 449 088	38 422 536	377 871 625

4.2 Rentabilização de Activos

Esta rubrica refere-se a produto resultante da rentabilização de activos que ainda se encontram no domínio público ferroviário

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Rentabilização de Activos	- 3 088 956	- 3 088 956

4.3 Fundos circulantes

Esta rubrica refere-se aos saldos de activos e passivos circulantes associados à Actividade de Investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração.

A sua decomposição apresenta-se nas notas seguintes.

4.3.1 Inventários

Esta rubrica refere-se aos materiais que se encontram em armazém para aplicação na construção das infra-estruturas ferroviárias.

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Inventários	30 574 300	27 880 116

4.3.2 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

A rubrica de fornecedores e outras contas a pagar explica-se, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efectuadas com a prossecução da política de modernização / remodelação das linhas ferroviárias.

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009 (Reexpresso)
Fornecedores e outras contas a pagar	103 534 636	88 305 716

A reexpressão efectuada em 2009 está relacionada com a permuta de terrenos de Sines (ver nota 2.1.1).

4.3.3 Saldos a Receber

Esta rubrica é constituída pelo valor a receber da Câmara Municipal de Espinho no total de 8.250.890 euros (em 2009: 15.750.890 euros); e pelo montante a receber da Invesfer, de 4.553.612 euros (2009: 7.367.631 euros), relativo à operação de permuta de terrenos de Sines (Ver nota 2.1.1). Em 2010, e em relação a este saldo, reconheceu-se uma redução da dívida resultante desta operação e da responsabilidade da Invesfer, conforme decisão do Conselho de Administração da REFER, EPE, em Março de 2011, no valor de 2.814.019 euros. Esta decisão foi baseada pela desvalorização dos activos, constatada por avaliação externa pedida pela Invesfer.

4.4 Subsídios

Os movimentos ocorridos em **subsídios** foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Pidacc	989.550.991	7 200 000		996 750 991
Fundo de Coesão	1.094.959.038	69 514 477		1 164 473 514
DGTREN	31020.430	693 401		31713 831
FEDER-IOT	618.009.186	16 989 473		634 998 658
Alta Velocidade				
Poceirão-Caia		18 337 737		18 337 737
Lisboa - Poceirão	313.534	6 757 716		7 071 250
Sinalização e Telecomunicações		7 492 073		7 492 073
Outros	975.406.694			975 406 694
Subsídios - Actividade de Investimento	3 709 259 872	126 984 877		3 836 244 749

31 de Dezembro de 2009

Unidade de medida: euro

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
Pidacc	979 550 992	10 000 000		989 550 991
Fundo de Coesão	993 335 616	101623 422		1094 959 038
DGTREN	28 357 413	2 663 017		31020 430
FEDER-IOT	602 823 501	15 185 685		618 009 186
Alta Velocidade				
Poceirão-Caia				
Lisboa - Poceirão		313 534		313 534
Sinalização e Telecomunicações				
Outros	975 406 694			975 406 694
Subsídios - Actividade de Investimento	3 579 474 215	129 785 657		3 709 259 872

Na nota 2.2 alínea s) encontra-se descrita a política de reconhecimentos dos subsídios.

4.5 Gastos de Empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de Investimentos em infra-estruturas de Longa Duração, que não foram passíveis de capitalização nas ILLD's construídas.

Gastos de Empréstimos (ILD's)

Unidade de medida: euro

Descrição	01-01-2010	Δ do Ano	31-12-2010
Juros	485 920 690	90 812 980	576 733 670
Taxa de Aval	11 299 170	3 028 921	14 328 091
Imposto de Selo	6 431 917	459 338	6 891 255
Custo efectivo e gastos de emissão		627 982	627 982
Encargos Financeiros	503 651 777	94 929 220	598 580 997

Unidade de medida: euro

Descrição	01-01-2009	Δ do Ano	31-12-2009
Juros	391 842 475	94 078 215	485 920 690
Taxa de Aval	7 818 357	3 480 813	11 299 170
Imposto de Selo	4 886 287	1 545 630	6 431 917
Encargos Financeiros	404 547 119	99 104 658	503 651 777

No quadro abaixo apresenta-se o total dos encargos suportados com empréstimos contraídos para o financiamento da actividade de Investimentos em infra-estruturas de Longa Duração:

Total de Encargos Financeiros (ILD's)

Unidade de medida: euro

Descrição	01-01-2010	Δ do Ano	31-12-2010
Juros	837 855 790	131 965 982	969 821 772
Taxa de Aval	29 873 292	6 867 727	36 741 019
Imposto de Selo	13 794 319	1 443 138	15 237 457
Custo efectivo e gastos de emissão		652 234	652 234
Encargos Financeiros	881 523 402	140 929 081	1 022 452 483

Unidade de medida: euro

Descrição	01-01-2009	Δ do Ano	31-12-2009
Juros	710 514 257	127 341 533	837 855 790
Taxa de Aval	23 744 368	6 128 924	29 873 292
Imposto de Selo	9 737 582	4 056 737	13 794 319
Encargos Financeiros	743 996 207	137 527 195	881 523 402

4.6 Empréstimos Obtidos

Apresenta-se a seguinte discriminação de Empréstimos afectos à Actividade de ILD's:

Actividade de investimento		
	Unidade de medida: euro	
Descrição	2010	2009
Empréstimos Obtidos		
Dívidas a instituições de crédito	1 998 296 792	2 297 670 526
Empréstimos Obrigacionistas	1 600 000 000	1 600 000 000
	3 598 296 792	3 897 670 526

A alocação dos empréstimos obrigacionistas Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 é efectuada pelo valor nominal. O ajustamento referente à taxa de juro efectiva no valor de 4.867.078 euros está reflectido na rubrica de gastos a reconhecer (conforme nota 5.10.).

4.6.1 Dívidas a Instituições de Crédito

Os termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projectos de investimento apresentam-se como segue:

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projectos de investimento

31 de Dezembro de 2010

Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Amortização		Pagamento de Juros	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro
				Data inicial	Data final			
CP IIE	29-06-1992	30 633 783	4 712 890	15-06-1998	15-06-2012	15-Jun	Variável BEI	1,60%
CP IIB	19-09-1991	29 927 874	1 995 192	15-09-1997	15-09-2011	15-Set	fixa, revisível por períodos de 5 anos variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	3,928%
CP III Linha do Norte-B	14-07-1997	49 879 790	39 903 832	15-06-2008	15-06-2022	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 12-Jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	1,56%
Linha do Douro	09-09-1996	43 894 215	26 336 529	15-09-2007	15-09-2016	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	1,56%
Travessia Ferroviária do Tejo	01-10-1996	99 759 579	59 855 748	15-09-2007	15-09-2016	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	1,56%
Travessia Ferroviária do Tejo-B	14-11-1997	99 759 579	46 554 470	15-09-2003	15-09-2017	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	1,56%
Travessia Ferroviária do Tejo-C	26-11-1998	25 000 000	15 427 500	15-09-2004	15-09-2018	15-Mar	4ª desemb. fixa	4,67%
						15-Jun	2ª desemb. fixa	5,800%
						15-Set	3ª desemb. var.	1,56%
Linha do Minho-A	26-11-1998	25 000 000	15 427 500	15-09-2004	15-09-2018	15-Mar	4ª desemb. fixa	4,67%
Linha do Minho-B	08-10-2001	90 000 000	90 000 000	15-09-2012	15-09-2021	15-Jun	2ª desemb. fixa	5,800%
						15-Set	3ª desemb. var.	1,56%
						15-Dez		
CP III Linha do Norte-D	10-11-2000	25 937 491	25 937 491	15-09-2011	15-09-2020	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	1,56%
Ligação ao Algarve-A	08-10-2001	90 000 000	90 000 000	15-09-2012	15-09-2021	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,12%	1,46%
Linha do Minho-B	08-10-2001	59 855 748	59 855 748	15-09-2012	15-09-2021	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,12%	1,46%
CP III/2 L. Norte-A	02-10-2002	100 000 000	100 000 000	15-03-2013	15-03-2022	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,12%	1,46%
CP III/2 L. Norte-B	15-07-2004	200 000 000	200 000 000	15-12-2014	15-12-2023	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	1,56%
Suburbanos	25-11-2004	100 000 000	90 476 800	15-06-2009	15-06-2024	15-Mar	Fixa Revisível	3,615%
Suburbanos B	14-12-2005	100 000 000	95 238 095	15-09-2010	15-09-2025	15-Mar	Fixa Revisível	4,247%
Suburbanos C	12-10-2006	55 000 000	55 000 000	15-03-2011	15-03-2026	15-Mar	Fixa Revisível	1,446%
Ligação ao Algarve-B	02-10-2002	30 000 000	30 000 000	15-03-2013	15-03-2022	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,054%	1,080%
CP III/2 Linha do Norte-C	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-06-2017	15-06-2026	15-Mar; 15-Jun; 15-Set; 15-Dez	Euribor 3M +0,056%	1,082%
CP III/2 Linha do Norte-D	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	15-12-2017	15-12-2026	15-Mar	Fixa Revisível	4,786%
Refer V	20-08-2008	60 000 000	60 000 000	15-03-2014	15-03-2033	15-Mar	Fixa Revisível	2,976%
Refer VI	10-09-2009	10 000 000	10 000 000	15-09-2013	15-09-2032	15-Set	Fixa	4,047%
Euro bond 06/26	08-11-2006	600 000 000	600 000 000	16-11-2026		15-Nov	Fixa	5,875%
Euro bond 09/19	18-02-2009	500 000 000	500 000 000	18-02-2019		18-Out	Fixa	4,675%
Euro bond 09/24	18-10-2009	500 000 000	500 000 000	18-10-2024		9-Abr	Fixa	1,67%
Emp. "Schuldschein" ABN AM RO BANK (Deutschland) AG	03-04-2001	300 000 000	300 000 000	11-04-2011		9-Out	Euribor 6M -0,03%	
Emp. "Schuldschein" WestLB AG	02-10-2002	200 000 000	200 000 000	08-10-2012		8-Abr	Euribor 6M	1,80%

3 598 296 792

FINANCIAMENTOS BEI

BEI em Aval

End of Eurobond

SCHIED

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos de financiamento de projectos de investimento
31 de Dezembro de 2009

Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Amortização		Pagamento de Juros	Taxa de Juro	Última Taxa de Juro
				Data inicial	Data final			
CP IIE	29-06-992	30 633 783	7 069 334	5-06-1998	5-06-2012	5-Jun	variável BEI fixa revisível por períodos de 5 anos	0,905%
CP IIB	18-09-991	29 827 874	3 980 383	5-09-1997	5-09-2011	5-Set	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	3,928%
CP III Linha do Norte-B	14-07-997	49 879 790	43 229 511	5-06-2008	5-06-2022	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 2-Jan	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,844%
Linha do Douro	09-09-996	43 894 216	30 725 950	5-09-2007	5-09-2016	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,844%
Travessia Ferroviária do Tejo	01-10-996	99 759 579	69 831 706	5-09-2007	5-09-2016	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,844%
Travessia Ferroviária do Tejo-B	14-11-997	99 759 579	53 205 09	5-09-2003	5-09-2017	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,844%
Travessia Ferroviária do Tejo-C	26-11-998	25 000 000	16 990 000	5-09-2004	5-09-2018	5-Mar	1º desemb. fixa	4,67%
		25 000 000	17 430 000			5-Jun	2º desemb. fixa	5,80%
		49 759 579	29 855 748			5-Set	3º desemb. var.	0,844%
Linha do Minho-A	26-11-998	25 000 000	16 990 000	5-09-2004	5-09-2018	5-Mar	1º desemb. fixa	4,67%
		25 000 000	17 430 000			5-Jun	2º desemb. fixa	5,80%
		24 819 685	14 891 811			5-Set	3º desemb. var.	0,844%
CP III Linha do Norte-D	10-11-2000	25 937 491	25 937 491	5-09-2011	5-09-2020	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,844%
Ligação ao Algarve-A	08-10-2001	90 000 000	90 000 000	5-09-2012	5-09-2021	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,00834
Linha do Minho-B	08-10-2001	59 855 748	59 855 748	5-09-2012	5-09-2021	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,00834
CP III/2 L. Norte-A	02-10-2002	100 000 000	100 000 000	5-03-2018	5-03-2022	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,00834
CP III/2 L. Norte-B	15-07-2004	200 000 000	200 000 000	5-12-2014	5-12-2023	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,00844
Suburbanos	25-11-2004	100 000 000	95 238 095	5-06-2009	5-06-2024	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,00844
Suburbanos B	14-12-2005	100 000 000	100 000 000	5-09-2010	5-09-2025	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,00844
Suburbanos C	12-10-2006	55 000 000	55 000 000	5-03-2011	5-03-2026	5-Mar	Fixa Revisível	0,0365 0,04247
Ligação ao Algarve-B	02-10-2002	30 000 000	30 000 000	5-03-2018	5-03-2012	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,15%	0,00844
CP III 2 Linha do Norte-C	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	5-06-2017	5-06-2026	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,054%	0,00844
CP III 2 Linha do Norte-D	08-01-2009	100 000 000	100 000 000	5-12-2017	5-12-2026	5-Mar, 5-Jun, 5-Set, 5-Dez	variável BEI, não podendo exceder Euribor 3M +0,056%	0,00844
ReferV	20-08-2008	160 000 000	160 000 000	5-03-2014	5-03-2033	5-Mar	Fixa Revisível	4,786%
ReferVI	10-09-2009	10 000 000	10 000 000	5-09-2018	5-09-2032	5-Set	Fixa Revisível	2,976%
Eurobond 06/26	06-11-2006	600 000 000	600 000 000	5-11-2026	5-11-2026	5-Nov	Fixa	4,047%
Eurobond 09/9	18-02-2009	500 000 000	500 000 000	5-02-2019	5-02-2019	5-Fev	Fixa	5,875%
Eurobond 09/24	16-10-2009	500 000 000	500 000 000	5-10-2024	5-10-2024	5-Out	Fixa	4,675%
Emp. "Schuldschein" Berlin-Hannoversche Hypothekbank	16-07-2000	250 000 000	250 000 000	04-08-2010	04-08-2010	4-Fev	Euribor 6M	1,182%
Emp. "Schuldschein" ABN AMRO BANK (Deutschland) AG	03-04-2001	300 000 000	300 000 000	11-04-2011	11-04-2011	9-Abr		0,980%
Emp. "Schuldschein" WestLB A G	02-10-2002	200 000 000	200 000 000	08-10-2012	08-10-2012	8-Abr	Euribor 6M	1,00%
			3 897 670 526					

FINANCIAMENTOS BEI

SCHULDSCH
Eurobond
ReferV
ReferVI

Os empréstimos BEI, Schuldschein ABN, Schuldschein Westlb, Eurobond 06-26, Eurobond 09-19 e Eurobond 09-24 foram contraídos exclusivamente para financiamento de projectos de investimento em Infra-estruturas de Longa Duração.

Os respectivos juros são pagos trimestral, semestral ou anualmente e postecipadamente.

Nos empréstimos BEI o capital é reembolsado em anuidades iguais e consecutivas, após o período de carência. Os restantes serão amortizados integralmente na maturidade.

Com excepção dos empréstimos BEI REFER V e BEI REFER VI todos os empréstimos beneficiam de aval do Estado.

Em Agosto de 2010 foi integralmente amortizado o empréstimo Schuldschein BHH no valor de 250 milhões de euros.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de Dezembro de 2010:

Financiamentos a Taxa Fixa - Justo Valor

31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Designação	Valor Nominal	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de Juro
BEI - Minho A	25 000 000	15 427 500	16 802 625	4,67% Fixa
	25 000 000	15 900 000	18 078 666	5,80% Fixa
BEI - Tejo C	25 000 000	15 427 500	16 802 625	4,67% Fixa
	25 000 000	15 900 000	18 078 666	5,80% Fixa
BEI - CPIIB	29 927 874	1 995 192	2 030 890	3,928% Fixa
BEI - Suburbano s B	100 000 000	95 238 095	97 653 807	3,615% Fixa
BEI - Suburbano s C	55 000 000	55 000 000	59 033 782	4,247% Fixa
BEI - REFER V	160 000 000	160 000 000	180 537 113	4,786% Fixa
BEI - REFER VI	110 000 000	110 000 000	105 143 045	2,976% Fixa
Eurobond 06/26	600 000 000	600 000 000	361 410 010	4,047% Fixa
Eurobond 09/19	500 000 000	500 000 000	449 749 224	5,875% Fixa
Eurobond 09/24	500 000 000	500 000 000	350 394 249	4,675% Fixa
		2 084 888 287	1 675 714 701	

5. Actividade de Gestão da infra-estrutura

5.1 Activos Fixos Tangíveis

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis e respectivas rubricas de depreciações.

31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	01-01-2010	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Imp. Missão Investimento	31-12-2010
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	4 844 786					4 844 786
Edifícios e Outras Construções	35 884 733	80 486		- 80 486		35 884 733
Equipamento Básico	22 245 707	- 80	484 418	- 4 286		22 725 759
Equipamento de Transporte	7 473 979		33 279	- 895 948		6 611 310
Ferramentas e Utensílios	532 189		22 003			554 192
Equipamento Administrativo	10 325 682	80	580 218	- 286 575		10 619 405
Outros AFT	458 587		170			458 757
Activos em curso	390 504	1577	162 145			554 226
Total do Activo Fixo Tangível Bruto	82 156 167	82 063	1 282 233	- 1 267 295		82 253 167

Unidade de medida: euro

Depreciações	01-01-2010	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Imp. Missão Investimento	31-12-2010
Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	9 179 900		852 137		261 676	10 293 712
Equipamento Básico	13 216 284		1 206 511	- 4 286	212 904	14 631 413
Equipamento de Transporte	7 145 519		86 452	- 885 080	28 640	6 375 531
Ferramentas e Utensílios	516 829		27 058		1 547	545 434
Equipamento Administrativo	9 461 655		457 288	- 285 710	174 514	9 807 747
Outros AFT	385 941		5 913		1818	393 672
Total das Depreciações	39 906 126		2 635 360	- 1 175 075	681 099	42 047 510
Total do Activo Fixo Tangível Líquido	42 250 040	82 063	- 1 353 127	- 92 219	- 681 099	40 205 657

31 de Dezembro de 2009

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	01-01-2009 (reexpresso)	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Imp. Missão Investimento	31-12-2009 (reexpresso)
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	4 568 834	275 952				4 844 786
Edifícios e Outras Construções	34 416 627	1811992	115 710	- 459 595		35 884 733
Equipamento Básico	21511927	- 20 384	791128	- 36 965		22 245 707
Equipamento de Transporte	7 767 834	27 936	28 113	- 349 904		7 473 979
Ferramentas e Utensílios	512 115		20 004			532 119
Equipamento Administrativo	10 401739	98 239	298 083	- 472 380		10 325 682
Outros AFT	457 928		659			458 587
Activos em curso	2 727 547	- 2 410 101	73 058			390 504
Total do Activo Fixo Tangível Bruto	82 364 621	- 216 366	1 326 755	- 1 318 844		82 156 167

Unidade de medida: euro

Depreciações	01-01-2009	Transf	Aumentos	Abates/Reg	Imp. Missão Investimento	31-12-2009
Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	8 077 530		888 367	- 20 693	234 696	9 179 900
Equipamento Básico	11920 492	- 26 436	1051218	- 36 965	307 975	13 216 284
Equipamento de Transporte	7 222 512	26 436	113 397	- 309 453	42 626	7 115 519
Ferramentas e Utensílios	500 984		14 913		932	516 829
Equipamento Administrativo	9 500 042		280 970	- 471292	151935	9 461655
Outros AFT	376 992		6 895		2 054	385 941
Total das Depreciações	37 598 552		2 405 759	- 838 403	740 218	39 906 126
Total do Activo Fixo Tangível Líquido	44 766 069	- 216 366	- 1 079 004	- 480 441	- 740 218	42 250 040

Os activos fixos tangíveis implantados em propriedade alheia não sofreram qualquer alteração desde 2008, apresentando o seguinte detalhe:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Terreiro do Paço	42 040	42 040
Edifício ART'S	468 804	468 804
	510 844	510 844

As instalações do Terreiro do Paço são as que constam no Despacho conjunto nº 261/99, relacionado com o "estabelecimento da concessão CP e respectivas obras de melhoramento ocorridas em 31.12.1999.

Contratos de Locação Financeira

A REFER regista os activos adquiridos através de contratos de locação financeira em activos tangíveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 os contratos de locação em vigor referem-se a três viaturas, sendo os respectivos valores como segue:

Unidade de medida: euro

Designação	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido 2010	Valor Dívida 2010
Matricula 97-GN-03	51015	- 38 261	12 754	30 650
Matricula 97-GN-04	51015	- 38 261	12 754	30 650
Matricula 10-GO-71	51015	- 38 261	12 754	30 650
	153 044	- 114 783	38 261	91 950

Apresentamos de seguida o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, não canceláveis, nos contratos de locação financeira que a REFER celebrou:

Unidade de medida: euro

Descrição	Inferior a 1 ano	Entre 1 e 5 anos
De acordo com o contrato celebrado		
97-GN-03	11680	18 970
97-GN-04	11680	18 970
10-GO-71	11680	18 970
	35 041	56 909
Valor presente da dívida	22 142	45 238

5.2 Activos Intangíveis

Os movimentos ocorridos em 2010 e 2009 nas rubricas dos Activos Intangíveis e respectivas amortizações foram:

31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	01-01-2010	Transf/Reg	Aumentos	Imp. Missão Investimento	31-12-2010
Activos Intangíveis					
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	662 768				662 768
Programas de Computador	17 190 825		3 830		17 194 654
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Activo Intangível em Curso	1633 118		212 244		1845 362
Total do Activo Intangível Bruto	19 516 639		216 073		19 732 712

Unidade de medida: euro

Amortizações	01-01-2009	Transf/Reg	Aumentos	Imp. Missão Investimento	31-12-2009
Activos Intangíveis					
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	625 047		11769	7 091	643 907
Programas de Computador	15 719 929		776 587	303 760	16 800 276
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Total das Amortizações	16 374 903		788 355	310 852	17 474 111
Total do Activo Intangível Líquido	3 141 735		- 572 282	- 310 852	2 258 601

31 de Dezembro de 2009

Unidade de medida: euro

Valor Bruto	01-01-2009	Transf/Reg	Aumentos	Abates	31-12-2009
Activo Intangíveis					
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	633 245	153 828		- 124 305	662 768
Programas de Computador	16 378 348	803 216	9 261		17 190 825
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928				29 928
Activo Intangível em Curso	1569 285	- 901454	965 287		1633 118
Total do Activo Intangível Bruto	18 610 807	55 590	974 548	- 124 305	19 516 639

Unidade de medida: euro

Amortizações	01-01-2009	Transf/Reg	Aumentos	Abates	Imp. Missão Investimento	31-12-2009
Activos Intangíveis						
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	615 207	-	8 761	-	1079	625 047
Programas de Computador	14 545 791	-	876 311	-	297 827	15 719 929
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 928	-		-	-	29 928
Total das Amortizações	15 190 926		885 072		298 906	16 374 903
Total do Activo Intangível Líquido	3 419 881	55 590	89 476	- 124 305	- 298 906	3 141 735

O aumento registado em Activo intangível em curso diz respeito a desenvolvimento de sistemas informáticos.

5.3 Investimentos em Subsidiárias

Durante os exercícios de 2010 e 2009 os investimentos em subsidiárias registaram os seguintes movimentos:

Unidade de medida: euro

Subsidiárias	2010	2009 reexpresso
Saldo inicial	19 286 631	10 795 624
Aumentos (cobertura de prejuízos)		8 491 007
Imparidades (Nota 5.22)	- 1 000 000	
Transferência (Rave)	1 000 000	
Saldo final	19 286 631	19 286 631

Como referido na nota 2.1.1, a REFER alterou a política contabilística relativa à mensuração dos seus investimentos financeiros em empresas subsidiárias, passando a registá-los ao custo de aquisição, tendo efectuado a reexpressão das suas demonstrações financeiras em conformidade (ver nota 2.1.1).

Em 2010, o investimento financeiro na RAVE foi classificado como subsidiária e objecto de ajustamento, por imparidade (Ver Nota.5.22).

Em 2009, a REFER efectuou uma entrada de capital na INVESFER, para cobertura de prejuízos, no montante de 8.491.007 euros. Esta operação foi efectuada mediante a compensação do empréstimo de financiamento que a REFER havia efectuado àquela empresa. Assim o movimento positivo nesta rubrica de 8.851.151 euros teve a sua contrapartida na rubrica de empréstimos e contas a receber, dado ter-se utilizado o valor adicional de 360.145 euros para regularização de valores devidos decorrentes da actividade operacional.

Detalhe das Partes de Capital em Empresas Subsidiárias:

Participação

Empresas	2010	2009
FERBRITAS	98,43%	98,43%
Empreend. Industriais e Comerciais, S.A. Rua José da Costa Pedreira nº11- Lisboa		
INVESFER	99,997%	99,997%
Promoção e Com. De Terrenos e Edif., S.A. Palácio de Coimbra - Rua de Santa Apolónia nº 53 - Lisboa		
REFER TELECOM	100,00%	100,00%
Serviços de Telecomunicações, S.A. Rua Passeio do Báltico, 4 - 1990-036 Lisboa		
CP COM - Exploração de Espaços Comerciais da CP, S.A.	80,00%	80,00%
Av. Da República, 90 Galeria Fracção 4 - Lisboa		
RAVE	40,00%	
Av D.João II Lote 107.2.1, 1º Piso - Parque das Nações - Lisboa 1990 -096 Lisboa		

5.4 Investimentos em Associadas

Como referido na nota 2.1.1, a REFER alterou a política contabilística relativa à mensuração dos seus investimentos financeiros em empresas associadas, passando a registá-los ao custo de aquisição, e efectuou a reexpressão das suas demonstrações financeiras em conformidade (ver nota 2.1.1).

Unidade de medida: euro

Associadas	2010	2009 reexpresso
Saldo inicial	1 000 000	1 000 000
Transferências (Rave)	- 1000 000	
Saldo final		1 000 000

A participação financeira na empresa GIL encontra-se totalmente ajustada, como resultado dos sucessivos prejuízos que esta empresa tem vindo a acumular ao longo dos vários exercícios (ver nota 5.23).

Detalhe das Partes de Capital em Empresas Associadas:

2010

Unidade de medida: euro

Empresas	Participação	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Total de Activos	Total de Passivos	Rendim. do período	Valor da Demonstração de posição financeira
Associadas							
GIL	33,98%	- 8 928 657	- 1 228 564	78 248 58	87 176 815	5 377 667	0
Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 115 1990-233 Lisboa							

2009

Unidade de medida: euro

Empresas	Participação	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Total de Activos	Total de Passivos	Rendim. do período	Valor da Demonstração de posição financeira
Associadas							
GIL	32,98%	- 7 428 975	- 1 905 571	79 676 321	87 105 296	5 387 752	0
Gare Intermodal de Lisboa, S.A. Av.D. João II, Estação do Oriente, lote 115 1990-233 Lisboa							
RAVE	40,00%	21819 360	2 867 574	37 350 297	15 530 937	26 484 033	1000 000
Av D.João II Lote 107.2.1, 1º Piso- Parque das Nações - Lisboa 1990-096 Lisboa							

O aumento registado na participação detida na empresa GIL, resulta da doação de 1% efectuada pela Parque Expo, conforme contrato de transmissão de acções, datado de Fevereiro de 2010.

5.5 Categorias de acordo com a IAS 39

31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Empréstimos concedidos e contas a receber	Activos financeiros justo valor por via de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda	Passivos financeiros justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Activos e passivos não financeiros	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.11)	163 319						163 319
Clientes e Outras contas a receber (Nota 5.10)	69 436 144					13 157 332	82 593 475
Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.9)		29 949 075					29 949 075
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 5.6)			31 875				31 875
Total activos financeiros	69 599 462	29 949 075	31 875			13 157 332	112 737 745
Passivos							
Não correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 5.12)					-1094 282 418		-1094 282 418
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 5.13)					- 1297 631		- 1297 631
Correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 5.12) (i)					-1350 177 826		-1350 177 826
Instrumentos financeiros derivados passivos (Nota 5.7)				- 89 282 049			- 89 282 049
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 5.13) (i)					- 158 306 225	- 4 701 414	- 163 007 640
Total passivos financeiros				- 89 282 049	-2 604 064 100	- 4 701 414	-2 698 047 563

(i) Para efeitos de apresentação do quadro anterior, incluiu-se os excedentes de tesouraria obtidos de entidades relacionadas (17.100.000 euros: ver Notas 5.13 e 8.2) na rubrica de empréstimos obtidos correntes.

31 de Dezembro de 2009

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Empréstimos concedidos e contas a receber	Activos financeiros justo valor por via de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda	Passivos financeiros justo valor por via de resultados	Outros passivos financeiros	Activos e passivos não financeiros	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.1f)	635 789						635 789
Clientes e Outras contas a receber (Nota 5.1d)	74 841 895					10 617 059	85 458 255
Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.9)		26 947 070					26 947 070
Empréstimos e contas a receber (Nota 5.7)	2 497 861						2 497 861
Activos financeiros disponíveis para venda (n)			31 875				31 875
Total activos financeiros	77 974 845	26 947 070	31 875			10 617 059	115 570 850
Passivos							
Não correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 5.12)					-1093 660 099		-1093 660 099
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 5.13)					- 1297 631		- 1297 631
Correntes							
Empréstimos obtidos (Nota 5.12) (i)					- 569 976 255		- 569 976 255
Instrumentos financeiros derivados passiv				- 99 504 050			- 99 504 050
Fornecedores e outras contas a pagar (No					- 146 165 407	- 4 055 207	- 150 220 614
Total passivos financeiros				- 99 504 050	- 1 811 099 392	- 4 055 207	- 1 914 658 650

- (i) Para efeitos de apresentação do quadro anterior, incluiu-se os excedentes de tesouraria obtidos de entidades relacionadas (22.075.000 euros: ver Notas 5.13 e 8.2) na rubrica de empréstimos obtidos correntes.

Apresenta-se de seguida a desagregação dos activos e passivos financeiros ao justo valor por via de resultados de acordo com os níveis definidos na IFRS7:

31 de Dezembro de 2010

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros justo valor por via de resultados		29 949 075		29 949 075
		29 949 075		29 949 075
Passivos financeiros				
Passivos financeiros justo valor por via de resultados		- 89 282 049		- 89 282 049
		- 89 282 049		- 89 282 049

31 de Dezembro de 2009

Unidade de medida: euro

Classe de acordo com IAS 39	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros justo valor por via de resultados		26 947 070		26 947 070
		26 947 070		26 947 070
Passivos financeiros				
Passivos financeiros justo valor por via de resultados		- 99 504 050		- 99 504 050
		- 99 504 050		- 99 504 050

5.6 Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de activos disponíveis para venda inclui os seguintes investimentos:

Unidade de medida: euro

Activos disponíveis para venda	2010	2009
Valor bruto da participação		
Fernave	64 494	64 494
Metro Mondego	26 875	26 875
CRV	5 000	5 000
	96 369	96 369
Detalhe da imparidade		
Fernave	64 494	64 494
Metro Mondego		
CRV		
	64 494	64 494
Valor líquido da participação		
Fernave		
Metro Mondego	26 875	26 875
CRV	5 000	5 000
	31 875	31 875

Estes instrumentos de capital próprio não se encontram cotados num mercado activo, estando registados ao custo deduzido de perdas de imparidade conforme a política divulgada na Nota 2.2 g).

A participação detida na FERNAVE é de 10% e no Metro Mondego é de 2,5%. Em relação à CVR – Centro para a Valorização Resíduos, trata-se de 10 unidades de participação.

O investimento na FERNAVE, encontra-se totalmente ajustado por imparidade, uma vez que os capitais próprios (versão provisória) desta ascendem a um valor negativo de 4.145.986 euros (1.407.788 euros em 2009).

5.7 Empréstimos e contas a receber

Apresentamos de seguida os empréstimos concedidos a empresas em que a REFER detém participações financeiras, não constituindo instrumentos de capital dessas entidades:

Unidade de medida: euro

Empresa	2010	2009
Empréstimos a subsidiárias (Nota 8.2)		997 861
		997 861
Empréstimos a associadas (Nota 8.3)	4 823 784	1500 000
Imparidades em empréstimos	-4 823 784	
		1 500 000
		2 497 861

O empréstimo concedido à **Ferbritas (empresa subsidiária)** foi pago no decorrer de 2010.

Em 2010 foram reforçados os suprimentos a **empresas associadas (GIL)**, com fim a garantir o cumprimento de responsabilidades assumidas por aquela empresa. Estes suprimentos foram objecto de ajustamento por imparidade neste exercício (ver nota 5.19), atendendo ao risco de crédito dos saldos a receber desta entidade.

5.8 Inventários

Descrição	Unidade de medida: euro	
	2010	2009
Mat.-primas, subsidiárias e de consumo	14 638 615	13 964 004
Mercadorias em trânsito	82 479	545 205
Imparidade em inventários	- 228 698	- 91 159
GESTÃO INFRA-ESTRUTURA	14 492 397	14 418 050

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo refere-se aos diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção de infra-estruturas.

Numa base periódica e tendo como objectivo quantificar o ajustamento de perdas em inventários é efectuada inventariação física de stocks, e uma análise dos mesmos. Assim, a imparidade refere-se:

- a materiais que estão obsoletos ou depreciados tecnicamente e que não podem ser utilizadas na actividade da REFER, podendo eventualmente ser objecto de venda no caso de aparecer comprador interessado;
- a uma comparação entre o preço de mercado dos materiais, e o valor pelo qual estes se encontram registados;

Da análise efectuada no final do exercício de 2010 concluiu-se que o ajustamento por imparidade dos inventários deveria ser reforçado em 137.539 euros (Nota 5.19).

5.9 Instrumentos Financeiros Derivados

A REFER utiliza instrumentos financeiros derivados com o objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeita.

De acordo com as suas políticas financeiras, a REFER não utiliza derivados para especulação.

Apesar de os derivados contratados corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IAS 39 (ver Nota 2.2. alínea f)). Assim, optou-se por considerar a carteira de derivados como de negociação e, conseqüentemente, não qualificar nenhuma das posições como instrumento de cobertura contabilística.

Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são classificados como derivados de negociação na categoria de activos e passivos

financeiros ao justo valor através de resultados. Os derivados de negociação são registados na demonstração da posição financeira pelo seu justo valor e as variações do mesmo são reconhecidas em resultados financeiros. À data de 31 de Dezembro de 2010 e de 31 de Dezembro de 2009, o valor nominal da carteira de derivados da REFER, ascendia a 2,750 milhões de euros e 2,900 milhões de euros, respectivamente, num passivo financeiro global de 6,015 milhões de euros em 2010 e de 5,516 milhões de euros em 2009.

Apresenta-se de seguida o justo valor dos derivados existentes:

31 de Dezembro de 2009

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor (€)		Variação Justo Valor Dez 09/ Dez 08 (€)		Montante Nominal (milhões €)	Maturidade
			Activo	Passivo	<0	>0		
Logo II	100%	Plain vanilla			- 3 122 650		0 (1)	30-01-2009
Schuldschein BHH	100%	Plain vanilla		- 5 502 447	- 4 970 960		250	04-06-2010
Schuldschein ABN	100%	Cap KO (Eur 6m < 5,80%)		- 8 708 062	- 6 519 449		300	10-04-2011
Schuldschein West LB	100%	Digital Cap (Stibor 2m < 6,25%; Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6,00%)		- 626 647	- 89 429		200	08-10-2012
Schuldschein West LB	100%	Cap KO (Eur 6m < 6%)		- 9 137 552	- 7 006 298		200	08-10-2012
Eurobond 05/15		Dual Range (10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)		- 8 292 462			150	11-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	11324 680		29 181 541		150	11-03-2015
Eurobond 05/15	100%	Plain vanilla	11302 116		5 394 877		150	11-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	4 310 264		6 002 116		150	11-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla		- 37 991 357	4 310 264		150	11-03-2015
Eurobond 08/21	100%	Cap KO (Eur 2m < 7%)		- 15 589 408	2 831 920		300	11-03-2015
Eurobond 06/26	50%	Cap KO (Eur 2m < 6,50%)		- 8 477 338	- 1730 481		200	11-11-2026
Eurobond 06/26		Long Cap		- 1143 205	- 4 376 689		100	11-11-2026
Eurobond 09/24	50%	Plain vanilla		- 4 035 572	- 4 035 571		250	11-10-2024
			24 947 070	- 99 504 050	- 33 154 723	47 720 018	2 900	

31 de Dezembro de 2010

Instrumento Coberto	% Cobertura	Descrição	Justo Valor (€)		Variação Justo Valor Dez 10/ Dez 09 (€)		Montante Nominal (milhões €)	Maturidade
			Activo	Passivo	<0	>0		
Schuldschein BHH	100%	Plain vanilla				5 502 447		
Schuldschein ABN	100%	Cap KO (Eur 6m < 5,80%)		- 3 137 111		5 570 881		11-04-2011
Schuldschein West LB	100%	Digital Cap (Stibor 2m < 6,25%; Euribor 12m < 6,25%; Eur 6m < 6,00%)		- 219 143	407 504		200	08-10-2012
Schuldschein West LB	100%	Cap KO (Eur 6m < 6%)		- 8 699 802	977 750		200	08-10-2012
Eurobond 05/15	100%	Dual Range (10Y GBP-10Y EUR Spread) e (10Y-2Y EUR Spread)		- 11 966 687	- 3 074 225		150	11-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	13 586 357		2 251 667		150	11-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla	7 727 973		3 417 709		150	11-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla		- 13 704 722	- 13 704 722		150	11-03-2015
Eurobond 05/15		Plain vanilla		- 11302 116			300	11-03-2015
Eurobond 05/15		10Y-2Y EUR Spread Rib		- 25 268 223	12 723 04		300	11-03-2015
Eurobond 08/21	100%	Cap KO (Eur 2m < 7%)		- 17 321 074	- 1731 666		500	11-11-2026
Eurobond 06/26	50%	Cap KO (Eur 2m < 6,50%)		- 9 757 779	- 1280 441		200	11-11-2026
Eurobond 06/26		Long Cap	2 945 336		3 488 542		100	11-11-2026
Eurobond 06/26		Fixed-Fixed Swap/ton Bemuda		- 347 487	- 347 487		100	11-11-2026
Eurobond 09/24	50%	Plain vanilla	6 289 409		10 324 980		250	11-10-2024
			29 949 075	- 89 282 049	- 31 440 657	44 664 643	2 750	

5.10 Clientes e Outras Contas a Receber

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Clientes	32 420 708	28 862 773
Adiantamento a fornecedores		767 022
Outros devedores	36 815 239	43 986 248
Acréscimos de rendimentos	1047 928	1992 174
Gastos a Reconhecer	6 159 677	6 423 656
Impostos e contribuições a recuperar	6 149 925	3 426 382
	82 593 475	85 458 255

Os saldos de **clientes e outras contas a receber** constituem saldos correntes, pelo que se aproximam do seu justo valor.

Os clientes decompõem-se como segue:

Unidade de medida: euro

Clientes	2010	2009
Clientes - Empresas subsidiárias (Nota 8.2)	2 946 829	
Clientes - Empresas associadas (Nota 8.3)	12 361	
Clientes - Outras entidades relacionadas (Nota 8.4)	26 650 676	27 169 175
Clientes Diversos	2 810 841	1693 598
	32 420 708	28 862 773

Os débitos a **clientes-outras entidades relacionadas** (CP, CP Carga) e **clientes diversos** (Fertagus Takargo e Fernave), incluem essencialmente as taxas de utilização cobradas às entidades que utilizam as infra-estruturas, e também os débitos efectuados aos operadores de serviços prestados no âmbito da actividade comercial, manobras, capacidade pedida e não utilizada, utilização de estações, serviço de informação ao público, estacionamento de material circulante e outros serviços.

Os outros devedores apresentam-se como segue:

Unidade de medida: euro

Outros devedores	2010	2009
Outros devedores - Empresas subsidiárias (Nota 8.2)		1993 741
Outros devedores - Empresas associadas (Nota 8.3)		436 575
Outros devedores diversos	39 078 941	43 529 511
Ajustamentos de outros devedores	- 2 263 702	- 1973 578
	36 815 239	43 986 248

Na rubrica de **outros devedores**, cerca de 38% (36% em 2009) diz respeito à concretização parcial do Protocolo com o Município de Aveiro para a Construção da Nova Estação Ferroviária – Interface Rodo ferroviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente.

Inclui-se também o montante de pedidos de reembolso já efectuados, mas ainda não recebidos, referentes à missão do Gabinete Metro Sul do Tejo (Despacho do Secretário de Estado dos Transportes – nº9.03/2004/SET de 11/03/2004) é em 2010 de 616.982 euros (2009: 1.047.389 euros).

Esta rubrica inclui ainda valores de expropriações colocados à ordem dos Tribunais, até decisão conclusiva dos referidos processos de expropriação.

Também o valor de liquidado de IVA referente a inversão do sujeito passivo de 377.229 euros (1.433.522 euros em 2009); ou seja é valor de IVA que a REFER teve que liquidar IVA com base nos autos de medição efectuados e que por diferença temporal na recepção da factura, não estavam criadas as condições para a dedução respectiva.

A redução verificada no ano, na rubrica de outros devedores, refere-se ao pagamento efectuado pela Ifervisa, no montante de 4.350.000 euros, relativos a terrenos adquiridos em 2004 à REFER, e cujo montante estava em dívida desde essa altura.

O **ajustamento para outros devedores** é de 2.263.703 euros, cujo reforço, após análise efectuada à probabilidade de cobrança de saldos, foi de 290.124 euros (Nota 5.19). Este aumento encontra-se registado na rubrica "Ajustamentos de inventários e de contas a receber" da Demonstração dos Resultados.

O ajustamento é constituído pelos saldos da Benateras – 6.818 euros – que data de 2001 a 2003,; da Aetur – 22.070 euros – que data de 2003 a Janeiro de 2006; e da O2 – 1.805.995 euros. O reforço efectuado no exercício de 2010 refere-se às entidades que estão em processo de insolvência ou que foram encerradas.

Quanto à rubrica de **acréscimos de rendimentos** diz respeito a rendimentos operacionais, destacando-se o montante referente à especialização da electricidade

de tracção (cerca de 64% do total), facturados em 2011 mas referentes a períodos de 2010.

A rubrica de **gastos a reconhecer** inclui o valor de 4.867.078 euros (5.186.177 euros em 2009) referente ao ajustamento à taxa de juro efectiva dos empréstimos obrigacionistas Eurobond 06/26, Eurobond 09/19 e Eurobond 09/24 alocados à Missão Investimento.

Quanto à rubrica de **impostos e contribuições a recuperar** é composta pelo valor de reporte de IVA dos períodos de Maio, Agosto, Setembro e Outubro de 2010 no valor de 6.046.963 euros, tendo o valor dos pedidos de Maio a Setembro sido reembolsados em Janeiro e Fevereiro de 2011.

O saldo devedor à Segurança Social no montante de 102.962 euros, é justificado por a REFER ser entidade centralizadora, e neste âmbito, substituir-se temporariamente à Segurança Social, pelo pagamento devido aos trabalhadores na situação de baixas/licenças médicas.

5.11 Caixa e Equivalentes a Caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da demonstração da posição financeira.

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Numerário	11711	24 865
Depósitos bancários	151607	610 924
Caixa e Equivalentes	163 319	635 789

5.12 Empréstimos Obtidos

5.12.1 Dívidas a Instituições de Crédito

Apresenta-se a seguinte discriminação de Empréstimos correntes e não correntes para financiamento da Actividade de Gestão de Infra-estrutura:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Empréstimos não correntes		
Empréstimos Obrigacionistas	1094 225 508	1093 542 096
Locação financeira (Nota 5.1)	56 909	118 003
	1 094 282 418	1 093 660 099
Empréstimos correntes		
Dívidas a instituições de crédito	1333 042 785	547 876 504
Locação financeira (Nota 5.1)	35 041	24 751
	1 333 077 826	547 901 255
	2 427 360 243	1 641 561 354

A rubrica de empréstimos correntes inclui o montante de 5.455 milhares de euros (2009: 17.710 milhares de euros) referente a juro corrido e gastos a reconhecer de empréstimos afectos à Gestão de Infra-estrutura, por via do reconhecimento do custo amortizado.

Em 31 de Dezembro de 2010 a REFER detinha 1,006.75 milhões de euros em papel comercial e cerca 320.8 milhões de euros em descobertos bancários, classificados em "Dívidas a instituições de crédito".

5.12.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de gestão da infra-estrutura

31 de Dezembro 2010

Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Custo amortizado	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
					Data inicial	Data final	Periodicidade		
Sem Aval do Estado									
REFER Eurobond 2005/2015	16-03-2005	600 000 000	600 000 000	598 035 141	16-03-2015		Bullet	16-Mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021	30-11-2006	500 000 000	500 000 000	496 190 367	13-12-2021		Bullet	13-Jan	4,25%
			1 100 000 000	1 094 225 508					

Termos e prazos de reembolso dos empréstimos para financiamento de gestão da infra-estrutura

31 de Dezembro 2010

Designação	Data de assinatura	Montante (€)	Capital em dívida	Custo amortizado	Amortização			Pagamento de Juros	Taxa de Juro
					Data inicial	Data final	Periodicidade		
Sem Aval do Estado									
REFER Eurobond 2005/2015	16-03-2005	600 000 000	600 000 000	597 616 452	16-03-2015		Bullet	16-Mar	4,00%
REFER Eurobond 2006/2021	30-11-2006	500 000 000	500 000 000	495 925 644	13-12-2021		Bullet	13-Jan	4,25%
				1 100 000 000	1 093 542 096				

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de Dezembro de 2010:

Financiamentos a Taxa Fixa - Justo Valor

31 de Dezembro 2010

Designação	Valor Nominal (€)	Capital em dívida	Justo Valor	Taxa de Juro
Eurobond 05/15	600 000 000	600 000 000	546 233 345	4% Fixa
Eurobond 06/21	500 000 000	500 000 000	368 023 303	4,25% Fixa
		1 100 000 000	914 256 648	

5.13 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009 (reexpresso)
Passivos não correntes		
Fornecedores e outras contas a pagar		
Fornecedores (nota 2.11)	1297 631	1297 631
		1 297 631
Passivos correntes		
Fornecedores e outras contas a pagar		
Fornecedores	50 274 967	48 140 291
Impostos e contribuições a pagar	3 789 961	2 934 190
Financiamentos obtidos de entidades relacionadas	17 100 000	22 075 000
Outros Credores	21628 429	21170 186
Acréscimos de Gastos	85 105 199	76 854 930
Rendimentos a Reconhecer	911454	1 121 018
GESTÃO INFRA-ESTRUTURA	178 810 009	172 295 614

A decomposição da rubrica de fornecedores apresenta-se de seguida:

Unidade de medida: euro

Fornecedores	2010	2009
Passivos correntes		
Fornecedores - Empresas subsidiárias (Nota 8.2)	12 483 177	4 119 956
Fornecedores - Empresas associadas (Nota 8.3)	331 531	
Fornecedores - Outras entidades relacionadas (Nota 8.4)	3 030 674	138 1095
Fornecedores - Retenção de garantias	877 988	876 807
Fornecedores - Facts Recepção e Conf.	4 643 815	12 321 362
Fornecedores - Diversos	28 907 782	29 441 072
	50 274 967	48 140 291

Os impostos e contribuições a pagar detalham-se como segue:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
IRS Retido	978 199	885 698
Contribuições para a segurança social e CGA	1977 538	1954 978
Iva	733 115	
Outros impostos	101 109	93 514
	3 789 961	2 934 190

Os saldos de IRS e Segurança Social são os correspondentes ao processamento dos vencimentos de Dezembro/2010, entregues ao Estado em Janeiro/2011. Em relação aos Outros Impostos, dizem respeito ao Imposto de Selo processado também em Dezembro/2010 e igualmente entregue em Janeiro 2011.

O IVA a pagar respeita ao período de Dezembro de 2010, tendo o imposto em causa sido liquidado em Fevereiro.

Os **financiamentos obtidos de entidades relacionadas** são como segue:

Unidade de medida: euro

Financiamentos obtidos de entidades relacionadas	2010	2009
Empresas subsidiárias (Nota 8.2)	17 100 000	22 075 000
	17 100 000	22 075 000

Os montantes registados referem-se a aplicações de excedentes de tesouraria, (ver nota 5.22).

De seguida apresenta-se o detalhe dos saldos evidenciados como **outros credores**:

Unidade de medida: euro

Outros credores	2010	2009
Outros credores - Empresas subsidiárias (Nota 8.2)	1469 429	1339
Outros credores - Empresas associadas (Nota 8.3)		315 461
Outros credores - Outras entidades relacionadas (Nota 8.4)		59 161
Outros credores - Diversos	20 159 001	20 794 225
	21 628 429	21 170 186

Do total de **outros credores diversos**, a rubrica mais significativa é a de adiantamentos por conta de vendas (incluída em devedores diversos), no montante de cerca de 17.606 milhares de euros (16.693 milhares de euros em 2009) da qual cerca de 76% é referente a um Contrato de Promessa de Compra e Venda assinado em 28/07/2000, sobre um Direito de Superfície concedido, cuja escritura ainda não se concretizou, continuando no entanto a receber-se os valores acordados no referido Contrato de Promessa de Compra e Venda.

Esta rubrica inclui ainda valores já recebidos ao abrigo de protocolos com diversas entidades e em relação aos quais não estão cumpridos os condicionalismos para o reconhecimento do crédito, nomeadamente os despachos de desafecção de domínio público ferroviário, dos bens em causa

A rubrica de **acréscimos de gastos** inclui o valor de 67.442 milhares de euros (53.120 milhares de euros em 2009) de juros corridos com os empréstimos afectos à Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração.

Esta rubrica regista ainda as responsabilidades com férias e subsídios de férias de 2010 devidas em 2011, que representa 15% do saldo de 2010 (18% do saldo em 2009). Regista também rendas de instalações e custos diversos de 2010 não facturados pelas respectivas entidades até final do respectivo exercício.

Os **rendimentos a reconhecer** incluem 747.516 euros (899.772 euros em 2009) referente ao valor a integrar na proporção das respectivas amortizações do estabelecimento industrial de creosotagem de travessas de madeira, integrada em activo fixo tangível em 2007.

Pela aplicação do Regulamento nº 473/2010 de 6 de Maio de 2010, a REFER passou a debitar e creditar os valores referentes a "Melhoria de Desempenho" (MD) e calculados de acordo com o referido Regulamento. Encontra-se assim registado o valor de 30.345 euros na rubrica de **outros credores**, referente ao prémio calculado no corrente ano e a distribuir pelos operadores.

5.14 Provisões

O desdobramento das Provisões acumuladas e respectivos movimentos em 2010 é o seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	01-01-2010	Aumento	Redução	31-12-2010
Processos judiciais em curso	11702 371	1547 444	1847 117	11402 697
Provisão para reestruturação		3 974 393		3 974 393
	11 702 371	5 521 837	1 847 117	15 377 091

Unidade de medida: euro

Descrição	01-01-2009	Aumento	Redução	31-12-2009
Processos judiciais em curso	10 568 997	1 133 374		11702 371
	10 568 997	1 133 375		11 702 371

Os montantes registados em provisão resultam da identificação de situações em que a REFER espera que seja provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, razoavelmente estimável, seja exigida para liquidar a obrigação.

A provisão dos **processos judiciais em curso** inclui os processos cíveis e processo de relações de trabalho. Os processos judiciais provisionados referem-se a acidentes e pedidos de indemnização por estragos e ocupação de terrenos, decorrentes de obras de intervenção no âmbito da actividade de melhoria e conservação de ILD's entre outros de menor relevância.

A provisão para **reestruturação** assenta nas rescisões de Contrato de Trabalho por Mútuo Acordo a concretizar em 2011, prosseguindo a acção já iniciada em 2010. Estas acções resultam do Plano de Supressão e Automatização de Passagens de Nível, da implementação da nova Estratégia de Manutenção e na reestruturação técnica e funcional organizativa já iniciada em 2010.

5.15 Impostos sobre o rendimento a receber

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
IRC a receber	3 070 977	1 463 884
	3 070 977	1 463 884

Do montante de imposto a recuperar, 630.000 euros dizem respeito aos pagamentos especiais por conta, sendo que 200.000 euros do ano 2003, 40.000 euros do ano 2004 e 40.000 do ano de 2005 foram objecto de pedido de reembolso, de acordo com a legislação fiscal.

O restante valor é originado pelas retenções na fonte de rendimentos de capitais e prediais efectuados pelas entidades devedoras destes rendimentos, liquidado do apuramento do imposto devido de 2010 referente à Tributação Autónoma (ver nota 5.24.2.)

5.16 Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração

5.16.1 Prestações de Serviços

As prestações de serviços detalham-se da seguinte forma:

Descrição	Unidade de medida: euro	
	2010	2009
Utilização de canais (Tarifas)	58 801 453	57 603 605
Energia de Tracção	3 944 251	3 923 249
Manobras/Estac. Material Circulante	3 533 802	3 418 565
Utilização de Estações e Apeadeiros	2 620 778	2 791 521
Capacidade Pedida Não Utilizada	2 569 001	1 382 718
Outros serviços	1 227 550	1 515 731
Informação ao Público	520 451	464 845
Atravessamentos	115 575	159 564
Conservação de Ramais Particulares	80 806	153 635
Responsabilidade de Terceiros		127 406
Prestações de Serviços	73 413 666	71 540 838

Nesta rubrica encontram-se registados os rendimentos associados às prestações de serviços, destacando-se, os rendimentos por utilização das infra-estruturas, ou seja, a taxa de utilização das infra-estruturas ferroviárias, homologada pelo Instituto Nacional de Transportes Ferroviários e debitadas à CP Comboios, CP Carga, à Fertagus e à Takargo.

Esta rubrica inclui, ainda, serviços prestados por funcionários da REFER, no âmbito das manobras de circulação ferroviária, debitados às mesmas entidades, referentes à utilização de complexos ferroviários, débito de energia de tracção, estacionamento de material circulante e utilização de apeadeiros.

5.16.2 Subsídios à Exploração

Em 2010, foram contabilizados 35.850.553 euros a título de Normalização de contas (RCM 96/2010 de 26-11) (36.149.308 euros em 2009), isto é, indemnizações compensatórias, pagas pelo Estado a empresas que prestam um serviço público.

A redução face a 2009 é explicada pelo aumento da taxa de IVA, uma vez que o valor bruto do subsídio é idêntico ao ano anterior e de acordo com o entendimento fiscal, sobre estas indemnizações compensatórias é devido IVA à taxa normal. Assim, do valor recebido, foi liquidado 7.528.616 euros de IVA (7.229.862 euros em 2009)

5.17 Fornecimentos e Serviços Externos

A posição da rubrica de fornecimentos e serviços externos é a seguinte:

Descrição	Unidade de medida: euro	
	2010	2009
Subcontratos	84 367 032	74 510 027
Electricidade	8 820 068	9 468 947
Trabalhos especializados	5 368 694	6 355 083
Vigilância e segurança	4 201 112	4 131 580
Rendas e alugueres	2 489 030	2 251 908
Limpeza, higiene e conforto	1 740 217	1 710 095
Conservação e reparação	1 491 491	1 099 049
Seguros	1 317 765	1 364 371
Comunicações	1 179 043	1 353 588
Água	1 155 126	1 003 773
Combustíveis	1 057 114	889 766
Transportes de pessoal	873 654	862 854
Royalties	817 690	931 368
Publicidade e propaganda	321 791	374 819
Honorários	242 550	266 825
Material de escritório	143 008	221 266
Outros inferior a 200.000 euros	1 094 392	1 545 844
Fornecimentos e Serviços Externos	116 679 778	108 341 163

A rubrica de **subcontratos** refere-se essencialmente à subcontratação dos serviços de manutenção de via, sinalização, telecomunicações e catenária.

Os serviços de manutenção dos sistemas de telecomunicações, são assegurados maioritariamente pela REFER TELECOM, empresa participada, tendo a mensalidade aumentado devido quer ao acréscimo de actividades de consultoria, projecto e fiscalização, quer ao maior número de equipamentos a manter (nomeadamente os

sistemas de videovigilância, as redes de suporte à exploração e a telefonia de exploração).

Os gastos com a subcontratação registaram um acréscimo na ordem dos 13%, sendo a manutenção de via a especialidade com gastos mais significativos. Os novos contratos de manutenção de via das linhas da Beira Alta e Oeste e de controlo de vegetação tiveram início apenas no segundo semestre de 2009, bem como os contratos celebrados em 2010 de prestações de serviços de ataque mecânico pesado na UON e UOC.

A diminuição registada na rubrica de **trabalhos especializados** deve-se à maior preponderância de serviços executados por serviços ligados à actividade em investimentos de infra-estruturas de longa duração.

No que diz respeito a **vigilância e segurança**, bem como à limpeza verifica-se um alinhamento com os valores do exercício transacto, explicado pela estabilização do número e tipologia de instalações abrangidas por estes serviços.

Na rubrica de **rendas e alugueres** a referir o aumento registado nos gastos com contratos de aluguer de viaturas (ver "locações operacionais").

Quanto ao aumento registado em **conservação e reparação** referimos os aumentos verificados nos contratos com prestação de serviços assistência, manutenção e reparação de equipamentos ferroviários e manutenção de sistema de informação de rede de dados.

Locações operacionais

A rubrica de rendas e alugueres inclui 1.481.892 euros (953.649 euros em 2009) relativos ao custo com locações operacionais de viaturas e 87.771 euros (65.532 euros em 2009) com locações operacionais de equipamentos administrativos.

A REFER, à data a que se reporta este Anexo, detém ao seu serviço 394 viaturas (344 viaturas em 2009), e 51 equipamentos administrativos (40 equipamentos em 2009), através de contratos de locação operacional.

Apresentamos de seguida o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, não canceláveis, nos contratos de locação operacional que a REFER celebrou:

Unidade de medida: euro

Descrição	Inferior a 1 ano	Entre 1 e 5 anos
De acordo com contratos celebrados		
Viaturas	1246 780	2 007 988
Equipamentos	57 722	37 724
Valor presente da dívida		
Viaturas	1234 484	1960 252
Equipamentos	57 153	36 905

5.18 Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 repartem-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Remunerações Órgãos Sociais	344 172	372 523
Remunerações do Pessoal	71 112 237	71 113 734
Encargos sobre Remunerações	15 274 947	15 021 385
Gastos de Acção Social	676 960	716 394
Seguros de acidentes de trabalho	675 929	682 247
Outros Gastos com Pessoal	7 180 035	8 955 135
Gastos com Pessoal	95 264 279	96 861 419

Os **outros gastos com pessoal** abrangem, essencialmente, seguros de vida e de saúde, formação, recrutamento, indemnizações e benefícios na utilização de transportes.

Em 2010 verificou-se uma diminuição do número de indemnizações por rescisão pagas a trabalhadores, com cerca de 2.130 milhares de euros (em 2009 era de 3.801 milhares de euros).

A **massa salarial** manteve-se praticamente inalterada 2010, com um aumento de cerca de 0,5% face a 2009.

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa, ao longo do ano de 2010 foi de 3.469 (em 2009 era de 3.518).

Relevam-se, ainda, os encargos da REFER com estruturas representativas dos trabalhadores (informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de Junho de 1980). Para os trabalhadores envolvidos a tempo inteiro – Dirigentes Sindicais e Comissão de Trabalhadores, foram determinados encargos para a estrutura representativa dos trabalhadores, nos exercícios de 2010 e 2009 nos montantes de 188.739 euros e 174.711 euros respectivamente.

A discriminação é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Retribuição mensal	101 185	100 207
Diuturnidades	8 013	8 150
Sub. Férias e Décimo Terceiro Mês	23 051	20 664
Contribuição Patronal	35 833	33 877
Outros	20 657	11 812
Encargos com Estruturas Representativas dos Trabalhadores	188 739	174 711

Os trabalhadores envolvidos nestas estruturas foram os seguintes:

Descrição	2010	2009
A tempo parcial (nº médio)		
Dirigentes sindicais	154	134
Comissão e Subcomissões	26	25
A tempo inteiro		
Dirigentes sindicais	7	7
Comissão e Subcomissões		
Nº de Trabalhadores envolvidos em Estruturas Representativas	186	166

5.19 Imparidades

A decomposição da rubrica de imparidades é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Empresas associadas - suprimentos (ver nota 5.7)	4 889 014	
Outros devedores (ver nota 5.10)	290 307	138 696
Inventários (ver nota 5.8)	137 539	
Imparidades	5 316 860	138 696

Os suprimentos pagos pela REFER à empresa Gil foram objecto de imparidade neste exercício.

5.20 Outros Gastos

A decomposição da rubrica de outros gastos é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009 reexpresso
Gastos Operacionais Diversos	440 583	951967
IMTT	610 743	2 630 016
Impostos Indirectos	462 654	452 094
Quotizações	172 639	149 198
Indemnizações	359 036	443 496
Impostos Directos	7 571	10 147
Outros Gastos	2 053 226	4 636 919

Os **gastos operacionais diversos** incluem essencialmente, os donativos efectuados à Fundação do Museu Nacional Ferroviário no montante de 252.000 euros (250.000 euros em 2009), e à UNICRI no montante de 20.000 (20.000 euros em 2009). A variação ocorrida no período deve-se, essencialmente, à diminuição de abates e revogações de contratos de arrendamento, cuja ocorrência tinha sido significativa em 2009.

A variação IMTT é devida a acertos de facturação real dos anos de 2008 e 2009.

Os impostos indirectos compreendem fundamentalmente o imposto do selo e taxas diversas suportadas nos anos em análise.

5.21 Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de outros rendimentos é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009 Reexpresso
Concessões de utilização e licenças	6 540 675	6 164 133
Outros rendimentos	2 559 912	2 489 747
Telecomunicações	1626 746	1892 775
Cedência de materiais e pessoal	1 188 608	1 123 651
Venda/Cedência energia e água	859 587	1 182 707
Publicidade diversa	502 639	558 282
Aluguer de equipamento	290 251	239 066
Vendas diversas	190 072	986 533
Fundo Conservação Casa	189 891	193 891
Cadernos de encargos	95 912	156 382
Infantários, cantinas e bar	14 822	13 554
Subsídios à formação	131	1062
Outros Rendimentos Operacionais	14 060 247	15 001 782

A rubrica de **concessões e utilização de licenças** inclui essencialmente a concessão de utilização de edifícios e terrenos, cerca de 47%, (32% em 2009), a concessão, licenças e alugueres de espaços comerciais, cerca de 27%, (28% em 2009) e a concessão de parques de estacionamento, cerca de 13% (13% em 2009).

Decorrente da aplicação do Regulamento de Melhoria de Desempenho (ver nota 5.13), como entidade interveniente, foi reconhecido de prémio 115.355,19 euros, incluídos rubrica de outros rendimentos.

Em relação aos **cadernos de encargos**, apesar de não ser muito significativo, poder-se-ia dizer que dada a disponibilização dos dados de concurso através do portal anogov.com, e pela possibilidade de os concorrentes serem reembolsados no caso de não ganharem os concursos justifica a quebra.

As vendas de resíduos e travessas registaram uma diminuição em 2010, o que explica a variação da rubrica de **vendas diversas**.

5.22 Perdas e Ganhos Financeiros

A decomposição da rubrica de perdas e ganhos financeiros é a seguinte:

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009 reexpresso
Perdas Financeiras		
Juros Suportados:		
Empréstimos	- 45 799 026	- 47 636 134
Instrumentos financeiros derivados	- 90 440 444	- 97 532 883
Outros juros suportados	- 168 955	- 101 277
Variação de justo valor :		
Instrumentos financeiros derivados (nota 5.9)	- 31 440 657	- 33 156 723
Outras perdas financeiras	- 6 028 245	- 4 927 099
	- 173 877 326	- 183 354 116
Ganhos Financeiros		
Rend. Tít. Negoc. e de outras aplic. Financeiras	334	897
Juros Obtidos		
Instrumentos financeiros derivados	91 636 550	114 717 050
Outros juros obtidos	70 045	2 592
Variação de justo valor :		
Instrumentos financeiros derivados (nota 5.9)	44 664 663	47 720 018
Outros ganhos financeiros	54	17 937
	136 371 646	162 458 493
Ganhos/Perdas Subsidiárias e Associadas		1 500 000
Ganhos/Perdas em Out. Empresas		- 922 007
Resultados Financeiros	- 37 505 680	- 20 317 629

Os juros suportados dizem respeito a juros de empréstimos obrigacionistas, empréstimos bancários de médio e longo prazo e linhas de curto prazo. Inclui-se ainda nesta rubrica a remuneração paga pelas aplicações de tesouraria de empresas subsidiárias efectuadas junto da REFER (ver nota 5.13.) As subsidiárias são remuneradas à taxa Euribor a 1 semana deduzida de 1 ponto percentual numa base de 365 dias, com taxa de juro mínima de 0,25%.

Nos juros suportados de instrumentos financeiros derivados estão incluídas as operações de swap (perna pagadora e prémios pagos).

A rubrica de juros obtidos inclui os juros auferidos em resultado de aplicações financeiras, outros juros obtidos e os juros obtidos em instrumentos financeiros derivados decorrentes das operações de swap (perna recebedora e prémios recebidos).

As variações negativas no justo valor das operações de instrumentos financeiros derivados são relevadas em Perdas Financeiras e as variações positivas em Ganhos Financeiros. O efeito líquido destas variações ascendia a 13.224 milhões de euros em 2010 (14.563 milhões de euros em 2009).

5.23 Perdas e Ganhos em Subsidiárias e Associadas

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009 reexpresso
Perdas em empresas subsidiárias (Nota 5.3)	-1000 000	
Ganhos em empresas subsidiárias	1000 000	1500 000
Ganhos/Perdas em Subsidiárias		1 500 000

As perdas em empresas subsidiárias compreendem o ajustamento efectuado sobre o investimento financeiro na RAVE, tendo em vista a perspectiva de integração desta empresa na REFER EPE, conforme previsto nas medidas de Consolidação Orçamental do Estado, publicada no Diário da República, 1ª série, em 27/12/2010. De acordo com a perspectiva da Administração, existe risco de recuperação do valor do investimento, face à natureza do património a integrar proveniente da Rave.

Os ganhos em empresas subsidiárias respeitam a dividendos recebidos da REFER TELECOM no montante de 1.000.000 euros (1.500.000 euros em 2009).

5.24 Imposto sobre o Rendimento do Exercício

5.24.1 Impostos diferidos activos e passivos

A REFER não reconheceu nas suas demonstrações financeiras activos e passivos por impostos diferidos.

Em relação a impostos diferidos passivos, não foram identificadas situações que originassem o seu reconhecimento.

No que diz respeito a impostos diferidos activos, existem prejuízos fiscais por utilizar no valor total de 1.016.717.307 euros. No entanto, face à actual conjuntura económica e

os orçamentos dos próximos anos, não se espera que venham a existir lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação das diferenças temporárias activas.

Unidade de medida: euro

Data dos prejuízos	Data limite de reporte	Montante
2005	2011	157 556 515
2006	2012	191 696 681
2007	2013	222 339 125
2008	2014	208 952 175
2009	2015	236 172 810
		1 016 717 306

5.24.2 Imposto sobre o rendimento do exercício

O imposto sobre o rendimento do exercício reconhecido na demonstração de rendimento integral, refere-se à tributação autónoma apurada de acordo com as regras fiscais em vigor a cada data de relato.

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Imposto corrente do exercício	289 154	173 814
	289 154	173 814

6. Demonstração dos resultados internos efectuados para a actividade de investimento em infra-estruturas de longa duração

Os trabalhos internos efectuados para a actividade de investimento em ILD's, que foram reconhecidos na demonstração de rendimento integral, apresentam-se de seguida.

Unidade de medida: euro

Descrição	2010	2009
Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração		
Consumos	133 705	168 111
Materiais para Investimento	33 168 062	17 925 797
Equipamento	24 246	24 234
Mão-de-Obra	1267 103	900 189
Encargos de Estrutura	28 846 643	29 232 016
Total Actividade em Investimentos de Infra-estruturas de Longa Duração	63 439 759	48 250 347

O registo dos trabalhos para a própria empresa é efectuado por contrapartida da respectiva rubrica de gasto.

A variação dos **materiais para investimento** é justificada pelo aumento verificado no investimento, nomeadamente na Linha do Norte (entre Setil e Entroncamento), na reabilitação da Linha do Algarve e na conclusão dos projectos da Variante de Alcácer e Ligação ao Porto de Aveiro.

7. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

Informação a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2005 de 8 de Setembro de 2005 e o art.13º-A, do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto.

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	2010			
			Remun. Principais	Remun. Acessórias	Desc. Patron. SS	Desc. Patron. CGA
Luis Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Regime Normal	97 912	334	23 254	
Alfredo Vicente Pereira	Vice Presidente	Regime Normal	58 507		13 895	
Romeu Costa Reis	Vogal	CGA	85 460	1504	-	6 488
Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	Regime Normal	85 460	752	20 297	
Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	CGA	85 460	1921	20 297	
Remunerações Atribuídas			412 798	4 511	77 743	6 488

Conselho de Administração	Cargo	Regime da Segurança Social	2009			
			Remun. Principais	Remun. Acessórias	Desc. Patron. SS	Desc. Patron. CGA
Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Regime Normal	10 504	525	23 870	
Alfredo Vicente Pereira	Vice Presidente	Regime Normal	93 006	527	22 089	
Romeu Costa Reis	Vogal	CGA	87 737	1253	-	4 758
Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	Regime Normal	87 737	670	20 838	
Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	CGA	87 737	1253	18 094	434
Remunerações Atribuídas			456 723	4 228	84 890	5 192

Os valores postos à disposição da Comissão de Fiscalização foram os seguintes:

Unidade de medida: euro

Entidade	2010			2009		
	Valor mensal	Valor Total	Descontos Patronais para a SS	Valor mensal	Valor Total	Descontos Patronais para a SS
Hilário Manuel Marcelino Teixeira	951	114 12	2 710	951	11406	2 709
Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC	4 392	52 708		4 392	52 707	-
	5 343	64 120	2 710	5 343	64 113	2 709

Os valores evidenciados a favor da Sociedade Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC assumem a forma de honorários de trabalhos especializados.

8. Divulgações com partes relacionadas

8.1 Resumo das entidades relacionadas

As entidades identificadas como partes relacionadas da REFER são as seguintes:

2010

	Relação
Empresas Subsidiárias	
Invesfer	REFER detém 99,997% capital
Ferbritas	REFER detém 98,43% capital
CP Com	REFER detém 80% capital
Refer Telecom	REFER detém 100% capital
RAVE	REFER detém 40% capital
Empresas Associadas	
GIL	REFER detém 33,98% capital
Outras entidades relacionadas	
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

2009

	Relação
Empresas Subsidiárias	
Invesfer	REFER detém 99,997% capital
Ferbritas	REFER detém 98,43% capital
CP Com	REFER detém 80% capital
Refer Telecom	REFER detém 100% capital
Empresas Associadas	
RAVE	REFER detém 40% capital
GIL	REFER detém 33,98% capital
Outras entidades relacionadas	
CP	Relação Domínio - Estado
CP CARGA	Relação Domínio - Estado

8.2 Saldos e transacções com empresas subsidiárias

Os saldos com **empresas subsidiárias** detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Empresa	2010	2009
Saldos a receber		
Invesfer	4 553 612	7 367 631
ILD'S - Saldos a receber (Notas 4.3.3)	4 553 612	7 367 631
Ferbritas		997 861
Empréstimos e contas a receber (Nota 5.7)		997 861
Refer Telecom	1560 898	
CP Com	691491	
Rave	442 990	
Invesfer	234 612	
Ferbritas	16 838	
Clientes (Nota 5.10)	2 946 829	
CP Com		1107 570
Invesfer		570 433
Refer Telecom		315 739
Outros devedores (Nota 5.10)		1 993 741
	7 500 441	10 359 233
Saldos a pagar		
Ferbritas	5 832 537	8 634 118
Invesfer	10 030	540 869
Refer Telecom		161841
ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar	5 842 567	9 336 827
Refer Telecom	10 655 447	3 119 228
Ferbritas	1028 509	136 385
Invesfer	799 100	858 343
CP Com	121	6 000
Fornecedores (Nota 5.13)	12 483 177	4 119 956
Refer Telecom	9 200 000	11450 000
Ferbritas	7 250 000	7 750 000
Invesfer	650 000	2 875 000
Financiamentos obtidos (Nota 5.13)	17 100 000	22 075 000
Invesfer	1469 429	
Ferbritas		1339
Outros credores (Nota 5.13)	1 469 429	1 339
	36 895 172	35 533 122

De seguida apresentam-se as transacções ocorridas no período em análise com as empresas subsidiárias:

Unidade de medida: euro

Empresa	2010	2009 (Reexpresso)
Compras de serviços		
Refer Telecom	17 635 793	14 411 127
Ferbritas	13 061 149	18 050 010
Invesfer	1793 551	2 206 078
CP Com	10 865	
	32 501 358	34 667 215
Prestação de serviços		
CP Com	2 118 266	2 192 280
Refer Telecom	1958 047	1203 097
Rave	1327 456	
Invesfer	713 465	498 970
Ferbritas	19 317	81651
	6 136 551	3 975 999
Custos Financeiros		
ReferTelecom	18 038	40 808
Ferbritas	18 946	9 503
Invesfer	6 861	7 246
	43 845	57 557

8.3 Saldos e transacções com empresas associadas

Os saldos com **empresas associadas** detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Empresa	2010	2009
Saldos a receber		
GIL	4 823 784	1 500 000
Empréstimos e contas a receber (Nota 5.7)	4 823 784	1 500 000
GIL	12 361	
Clientes (Nota 5.10)	12 361	
Rave		424 316
GIL		12 259
Outros devedores (Nota 5.10)		436 575
	4 836 146	1 936 575
Saldos a pagar		
GIL	331 531	
Fornecedores (Nota 5.13)	331 531	
GIL		315 461
Outros credores (Nota 5.13)		315 461
	331 531	315 461

As transacções verificadas com empresas associadas, no período em análise, apresentam-se como segue:

Unidade de medida: euro

Empresa	2010	2009
Compras de serviços		
GIL	1 096 057	1 051 538
	1 096 057	1 051 538
Prestações de serviços		
RAVE		1239 736
GIL	40 863	40 863
	40 863	1 280 599
Encargos financeiros		
RAVE		1029
		1 029

8.4 Saldos e transacções com outras entidades relacionadas

Os saldos com a CP e CP Carga detalham-se da seguinte forma:

Unidade de medida: euro

Empresa	2010	2009
Saldos a receber		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	17 878 134	22 326 657
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	8 772 542	4 842 519
Clientes (Nota 5.10)	26 650 676	27 169 175
	26 650 676	27 169 175
Saldos a pagar		
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	10 420	5 885
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	3 640	13 162
ILD's - Fornecedores e outras contas a pagar	14 060	19 047
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	2 944 215	1 364 145
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	86 459	16 950
Fornecedores (Nota 5.13)	3 030 674	1 381 095
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.		59 161
Outros credores (Nota 5.13)		59 161
	3 044 734	1 459 304

As transacções com a CP e CP Carga ocorridas no período em análise, apresentam-se de seguida:

Unidade de medida: euro

Empresa	2010	2009
Compras de serviços		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	6 351 464	3 332 157
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	135 990	18 029
	6 487 454	3 350 187
Prestação de serviços		
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	54 065 810	62 024 835
CP Carga - Log.Tr.F.Mercadorias, S.A.	14 287 285	5 623 902
	68 353 095	67 648 737

8.5 Saldos e facturação emitida com entidades públicas

Os protocolos em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, de montante mais significativo, são os seguintes:

Unidade de medida: euro

Município	Descrição do Protocolo/ Entidade relacionada	Facturação Emitida acumulada até 31/12/2010	Valor em Dívida a 31/12/2010
Saldos a receber			
Espinho	Intervenção em Espinho. Requalificação Urbana e rebaixamento de via.	15 750 890	8 250 890
Aveiro	Construção da Nova Estação de Aveiro - Interface Rodoviário, Requalificação Urbana da Zona Envolvente, Financiamento do Empreendimento	14 927 050	14 927 050
EP - Estradas de Portugal	Protocolo para a Gestão da Conservação de Obras de Arte objecto de exploração Rodoviária e Ferroviária	5 684 209	624 278
Coimbra	Encerramento definitivo das 21 passagens de nível no Concelho de Coimbra e respectivos caminhos de acesso	2 605 129	2 605 129
Sintra	Colaboração Técnica e Financeira entre a REFER e o Município de Sintra para a construção do "Túnel de Aqualva"	2 492 345	1 177 620
Viseu	Cedência ao Município de Viseu de todo o património imobiliário da REFER localizado naquele Concelho, após desafectação dominial	2 150 000	300 000
Cascais	Requalificação e Dinamização do Modo Ferroviário Linha de Cascais – Troço Carcavelos/Estoril (Revisão)	1 495 853	1 495 853
Fundão	Infraestruturas Rodo-Ferroviárias na Área Urbana do Fundão - 2º Aditamento	1 296 946	1 296 946
Ovar	Encerramento de 6 PNs no Concelho de Ovar, construção de 4 obras, e respectivos caminhos de acesso	1 293 408	68 842
Viana do Castelo	Supressão de Passagens de Nível no concelho de Viana do Castelo	1 191 345	7 12 076
		48 887 174	31 458 684

9. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Os impactos da adopção das normas e interpretações que se tornaram **efectivas a 1 de Janeiro de 2010**, são os seguintes:

Normas

- IFRS 3 (revisão), 'Concentrações de actividades empresariais'. A norma revista continua a prever a aplicação do método da compra nas concentrações de actividades, com algumas alterações significativas. Por exemplo, todos os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor. Existe a opção, de transacção a transacção mensurar os "interesses não controlados" pela proporção do valor dos activos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos activos e passivos adquiridos. Todos os custos associados à aquisição são registados como gastos. Não ocorreram concentrações empresariais em 2010, no entanto, é espectável que tal possa suceder durante 2011.
- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração à norma permite a um primeiro adoptante das IFRS a isenção na aplicação retrospectiva das IFRS para os activos das actividades "oil & gas", se o método do "custo total" for aplicado no âmbito do normativo anterior. A alteração a esta norma também isenta as entidades de reavaliar a classificação de um contrato de locação existente, à luz da IFRIC 4, 'Determinar se um acordo contém uma locação' quando a aplicação do normativo anterior resulte na mesma classificação. Esta alteração não se aplica à Refer em virtude desta já relatar no normativo IAS/IFRS.
- IFRS 2 (alteração), 'Pagamentos baseados em acções - transacções pagas financeiramente pelo Grupo'. Esta alteração incorpora a IFRIC 8, 'Âmbito da IFRS 2' e a IFRIC 11, 'IFRS2 – Transacções com acções do Grupo e Acções Próprias', e trata da classificação de Planos do grupo em que a Entidade que recebe os bens ou serviços em troca dos planos de pagamentos baseados em acções pagas financeiramente pelo grupo, não é responsável por qualquer pagamento. Esta alteração não tem impacto nas contas da REFER em virtude da inexistência de planos de pagamentos baseados em acções.
- IAS 39 (alteração), 'Instrumentos financeiros – Itens elegíveis para cobertura'. Esta alteração clarifica sobre quais os princípios a aplicar em situações específicas para determinar se um risco coberto ou uma porção de cash-flows é elegível para ser designado como de "cobertura". Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

- Melhoria anual das normas em 2009. Como parte do processo de revisão da consistência da aplicação prática das IAS/IFRS, o IASB decidiu fazer melhorias às normas como o objectivo de clarificar algumas das inconsistências identificadas. As melhorias mais significativas referem-se às alterações efectuadas à IAS 17, IAS 36 e IAS 38. A adopção das melhorias de 2009 às normas não teve impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.

Interpretações

- IFRIC 12, 'Acordos de concessão de serviços'. Esta interpretação refere como as concessionárias de serviços públicos devem aplicar as IFRS para contabilizar a obrigação de construção de infra-estruturas assumida e os direitos recebidos no âmbito do contrato de concessão. Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 15, 'Contratos para a construção de imóveis'. A IFRIC 15 clarifica sobre quando aplicar a IAS 18, 'Rédito' ou a IAS 11, 'Contratos de construção' a uma determinada transacção, resultando que um maior número de transacções qualificará para a aplicação da IAS 18, 'Rédito'. A IFRIC 15 não teve impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 16, 'Cobertura de investimentos em operações estrangeiras'. Esta interpretação aplica-se a entidades que fazem a cobertura do risco cambial resultante dos investimentos efectuados em operações estrangeiras e refere quais as condições que se devem verificar para que qualifique como cobertura contabilística. Esta interpretação define ainda quais os montantes que devem ser reclassificados do Capital próprio para resultados do exercício, quando uma operação estrangeira é alienada. A IFRIC 16 não teve impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 17, 'Distribuições em espécie aos accionistas'. Esta interpretação clarifica que: (a) os dividendos a pagar são reconhecidos quando tenham sido devidamente aprovados e já não estão à discrição da entidade; (b) uma entidade deve mensurar o dividendo a pagar pelo justo valor do valor líquido dos activos distribuídos; (c) uma entidade deve reconhecer a diferença entre o valor do dividendo pago e o valor líquido contabilístico dos activos distribuídos na demonstração dos resultados. Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRIC 18, 'Transferência de activos pelos clientes'. Esta interpretação clarifica sobre o tratamento contabilístico a adoptar em acordos em que um activo tangível, que é transferido pelo cliente, é utilizado para a prestação de serviços futuros. Esta interpretação é particularmente relevante para o sector das

“utilidades” por envolverem a prestação de serviços como o gás ou a electricidade. A IFRIC 18 não teve impacto nas demonstrações financeiras da REFER.

Existem novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é **obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Fevereiro de 2010** ou em data posterior, que a Entidade decidiu não adoptar antecipadamente:

Normas

- IAS 32 (alteração), ‘Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos’ (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Fevereiro de 2010). Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados numa moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da REFER.
- IFRS 1 (alteração), ‘Adopção pela primeira vez das IFRS’ (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2010, na União Europeia). Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – ‘Instrumentos financeiros – Divulgações’, o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7. Esta alteração não apresenta impactos na REFER em virtude do facto desta já relatar em IAS/IFRS.
- IAS 24 (alteração) ‘Partes relacionadas’ (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011). A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. A alteração nas divulgações efectuada em 2010 pela REFER está em consonância com esta alteração, uma vez que foi decidida a adopção antecipada desta alteração.
- IFRS 7 (alteração), ‘Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros’ (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desconhecidos no balanço por a entidade manter obrigações associadas ou

envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.

- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração vem incluir uma isenção específica para os primeiros adoptantes das IFRS que operavam anteriormente em economias classificadas como hiperinflacionárias. Assim, quando a data de transição para as IFRS corresponde à data ou é posterior à data em que a moeda funcional da Entidade "normalizou", esta pode optar por mensurar todos os activos e passivos detidos à data da normalização ao justo valor, na transição para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à remoção de datas nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS pela primeira vez. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.
- IAS 12 (alteração), 'Impostos sobre o rendimento' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A alteração à IAS 12 resultou na incorporação da SIC 21 – 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de activos não depreciáveis revalorizados' e na excepção ao tratamento contabilístico previsto na SIC 21 para as propriedades de investimento ao justo valor. No caso das propriedades de investimento ao justo valor existe a presunção de que a sua recuperação será sempre pela venda, para efeitos de determinação do impacto fiscal. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da REFER.
- IFRS 9 (novo), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 39 prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos de dívida, são valorizados ao justo valor por via de resultados. A REFER aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.
- Melhoria anual das normas em 2010, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. Estas melhorias a diversas normas ainda não se encontram adoptadas pela União Europeia. O processo anual de melhoria é uma forma de fazer alterações não urgentes mas necessárias às IFRS e afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias serão aplicadas pela REFER nos exercícios em que se tornem efectivas.

10. Compromissos de investimento

O valor estimado de investimentos a efectuar em Infra-estruturas de Longa Duração (ILD's) no âmbito do domínio público ferroviário e demais investimentos que não integram as ILD's (IEAG-As Estruturas de Apoio e de Gestão integrando investimentos de funcionamento, estudos e outros activos fixos) necessários ao desenvolvimento das actividades previstas ascende a 331 milhões de euros.

Do total de investimento previsto, 99% (329 milhões de euros) corresponde a investimentos em ILD's; os restantes 1% (2 milhões de euros) correspondem a investimentos em IEAG.

Unidade de medida: milhões de euro

Programas/Projectos	Estimativa 2010
Investimento em ILD	
Inscritos no âmbito do PIDDAC	113
Integração dos Corredores Estruturantes do Território na Rede Transeuropeia de Transportes	89
Desenvolvimento de Acessibilidades Urbanas	22
Coordenação Intermodal	1
Não inscritos no âmbito do PIDDAC	702
Total Investimento em ILD	814
Total Investimento em IEAG	23
Total Investimento REFER	837

11. Garantias e avales

Em 31 de Dezembro de 2010, os **empréstimos que beneficiavam de aval do Estado** totalizam 3.328.296.792 euros (em 2009: 3.627.670.526 euros), conforme nota 4.6.1.

O total de **garantias bancárias recebidas de fornecedores** ascendia a 203.562.838 euros (em 2009: 223.470.902 euros).

Em relação a **garantias bancárias recebidas de clientes/devedores**, são no montante de 8.686.030 euros (em 2009: 5.645.109 euros). Estas garantias visam garantir o bom e integral cumprimento do contrato de concessão a favor da REFER, em cumprimento da legislação específica para empreitadas de obras públicas.

À data de 31 de Dezembro de 2009, a REFER assumiu responsabilidades por **garantias prestadas a tribunais** no valor de 454.326 euros (em 2009: 440.368 euros) e **outras garantias** 2.632.592 euros (em 2009: 2.632.592 euros).

Como accionista maioritário da FERBRITAS a REFER tem subscrita carta de conforto a favor do Banco Millenium relativa a Financiamento de Médio e Longo Prazo até ao montante de 1.162.295 euros.

Igualmente como accionista maioritário da INVESFER, a REFER é responsável pela carta conforto subscrita a favor do BPI, relativa a crédito de curto prazo, até ao montante de 249.399 euros.

12. Contingências

Processos em tribunal

No final do exercício de 2010, os processos judiciais em curso, referentes a expropriações, atingem o valor de 788.891 euros (em 2009: 640.187 euros), sendo que este valor não tem reflexo a nível de demonstração da posição financeira.

Neste caso, são efectuados depósitos à ordem do tribunal onde está a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado e que ficam à guarda da Caixa Geral de Depósitos, sendo que da resolução destes processos não resulta um custo para a empresa, mas sim um investimento em infra-estruturas ferroviárias. Para além destes, existem, ainda, outras acções relacionadas com acidentes ocorridos nas infra-estruturas de que a empresa é gestora, danos provocados em propriedades alheias, mas imputáveis à empresa, e a alguns processos a decorrerem no Tribunal do Trabalho, objecto de provisão.

Quanto à acção contra a REFER, intentada pelo consórcio Teixeira/Duarte/EPOS, na sequência da rescisão, por parte da REFER, do Contrato de Reabilitação do Túnel do Rossio e divulgada em 2008 à data de elaboração deste anexo, não existem conclusões ou informação adicionais relevantes sobre este processo passíveis de influenciar as contas ora apresentadas.

13. Eventos subsequentes

Com vista a garantir uma gestão integrada do património imobiliário, o conselho de administração da REFER decidiu em Fevereiro de 2011, efectuar uma **reestruturação do grupo REFER**, com as seguintes etapas:

- Alteração da denominação social da Invesfer e dos respectivos estatutos, com alargamento do objecto social;

- Fusão da CP COM por integração e incorporação das actuais atribuições das Direcções do Património Imobiliário e de Gestão de Estações na nova "Invesfer"-Refer Património.

Esta reestruturação irá ocorrer durante 2011. Previamente a este plano, a REFER adquiriu à Setepcom, 20% do capital social da CP COM, que aquela empresa ainda detinha. A REFER passa assim a deter 100% do capital da CP COM.

No seguimento da Lei do Orçamento de Estado de 2011, como medidas de consolidação orçamental publicadas em Diário da República, pela RCM n.º 101/A 2010, Série I de 27/12/2010, ficou decidida a **integração da RAVE e do Metro Mondego na REFER**. A REFER foi mandatada para proceder aos estudos de demonstração do interesse e viabilidade desta operação.

Durante 2010, foi celebrada a promessa de transmissão à CP – Comboios de Portugal, da participação que a REFER detém na empresa Fernave. Tal transmissão não se concretizou até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, o que deverá acontecer durante 2011.

Em 4 de Março de 2011 a agência de rating Standard & Poor's reviu em baixa a notação de risco de crédito da REFER de BBB para BB mantendo em "credit watch negative".

Em 18 de Março de 2011 a agência de rating Moody's reviu em baixa a notação de risco de crédito da REFER de A1 para Baa2 com Outlook negative.

A low-angle photograph of a concrete utility tower. The tower is constructed from large, rectangular concrete blocks stacked in a staggered pattern. Several metal poles and power lines are visible, extending upwards from the tower against a blue sky with scattered white clouds. The perspective is looking up, emphasizing the height and structure of the tower.

PARTE III | RELATÓRIO GOVERNO DA SOCIEDADE

III GOVERNO DA SOCIEDADE

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da actividade da empresa durante o ano de 2010.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 305.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Introdução	3
Missão, Objectivos e Políticas	4
Estrutura	7
Órgãos Sociais.....	8
Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais.....	15
Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos.....	18
Informação Sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	21
Informação Sobre Outras Transacções.....	22
Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores.....	24
Cumprimentos Deveres Especiais de Informação	25
Recomendações do accionista aquando da aprovação de contas 2009	26
Cumprimento das "orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas..."	27
Componente Variável de Remunerações.....	28
Normas de Contratação Pública.....	29
Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento	31
Implementação de medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento	32
Remuneração dos gestores públicos.....	33
Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado	34
Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental.....	35
Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	36
Código de Ética e Conduta	39
Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de modo a Proteger os Investimentos e os seus Activos	40
Identificação dos Mecanismos Adoptados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses	41
Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Actualizada.....	42
Publicidade Institucional.....	44
Sistema de Gestão de Riscos	45
Anexos	47

Introdução

O tratamento adequado das questões relativas ao sistema de governo das sociedades, bem como a divulgação periódica – junto dos seus stakeholders, da comunidade financeira, das autoridades e do mercado em geral – das posições e soluções adoptadas pela REFER, E.P.E. nesta matéria, constituem, desde há muito, uma preocupação essencial.

O Conselho de Administração, na linha dessa preocupação e à semelhança de anos anteriores, apresenta neste capítulo do seu relatório anual de gestão os aspectos mais relevantes que se prendem com o Governo da Sociedade, dando simultaneamente cumprimento aos deveres de informação instituídos pela RCM n.º 49/2007 e do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 5/2008.

Missão, Objectivos e Políticas

Pelo instituído no Decreto-Lei 104/97 de 29 de Abril, a REFER, E.P.E., tem como objecto principal o serviço público de gestão da rede ferroviária nacional. Incluem-se ainda no objecto:

- A construção, instalação e renovação da infra-estrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respectivo estudo, planeamento e desenvolvimento.
- O comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com a infra-estrutura ferroviária.
- Actividades complementares ou subsidiárias do objecto principal.

No ano de 2008 foi publicado, no Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de Julho, os Estatutos da REFER, os quais entraram em vigor em 23 de Julho de 2008. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respectivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado.

Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P., é transformada em Entidade Pública Empresarial com a designação Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P.E., procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos.

Natureza e objecto da REFER, E. P. E.:

“A REFER, E. P. E., é uma entidade pública empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeita à tutela dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes.”

Sinteticamente a REFER tem como Missão:

“Proporcionar ao mercado uma infra-estrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, respeitando o meio ambiente.”

E como Visão:

“A REFER será uma referência europeia na gestão da infra-estrutura ferroviária”

Para o desenvolvimento da sua actividade, a REFER estruturou-se diferenciando as duas vertentes da sua missão, mas considerando que o seu objecto principal se centra na prestação de serviço público de gestão de infra-estrutura. No entanto, toda a estrutura corporativa e administrativa serve indiferentemente a duas actividades.

Para além das actividades desenvolvidas no âmbito das missões Gestão da Infra-estrutura e Gestão de Investimento, a REFER no desenrolar do seu normal funcionamento, desenvolve ainda outras actividades complementares.

A REFER, de acordo com o seu objecto social, actua em duas áreas de negócio que se complementam:

- **Gestão e Exploração da Infra-estrutura**, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional, que engloba o comando e controlo da circulação bem como a promoção, coordenação e desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com a infra-estrutura ferroviária.
- **Investimento** na construção, instalação e renovação da infra-estrutura ferroviária que compreende, designadamente, o respectivo estudo, planeamento e desenvolvimento, actividade esta, que é desenvolvida por conta do Estado (os bens integram o domínio público ferroviário).
- **Outras Actividades**, como a construção, instalação e gestão dos interfaces com os serviços de outros modos de transporte e utilizando os espaços para a valorização do património.

“O desenvolvimento do sector ferroviário está inserido numa estratégia global para o sector dos transportes, cujo objectivo é melhorar a eficácia global do sistema, de modo a responder às necessidades de mobilidade das populações, potenciando a utilização dos transportes públicos e promovendo a intermodalidade de passageiros e mercadorias, ou seja, garantindo uma melhor integração com outros modos de transporte e assegurando ligações eficientes aos principais portos e aeroportos nacionais, bem como às plataformas da Rede Nacional de Plataformas Logísticas.” (Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário).

As Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário (OESF), apresentadas pelo Governo em Outubro de 2006 e integradas na política geral de transportes, estabelecem um conjunto de Objectivos Estratégicos para o sector e, constituem o enquadramento para o desenvolvimento das actividades da REFER. Sendo:

- Melhorar a acessibilidade e mobilidade, para que daí decorra um aumento da quota de mercado para o transporte ferroviário;
- Garantir padrões adequados de segurança, interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação.

Ao nível da missão, destacam-se como Objectivos e Políticas da Empresa:

- Melhorar os níveis de serviço da rede;

- Melhorar e modernizar a infra-estrutura da rede;
- Melhorar os serviços prestados aos clientes finais;
- Assegurar elevados níveis de segurança;
- Promover a sustentabilidade ambiental;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira;
- Reduzir os custos dos serviços prestados;
- Aumentar a contribuição das actividades extra exploração;
- Aumentar a produtividade da organização;
- Optimizar a gestão e controlo dos investimentos / contratos;
- Fomentar a uniformização de processos e a normalização da infra-estrutura da rede;
- Reforçar as competências técnicas e de gestão;
- Fomentar o desenvolvimento profissional;

No que se refere ao cumprimento dos objectivos traçados em 2010, há a destacar que, do **investimento total** previsto realizar, **377 591 milhões de euros a custos totais**, foram executados **406 532 milhões de euros** o que corresponde a uma **taxa de realização de 108%**.

Destacam-se a seguir as principais obras concluídas durante o ano de 2010:

- **Ramal Ferroviário do Porto de Aveiro**, aberto à exploração em Março de 2010. O Porto de Aveiro passa assim a ter uma ligação directa à rede ferroviária nacional (Linha do Norte e Linha da Beira Alta) e a estar ligado através deste modo à plataforma multimodal de Cacia. O investimento global para as infra-estruturas ferroviárias foi de cerca de 72,7 milhões de euros;
- A **Variante de Alcácer**, na Linha do Sul, com um custo total de cerca de 159 milhões de euros, sendo este um dos investimentos prioritários, definidos nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, definidas em 2006, com horizonte 2015;
- Abertura à exploração da **Variante da Trofa**, Linha do Minho introduzindo melhorias significativas às condições de exploração ferroviária permitindo aumentar a oferta, melhorar a regularidade dos serviços e reduzir os tempos de percurso nas Linhas do Minho, de Guimarães e no Ramal de Braga. O valor global do investimento foi de cerca de 66,3 milhões de euros;
- Conclusão dos trabalhos de remodelação da **Estação de Setúbal**, que teve como principais objectivos melhorar a sua funcionalidade. O valor total do investimento foi de 14,3 milhões de euros.

Estrutura



Órgãos Sociais

De acordo com os Estatutos (Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de Abril) a REFER, E.P. tem como órgão de gestão o Conselho de Administração e como órgão de fiscalização a Comissão de Fiscalização. O Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho, veio transformar a REFER numa entidade pública empresarial procedendo-se a uma alteração na composição dos seus órgãos. As competências da antiga comissão de fiscalização são, agora, repartidas por dois novos órgãos sociais: Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas. Até ao dia 31 de Dezembro de 2010, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que a Comissão de Fiscalização se manteve em funções.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG. LUÍS FILIPE MELO E SOUSA PARDAL

- Secretária-Geral
- Direcção-Geral de Organização e Desenvolvimento
- Direcção-Geral de Planeamento e Estratégia
- Direcção de Coordenação da Construção
- Património Imobiliário

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG.º ALBERTO JOSÉ ENGENHEIRO CASTANHO
RIBEIRO

- Engenharia e Exploração da Infra-estrutura
- Segurança
- Gestão de Estações

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DR. ROMEU COSTA REIS

- Auditoria
- Relações Internacionais
- Fundos Comunitários
- Comunicação e Imagem

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENG.º CARLOS ALBERTO JOÃO FERNANDES

- Direcção de Coordenação de Economia e Finanças
- Desenvolvimento e Gestão de Concessões da Alta Velocidade
- Contratualização com o Estado
- Sistemas e Tecnologias de Informação

Os currículos dos membros do Conselho de Administração da REFER estão disponíveis no site da empresa (www.refer.pt).

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela.

Em 2010 o Conselho de Administração efectuou 51 reuniões com periodicidade semanal.

Mês	Número de reuniões
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
TOTAL	51

Nas suas reuniões o Conselho de Administração, no âmbito das suas competências delibera sobre:

- a) Os objectivos, estratégias e políticas de gestão da empresa
- b) Os planos de actividades e os planos de investimentos e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentos anuais, submetendo-os à aprovação do Ministro das Finanças e do ministro da tutela;
- c) Apresentação ao Ministro das Finanças e ao ministro da tutela, até 31 de Março de cada ano, os documentos de prestação de contas anuais, acompanhados do parecer da comissão de fiscalização, com referência a 31 de Dezembro do ano anterior;
- d) Gestão dos negócios da empresa e as operações relativas à prossecução do respectivo objecto;
- e) Contracção de empréstimos ou outras formas de financiamento, desde que previstos nos planos de investimentos e financiamentos aprovados podendo, para o efeito, constituir garantias, ónus ou encargos sobre bens e direitos do domínio privado da empresa;

- f) Requisição às autoridades competentes de providências de expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e estabelecimento de limitações ao uso de prédios ou de zonas de protecção e de exercício de servidões administrativas;
- g) A organização técnico-administrativo da empresa e as normas de funcionamento interno, bem como as relativas ao pessoal, sem prejuízo dos direitos emergentes das convenções colectivas de trabalho;
- h) Designação e exoneração dos responsáveis da estrutura orgânica da empresa;
- i) A participação da empresa no capital de outras empresas ou sociedades.

Os membros do Conselho de Administração da REFER, em 2010, faziam parte dos Conselhos de Administração das empresas do grupo:

Nome	Cargo REFER	Empresa	Cargo
Eng. Luís Filipe Melo e Sousa Pardal	Presidente	Refer Telecom	Presidente
		Rave	Presidente
Dr. Romeu Costa Reis	Vogal	Ferbritas	Presidente
		Rave	Vogal
Eng. Carlos Alberto João Fernandes	Vogal	Rave	Vogal
		CP Com	Vogal
Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro	Vogal	CP Com	Presidente
		Rave	Vogal

Objectivos Anuais 2009-2011

Estabelece o Decreto-lei nº 71/2007 que o desempenho das funções de gestão praticadas pelos gestores públicos deve ser objecto de avaliação sistemática, tendo por parâmetros os objectivos fixados nas orientações previstas no art. 11º do DL 558/99, de 17/12, ou decorrentes do contrato de gestão, bem como os critérios definidos em assembleia geral (art.º 6.º, n.º 1). No seguimento do preconizado pelo referido Decreto-lei foi assinado, em 30 Julho de 2009, entre a Administração da REFER e Ministério das Finanças e da Administração Pública - Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças e Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações - Secretaria de Estado dos Transportes (representantes do estado português), um

Contrato de Gestão, para cada um dos Administradores, o qual estabelece indicadores e metas quantificadas com vista à prossecução dos objectivos estabelecidos, para o triénio 2009-2011.

Os indicadores e metas propostos para 2010, assim como o seu grau de realização foram os definidos na tabela abaixo:

REFER Objectivos Anuais 2009 . 2011

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2009	2010	2011	Ponderação
			Meta	Meta	Meta	
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuns)	$\frac{\text{Custos de Funcionamento Ano N}}{\text{Custos de Funcionamento Ano N-1}} - 1$	8%	4%	3%	20%
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores	$\frac{\text{Saldo fornecedores exigível}}{(\text{Compras} + \text{FSE} + \text{Investimento}) \times 365}$ (RCM 34/2008 e Inf. DGT)	50 dias	42 dias	36 dias	5%
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA	$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Rendimentos Próprios}}$ (em %)	-157%	-138%	-129%	20%
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	>=14M€	>=15M€	>=16M€	15%
5. Qualidade / Fiabilidade do serviço	Índice de Pontualidade	$\frac{[\text{Ipp} \cdot \text{CP}/\text{CT} + \text{IPm} \cdot \text{CM}/\text{CT}]/\text{CT}}{\text{CT}}$ (%)	83%	84%	85%	10%
	Índice de Qualidade da rede (IQV)	Através de Equipamento específico são avaliados os parâmetros técnicos da rede função dos quais é construída uma estrutura qualitativa do estado da rede.	Bom: 67 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 4	Bom: 68 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 3	Bom: 69 Aceitável: 23 Deficiente: 6 Mau: 2	10%
6. Segurança	Número de acidentes significativos ocorridos por comboio/quilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	Nº de Acidentes Significativos/Ck realizados	1,771	1,682	1,597	5%
7. Controlo dos Investimentos	Desvio Financeiro	$\frac{\text{Desvio financeiro da execução do orçamento Investimentos}}{(\text{Execução financeira no período}) / (\text{Valor orçamentado no período} - 1)}$	<=12%	<=11%	<=102%	15%

Objectivos de Gestão para 2009 . 2011

Realização 2010

Objectivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	2010		
			Real	Meta	Desvio
1. Melhoria da eficiência e contenção de custos	Taxa de crescimento dos Custos de Funcionamento Totais (GI, INV e Comuns) (%)	$[\text{Custos de Funcionamento Ano N} / \text{Custos de Funcionamento Ano N-1}] - 1$	3,5%	4,0%	- 0,5 p.p.
2. Redução do prazo médio de pagamento a fornecedores	Prazo médio de pagamentos a fornecedores (dias)	$(((\text{Compras} + \text{FSE} + \text{Investimento}) / (1 - 2 \text{ meses})) / (\text{Saldo fornecedores exigível})) * 365$ (RCM 34/2008 e Inf. DGT)	61 dias	42 dias	19 dias
3. Aumento da rentabilidade	Margem de EBITDA (%)	$\text{EBITDA} / \text{Rendimentos Próprios (em \%)}$	-151%	-138%	- 13 p.p.
4. Sustentabilidade	Crescimento dos Rendimentos não core (M €)	Rendimentos, excluindo trabalhos para a própria empresa, Core e subsídios à exploração	13,9 M €	>= 15 M€	- 1,1 M €
	Índice de Pontualidade (%)	$[(\text{pp} * \text{CP} / \text{CT} + \text{IPm} * \text{CM} / \text{CT}) / \text{CT}] * 100$ (%)	86%	84%	2 p.p.
5. Qualidade e Flabilidade de Serviço	Índice de Qualidade da Rede (IQV)	Através de equipamento específico são levantados os defeitos geométricos da via em função dos quais é construída uma estrutura qualitativa do estado da rede.	Bom:65% Aceitável:24% Deficiente:8% Mau:3%	Bom:68% Aceitável:23% Deficiente:6% Mau:3%	Bom: - 3 p.p. Aceitável: 1 p.p. Deficiente: 2 p.p. Mau: 0 p.p.
6. Segurança (*)	Número de acidentes significativos ocorridos por milhão de comboio.kilómetro realizado pelos operadores na rede ferroviária nacional	$\text{N.º de Acidentes Significativos} / 10^6 \text{ ck realizados}$	0,971	1,682	-0,711
7. Controlo dos Investimentos (**)	Desvio Financeiro (%)	$\text{Desvio Financeiro de execução do orç. Investimento (\%)} = ((\text{Execução Financeira no período}) / (\text{Valor Orçamentado no período})) - 1$	8%	<=11%	- 3 p.p.

Órgãos de Fiscalização (Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho)

“Os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa.”

Conselho Fiscal

“Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei:

- a) Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da actividade da empresa, tendo em vista nomeadamente, a realização dos objectivos fixados nos orçamentos anuais;
- b) Emitir pareceres sobre os documentos de prestação de contas da empresa, designadamente de resultados, da conta de exploração e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo Conselho de Administração, bem como o relatório anual do referido conselho;
- c) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração;
- d) Dar conhecimento aos órgãos competentes das irregularidades que apurar na gestão da empresa;
- e) Pronunciar-se sobre a legalidade e conveniência dos actos do Conselho de Administração nos casos em que a lei exigir a sua aprovação ou concordância.”

Revisor Oficial de Contas

“Compete ao Revisor Oficial de Contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal de contas, bem como exercer as seguintes funções:

- a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- c) Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela empresa conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Trimestralmente, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas devem enviar aos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes um relatório sucinto que refira os controlos efectuados e as anomalias detectadas, assim como os desvios verificados em relação aos orçamentos e respectivas causas.”

Conforme referido anteriormente, até ao dia 31 de Dezembro de 2010, ainda não tinha sido proferido o despacho de nomeação dos membros do Conselho Fiscal, pelo que de acordo com o Decreto-Lei 141/2008 de 22 de Julho, a Comissão de Fiscalização manteve-se em funções.

Comissão de Fiscalização

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
Presidente (ROC)	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Representada por Dr. Issuf Ahmad	
Vogal	Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira	DC 641/2005
Mandato suspenso	Dr. José Manuel Alves Portela	

Auditoria

De acordo com o estabelecido no contrato, celebrado em 2010, para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Grupo REFER, Apoio à Comissão de Fiscalização:

Auditoria Externa: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

O estatuto remuneratório fixado para os órgãos sociais da REFER E.P.E., à data de 31 de Dezembro, é:

1. Conselho Administração

Administradores Executivos

Presidente

- Remuneração de 6 864,70 euros, 14 vezes por ano;

Vice-Presidente (Cessou funções em Junho de 2010)

- Remuneração de 6 685 euros, 14 vezes por ano;

Vogais

- Remuneração de 5 991,65 euros, 14 vezes por ano.

2. Comissão de Fiscalização

Vogal da Comissão de Fiscalização

Dr. Hilário Manuel Marcelino Teixeira

- Remuneração Exercício Comissão Fiscalização 950,51€12 vezes por ano

As remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração, são:

Conselho de Administração - Remunerações 2010

[euros]

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Remunerações 2010	Eng. Luís Fillipe Melo e Sousa Pardal Presidente	Dr. Alfredo Vicente Perelra Vice Presidente	Dr. Romeu Costa Reis Vogal	Eng. Alberto José Engenheiro Castanho Ribeiro Vogal	Eng. Carlos Alberto João Fernandes Vogal
1. Remuneração					
1.1. Remuneração base/Fixa a)	101 164	37 213	88 298	88 298	88 298
12. Redução decorrente da Lei 12A (30/06/2010)	- 3 252	- 189	- 2 838	- 2 838	- 2 838
13. Remuneração base /Fixa efectiva (11. - 12.)	97 912	37 024	85 460	85 460	85 460
14. Senha de presença					
16. Acumulação de funções de gestão					
17. Remuneração variável					
18. IHT (isenção de horário de trabalho)					
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Gastos de utilização de telefones	302	136	258	740	2 316
2.2. Valor de aquisição , pela empresa, da viatura de serviço	17 149	6 851	13 584	14 064	13 606
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	4 189	1 355	2 247	3 460	2 136
2.4. Subsídio de deslocação	334		1 504	752	1 921
2.5. Subsídio de refeição					
2.6. Outros (identificar detalhadamente)					
3. Encargos com benefcios sociais					
3.1. Regime convencionado					
3.2. Seguros de saúde	285	285	285	285	285
3.3. Seguros de vida	34	34	34	34	34
3.4. Outros (identificar detalhadamente)					
4. Parque Automóvel					
4.1 Marca	Volvo	BMW	Mercedes	Mercedes	Mercedes
4.2 Modelo	S80	525D	E220 CDI	E220 CDI	E220 CDI
4.3 Matrícula	74-IO-93	63-CX-09	48-FT-67	30-EF-86	30-EF-57
4.4 Valor da viatura					
4.5 N.º prestações b)					
4.6 Valor de aquisição /renda da viatura de serviço	17 149	6 851	13 584	14 064	13 606
4.7 Ano de aquisição da viatura	2 009	2 007	2 008	2 007	2 007
4.8 Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	4 189	1 355	2 247	3 460	2 136
5. Informações Adclconais					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	n	n	n	n	n
5.2. Regime convencionado	Regime Normal	Regime Normal	Caixa Geral Aposentações	Regime Normal	Regime Normal
5.2.1. Segurança social (s/n)	s	s	n	s	s
5.2.2. Outro (s/n)	n	n	s	n	n
5.3. Ano de aquisição da viatura de serviço	AOV 2009	AOV 2007	AOV 2008	AOV 2007	AOV 2007
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	n	n	n	n	n
5.5. Outras (identificar detalhadamente)					

De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/2008 de 22 de Julho, a REFER, E.P.E é fiscalizada por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas. Este mesmo Decreto-Lei prevê, que até à sua designação, os membros da Comissão de Fiscalização mantêm-se em funções.

Comissão de Fiscalização 2010

[euros]

	Hilário Manuel Marcelino Teixeira	Barbas, Martins, Mendonça & Associados, SROC, Lda
Remuneração		
Remuneração base	11 406	
Segurança social obrigatória	2 709	
Regime Segurança Social	Regime Normal	
Honorários		61 708
TOTAL	14 115	61 708

Regulamentos e Regulamentação Internos e Externos

Neste capítulo pretende-se elencar os regulamentos externos e internos a que a REFER está sujeita:

- **Constituição da República Portuguesa** - VII Revisão Constitucional no seu art.º 84 consagra as linhas férreas nacionais como Domínio Público.
- **Lei n.º 10/90 de 17 de Março** - aprova a lei de bases do sistema de transportes terrestres.
- **Decreto-Lei 104/97 de 29 de Abril de 1997** cria a REFER, E.P., foi alterado e republicado, pelo Decreto-Lei 141/2008.
- **Decreto-lei n.º 558/99**, de 17 de Dezembro (Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto) revisão do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado.
- **Decreto-Lei n.º 93/2000**, de 23 de Maio, estabelece as condições a satisfazer para realizar no território nacional as condições de interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade (transpõe a Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho de 23 de Julho de 1996). É alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2003, de 11 de Julho, que procede à supressão de omissões detectadas na transposição da Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho, de 23 de Julho, operada pelo Decreto-Lei n.º 93/2000, de 23 de Maio.
- **Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro**, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafectação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens, autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de Agosto.
- **Decreto-Lei n.º 24/2005, de 26 de Janeiro**, altera o Regulamento de Passagens de Nivel, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de Dezembro.
- Em Março de 2005 foi publicado o **Regulamento 21/2005** do INTF que versa sobre o regime geral de tarifação dos serviços prestados aos operadores pelo gestor de infra-estrutura.
- Na sequência do estabelecido neste diploma legal a **REFER** preparou e **publicou**, logo neste ano, a primeira edição do **Directório da Rede** que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial que necessitam para o acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER e aberta ao transporte ferroviário.
- **Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro**, estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.

- Relativamente a deveres de informação enquanto emitente de valores mobiliários a REFER deve publicar toda a informação exigida no **Código dos Valores Mobiliários**, bem como nos **Regulamentos da CMVM n.º 5/2008** (define os deveres de informação de emitentes de valores mobiliários) e **11/2005** que se refere à adopção das IFRS.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007**, de 7 de Maio, define, a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
- **Decreto-Lei n.º 231/2007**, de 14 de Junho - Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, que altera a Directiva n.º 91/440/CEE, do Conselho, de 29 de Julho, relativa ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários, e, parcialmente, a Directiva n.º 2004/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativa à segurança dos caminhos-de-ferro da Comunidade, alterando e republicando o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro, que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho-de-ferro e de gestão da infra-estrutura ferroviária.
- Este diploma foi, ainda, alterado pelo Decreto-Lei n.º 20/2010, de 24 de Março e Decreto-Lei n.º 62/2010, de 9 de Junho.
- **Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de Abril** – Aprova a lei orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, que tem por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento do sector de transportes terrestres.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007** aprova os princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado.
- **Lei n.º 67/2007**, de 31 de Dezembro – Aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas.
- **Decreto-lei n.º 71/2007**, de 27 de Março aprova o novo estatuto do **Gestor Público**.
- **Decreto-Lei n.º 280/2007**, de 27 de Agosto – Estabelece o regime jurídico do património imobiliário público.
- **Decreto-Lei n.º 300/2007** de 23 de Agosto - procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que estabelece o regime do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas.
- **Decreto-Lei 18/2008**, de 29 de Janeiro e legislação complementar - Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008** aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas que tem como objectivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

- **Decreto-Lei n.º 58/2008**, de 26 de Março - Estabelece o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e bagagens, volumes portáteis, animais de companhia, velocípedes e outros bens.
- **Decreto-Lei n.º 77/2008**, de 29 de Abril - Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Passagens de Nível e estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos plurianuais de supressão de passagens de nível.
- **Despacho n.º 14277/2008**, de 23 de Maio. Através do Decreto -Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, procedeu-se à alteração do regime jurídico do sector empresarial do Estado constante do Decreto -Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, tendo em conta a experiência colhida ao longo de cerca de oito anos na respectiva aplicação prática e a necessidade de assegurar a harmonia entre aquele regime e o novo Estatuto do Gestor Público, constante do Decreto -Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.
- **Decreto-Lei n.º 141/2008**, de 22 de Julho, o qual altera e república os Estatutos da REFER, tendo entrado em vigor em 23 de Julho de 2008. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respectivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., é transformada em entidade pública empresarial com a designação **Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P. E.**
- **Portaria n.º 701-D/2008**, de 29 de Julho, aprova o modelo de dados estatísticos a remeter pelas entidades adjudicantes à Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E., ou ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., consoante o caso, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 472.º do Código dos Contratos Públicos.
- **Decreto-Lei n.º 69-A/2009**, de 24 de Março estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2009, aprovado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 10/2009, de 10 de Março.
- **Portaria n.º 959/2009**, de 21 de Agosto, é aprovado o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitada de obras públicas.

Informação Sobre Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

Durante o ano de 2010 as transacções mais relevantes, da REFER com empresas do grupo, são os que se encontram no quadro seguinte:

Transacções Relevantes com empresas do Grupo REFER

[euros]

Empresa	Descrição da Transacção	Montante
Rave- Rede de Alta Velocidade, S.A.	Prestação de serviços	1 327 456
	Total	1 327 456
CPCo- Exploração de Espaços Comerciais da CP, S.A.	Compras de serviços	- 10 865
	Prestação de serviços	2 118 266
	Total	2 107 401
REFER TELECOM-Serviços de Telecomunicações, S.A.	Compras de serviços	-17 635 793
	Prestação de serviços	1 958 047
	Custos Financeiros	- 18 038
	Total	-15 695 783
Ferbritas - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	Compras de serviços	-13 061 149
	Prestação de serviços	19 317
	Custos Financeiros	- 18 946
Total	-13 060 778	
Invesfer - Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios, S.A.	Compras de serviços	-1 793 551
	Prestação de serviços	713 465
	Custos Financeiros	- 6 861
Total	-1 086 948	

Informação Sobre Outras Transacções

A partir do dia 30 de Julho de 2008 a REFER, E.P.E. passou a estar abrangida pelo novo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. O CCP, ao regular a matéria da contratação pública, efectua a transposição das directivas comunitárias n.º 2004/17 e 2004/18 (ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004), definindo as regras até agora dispersas pelos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março (empreitadas de obras públicas);
- b) Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho (aquisições de bens e serviços);
- c) Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto (empreitadas e aquisições no âmbito dos sectores especiais);
- d) Vários outros diplomas e preceitos avulsos relativos à contratação pública.

A REFER adoptou, em 2007, procedimentos internos de contratação, centralizado na Direcção de Contratualização, Procurement e Logística, todos os procedimentos contratuais inerentes à contratualização de empreitadas ou prestações de serviços a promover mediante processo de concurso público ou ajuste directo, cujo valor estimado seja igual ou superior a 250 mil euros.

No quadro seguinte apresentam-se os fornecedores cujo valor facturado foi superior a 1 milhão de euros, o que representa 90% do total facturado por fornecedores à REFER:

[euros]		[euros]	
Empresa	Valores Facturados em 2010	Empresa	Valores Facturados em 2010
OPWAY - Engenharia, SA	34 042 154	Construtora Abrantina, Sa	2 872 208
Somafel - Eng.Obras Ferroviárias SA	33 433 702	Mota - Engil, Engenhar e Construção	2 536 871
Refer Telecom Serv Telecomunic SA	25 819 613	AVS-Corretor Seguros , SA	2 464 787
Neopul - Soc Estudos Construções SA	25 152 028	Credit Suisse	2 361 555
Ferrovias e Construções, S.A.	24 692 726	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A	2 328 421
Dimetric SA	24 354 657	Promorail - Tecnologias de	2 186 845
THALES PORTUGAL, SA	19 517 627	Siemens,S.A.	2 084 484
Obrecol - Obras e Construções SA	19 139 800	INVESFER-Prom.Com.Terr.Edifícios SA	2 075 923
Ramalho Rosa Cobetar Soc. Constr.SA	17 116 698	Petróleos de Portugal-Petrogal-SA	1 857 635
SOMAGUE Engenharia SA	16 145 445	ALSTOM TRANSPORTE, SA	1 838 553
ArcelorMittal España, S.A.	15 692 021	Ws Atkins(Portugal)Consultores	1 815 363
FERBRITAS - Empreend. Industriais	15 376 469	ELECTREN, SA - Sucursal em Portugal	1 763 376
Teixeira Duarte-Eng. Construções SA	15 018 226	Iberlim-Sociedade Técnica	1 673 572
Geofer -Prod Com Bens Equipament SA	12 917 209	COBA - Consult Ob Barrag Planeam SA	1 668 783
Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	12 459 828	EFACEC Engenharia SA	1 615 314
Edifer-Const.Pires Coelho	12 157 613	OFM-Obras Púb, Ferrov. Marítimas SA	1 505 738
Futrifer-Indústrias Ferroviárias SA	11 013 070	ECG Engenharia, Coordenação Gestão	1 483 775
DST - Domingos da Silva	10 956 252	EMEF -Emp Manutenc Equip Ferrovº SA	1 446 221
VIAS Y CONSTRUCCIONES SA	7 774 959	Spie Batignolles Europe	1 437 995
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	7 088 733	Nortejuvil-Sociedade de Construções	1 400 953
EDP Serviço Universal, S.A.	6 685 536	Iberdrola Generacion, S.A.U	1 374 431
Satepor-Indústria de Travessas de	5 348 713	João Mata Lda	1 338 204
Grupo 8-Vigilância Prev Electr Lda	5 021 459	GIL - Gare Intermodal de Lisboa SA	1 323 461
IMTT - Instituto da Mobilidade e	4 564 371	Maranhão - Soc de Construções Lda	1 317 016
BRISA Engenharia e Gestão, SA	4 527 936	Montaco Tratamentos Anticorrosivos	1 298 063
Construções Gabriel A. S. Couto SA	3 985 646	TPF Planege - Consultores Eng	1 231 051
Bombardier Transportation Portugal,	3 876 555	José Oliveira Chaves & C.ª Lda	1 149 453
TECNOVIA-Sociedade de Empreitadas	3 797 936	LeasePlan Portugal-Com Alug Automóv	1 091 773
Monte Adriano - Eng Construção, SA	3 552 925	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser SA	1 087 027
FITONOVO, Lda.	3 252 228	PENGEST-Planeamento, Engenharia e	1 024 889
GIBB Portugal Strategic Alliance	3 034 378		

Nota: Valores com IVA incluído

Em Anexo encontram-se os contratos assinados em 2010 cujo valor é superior a 250 mil euros.

Anexos:

Anexo I – Contratos que não ocorreram em condições de mercado (Ajuste Directo)

Anexo II – Empreitadas de valor superior a 250 mil euros

Anexo III – Aquisição de Bens de valor superior a 250 mil euros

Anexo IV – Aquisição de Serviços de valor superior a 250 mil euros

Evolução Prazo Médio Pagamentos a Fornecedores

(em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de Fevereiro)

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 34/2008, de 22 Fevereiro, aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas, o qual tem como objectivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades publicas. Estabelece a RCM objectivos de prazos, a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores.

O Despacho nº 9870/2009 vem adaptar o indicador do prazo médio de pagamentos.

A REFER publicita o seu prazo médio de pagamento no seu relatório e contas anual envia igualmente, trimestralmente à DGTF os montantes que compõem a fórmula de cálculo do indicador.

A sua evolução foi:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

[dias]

	31-Dez-09	31-Mar-10	30-Jun-10	30-Set-10	31-Dez-10
PMP (dias)	44	44	46	48	61
cf.Despacho n.º 9870/2009					

O agravamento do indicador, de 48 dias em Setembro para 61 dias em Dezembro, reflecte o incremento do investimento registado no 4º trimestre de 2010, o qual registou um acréscimo de 80% face a Setembro, por outro lado os saldos de terceiros registaram um incremento de cerca de 89%.

Cumprimentos Deveres Especiais de Informação (em conformidade com o Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio)

No cumprimento do Despacho n.º 14277/2008, o qual estabelece o reforço dos mecanismos de controlo financeiro e deveres especiais de informação, a REFER envia às tutelas os seus Planos de Investimentos anuais e plurianuais, assim como as respectivas fontes de financiamento; orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado.

A informação é também prestada de forma desmaterializada no sistema de recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

A Empresa procede também à divulgação das remunerações da gestão no relatório e contas, site da empresa e Diário da República.

Deveres Especiais de Informação

[Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio]

	DGF	MOPTC	SRIEF	GPRI	IGOPTC	IGF
Planos de Actividades Anuais e Plurianuais	X	X	X	X	X	X
Orçamentos anuais incluindo estimativa de operações Financeiras com o Estado	X	X	X	X	X	X
Planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento	X	X	X	X	X	X
Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhado dos relatórios do órgão de fiscalização	X	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	X
Documentos de prestação anual de contas, bem como relatórios produzidos pelos auditores externos e relatório anual de fiscalização do Revisor Oficial de Contas	X	X	X	X	X	X

Recomendações do accionista aquando da aprovação de contas 2009

As contas da REFER, referentes ao exercício de 2009, foram aprovadas por Despacho Conjunto, de 30 de Julho de 2010, dos senhores Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e Secretário de Estado dos Transportes. No referido Despacho recomenda-se “ao Conselho de Administração que melhore o sistema de planeamento e programação de empreendimentos de modo a eliminar a sobrevalorização dos orçamentos de investimentos.”

Em 2010 a REFER reviu o seu plano de investimentos visando a contenção de custos e a selectividade do Investimento, garantindo a manutenção do nível de segurança e de eficiência do serviço prestado.

Cumprimento das “orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas...”

Estabelece o ofício nº 1730, de 25 de Fevereiro, da DGTf que as empresas do Sector Empresarial do Estado deverão seguir a política de não actualização dos salários nominais para o ano de 2010, assim como abster-se de negociar cláusulas de efeito pecuniário com implicações significativas em anos subsequentes. Neste contexto, e ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, a negociação colectiva efectuada em 2010 não resultou em qualquer aumento dos Vencimentos Base e das restantes Cláusulas de Expressão Pecuniária.

Componente Variável de Remunerações

Determina o ofício circular nº 2590 que seja adoptada por todo o Sector Empresarial do Estado uma política assente na contenção acrescida de custos no que toca à remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração, designadamente não havendo lugar, nos anos de 2010 e 2011, à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Assim, apesar de se reconhecer o cumprimento dos objectivos fixados, não houve lugar à atribuição de qualquer componente variável aos membros do Conselho de Administração.

Normas de Contratação Pública (Orientações Constantes de Despacho n.º 438/10)

Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a REFER, E.P.E. encetou um trabalho exaustivo com vista à melhor adequação dos seus procedimentos internos às regras de contratação pública constantes daquele Código, na medida da aplicabilidade das mesmas a esta empresa.

Para o cumprimento desse desiderato, foi constituído um grupo de trabalho que criou um Manual Interno de Contratação, juntamente com a revisão de um conjunto de minutas tipo já existentes (Programas de Concurso, Cadernos de Encargos, etc.) bem como a criação de outras até então inexistentes (contendo aspectos específicos decorrentes das regras do CCP).

Nesse âmbito, a REFER, E.P.E. utiliza actualmente, designadamente, documentação relativa à decisão de contratar contendo adequada fundamentação da necessidade e dos objectivos a atingir, sempre na óptica da melhor prossecução do interesse público subjacente a cada procedimento pré-contratual e da observância, entre outros, do princípio da transparência.

Não obstante, sempre numa perspectiva de melhoria e com vista ao acatamento das determinações mais recentes que impendem sobre as empresas públicas (designadamente no tocante aos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€), a REFER, E.P.E. encontra-se em vias de adopção de minutas tipo referentes à iniciativa, bem como à avaliação dos contratos celebrados, procurando sistematizar os dados e homogeneizar os procedimentos na empresa.

Sendo que, no caso da iniciativa (documento a aplicar de modo generalizado a todas as contratações), tal minuta incluirá de modo individualizado e entre outros aspectos, a necessidade de contratar – tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas -, bem como a explicitação dos objectivos que se pretende alcançar.

No caso da avaliação dos contratos celebrados (documento vocacionado para os contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000€, conforme orientação transmitida via ofício circular n.º 6132, de 6 de Agosto de 2010, da DGTF), tal minuta incluirá, também de modo individualizado e entre outros aspectos, os desvios temporais e/ou financeiros que tenham ocorrido e respectiva justificação.

Anota-se que, actualmente, e independentemente da documentação tipo que se encontra em preparação, a REFER, E.P.E. acautela já devidamente nos respectivos títulos contratuais e Cadernos de Encargos integrantes dos mesmos, as obrigações e responsabilidades que impendem sobre os adjudicatários na execução dos serviços, incluindo, consoante os casos e conforme adequado, cláusulas de específicas de responsabilidade e de penalidades por deficiências no serviço.

Informa-se, ainda, que a REFER, E.P.E. tem procurado o envolvimento das empresas suas participadas maioritariamente no cumprimento dos Princípios de Bom Governo que impendem sobre este tipo de empresas, transmitindo, inclusivamente (como é o caso da Refer Telecom) conhecimentos, procedimentos e documentos, para que as mesmas adoptem nas situações abrangidas pelo âmbito de aplicação do CCP.

Cumprimento dos Limites Máximos de Acréscimo de Endividamento

Estabelece o Despacho nº 510/10 da SETF de 1 de Junho, que as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) devem promover uma maior selectividade no investimento público e estabilizar o crescimento do nível do endividamento das empresas do SEE. Assim o Programa de Estabilidade e Crescimento fixa um limite máximo para o crescimento anual do endividamento das empresas públicas, no âmbito do Ministério das obras Públicas Transportes e Comunicações.

Assim, em 2010 a REFER reviu em baixa quer o seu orçamento de exploração quer o orçamento de investimento, observando os limites que lhe foram autorizados no âmbito do Ministério das obras Públicas Transportes e Comunicações. Os investimentos foram reformulados de forma a garantir as adequadas condições de segurança e serviço.

Implementação de medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC)

Decorre actualmente o processo de adesão da REFER ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e da respectiva credenciação de utilizadores para as aplicações que suportam o mesmo. Paralelamente, está a ser feita a análise das categorias de produtos e serviços que constam do Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP) de forma a possibilitar a utilização deste sistema quando terminem os contratos em vigor ou surjam novas necessidades.

Remuneração dos gestores públicos

No âmbito do previsto no art.º 12º da lei nº 12-A/2010 a remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores da REFER foi reduzida em Junho de 2010 em 5%.

Cumprimento de Unidade de Tesouraria do Estado

Em consequência do sub-financiamento crónico do Estado à REFER, a gestão de tesouraria desta empresa só é possível através do recurso permanente a instrumentos de dívida, nomeadamente a instrumentos de curto prazo, como sejam, os descobertos e programas de papel comercial;

A maior ou menor capacidade de negociação destas linhas de curto prazo depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias que são utilizados pela REFER bem como do volume/valor dos movimentos efectuados junto dessas instituições;

Os valores de disponibilidades em caixa e depósitos à ordem são mantidos com saldos mínimos, uma vez que a sua simples existência pressupõe que a empresa se está a financiar para os manter. Assim, estas disponibilidades existem apenas para fazer face a créditos imediatos de pagamentos em trânsito;

Dado o elevado número de operações de pagamento a fornecedores e colaboradores, a empresa utiliza ficheiros PS2 para efectuar a maioria dos seus pagamentos a terceiros;

Nas situações esporádicas em que a Empresa tenha a possibilidade de efectuar aplicações financeiras, estas serão, nos termos da Lei, canalizadas para o IGCP. No entanto, cabe-nos referir que estas situações acarretarão um custo de oportunidade para a REFER caso ainda não seja possível proceder a aplicações de muito curto prazo (O/N, T/N...) já que a duração das aplicações que a REFER realiza não excedem este horizonte temporal.

Sobre estas questões a REFER questionou o IGCP (Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.), não tendo obtido resposta até à data de fecho do presente relatório.

Análise Sustentável da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

A análise de sustentabilidade da empresa, nos domínios Económico, Social e Ambiental, estão incluídos no Relatório de Sustentabilidade produzido pela REFER desde 2004. Neste relatório estão referidos os seguintes aspectos:

- Estratégias adoptadas;
- Grau de cumprimento das metas fixadas;
- Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade;
- Identificação dos principais riscos para a actividade e para o futuro da empresa;
- Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:
 - Responsabilidade Social:
 - Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e não discriminação;
 - Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores;
 - Adopção de práticas ambientalmente correctas.
 - Desenvolvimento sustentável:
 - Criação de valor para o accionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das actividades);
 - Promoção da protecção ambiental;
 - Contribuição para a inclusão social (empregabilidade).
 - Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade.
- Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo;
- Planos de acção para o futuro.

Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

(RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

De forma a tornar clara a conformidade do Relatório e Contas de 2010 com o instituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, foi elaborada a seguinte tabela descrevendo cada um dos princípios:

Princípios do Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
I. Princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado					
I.1. Missão, objectivos e princípios gerais de actuação da empresa					
1.1. Procede à enunciação e divulgação da sua missão, objectivos e políticas, no seio da própria empresa e junto das empresas participadas que controla? Como?	√			Publicação no Relatório e Contas, site da empresa e divulgação no portal interno.	Relatório e Contas
1.2. Elabora planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis? Descreva os meios.	√			O Plano de Actividades é elaborado envolvendo os vários órgãos da empresa e conjugando esforços no sentido de um objectivo comum. No caso específico da Actividade de Investimentos é elaborado em conformidade com as instruções informais da Tutela.	
1.3. Define as estratégias de sustentabilidade no domínio económico, social e ambiental, com identificação dos objectivos e explicitação dos instrumentos de planeamento, execução e controlo? Por que meios?	√			Cada área da empresa define a sua estratégia considerando e interacção destas três vertentes. A sua divulgação é efectuada através do Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade
1.4. Adopta planos de igualdade tendentes a alcançar igualdade de tratamento e de oportunidades entre sexos, eliminação de discriminações e promoção da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional? Exemplifique.	√			A REFER actua no respeito pela igualdade entre os sexos, eliminação de discriminações e promoção da vida pessoal, familiar e profissional. Exemplos: a) o trabalho é remunerado da mesma forma quer seja exercido por homens ou mulheres; b) o recrutamento e selecção trata os candidatos de ambos os sexos de igual forma c) a empresa proporciona aos seus trabalhadores casados ou em união de facto a possibilidade de gozarem férias juntos d) os horários são adaptados às necessidades familiares	
1.5. Presta informação anual, à Tutela e ao público em geral, do modo como foi prosseguida a missão da empresa, o grau de cumprimento dos objectivos, a forma de efectivação da política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos em que foi assegurado o serviço público? Por que meios?	√			Através do Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade	Relatório e Contas e Relatório de Sustentabilidade
1.6. Prevê e estabelece políticas de investigação, desenvolvimento, inovação e integração de novas tecnologias no processo produtivo? Por que meios?	√			A REFER tem na sua estrutura um departamento que se dedica ao desenvolvimento de projectos na área de investigação e desenvolvimento. Estabeleceu também protocolos com Universidades.	

	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
1.7. Estabelece medidas de valorização profissional dos trabalhadores da empresa? Demonstre.	√			<p>A REFER proporciona regularmente aos seus trabalhadores a possibilidade de se candidatarem a processos de mobildade profissional interna que visam a ascensão a funções mais qualificadas e de maior estatuto profissional. Estes processos são acompanhados de acções de formação de enquadramento para as novas categorias que procuram a qualificação e valorização profissional dos trabalhadores.</p> <p>A empresa também recorre com frequência a processos de reconversão profissional. Neste aspecto, temos a salientar os processos de integração na carreira técnica, que consistem em dar absoluta prioridade (ou mesmo incentivar) a ocupação de vagas relativas a funções desta carreira a trabalhadores de outras categorias mas que tenham os requisitos essenciais (formação de base e experiência profissional detidas).</p> <p>Foi criado um manual de contratação com procedimentos e documentos tipo a utilizar, o qual está publicado no portal interno da empresa.</p>	
1.8. Estabelece e divulga os procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços? Por que meios?	√				
1.9. Utiliza critérios de adjudicação orientados por princípios de economia, eficácia e eficiência que assegurem a igualdade de oportunidades entre os agentes económicos que operem no mercado considerado? Exemplifique.	√			Nas consultas ao mercado, para adjudicações, são definidas regras as quais contemplam os princípios referidos.	
1.10. Procede à divulgação anual de todas as transacções que não tenham decorrido em condições de mercado, assim como a lista de fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de 1 milhão de euros?	√			Esta informação é prestada no Relatório e Contas	Relatório e Contas
1.11. Procede à criação ou aderiu a um Código de Ética, promovendo a sua divulgação entre colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral? Demonstre.	√			O código de ética da REFER está publicado no seu site assim como no portal interno.	
I.2. Estruturas de administração e fiscalização					
2.1. Tratando-se de uma empresa de elevada dimensão e complexidade, especializou a sua função de supervisão, criando comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras?		√			
2.2. É elaborado anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, por parte dos membros não executivos dos órgãos de administração, dos membros do conselho geral e de supervisão ou, quando não existam, dos membros do órgão de fiscalização?			√		
2.3. Procede igualmente à elaboração anual de uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na		√			

	Aplicado			Descritivo	Documentos de suporte
	Sim	Não	Não Aplicável		
2.4. São realizadas auditorias anuais às contas da empresa, por parte de entidades independentes? Exemplifique.	√			É emitido, pelos auditores externos, relatório anual de auditoria às contas e pelo Revisor Oficial de Contas a Certificação Legal de Contas	Relatório e Contas
2.5. Procedeu à criação e manutenção, pelo órgão de administração, de um sistema de controlo adequado à dimensão e complexidade da empresa? Demonstre	√			Através da aprovação de normas específicas e do desenvolvimento de software aplicacional (SAP e E contratos)	
2.6. Existe rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização? Demonstre.	√			Conforme definido nos estatutos da Empresa os membros do conselho fiscal são designados por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e pelo sector dos transportes, por períodos de três anos, sendo estes renováveis até ao máximo de três vezes.	
I.3. Remuneração e outros direitos					
3.1. Procede à divulgação pública das remunerações totais - fixas e variáveis - e demais benefícios e regalias (Seguros de saúde, utilização de viatura, etc.) auferidos por cada membro do órgão de administração e fiscalização? Por que meios?	√			No Relatório e Contas anual e no site de Sector Empresarial do Estado	Relatório e Contas
I.4. Prevenção de conflitos de interesse					
4.1. Os responsáveis da organização abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si	√				
4.2. É efectuada uma declaração, no início de cada mandato, ao órgão de administração e fiscalização e à IGF, por parte dos membros dos órgãos sociais das empresas, contendo a indicação de quaisquer participações patrimoniais que tenham na empresa ou de relações relevantes que sejam susceptíveis de gerar conflitos de interesses?	√				
I.5. Divulgação de Informação relevante					
5.1. Procede à divulgação pública imediata de todas as informações que sejam conhecidas, passíveis de afectar relevantemente a situação económica, financeira ou patrimonial da empresa ou as condições de prestação de	√			No site da CMVM e site do SEE a informação relevante é imediatamente publicada após a sua ocorrência	
I.6. Ajustamento à dimensão e à especificidade de cada empresa					
6.1. Procede à explicitação dos motivos pelas quais a empresa, em razão da sua dimensão ou especificidade, não está em condições de respeitar os princípios de bom governo, caso seja essa a situação verificada?			√		

II. Princípios relativos à divulgação de informação

1. Divulga, em site próprio e no site da DGTF, a informação financeira histórica e actual da empresa, identidade e elementos curriculares dos membros dos órgãos sociais, obrigações de serviço público, modelo de financiamento e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três	√			Informação divulgada através do Relatório e Contas e no portal da DGTF (SIRIEF)	Relatório e Contas
2. Foi nomeado um Provedor do Cliente, de acesso livre e gratuito?	√			Existe no site da EMPRESA uma opção que se designa "Serviço ao cidadão" através da qual o cidadão pode colocar questões/sugestões. Estas são reencaminhadas para os departamentos repectivos consoante o assunto.	
3. É incluído, nos relatórios de gestão, um ponto sobre o governo das sociedades que inclua: regulamentos internos e externos; transacções relevantes; remunerações dos órgãos sociais; análise de sustentabilidade; análise sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo? Demonstre.	√			Ver Relatório e Contas	Relatório e Contas

Código de Ética e Conduta

Relativamente à ética empresarial, a Comissão de Ética prosseguiu com a sua actividade de acompanhar a implementação do Código de Ética e de Conduta da REFER, bem como de divulgar o seu conteúdo. Nesta última vertente, membros da Comissão de Ética realizaram reuniões com estruturas da empresa, participaram nos estágios de integração e foi criada uma área dedicada à ética no portal interno onde a Comissão divulga as melhores práticas neste domínio.

A tónica da actuação recaiu, essencialmente, em acções de divulgação e sensibilização que visaram enquadrar as diversas situações do quotidiano laboral à luz dos princípios e valores fundamentais para a REFER, bem como das normas de conduta em vigor.

A Comissão de Ética continuou, também, a acompanhar os casos que lhe foram submetidos, muitos dos quais para esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação prática do Código, o que significa que os colaboradores o utilizam como mais uma ferramenta de trabalho, tendo interiorizado os seus princípios e normas de conduta.

Tudo isto contribui para aumentar a cultura de responsabilidade e de integridade que caracteriza a actuação da REFER, baseada nos princípios éticos do rigor, transparência, honestidade e isenção na prossecução da sua missão de proporcionar ao mercado uma infra-estrutura de transporte competitiva, gerindo e desenvolvendo uma rede ferroviária eficiente e segura, no respeito pelo meio ambiente.

O código de Ética e de Conduta poderá ser consultado em www.refer.pt.

Qualquer pessoa ou entidade pode dirigir-se à Comissão de Ética através do endereço electrónico comissao.etica@refer.pt.

Informação sobre a Existência de um Sistema de Controlo Compatível com a Dimensão e Complexidade da Empresa, de modo a Proteger os Investimentos e os seus Activos

(Ponto 19 da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

Com a entrada em vigor do novo código da contratação pública através da publicação do Decreto-Lei nº 18/2008 e, tendo em vista uniformizar a informação e definir os procedimentos que fixem as competências e a forma como deve ser exercido o respectivo controlo foi criado um manual de Procedimentos de Contratação, o qual envolve a função contratação na sua globalidade. Através da Deliberação nº 29/08 de 24 de Julho, o Conselho de Administração aprovou o "Manual Interno de Contratação", o qual inclui as minutas tipo.

Identificação dos Mecanismos Adoptados com Vista à Prevenção de Conflitos de Interesses

(Ponto 22 da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

“Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. Além disso, no início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.”

A observância do regime de incompatibilidades e impedimentos dos gestores públicos assim como a comunicação de todas as participações e interesses patrimoniais que o gestor detenha na empresa em que exerce funções é assegurada através da entrega de Declaração de Incompatibilidade à Procuradoria-geral da República.

As despesas realizadas por cada elemento do Conselho de Administração são aprovadas pelos restantes elementos do Conselho.

Explicitação Fundamentada da Divulgação de toda a Informação Actualizada

(Prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

Informação a constar no Site SEE

(RCM n.º 49/2007, de 28 de Março)

	Cumprido			Comentários (Documento SEE)
	Sim	Não	Não Aplicável	
Estatutos Actualizados (PDF)	√			Estatutos
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			Caracterização da empresa
Ficha Síntese da Empresa	√			Ficha síntese
Identificação da Empresa				
Missão, objectivos, políticas, obrig.serv. Público e modelo de financiamento	√			Caracterização da empresa
Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (Identificação Órgãos Sociais)	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Estatuto remuneratório fixado	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Remunerações auferidas e demais regalias	√			Modelo de Governo / Identificação Órgãos Sociais
Regulamentos e Transacções				
Regulamentos internos e externos	√			Princípios de Bom Governo
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			Princípios de Bom Governo
Outras transacções	√			Princípios de Bom Governo
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	√			Princípios de Bom Governo
Avaliação do Cumprimentos dos PBG	√			Princípios de Bom Governo
Código de Ética	√			Princípios de Bom Governo
Informação Financeira histórica e actual	√			Informação Financeira histórica e actual
Esforço Financeiro do Estado	√			Esforço Financeiro Público

Informação a constar no Site da Empresa

(RCM nº 49/2007, de 28 de Março)

	Cumprido			Comentários
	Sim	Não	Não Aplicável	
Existência de Site	√			www.refer.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Organigrama	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Órgãos Sociais e Modelo de Governo				
Identificação Órgãos Sociais	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Identificações das áreas de responsabilidade do CA	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Identificação de comissões existentes na sociedade	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Identificar sistemas de controlo de riscos	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Remunerações dos órgãos sociais	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Regulamentos internos e externos	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Transacções fora das condições de mercado	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Transacções relevantes com entidades relacionadas	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	√			Relatório de Sustentabilidade
Código de Ética	√			Relatório e Contas e Governo da Sociedade
Relatório e Contas	√			Relatório e Contas
Provedor do Cliente	√			Serviço ao cidadão

Publicidade Institucional

(RCM n.º 47/2010)

Integrada na área da comunicação empresarial, uma das ferramentas estratégicas adoptadas para veicular a missão da REFER, enquanto empresa gestora da rede ferroviária nacional, e divulgar as suas actividades de serviço público é a publicidade institucional.

Durante 2010, a REFER centrou esta actividade na sensibilização para a promoção de valores como a segurança. A estratégia adoptada, dentro de uma óptica de optimização dos recursos financeiros, no que respeita à colocação de publicidade institucional nos diferentes órgãos de comunicação, teve como objectivos:

- Informar sobre o lançamento de concursos públicos, no âmbito de empreitadas de construção, conservação e modernização, e sobre outros investimentos em curso;
- Sensibilizar para a problemática da segurança ferroviária e esclarecer sobre actividades da REFER com impacto nas populações (interdições, entradas ao serviço, etc.);
- Reforçar a imagem, a notoriedade e a projecção pública da REFER, melhorando a percepção social sobre o carácter único e específico da actividade da Empresa.

São exemplos, as seguintes iniciativas:

- Campanha de sensibilização de segurança em passagens de nível – No âmbito da campanha “Pare, Escute, Olhe” e das conclusões da Consulta Pública associada ao “Livro Verde sobre Segurança em Passagens de Nível” foram realizadas acções publicitárias em diversos órgãos de imprensa nacional, numa estação de rádio nacional e em três canais de televisão em sinal aberto;
- Publicidade direccionada na imprensa regional e especializada (ex: em suplementos especiais sobre a Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, no Jornal de Negócios e no Diário de Aveiro; sobre a conclusão da remodelação da Estação de Setúbal, no jornal “O Setubalense” e sobre os constrangimentos provocados pela obra de remodelação da Estação de São João do Estoril, no Jornal da Região de Cascais);
- Presença em órgãos de informação ferroviária: revista O Foguete, da Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário, e revista Flecha de Prata, do Clube de Entusiastas do Caminho-de-ferro (edição especial, com primeira página e artigo sobre os investimentos na modernização da rede ferroviária nacional).

Em 2010 o investimento realizado em publicidade institucional foi no valor de 100.147,31 euros.

Sistema de Gestão de Riscos

Tendo presente as exigências regulatórias a que se encontra sujeita, a REFER tem vindo a desenvolver um conjunto de sistemas de controlo interno e de gestão de risco que visam essencialmente garantir a conformidade entre objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação contabilística, financeira e operacional, mitigar a ocorrência de fraude e corrupção e garantir que os riscos críticos são identificados, controlados e reduzidos para um nível aceitável.

Estes sistemas, alinhados com as melhores práticas internacionais, têm vindo a ser executados continuamente, estando atribuída a responsabilidade pela sua implementação e cumprimento ao nível dos gestores superiores (responsáveis pelas direcções operacionais e corporativas) e sendo estabelecida a aceitação do risco residual pelos gestores executivos (Conselho de Administração).

Os sistemas de controlo interno e de gestão de risco contemplam um conjunto de procedimentos relativos à execução, supervisão, monitorização e melhoria contínua dos processos de negócio, nomeadamente na preparação e divulgação de informação financeira, correspondendo assim ao compromisso assumido pela REFER, com a melhoria do ambiente de controlo interno e dos processos de gestão de risco.

Neste âmbito cabe referir que a empresa dispõe de normativos internos, instruções técnicas e ordens de trabalho que identificam procedimentos, responsabilidades e mecanismos de controlo interno adoptados, que se encontram disponíveis para consulta no portal interno da empresa e são objecto de revisões regulares por parte dos órgãos responsáveis de forma a garantir que estão adequados à dimensão e complexidade das operações realizadas e dos objectivos da organização.

A empresa dispõe ainda de um sistema integrado de informação (ERP) –SAP e aplicações informáticas de apoio à sua actividade que abrangem as áreas de recursos humanos, financeira, aprovisionamento, manutenção, vendas e contratação pública, com mecanismos de segurança ao nível de acessos e de processos decisórios. Este sistema é sujeito a controlos e ajustamentos regulares, sendo objecto de descrição detalhada em documento apropriado sobre as alterações realizadas.

A Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de Julho de 2009, veio impor às entidades públicas a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e de um relatório anual sobre a execução do mesmo plano.

Assim, importa referir que a REFER procedeu à elaboração do referido plano, com um âmbito mais alargado, identificando os sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na empresa e não apenas o sistema de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, representando este documento uma sistematização e descrição sumária do modelo organizativo instituído.

Em 2010 foi criada a Comissão de Supervisão da Gestão do Risco, órgão autónomo e directamente dependente do Conselho de Administração, tendo por atribuição, entre outras, proceder à avaliação regular, em articulação com os responsáveis pelas direcções operacionais e corporativas, sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

A metodologia de avaliação seguida tomou em consideração as referências fornecidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e as orientações estabelecidas pela norma internacional ISO 31001 sobre gestão de riscos.

No que se refere à implementação e execução dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, e na sequência das referências supra-mencionadas, foi desenvolvido em 2010, um conjunto de acções de controlo e de tratamento do risco que contribuíram substancialmente para reforçar o ambiente de controlo interno da REFER e mitigação de riscos, nomeadamente:

- i) Controlo regular e periódico da execução de instrumentos previsionais de gestão, designadamente, planos de actividades e orçamentos de exploração e de investimentos, quer pela elaboração e análise de relatórios mensais de execução quer pelo acompanhamento diário das diversas actividades;
- ii) Revisão regular e aprovação de normativos internos que regulam as actividades de controlo e acompanhamento, devendo-se destacar a revisão de todos normativos internos e levantamento dos processos de controlo das actividades de relato financeiro, prevendo-se que seja publicado em 2011, um manual de controlo interno abrangente e completo sobre esta matéria;
- iii) Diagnóstico e revisão de modelos de controlo implementados, nomeadamente mecanismos de controlo instituídos nas actividades de gestão de stocks e de controlo de custos;
- iv) Avaliação por parte da Comissão de Supervisão da Gestão de Riscos, em articulação com os responsáveis pelas diversas direcções, sobre o grau de execução e implementação dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco instituídos, e respectiva elaboração e publicação, no sítio electrónico da empresa, do relatório anual de execução do plano de prevenção de riscos de gestão;
- v) Acções de formação, sobre os procedimentos de controlo interno relativos a actividades de Contratação Pública, extensíveis a todos os colaboradores com intervenção nesta actividade;
- vi) Participação nos trabalhos da Comissão Técnica 180 da Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) para elaboração da versão portuguesa da norma da série ISO 31000.

¹ International Standard 31000 – Risk management – principles and guidelines (primeira edição de 15 de Novembro de 2009).

Anexos

(Anexo ao capítulo Informação sobre Outras Transacções)

Contratos assinados em 2010 cujo valor é superior a 250 mil euros.

Anexo I – Contratos que não ocorrem em condições de mercado (Ajuste Directo)

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo Proce.	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010002395	Telecomunicações - Km 88 a Entroncamento	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000970	Projecto de Execução - Linha do Corgo	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	07-01-2010	420 075
5010000969	Projecto de Execução - Linha do Tâmega	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	07-01-2010	299 278
5010000169	Instalação CONVEL na Variante de Alcácer	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	07-01-2010	595 537
10002176219	Adaptação CONVEL a sinalização electrón.	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	15-01-2010	1 054 617
5110000155	10º aditamento ao contrato 49/94-SEC Prolongamento da prestação de serviços de assessoria técnica à gestão do Projecto da Linha do Norte.	Empreitadas	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5010002468	LDOURO-ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE KM142+500	Empreitadas	Ajuste Directo	OFM-Obras Púb, Ferrov. Marítim	01-02-2010	1 147 116
5110000154	3º Adicional ao e-contratos nº 4349	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	19-02-2010	734 365
5010002624	EMPREITADA GERAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL, VIA E CATENÁRIA	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	02-03-2010	949 230
5010002453	Ramal Neves Corvo - Estabilização Talude	Empreitadas	Ajuste Directo	Ferrovias e Construções, S.A.	09-03-2010	340 447
5010002449	L. Vendas Novas - Alentejo Plataformas	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Accenture, Consultores de Gest	09-03-2010	251 085
5110000165	Gestão de Segurança - Adicional ao econtratos 4939	Prestação de Serviços	Adicional	BRISA Engenharia e Gestão, SA	09-03-2010	6 152 883
5010002761	LV_Manut Correctiva Superestrutura Via	Empreitadas	Ajuste Directo	José Oliveira Chaves & C.ª Lda	15-03-2010	660 368
5010002852	Planeam. operacional rede convencional	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	18-03-2010	390 000
5110000160	Linha do Algarve - Troço Tunes/Lagos - Nova Estação de Lagos - Edifício de Passageiros, Edifício Comercial e Arranjos Exteriores - 1º Adicional ao Contrato 3529/07/CA/GO	Prestação de Serviços	Adicional	THALES Security Solutions &	18-03-2010	323 870
5010000124	Proj. Reab. Estrutural Túnel do Loureiro	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser	24-03-2010	279 550
5010002306	Serviços Telecomunicações Ferroviárias	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	25-03-2010	38 810 581
5110000149	Atrav. Ferrov. Sado-Ponte e Viaduto Aces - 3º adicional ao contrato 2704	Empreitadas	Adicional	Teixeira Duarte-Eng. Construço	25-03-2010	375 465
5010000649	Adaptação sinalização SSI est. Souselas	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Dimetric SA	30-03-2010	348 733
5010002421	Prest Serv Voz Acesso Directo e Indirect	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	31-03-2010	300 000

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo Proce.	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010002420	Prestação Serviços Rede Privativa de Voz	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	31-03-2010	310 000
5010002355	Adicional ao contrato 3698/CPL Aquisição de 80.709 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Geofer -Prod Com Bens Equipame	05-04-2010	4 753 760
5110000157	Quadruplicação da linha de Sintra entre os PK's 13,750 e 18,250 e remodelação das estações de Barcarena e Cacém - 4º adicional ao contrato nº 2652	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	05-04-2010	347 227
5010002351	Fornecimento de TB e fixações - Adicional ao contrato 3697/CPL	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Satepor-Indústria de Travessas	21-04-2010	2 723 095
5110000027	Automatização de 52 PN Linha do Vouga - 1º Adicional ao Contrato nº 4753	Empreitadas	Adicional	ALSTOM Portugal, S.A.	23-04-2010	541 703
5010000372	Substituição do Pontão de Foz dos Claros	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	30-04-2010	597 612
5110000209	3º Adicional Contrato 36/05/CA/CM	Prestação de Serviços	Adicional	EMEF - Emp Manutenc Equip Ferro	30-04-2010	900 000
5110000223	Prest. Serviços Manut. E.Tracção Lote1 - 2ª Prorrogação - Contrato 2866	Prestação de Serviços	Adicional	Efacec - Servicos Manut Assist	30-04-2010	748 065
5010000516	Prest.Serv. Concord.LBB/LBA, ligação PLIE	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	05-05-2010	563 497
5010001442	Modernização Trabalhos Preparatórios	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	06-05-2010	510 210
10002176343	Instalação de RCT+TP Alfarelos-CoimbraB	Empreitadas	Ajuste Directo	THALES Security Solutions &	13-05-2010	688 000
5010000508	Prest.Serv. Modernização Covilhã/Guarda	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	20-05-2010	1 537 683
5110000221	Lig. Ferrov. entre Viaduto e o Porto Av. - 2º Adicional ao contrato nº 2901	Empreitadas	Adicional	Obrecol - Obras e Construções	31-05-2010	482 152
5010001465	coordenação de segurança de obra	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	BRISA Engenharia e Gestão, SA	02-06-2010	327 991
5010001770	Assessoria terraplenagem Bombel Évora	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Geocontrolo -Gab Geotecnia Top	04-06-2010	255 320
5110000041	HE 470 - 2º Termo Adicional	Empreitadas	Adicional	Construtora Abrantina, Sa	09-06-2010	288 248
5110000235	Prest. Serviços Manut. E. Tracção Lote2 - 2º Adicional ao Contrato 2899	Prestação de Serviços	Adicional	ENSULMECI - Gestão de Projecto	11-06-2010	655 753
5010001454	PE+RECAPE-Quad Contumil-Ermesinde	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	17-06-2010	2 070 187
5010004282	Contrato EAS Microsoft-2009/2012 -2º ano	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	01-07-2010	820 890
5010004085	Ferbritas-Previsão encargos expropriação	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	05-07-2010	780 000
5010004420	Contrato global Manutenção Sinaliz-THALES	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	23-07-2010	26 100 000
5110000150	5º Adicional Contrato 5889 *ALARGAMENTO E ESTABILIZAÇÃO DA PLATAFORMA FERROVIÁRIA CONTÍGUA AO RIO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PEDONAL RIBEIRINHO ENTRE ALHANDRA E VILA FRANCA DE XIRA*	Empreitadas	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	30-07-2010	573 283
5110000264	Quadruplicação da via entre os PK's 13,750 e 18,250 da linha de Sintra e remodelação das estações de Barcarena e de Cacém - 5º Termo Adicional ao contrato nº 2652	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	02-08-2010	552 530

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Tipo Proce.	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
511000075	HE 470 - 3º Termo Adicional	Empreitadas	Adicional	Construtora Abrantina, Sa	05-08-2010	805 005
5110000241	Manutenção de Passagens de Nivel Automat - 3º Adicional ao contrato 4118	Prestação de Serviços	Adicional	EFACEC-Sistemas de Electronica	06-08-2010	665 600
5110000246	Empreitada geral da variante da Trofa - 5ª Adicional Contrato nº 4349	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	08-09-2010	588 724
5110000280	Prest. Serv. Fisc. e Coord. Seg. - 2º aditamento ao contrato 2317	Prestação de Serviços	Adicional	TPF Planege - Consultores Eng	18-10-2010	739 116
5110000233	1º adicional ao contrato 27/05-CA-LN	Empreitadas	Adicional	Bombardier Transportation Port	18-10-2010	270 188
5010002424	Manutenção Sistemas Inf. e Rede de Dados	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	29-10-2010	5 990 340
5110000298	Empreitada geral da variante da Trofa - 6º Adicional ao e-contrato nº 4349	Empreitadas	Adicional	OPWAY - Engenharia, SA	02-11-2010	419 261
5010004362	Empreitada de via na Estação de Évora	Empreitadas	Ajuste Directo	SOMAGUE/NEOPUL/TO MÁS DE OLIVEIRA	05-11-2010	4 311 321
5010002831	Fiscalização Empreitadas Estação Évora	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	GIBB, SA/FERCONSULT,SA	05-11-2010	285 580
5110000267	Emprei. benef. reforço 4 túneis Lminho - 2.º Adicional contrato n.º 3185	Empreitadas	Adicional	Ferrovias e Construções, S.A.	05-11-2010	1 228 059
5010000422	Ensaio de Bombagem	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	AQUALIS CAPTAÇÕES - Hidrogeolo	10-11-2010	299 529
5010000287	Instalação Convel Castelo Branco-Covilhã	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	10-11-2010	1 204 623
5010005018	2º Adicional ao Contrato nº 3697/CPL para o fornecimento de 12.000 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Satepor-Indústria de Travessas	10-11-2010	790 200
5010003394	Nova Estação Técnica-Pk118.500 Linha Sul	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	11-11-2010	314 072
5010005019	2º Adicional ao Contrato nº 3698/CPL para o fornecimento de 15.000 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Geofer -Prod Com Bens Equipame	18-11-2010	883 500
5010004402	L.Sul.Estabiliz.taludes Km 237,250 e 286	Empreitadas	Ajuste Directo	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	22-11-2010	648 088
5110000312	Aveiro 2ª Fase: 3º Adicional Contrato 2901	Empreitadas	Adicional	Obrecol - Obras e Construções	23-11-2010	295 659
5010003352	Regularização de linhas de água-Raquete	Empreitadas	Ajuste Directo	Neopol - Soc Estudos Construçõ	26-11-2010	330 100
5110000315	Quadruplicação da linha de Sintra entre os PK's 13,750 e 18,250 e remodelação das estações de Barcarena e Cacém - 6º Termo Adicional ao contrato nº 2652	Empreitadas	Adicional	Edifer-Const.Pires Coelho	02-12-2010	486 633
5010001083	Empreitada Alteração Sinaliz. T.Rossio	Empreitadas	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	06-12-2010	289 549
5010002704	Aquisição de Balizas convel	Acordo em Quantidade	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	13-12-2010	322 210
5010003116	Vendas Novas - Instalação SINALIZAÇÃO	Empreitadas	Ajuste Directo	Dimetric SA	14-12-2010	3 988 839
5010003115	Vendas Novas - Instalação CONVEL	Empreitadas	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	15-12-2010	343 911
5010001647	GE - Autónoma 2 LN/LCINTURA LAV	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	FERBRITAS - Empreend. Industri	15-12-2010	251 459
5110000418	3.ª Renovação - Seguro Responsab. Geral - Seguro de Responsabilidade Civil Geral da REFER	Prestação de Serviços	Adicional	Assicurazioni Generali	21-12-2010	1 228 805
5110000249	Túnel da Trofa - Adicional Fecho Contas -SPIE	Empreitadas	Adicional	Spie Batignolles Europe	28-12-2010	450 892
5010005410	LN - descarrilamento 16/07/2010	Prestação de Serviços	Ajuste Directo	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	31-12-2010	272 922

Anexo II – Empreitada de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010001083	Emp. Alteração Sinaliz. T.Rossio	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010003352	Regularização de linhas de água-Raquete	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010002453	L. Vendas Novas - Alenteamento Plataformas	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010003115	Vendas Novas - Instalação CONVEL	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000169	Instalação CONVEL na Variante de Alcácer	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000372	Substituição do Pontão de Foz dos Claros	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010004402	L.Sul.Estabiliz.taludes Km 237,250 e 286	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010002761	LV_Manut Correctiva Superestrutura Via	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
10002176343	Instalação de RCT+TP Alfarelos-CoimbraB	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010002624	Ramal Neves Corvo - Estabilização Talude	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
10002176219	Adaptação CONVEL a sinalização electrón.	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010002468	LDOURO-ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE KM142+500	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000287	Instalação Convel Castelo Branco-Covilhã	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010003116	Vendas Novas - Instalação SINALIZAÇÃO	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010004362	Empreitada de via na Estação de Évora	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000008	LNorte Conservação Válega-Gaia	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	12-01-2010	1 822 042
5010000309	Reabit. Inf.troço Alto S. João/Miranda	Concurso Público	Vias Y Construcciones, Sa/Gabriel Couto, Sa/ Electren, Sa	15-01-2010	29 039 776
5010000671	Reabilitação e Reforço-Tunel do Sabugal	Concurso Público	Spie Batignolles/Monte Adriano PT980272610) - Spie Batignolles Europe	20-01-2010	2 119 210
5110000233	1º adicional ao contrato 27/05-CA-LN	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000041	HE 470 - 2º Termo Adicional	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000312	Aveiro 2ª Fase: 3º Adicional Contrato 2901	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000157	Quadrup.o da L.Sintra entre os PK's e remod. Est.Barcarena e Cacém - 4º adi.cont. nº 2652	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000149	Atr. Ferrov. Sado-Ponte e Viad. Aces-3º adi.contrato 2704	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000298	Emp. geral da variante da Trofa - 6º Adicional -contrato nº 4349	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000249	Túnel da Trofa - Adicional Fecho Contas -SPIE	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000221	Lig. Ferrov. entre Viaduto e o Porto Av. - 2º Ad. cont.nº 2901	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000315	Quadruplicação da L.Sintra entre os PK's 13,750 e 18,250 e remod. estações de Barcarena e Cacém - 6º contrato nº 2652	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5110000027	Automatização de 52 PN Linha do Vouga - 1º Adicional ao Contrato nº 4753	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000264	Quad. via entre os PK's 13,750 e 18,250 da L.Sintra e remodel. Est.Barcarena e de Cacém - 5º Termo Adi. Cont. nº 2652	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000150	5º Adi. Cont. 5889 "Alarg. e estab. Plat. F. Contíg. ao rio e const. Pass. pedonal ribeirinho entre Alhandra e V.F.Xira"	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000246	Emp. geral da variante da Trofa - 5º Ad. Contrato nº 4349	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000154	3º Adicional contratos nº 4349 Empreitada geral de construção civil, via e catenária	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000075	HE 470 - 3º Termo Adicional	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000267	Emprei. benef. reforço 4 túneis Lminho - 2.º Adicional contrato n.º 3185	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5110000155	10º adit. ao cont. 49/94-SEC Prolong. da prest.o de serv. de assessoria técnica à gestão do Projecto da Linha do Norte.	Adicional	Tyco Engenharia, Unipessoal	22-01-2010	4 504 781
5120000015	Prorrogação do prazo Telecomando VF Xira	Aditamento	EFACEC-Sistemas de Electronica	25-03-2010	743 966
5120000011	HE 478 P.I. Pk 11+929 e 12+858 Alentejo - 1º adit. ao cont. 3124	Aditamento	Promorail - Tecnologias de	12-04-2010	1 436 441
5120000028	Empreita. Alargamento PI Baiuca 1º Aditamento	Aditamento	Ferrovias e Construções, S.A.	27-04-2010	630 000
5010001147	Remodel. da Est. de S. João do Estoril	Concurso Público	Obrecol - Obras e Construções	06-05-2010	3 337 395
5010000555	LOUSAL. INTERFACE E ARRUMENTOS	Concurso Público	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	11-05-2010	289 422
5120000021	Subestação de Tracção Fatela/Penamacor	Aditamento	Siemens,S.A.	14-06-2010	3 870 000
5010001168	Prot. Anticorrosiva Pte. do Lima	Concurso Público	Montaco Tratamentos Anticorros	02-07-2010	1 744 000
5010001891	L.Alg.-Faro/VRSA-Sub. Travessas e carril	Concurso Público	Promorail - Tecnologias de	07-07-2010	3 734 288
5010001892	L.Alg-Tunes/Lagos-Sub.Travessas e carris	Concurso Público	Neopul - Soc Estudos Construção	13-07-2010	4 144 438
5010001116	L N - Ap. Canelas PK 282,310 a 284,014	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	22-07-2010	598 981
5120000033	Emp. para o "Proj., Forn. e Mont. Sist.Sinal. Telec. entre Barreiro-Pinhal Novo" - 5º Adit	Aditamento	Alcatel Portugal SA	02-08-2010	11 597 311
5010002264	LN-PK318,375_318,705 Exec BLS	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	13-08-2010	699 838
5010002756	Emp. Const.PD's na Estação Évora	Concurso Público	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	02-09-2010	3 170 577
5010002423	Empreitada Autónoma 1 LN LC	Concurso Público	Obrecol - Obras e Construções	02-09-2010	19 049 590
5010003396	Empreitada Autónoma 2 LN LC	Concurso Público	Obrecol - Obras e Construções	17-09-2010	4 729 368
5010003478	Regularização Ribeira de Aveiras	Concurso Público	Construções Pragosa, SA	20-10-2010	470 124
5010001107	Renovação da L. Leste - Crato / Assumar	Concurso Público	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	29-10-2010	7 806 641
5120000025	Subestação de Tracção Fatela/Penamacor	Aditamento	Siemens,S.A.	02-11-2010	3 870 000
5010001447	Automatização de 15 Passagens de Nível	Concurso Público	Efacec Engenharia e Sistemas,	29-12-2010	2 540 244
5120000040	Est. Setúbal - 1º Aditamento Contrato nº 3646	Aditamento	Monte Adriano - Eng Construção	31-12-2010	9 065 391

Anexo III – Aquisição de Bens de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010000581	Aqui.de 80.000 ton de Balastro Tipo II	Concurso Público	TECNOVIA-Sociedade de Empreita	31-03-2010	2 690 817
5010002355	Aqui.de 80.709 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Ajuste Directo	Geofer -Prod Com Bens Equipame	05-04-2010	4 753 760
5010002351	Aqui.de 41.353 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Ajuste Directo	Satepor-Indústria de Travessas	21-04-2010	2 723 095
5010001922	Aqui.de 23.000 ton de Carril 60E1 para aplicação em obras da CR durante os anos de 2010 e 2011	Concurso Limitado	ArcelorMittal España, S.A.	08-06-2010	14 835 000
10002176227	Fornecimento de Aparelhos de de Via	Concurso Limitado	VAE GMBH	09-06-2010	9 978 356
10002176227	Fornecimento de Aparelhos de de Via	Concurso Limitado	Futrifer-Indústrias Ferroviári	17-06-2010	16 747 079
5010001614	Aqui.de 7 Aparelhos de Dilatação Unidireccionais com destino à Obra "Variante de Alcácer"	Concurso Público	Futrifer-Indústrias Ferroviári	30-06-2010	616 700
5010001158	Aqui.de 4000 ton de Carril 45E1 para aplicação na linha do Corgo e do Tâmega e 205 ton de Carril de gola para aplicação na obra "Sistema de mobilidade do Mondego - Troço: Mirando do Corvo/Serpins"	Concurso Público	Corus Rail France, S.A.	06-07-2010	2 080 000
5010002382	Aqui.de Apar. Via para Sist. Mobil. Mondego	Concurso Público	Futrifer-Indústrias Ferroviári	22-07-2010	2 446 800
5010002853	Aqui.de 15.000 ton Carril 54E1	Concurso Limitado	ArcelorMittal España, S.A.	22-07-2010	12 093 000
5010000481	Aqui.de Novos Fardamentos para o triénio 2010-2012	Ajuste Directo	TORFAL, Lda	30-07-2010	848 342
5010001203	Aqui. 55.000 Trav. Betão Bibloco Equipadas com fixações p. bitola 1435 mm e Carril 54E1 no Projecto Sist. Mobil. Mondego	Concurso Público	Satepor-Indústria de Travessas	30-08-2010	3 781 250
5010001919	Aqui.de componentes da fixação Nabla para Trav. Madeira e Trav. Betão Bibloco SL	Concurso Público	FUTRIMETAL-Ind e Com de Prod M	17-09-2010	1 055 400
5010005018	2º Adi. Contrato nº 3697 para o forn. 12.000 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Ajuste Directo	Satepor-Indústria de Travessas	10-11-2010	790 200
5010005019	2º Adi. Contrato nº 3698/CPL para o fornecimento de 15.000 travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1/60E1	Ajuste Directo	Geofer -Prod Com Bens Equipame	18-11-2010	883 500
5010002704	Aqui.de Balizas para o Sistema Convel para as satisfação de Reservas e para stock mínimo	Ajuste Directo	Bombardier Transportation Port	13-12-2010	322 210

Anexo IV – Aquisição de Serviços de Valor Superior a 250 000 euros

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010002395	Telecomunicações - Km 88 a Entroncamento	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	05-01-2010	1 500 000
5010000969	Projecto de Execução - Linha do Tâmega	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	07-01-2010	299 278
5010000970	Projecto de Execução - Linha do Corgo	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	07-01-2010	420 075
5010000497	Manut Via Equip Pesado Via Larga	Procedimento de Negociação	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	05-02-2010	2 780 088
5120000020	Manut e Assis Técnica a Aparelhos de Via - 1º Aditamento ao contrato 1297/06/CA/CM	Aditamento	Futrifer-Indústrias Ferroviári	26-02-2010	7 227 266
5010000147	Ataque mecânico pesado	Concurso Limitado	Somafel - Eng.Obras Ferroviári	03-03-2010	5 526 180
5010002449	Gestão Activos - Roll Outs SIGMA	Ajuste Directo	Accenture, Consultores de Gest	09-03-2010	251 085
5110000165	Gestão de Segurança - Adicional ao econtratos 4939	Adicional	BRISA Engenharia e Gestão, SA	09-03-2010	6 152 883
5110000160	Linha do Algarve - Troço Tunes/Lagos - Nova Estação de Lagos - Edifício de Passageiros, Edifício Comercial e Arranjos Exteriores - 1º Adicional ao Contrato 3529/07/CA/GO	Adicional	THALES Security Solutions &	18-03-2010	323 870
5010002852	Planeam. operacional rede convencional	Ajuste Directo	FERBRITAS – Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A.	18-03-2010	390 000
5120000017	Manutenção Integral Sin.Tunes-Lagos - 1º Aditamento ao Contrato 5010000710	Aditamento	THALES Security Solutions &	18-03-2010	325 000
5010000124	Proj. Reab. Estrutural Túnel do Loureiro	Ajuste Directo	Gapres - Gabinete Proj Eng Ser	24-03-2010	279 550
5010002306	Serviços Telecomunicações Ferroviárias	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	25-03-2010	38 810 581
5010000649	Adaptação sinalização SSI est. Souselas	Ajuste Directo	Dimetronic SA	30-03-2010	348 733
5010002421	Prest Serv Voz Acesso Directo e Indirect	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	31-03-2010	300 000
5010002420	Prestação Serviços Rede Privativa de Voz	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	31-03-2010	310 000
5010000431	Manutenção Completa Ascensores e Escadas	Concurso Público	Schmitt - Elevadores Lda	31-03-2010	3 025 000
5010001013	CMCR-Controlo de vegetação e limp org dr	Concurso Limitado	Maranhão/Fernandes & Remelhe, Lda/ Framegas & Santos, Lda	13-04-2010	1 395 198
5110000223	Prest. Serviços Manut. E.Tracção Lote1 - 2º Prorrogação - Contrato 2866	Adicional	Efacec - Servicos Manut Assist	30-04-2010	748 065
5110000209	3º Adicional Contrato 36/05/CA/CM	Adicional	EMEF -Emp Manutenc Equip Ferro	30-04-2010	900 000

Processo	Objecto	Tipo de Contrato	Fornecedor	Data de Assinatura	Preço Contratual (Euros)
5010000516	Prest.Serv.Concord.LBB/LBA, ligação PLIE	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	05-05-2010	563 497
5010001442	Modernização Trabalhos Preparatórios	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	06-05-2010	510 210
5120000014	Elaboração estudos,EIA-Sines Casa Branca - 2.º Aditamento ao Contrato n.º 1894	Aditamento	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	14-05-2010	729 786
5010000508	Prest.Serv. Modernização Covilhã/Guarda	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	20-05-2010	1 537 683
5010001465	coordenação de segurança de obra	Ajuste Directo	BRISA Engenharia e Gestão, SA	02-06-2010	327 991
5010001770	Assessoria terraplenagem Bombel Évora	Ajuste Directo	Geocontrolo -Gab Geotecnia Top	04-06-2010	255 320
5110000235	Prest. Serviços Manut. E. Tracção Lote2 - 2º Adicional ao Contrato 2899	Adicional	ENSULMECI - Gestão de Projecto	11-06-2010	655 753
5010001454	PE+RECAPE-Quad Contumil-Ermesinde	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	17-06-2010	2 070 187
5010004282	Contrato EAS Microsoft-2009/2012 -2º ano	Ajuste Directo	Microsoft Ireland Operations L	01-07-2010	820 890
5010004085	Ferbritas-Previsão encargos expropriação	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	05-07-2010	780 000
5010004420	Contrato global Manutenção Sinaliz-THALES	Ajuste Directo	THALES PORTUGAL, SA	23-07-2010	26 100 000
5010000882	Fornecimento de Energia Eléctrica	Concurso Público	Iberdrola Generacion, S.A.U	27-07-2010	5 017 350
5110000241	Manutenção de Passagens de Nivel Automat - 3º Adicional ao contrato 4118	Adicional	EFACEC-Sistemas de Electronica	06-08-2010	665 600
5010001558	Conversão contas POC em SNC e Upgrade	Concurso Público	Accenture, Consultores de Gest	06-10-2010	250 000
5110000280	Prest. Serv. Fisc. e Coord. Seg. - 2º aditamento ao contrato 2317	Adicional	TPF Planege - Consultores Eng	18-10-2010	739 116
5010002424	Manutenção Sistemas Inf. e Rede de Dados	Ajuste Directo	Refer Telecom Serv Telecomun	29-10-2010	5 990 340
5010002831	Fiscalização Empreitadas Estação Évora	Ajuste Directo	GIBB, SA/FERCONSULT,SA	05-11-2010	285 580
5010000422	Ensaios de Bombagem	Ajuste Directo	AQUALIS CAPTAÇÕES - Hidrogeolo	10-11-2010	299 529
5010003394	Nova Estação Técnica-Pk118.500 Linha Sul	Ajuste Directo	FERBRITAS-Empreend. Ind.Comérc	11-11-2010	314 072
5010001647	GE - Autónoma 2 LN/LCINTURA LAV	Ajuste Directo	FERBRITAS - Empreend. Industri	15-12-2010	251 459
5110000418	3.ª Renovação - Seguro Responsab. Geral - Seguro de Responsabilidade Civil Geral da REFER	Adicional	Assicurazioni Generali	21-12-2010	1 228 805
5010005410	LN - descarrilamento 16/07/2010	Ajuste Directo	Fergrupo - Const Tecnicas Ferr	31-12-2010	272 922

PARTE IV | RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



IV Relatório de Sustentabilidade

Este relatório refere-se à empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER). Os dados de carácter económico, social e ambiental aqui apresentados resultam da actividade da empresa durante o ano de 2010.

Todos os relatórios da REFER encontram-se disponíveis em www.refer.pt.

Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E.

Estação de Santa Apolónia

1100-105 Lisboa

Site: www.refer.pt

Capital Social: 305.200.000 euros

NIF: 503 933 813

Índice

Relatório	3
Principais Indicadores da Sustentabilidade	5
Principais Acções da Sustentabilidade	7
Visão de Desenvolvimento Sustentável	10
Apresentação da Empresa	13
Estrutura da Governação	27
Desempenho Económico	32
Principais Indicadores	32
Resultados Operacionais	35
Resultados Financeiros	35
Resultado Líquido	36
Stakeholders	36
Desempenho Social	44
Emprego	44
Trabalho e Relações Laborais	49
Segurança e Saúde no Trabalho	50
Segurança de Pessoas e Bens	51
Desenvolvimento de Recursos Humanos	53
Benefícios dos Colaboradores	55
Diversidade e Oportunidade	56
Desempenho Ambiental	58
Materiais	58
Energia	60
Água	61
Biodiversidade	61
Emissões, efluentes e resíduos	70
Ruído	71
Valorização das acções de carácter ambiental	75
Listagem de Todos os Indicadores	77
Quadro Compromisso com Metas a Atingir a Médio/Longo Prazo	80
Glossário	82

Relatório

A empresa REFER, E.P.E., apresenta no ano de 2010, mais um Relatório de Sustentabilidade, sendo este, parte integrante do Relatório e Contas. À semelhança de anos anteriores, será apresentado o desempenho económico, social e ambiental da empresa referente ao ano agora findo, no contexto dos compromissos e da abordagem de gestão adoptada pela organização.

O presente documento tem como objectivo, a apresentação do Relatório de Sustentabilidade à Tutela e a avaliação do desempenho sustentável da REFER, numa perspectiva de futuro. Pretende-se, promover a transparência em relação à sustentabilidade das actividades da organização, disponibilizando informação considerada relevante para diferentes grupos de interesse, Clientes, Accionista, Colaboradores, entre outros. São, assim, divulgados princípios e práticas, bem como os programas e iniciativas desenvolvidas para melhorar o desempenho da Empresa, no que respeita aos impactos económicos, ambientais e sociais, no exercício da sua actividade.

Os princípios para a definição do conteúdo deste Relatório de Sustentabilidade foram essencialmente a transparência, a relevância e a abrangência, a fim de proporcionar uma leitura cómoda e objectiva aos stakeholders.

De acordo com o Despacho nº 26 811/2004, publicado no DR II Série de 24 de Dezembro de 2004, as empresas tuteladas pelo sector de transportes devem passar a integrar nos relatórios de actividades e contas anuais, informações relativas aos aspectos sociais e ambientais da sua actividade, em documento autónomo.

A estrutura apresentada foi aprovada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Auditoria Ambiental, pelo ofício nº 51-03/03/2006.

Estrutura do GRI

A estrutura do presente relatório está conforme as Directrizes do Global Reporting Initiative (GRI) para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, na abordagem "Adopção Informal", em que os relatórios se baseiam nas linhas orientadoras do GRI, contudo, não cumprem todo o seu conteúdo. Esta opção permite que seja adoptada a abordagem mais adequada à actual situação da nossa organização, possibilitando a evolução progressiva para a "Adopção Formal" das Directrizes do GRI.

O envolvimento das organizações no GRI é voluntário e tem em vista a informação às diversas partes interessadas sobre os aspectos sociais, económicos e ambientais das suas actividades. Até à data, milhares de organizações de áreas distintas (química, farmacêutica, telecomunicações, transportes, energia, autoridades públicas, entre

outras) publicaram relatórios adoptando as linhas orientadoras da GRI, algumas das quais em Portugal.

Justificação dos Indicadores

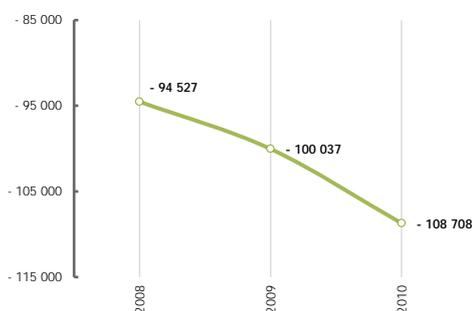
A prossecução do desenvolvimento de boas práticas das actividades associadas à REFER origina uma série de impactos sobre os sistemas económicos, ambientais e sociais nos quais a empresa opera. O conhecimento desses impactos é fundamental para avaliar o desempenho de uma empresa nas três áreas da sustentabilidade: económica, social e ambiental.

Deste modo, o leque de indicadores seleccionados ilustra o relacionamento estabelecido entre a gestora da infra-estrutura ferroviária portuguesa e os diversos Stakeholders (entidades que coexistem no seu ambiente empresarial).

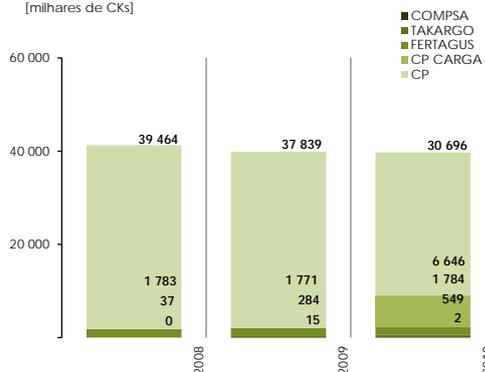
Principais Indicadores da Sustentabilidade

Perspectiva Económica

Resultados Operacionais
 [milhares de euros]



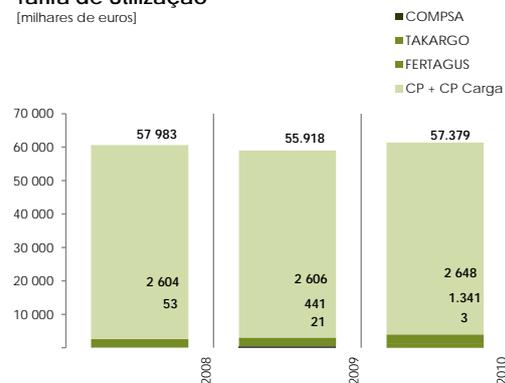
Comboios Quilómetro (CKs) Realizados
 [milhares de CKs]



Investimento em Modernização
 [milhares de euros]

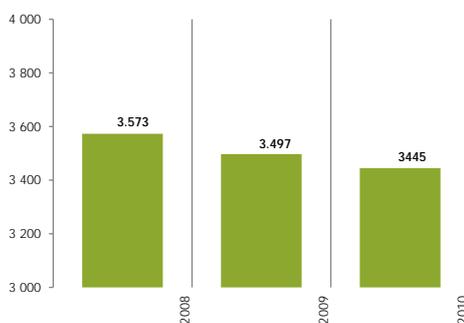


Tarifa de Utilização
 [milhares de euros]

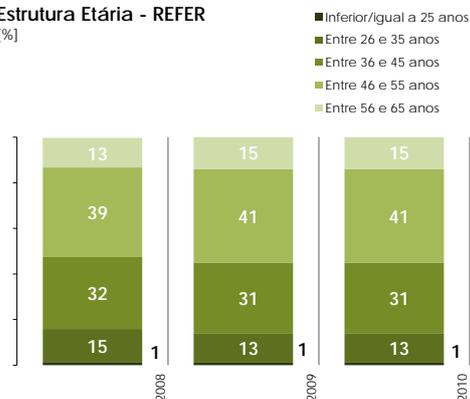


Perspectiva Social

Total Colaboradores
 [a 31 de Dezembro]



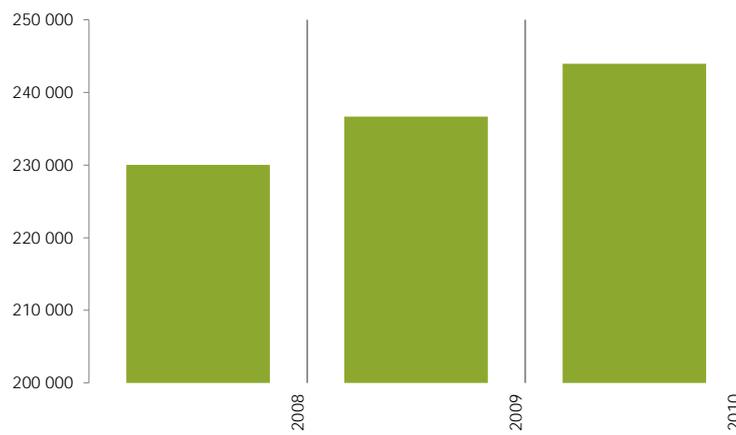
Estrutura Etária - REFER
 [%]



Perspectiva Ambiental

Consumo de Água - Abastecimento Público

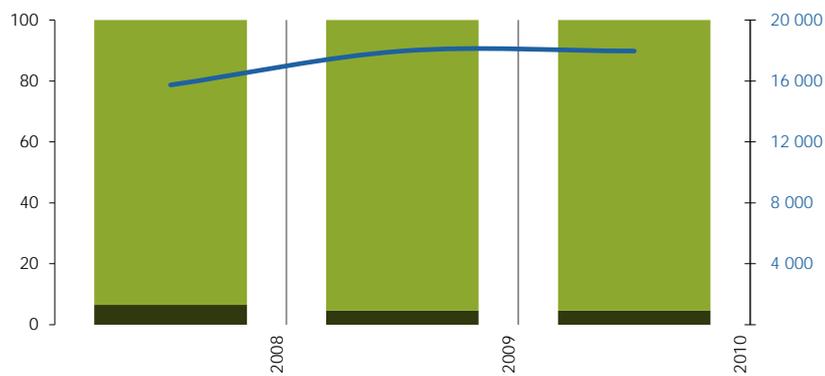
[m3]



Consumo Energético Directo

[%][Consumo total de energia (tep)]

■ Combustíveis Fósseis
■ Electricidade
— Total



Principais Acções da Sustentabilidade

Para a REFER a Responsabilidade Sustentável é entendida como uma integração voluntária de preocupações sociais, ambientais e económicas por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas.

Considerando que existem duas vertentes essenciais de actuação, a interna e a externa, pode-se dizer que no âmbito da primeira se incluem temas como a gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança ou a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais.

Já na vertente externa as preocupações focalizam-se sobretudo nas comunidades locais, nos parceiros comerciais, fornecedores e clientes e mesmo a perspectiva ambiental é encarada numa perspectiva global.

Vertente Externa

Em 2010 a REFER procedeu a várias acções no sentido de promover a sustentabilidade económica, social e ambiental, sendo de destacar:

- Continuação do desenvolvimento do Plano Nacional de Ecopistas, com os seguintes objectivos:
 - preservação de antigos canais ferroviários;
 - dar contributo para uma futura rede de 750 km de “vias verdes”, “percursos pedestre”, etc.;
 - combate à desertificação de algumas regiões;
 - contribuir para um novo tipo de oferta turística ligada ao Ecoturismo
- Campanhas de sensibilização de segurança em Passagens de Nível
- Continuação da associação da REFER ao programa Criar Bosques da Quercus, contribuiu financeiramente, para o projecto e a plantação de cerca de 6 400 árvores e arbustos em 3 locais distintos no centro do país, nomeadamente nos concelhos de Cadaval, Alenquer e Penamacor
- Colaboração com o Banco Alimentar contra a fome na recolha de alimentos
- Acções de solidariedade para com as vítimas do Haiti
- Inauguração do Espaço Bairrada na estação da Curia, dedicado á apresentação de artesanato e produtos regionais, na sequência de um Protocolo estabelecido com a Câmara Municipal da Anadia.

- Em parceria com a Polícia de Segurança Pública (PSP), a REFER promoveu uma campanha de sensibilização para questões de segurança junto dos utentes do serviço ferroviário.
- Simulacro de acidente ferroviário na Estação da Pampilhosa
- Celebração do “Dia Internacional para a Segurança das Passagens de Nível”, tendo como objectivo sensibilizar e alertar a sociedade para a necessidade de respeito pela sinalização e cumprimentos escrupuloso das regras de segurança sempre que se utiliza uma passagem de nível. Esta iniciativa teve o apoio, além de outras entidades, das Nações Unidas e da Comissão Europeia
- Apoio ao projecto “Trainature – comboio movido a energia solar”, enquadrando-se na sensibilização das novas gerações para a importância do caminho-de-ferro no futuro dos meios de transporte.
- Apoio ao evento Pop Up Lisboa 2010
- Colheita de Sangue (SANGFER)

Vertente Interna

Em 2010 a REFER procedeu a várias acções no sentido de promover a sustentabilidade social, perante os seus colaboradores. Neste enquadramento encontram-se ao dispor dos colaboradores REFER:

- Seguro de Saúde
- Campanha de vacinação
- Promoção de eventos culturais, nomeadamente de feira do livro
- Apoio REFER à educação:
 - Bolsas de Estudo
 - Subsídio de Pré-escolaridade
 - Campos de Férias REFER
- Condições mais favoráveis em viagens CP
- Possibilidade de aderir ao cartão GALP Frota, com descontos em combustíveis
- Outras Parcerias e Descontos

- Restauração e Hotelaria
 - Clínicas, Médicos e uma Farmácia
 - Produtos bancários
 - Cultura e Desporto
 - Bens de Consumo
 - Informática
-
- Clube ferroviário com actividades desportivas e culturais.
 - Continuação do Programa Envia Ideias

Visão de Desenvolvimento Sustentável

A procura de um modelo mais sustentável de evolução da sociedade tem constituído preocupação dominante nas últimas décadas face ao conjunto de oportunidades, mas também de ameaças, que afectam o conjunto do tecido social, a estrutura das actividades económicas e o equilíbrio ambiental.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é, normalmente, definido como “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando espécies e os habitats naturais”.

O Desenvolvimento Sustentável assenta em três pilares:



O Desenvolvimento Sustentável só pode ser alcançado se estes três pilares evoluírem de forma harmoniosa.

Visão Estratégica e Missão

A REFER tem como finalidade “Gerir a rede ferroviária nacional, nas suas vertentes de construção, conservação, preservação do património e gestão de capacidades”. Consciente de que a sustentabilidade de uma unidade empresarial se avalia pela sua capacidade de enfrentar os desafios do futuro actuando no presente, de forma equilibrada em três áreas nem sempre facilmente conciliáveis (Economia, Sociedade e Ambiente).

As Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário (OESF), apresentadas pelo Governo em Outubro de 2006 e integradas na política geral de transportes constituem, o enquadramento para o desenvolvimento das actividades da REFER, estabelecendo um conjunto de Objectivos Estratégicos para o Sector, a saber:

- Melhorar a acessibilidade e mobilidade, para que daí decorra um aumento da quota de mercado para o transporte ferroviário;
- Garantir padrões adequados de segurança, interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação.

Ao nível da missão, destacam-se como Objectivos e Políticas da Empresa:

- Melhorar os níveis de serviço da rede;
- Melhorar e modernizar a infra-estrutura da rede;
- Melhorar os serviços prestados aos clientes finais;
- Assegurar elevados níveis de segurança;
- Promover a sustentabilidade ambiental;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira;
- Reduzir os custos dos serviços prestados;
- Aumentar a contribuição das actividades extra exploração;
- Aumentar a produtividade da organização;
- Optimizar a gestão e controlo dos investimentos / contratos;
- Fomentar a uniformização de processos e a normalização da infra-estrutura da rede;
- Reforçar as competências técnicas e de gestão;
- Fomentar o desenvolvimento profissional

Perspectivas de Análise



Assegurar a sustentabilidade económico-financeira, contratualizando responsabilidades e compromissos. Racionalizando a estrutura de custos e aumentando a contribuição das actividades extra-exploração; Optimizar o nível do serviço ao cliente, assegurando em simultâneo, elevados níveis de segurança e fiabilidade da exploração

Manter a estratégia de introdução concentrada, de novas tecnologias de informação, associadas à modernização dos processos e desenvolvimento de competências dos colaboradores, numa perspectiva de novas práticas de gestão, orientadas para o modelo de Gestão da Qualidade



Na área Ambiental, a missão definida na deliberação 33/07, de 30 de Agosto coloca a ênfase na "... integração dos diferentes requisitos ambientais, na exploração e manutenção da infra-estrutura, bem como, no planeamento, concepção e execução dos novos projectos de investimento."

Apresentação da Empresa

A Directiva Comunitária 440/91 e a Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres estabeleceram as linhas de orientação da indispensável e urgente reestruturação do sistema ferroviário nacional, designadamente apontando a necessidade de separar a gestão das infra-estruturas ferroviárias da produção de transportes. O Governo definiu as linhas gerais desta reorganização assente num modelo baseado em três entidades:

1. **Entidade reguladora do sector ferroviário (IMTT)**, que tem como objectivo principal regular a actividade entre os operadores ferroviários e o gestor das infra-estruturas, fomentando a segurança, a qualidade e a preservação do ambiente sendo, consequentemente, um órgão da Administração Central do Estado;
2. Entidade gestora da Infra-estrutura com a incumbência de garantir a instalação, desenvolvimento e manutenção das infra-estruturas ferroviárias, bem como "gerir os sistemas de comando e controlo da circulação, tendo sido publicado o Decreto Lei nº 104/97, de 29/04, criando a **REFER**;
3. Operadores de Transporte - a CP, a CP Carga, a Fertagus, a Takargo e a Comsa, cabendo-lhes os serviços de passageiros e mercadorias, devendo promover a sua reorganização de modo a tornar-se numa empresa virada para o mercado, com uma cultura de cliente.

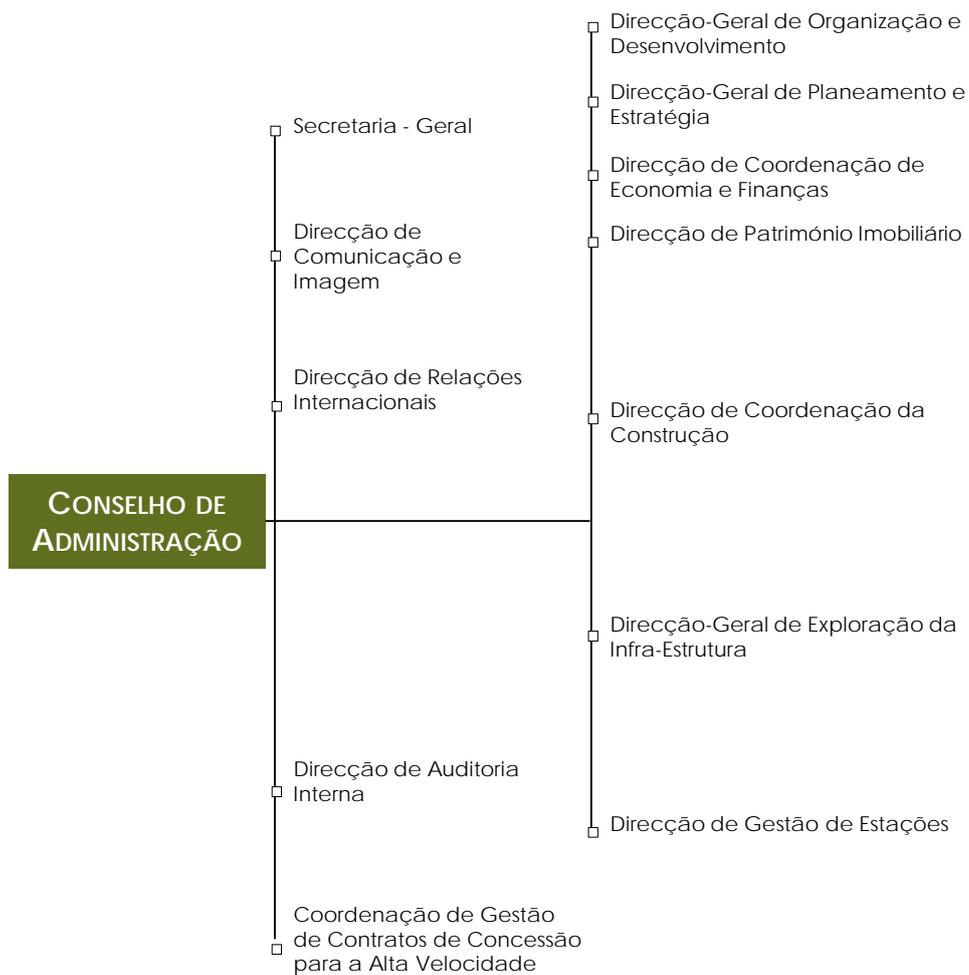
O processo de criação da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E., ficou concluído em 1999, ano em que a empresa assumiu a totalidade das funções que lhe tinham sido cometidas.

História

1997	Fundação da REFER, com a integração das actividades de investimento provenientes dos Ex-Gabinetes dos Nós Ferroviários de Lisboa e do Porto, da Ponte 25 de Abril e da própria CP.
1998	Passagem para o âmbito da REFER das actividades de conservação e manutenção assumidas até à data pela CP.
1999	Conclusão da passagem para a REFER de todas as actividades relacionadas com a gestão e exploração da Rede Ferroviária Nacional com a integração da actividade de controlo e gestão da circulação. A 29 de Julho de 1999 foi inaugurada oficialmente a instalação do caminho-de-ferro na Ponte 25 de Abril e o Eixo Ferroviário Norte – Sul, elemento fundamental nas ligações da margem sul do Tejo a Lisboa e que passou a ser explorada por um operador privado.
2000	Início da concepção de um sistema de gestão da qualidade (SGQ), em conformidade com a norma NP EN ISO 9001:2000, a implementar na REFER. Início dos estudos referentes ao reaproveitamento do património ferroviário desactivado.
2001	Assinatura do primeiro protocolo para a construção de uma Ecopista, tendo por base o traçado do antigo Ramal de Monção. “Estações com Vida”, arranque da primeira fase do projecto, abrangendo treze cidades. Este projecto tem como objectivo requalificar o modo ferroviário e sua envolvente, devolvendo-lhe o papel de importante dinamizador do desenvolvimento social, cultural e económico das comunidades que serve.
2002	Elaboração do primeiro Directório de Rede, onde se estabelecem as condições de acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, indo ao encontro do que se previa vir a ser o estatuido no DL-270/2003 de 28 de Outubro.
2003	Obtenção da Certificação de Qualidade da ZOC Lisboa, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000, concedida pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação). Concretização do acordo CP/REFER relativo à Taxa de Utilização das infra-estruturas ferroviárias referente aos anos de 1999-2002. Criação das Direcções de Ambiente e de Segurança. Publicação do Directório de Rede 2004 elaborado de acordo com o estabelecido no DL-270/2003 28 de Outubro.

2004	<p>Realização da viagem inaugural da ligação directa Braga/Faro no dia 30 de Maio de 2004. A intervenção subjacente a esta ligação teve por objectivo tornar este eixo fundamental da rede (Eixo Atlântico) mais competitivo relativamente aos modos de transporte concorrentes. Assinatura de um protocolo com a UMIC (Unidade de Missão para a Inovação e o Conhecimento), no âmbito das iniciativas relacionadas com a promoção da sociedade de informação.</p>
2005	<p>Obtenção da Certificação de Qualidade da Zona Operacional de Conservação do Porto, em Junho de 2005, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000, concedida pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação).</p> <p>Electrificação da Linha da Beira – Baixa (Mouriscas A – Castelo Branco).</p>
2006	<p>O ano de 2006 assinala a passagem de 150 anos do caminho-de-ferro em Portugal, que representou um marco na História do nosso país, a primeira viagem inaugural de comboio, que ligou Lisboa – Estação de Santa Apolónia ao Carregado.</p>
2007	<p>O ano de 2007, ficou marcado, a 29 de Abril, pelos 10 anos de existência da REFER. Deu-se a conclusão das obras de remodelação do edifício da Estação do Rossio. Adaptação da Estação de Santa Apolónia à nova Estação de Metropolitano.</p>
2008	<p>Em 2008 destaca-se a reabertura do Túnel e Estação do Rossio totalmente remodelados. Conclusão das empreitadas da Ligação Ferroviária à Siderurgia Nacional, 1ª fase da Variante de Alcácer, Terminal Multimodal de Cacia e Electrificação e Sinalização do Troço Barreiro – Pinhal Novo. Entrada em funcionamento do Centro de Comando Operacional do Porto a 22 de Abril.</p>
2009	<p>Em 2009 destaca-se a inauguração da Plataforma Multimodal de Cacia e do Interface de Transportes do Cais do Sodré. Reabertura do serviço ferroviário de transporte de passageiros na Linha de Vendas Novas.</p> <p>Concluída a pintura da Ponte Maria Pia, no Porto.</p>
2010	<p>Neste ano é de salientar a inauguração do Ramal do Porto de Aveiro no início do ano, da abertura à exploração da Variante da Trofa na Linha do Minho e da Inauguração da Variante de Alcácer. Foi ainda o ano em que ficou concluída a Remodelação da Estação de Setúbal.</p>

Estrutura Vocacionada para o Negócio da REFER



Enquadramento Legal



A Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, Lei n.º 10/90 de 17 de Março, define que o sistema de transportes terrestres compreende as infra-estruturas e os factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre de pessoas e de mercadorias no âmbito do território português ou que nele tenham término ou parte do percurso e rege-se pela presente lei, seus decretos-lei de desenvolvimento e regulamentos.

A 29 de Abril de 1997 foi publicado o Decreto-Lei 104/97 que cria a REFER, E.P.

A REFER é uma empresa cujo capital estatutário é 100% do Estado, sendo tutelada conjuntamente pelos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas.

Compete-lhe desenvolver as actividades pertinentes ao seu objecto, de acordo com princípios de modernização e eficácia de modo a assegurar o regular e contínuo fornecimento do serviço público da gestão de infra-estrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional.

De acordo com o estabelecido, a REFER:

- pode praticar todos os actos de gestão necessários ou convenientes à prossecução do seu objecto;
- conserva os direitos e assume as responsabilidades atribuídas ao Estado relativamente ao Domínio Público Ferroviário nas disposições legais e regulamentos aplicáveis.

O Decreto-Lei 299-B/98, publicado a 29 de Setembro de 1998, cria o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), que tem por finalidade regular e fiscalizar o sector ferroviário, supervisionar as actividades desenvolvidas, assim como intervir em matéria de concessões de serviço público. Este Decreto-Lei foi revogado pelo Decreto-Lei 147/2007.

Em Setembro do mesmo ano, pelo Despacho Conjunto n.º 731/98, foi dada a concessão do serviço de transporte ferroviário de passageiros no Eixo Norte-Sul à FERTAGUS, primeiro operador privado.

Em Maio de 2000 é publicado o Decreto-Lei n.º 93/2000, que estabelece as condições a satisfazer para realizar no território nacional as condições de interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de alta velocidade (transpõe a Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho de 23 de Julho de 1996). É alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2003, de 11 de Julho, que procede à supressão de omissões detectadas na transposição da Directiva n.º 96/48/CE, do Conselho, de 23 de Julho.

Em Outubro de 2003, é publicado o Decreto-Lei 270/2003 de 28 de Outubro, que transpõe para o direito nacional as Directivas nos 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE, normalmente designadas por "Pacote Ferroviário I", visando abrir o mercado do transporte ferroviário à participação dos agentes económicos privados, garantindo um conjunto de critérios de capacidade técnica, financeira e de segurança. Este Decreto-Lei foi alterado e republicado pelo Decreto-Lei 271/2007.

O Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro, estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário, incluindo as regras sobre a sua utilização, desafectação, permuta e, bem assim como, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens, autorização legislativa concedida pela Lei n.º 51/2003, de 22 de Agosto.

Na sequência do estabelecido neste diploma legal a REFER preparou e publicou, logo neste ano, a primeira edição do Directório da Rede que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário a informação essencial de que necessitam para o acesso e utilização da infra-estrutura ferroviária nacional, gerida pela REFER e aberta ao transporte ferroviário.

Em Março de 2005 foi publicado o Regulamento n.º 21/2005 do INTF que versa sobre o regime geral de tarifação dos serviços prestados aos operadores pelo gestor de infra-estrutura.

O Directório da Rede de 2006, publicado em Setembro de 2005, foi o primeiro directório a ser elaborado à luz das regras fixadas no Regulamento n.º 21/2005. Após a sua publicação, os Operadores interpuuseram recursos o que obrigou a REFER a apresentar os processos devidamente instruídos à Entidade Reguladora e a disponibilizar, no decurso de 2006, várias informações adicionais em complemento aos elementos disponibilizadas aquando da fundamentação da tarifação, com vista à tomada de decisão por parte do INTF.

Decorrente dessa decisão foi publicada em 2006 a 1.ª Adenda ao Directório de 2006.

Pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, foi criado o IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, fundindo diversos organismos incluindo o antigo INTF – Instituto Nacional do transporte Ferroviário.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 define os princípios do Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado.

A 22 de Julho de 2008, o Decreto-Lei 141/2008, alterou e republicou os Estatutos da REFER, tendo este entrado em vigo a 23 de Julho do mesmo ano. Este Decreto-Lei vem alterar o diploma que criou a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., e os respectivos Estatutos, visando a sua adaptação ao novo regime jurídico do sector empresarial do Estado. Assim, a Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P., é transformada em entidade pública empresarial com a designação **Rede Ferroviária Nacional, REFER, E. P. E.**

Áreas de Negócio

À REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional, compete-lhe desenvolver as actividades pertinentes ao seu objecto, de acordo com princípios de modernização e eficácia, actuando essencialmente em duas áreas de negócio:

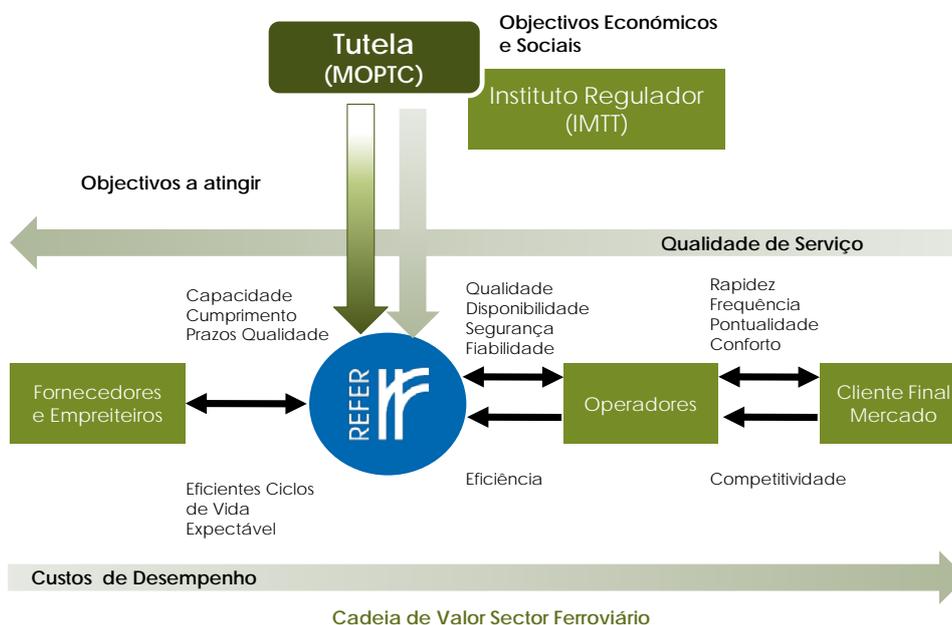
- **Gestão de Infra-estruturas**, compreende a gestão da capacidade, a conservação e manutenção da infra-estrutura ferroviária e a gestão dos

respectivos sistemas de comando e controlo da circulação, incluindo a sinalização, regulação e expedição, por forma a assegurar condições de segurança e qualidade indispensáveis à prestação do serviço público de transporte ferroviário.

- **Investimento**, consiste na construção, instalação e renovação da infra-estrutura, actividade desenvolvida por conta do Estado (os bens integram o domínio público ferroviário).

A REFER ocupa assim, uma posição chave na cadeia de valor do sector ferroviário, devendo garantir, por um lado, a disponibilização de uma rede ferroviária com capacidade e condições de exploração fiáveis, com qualidade e segurança, e, por outro, o cumprimento das metas e objectivos de modernização da rede, traçados pelo Estado.

Sistema Ferroviário Português



Gestão e Exploração da Infra-estrutura

Compete à REFER, enquanto prestadora do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária de Portugal, desenvolver acções respeitantes ao seu objecto, de acordo com os princípios da modernização, segurança e eficácia, influenciando particularmente a gestão da infra-estrutura.

Em Dezembro de 2010, a extensão da rede ferroviária nacional era de 3 619 km sendo que 2 843 km (79%) estão actualmente abertos ao tráfego ferroviário.

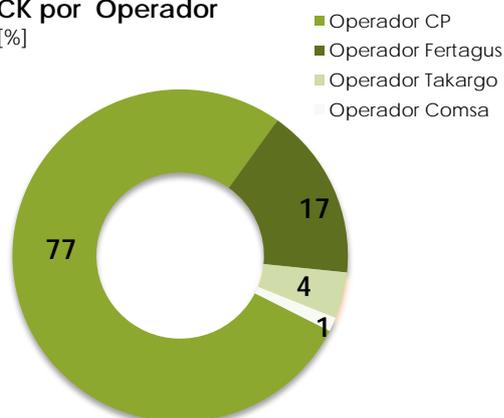
Nos últimos anos, a rede ferroviária nacional tem sido alvo de constante modernização, tendo sido colocado ao serviço novas instalações e tendo sido remodelada e reconvertida a tecnologia de muitas outras, fazendo com que a exploração ferroviária seja actualmente mais segura, fiável e flexível, respondendo melhor às necessidades da procura e fazendo com que existam uma maior e melhor mobilidade entre os diversos modos de transporte. Esta informação encontra-se mais detalhada no Relatório de Gestão 2010, no capítulo Evolução da Actividade.

No que respeita a sistemas de segurança, no final de 2010, estavam instalados, em 53,5% da extensão da rede ferroviária nacional, sofisticados Sistemas de Controlo de Velocidade - Convel e ATS (Sistema de Frenagem Automática). Esta informação encontra-se mais detalhada no Relatório de Gestão 2010, no capítulo Evolução da Actividade.

O ano de 2010 apresenta um decréscimo médio nos Ck dos operadores na ordem dos 0,6%. Por outro lado a Tarifa de utilização aumentou 4% face ao ano de 2009, esta divergência entre os Ck utilizados e a Tarifa de Utilização auferida deve-se ao aumento do valor da tarifa base, que em 2009 era de 1,48€ e no ano em análise foi de 1,50€. É ainda de assinalar um crescimento da receita da Capacidade Pedida e Não Utilizada, que em 2010 foi alvo de novos procedimentos de registo de informação de suporte à tarificação do serviço.

O operador CP continua a ser aquele que mais contribui para a utilização da ferrovia. Esta informação encontra-se mais detalhada no Relatório de Gestão 2010, no capítulo Evolução da Actividade.

CK por Operador [%]



A REFER pretende disponibilizar ao operador ferroviário uma infra-estrutura com grandes níveis de segurança, fiabilidade e flexibilidade, através da modernização da rede, colocando em serviço uma quantidade significativa de novas instalações, muitas delas inexistentes anteriormente, e outras substituindo sistemas muito rudimentares com introdução de novas tecnologias. Para tal a REFER tem vindo a realizar nos últimos anos, investimentos de expansão e modernização da rede ferroviária.

Nos gastos da actividade de gestão das infra-estruturas ferroviárias existem duas rubricas que devem ser referidas, os “Fornecimentos e Serviços Externos” com destaque para os “Subcontratos” e a rubrica “Gastos com Pessoal”.

Na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” a classe “Subcontratos” é aquela que mais contribui para a sua composição correspondendo a 72% do total. Esta rubrica registou um aumento de 13% face a 2009, correspondendo a 9,9 milhões de euros, devido principalmente a aumentos registados na rubrica subcontratação de via.

Os Gastos com Pessoal registaram em 2010 o valor de 95,3 milhões de euros, menos 1,6 milhões de euros que em 2009.

Os Outros Gastos com pessoal abrangem, essencialmente, seguros de vida e de saúde, formação, recrutamento, indemnizações e benefícios na utilização de transportes.

Em 2010 verificou-se uma diminuição do número de indemnizações por rescisão pagas a trabalhadores, com cerca de 2,1 milhões de euros (em 2009 era de 3,8 milhões de euros).

A massa salarial manteve-se praticamente inalterada em 2010, com um aumento de cerca de 0,5% face a 2009.

Investimento

O investimento na construção, instalação e renovação da infra-estrutura ferroviária é efectuado pela REFER em nome e por conta do Estado.

O volume de investimentos realizado pela REFER durante o exercício de 2010 ascendeu a 407 milhões de euros, representando uma taxa de realização de 108% face ao previsto (378 milhões de euros). Deste valor, 403 milhões de euros dizem respeito a investimentos em Infra-estruturas de Longa Duração (99% do investimento total) e 3 milhões de euros a investimentos em Estruturas de Apoio à Gestão (1% do investimento total).

Nas acções desenvolvidas pela REFER, na rede ferroviária nacional, há a destacar os investimentos na Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro, a Ligação Ferroviária Porto de Sines – Espanha, a Variante de Alcácer, a Variante da Trofa e a Estação de Setúbal.

Como resultado da concretização do Plano de Supressão e reclassificação de Passagens de Nível para 2010 a que a REFER está obrigada, nos termos do art.º 2.º do decreto-Lei n.º 568/99 de 23 de Dezembro e, cuja materialização estava atribuída à REFER, às Autarquias Locais e à empresa Estradas de Portugal, foram executadas 107 acções. Deste conjunto de intervenções, 53 Passagens de Nível foram suprimidas e as restantes reclassificadas.

Em termos de sinistralidade em Passagens de Nivel, ocorreram em 2010, 38 acidentes, sendo 29 deles colisões e 9 colhidas, de que resultaram 11 mortos, 3 feridos graves e 4 feridos ligeiros.

Esta informação encontra-se mais detalhada no Relatório de Gestão 2010, no capítulo Evolução da Actividade.

Dimensão da organização

Em Dezembro de 2010, o número de trabalhadores a cargo era de 3 445 resultante de 75 saídas, 12 entradas de novos colaboradores e de 11 regressos à Empresa de colaboradores cedidos. Assim verificou-se uma redução de 52 trabalhadores a cargo ao longo do ano

Esta informação encontra-se mais detalhada no Relatório de Gestão 2010, no capítulo Recursos Humanos.

Enquadramento no Sector da Gestão de Infra-estrutura dos Transportes

A política ferroviária tem sido, tradicionalmente, tratada de forma dispersa pelos diferentes países, facto que conduziu a uma situação generalizada de falta de interconexão e interoperabilidade, penalizando o desenvolvimento do mercado ferroviário europeu e incentivando o crescimento do modo rodoviário, do qual resultam impactos energéticos, ambientais, de congestionamento e sinistralidade.

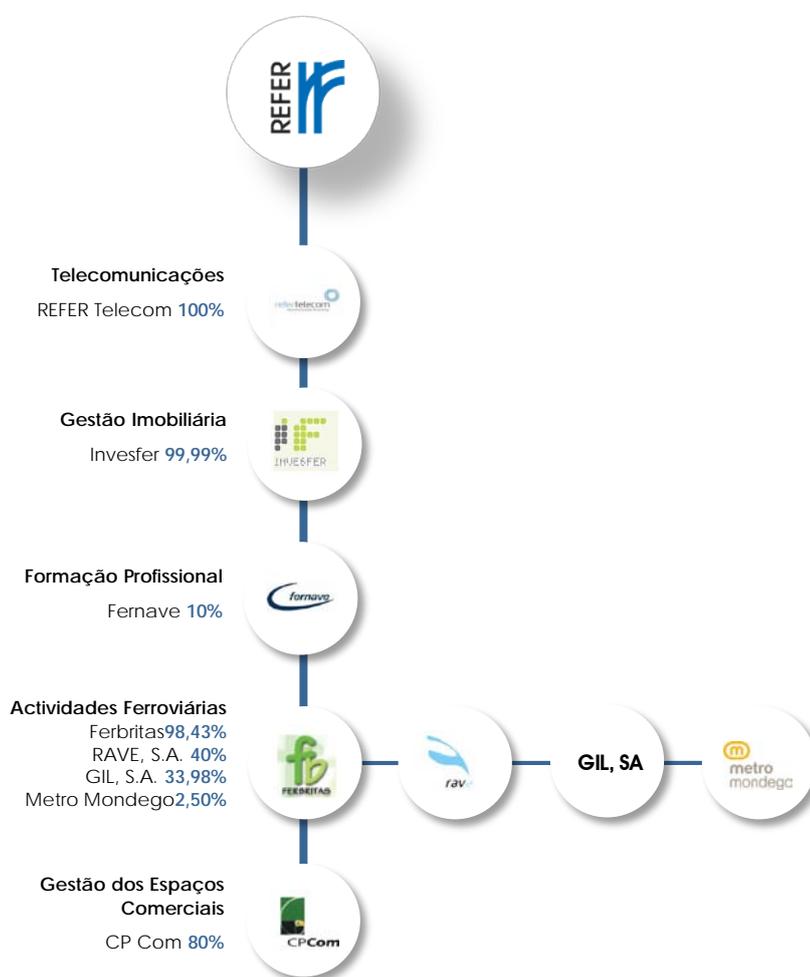
Esta situação, conduziu à adopção de uma política europeia de mobilidade sustentável, que tem sido de inequívoco apoio ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro, tendo como objectivo a criação progressiva de um esforço ferroviário europeu integrado, com garantia de acesso a todos os operadores.

Neste contexto, cumpre referir que o processo de abertura do mercado ferroviário se iniciou com a Directiva 91/440/CE, a qual originou o processo de separação contabilística das actividades de gestão da infra-estrutura e de exploração do transporte ferroviário, de modo a tornar a tarificação da infra-estrutura o mais transparente possível e a abrir o acesso aos serviços internacionais.

A consolidação do modelo ferroviário português, inspirado na reforma do sector ferroviário preconizada pela União Europeia (UE), constitui um passo determinante para o desenvolvimento e melhoria do sistema ferroviário.

Grupo REFER

A REFER tem participações num conjunto de empresas criadas no âmbito da reorganização do sector ferroviário, ainda antes da criação da própria empresa, e que pela natureza da sua actividade complementam a actividade da gestão da infra-estrutura ferroviária.



REFER TELECOM – Serviços de Telecomunicações, S.A.

A REFER Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A., é um Operador de Telecomunicações licenciado pela ANACOM. A REFER Telecom está vocacionada para a Gestão, Supervisão e Manutenção das Redes e Sistemas de Telecomunicações Ferroviárias. É também responsável pela instalação e gestão das telecomunicações, essenciais nesta área dos transportes. Tem uma rede com cobertura nacional e faz uso de um "backbone" de fibra óptica com mais de 2 800

quilómetros, com presença nas principais capitais de distrito e centros urbanos do País. Sobre esta rede são suportados diferentes serviços de conectividade. Tem como missão "Assegurar a gestão eficaz da infra-estrutura de telecomunicações concessionada pelo Accionista, garantindo-lhe a excelência na prestação dos respectivos serviços, bem como a optimização de todos os recursos através de uma oferta especializada ao restante mercado."

INVESFER - Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios S.A.

A INVESFER S.A., empresa de capitais públicos da REFER, tem por objecto a prestação de serviços de valorização de património imobiliário. Tem como missão estratégica a oferta de respostas flexíveis e inovadoras na valorização patrimonial, desenhadas à medida das necessidades dos clientes.

Como Visão Estratégica aponta o seu reconhecimento, pelo mercado, como empresa de referência na valorização de patrimónios imobiliários, contribuindo para o sucesso dos seus Accionistas, Clientes, Parceiros e Colaboradores.

Adopta como Valores:

- A ética e rigor profissionais assentes em critérios de transparência e na valorização da pessoa humana;
- A qualidade e excelência de serviço, baseadas na agilidade de procedimentos e persistência na busca das melhores soluções;
- O espírito de equipa e sua coesão, com entusiasmo, dedicação e determinação de todos os colaboradores;
- Responsabilidade social, fundamentada na sustentabilidade.

O património ferroviário desactivado coloca sérias dificuldades de preservação, dada a sua fragmentação, isolamento geográfico e, em alguns casos, a alteração do contexto social e urbano envolvente.

A REFER, através da INVESFER, tem vindo a proceder a acções de valorização e requalificação do património ferroviário que garantem a sustentabilidade financeira e ambiental e, simultaneamente, possibilitam o usufruto das populações.

Se nos perímetros urbanos estas intervenções têm um maior impacto nas populações, no restante património estas são igualmente importantes, permitindo preservar valores históricos e museológicos e gerando oportunidades para o desenvolvimento de negócios de base local em áreas como o turismo, a hotelaria e o comércio.

FERBRITAS - Empreendimentos Industriais e Comerciais, S.A

A FERBRITAS S.A. é uma empresa do Grupo REFER com mais de três décadas de experiência no sector ferroviário, particularmente vocacionada para o planeamento de transportes, engenharia de infra-estruturas.

CPCOM – Exploração de Espaços Comerciais da CP, SA

Constituída em Setembro de 1995, tem como objectivo a exploração e gestão dos espaços comerciais e publicitários da rede ferroviária nacional: lojas, equipamentos automáticos diversos (máquinas automáticas de bebidas, de snacks, de fotografias, atm`s), quiosques, armazéns, terrenos, painéis publicitários (mupis, painéis 8x3 e 4x3e outros suportes).

RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA

A RAVE, Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA, é a empresa portuguesa que tem por missão o desenvolvimento e coordenação dos trabalhos e estudos necessários para a formação de decisões de planeamento e construção, financiamento, fornecimento e exploração de uma rede ferroviária de alta velocidade a instalar em Portugal Continental e da sua ligação com a rede espanhola de igual natureza.

A RAVE foi constituída pelo Decreto-Lei nº 323-H/2000, publicado no Diário da República nº 291 (1ª A Série - Suplemento), de 19 de Dezembro.

Estrutura da Governação

Áreas de Actividade dos Membros do Conselho de Administração

O Governo é responsável por definir os objectivos gerais a prosseguir pela REFER e o enquadramento no qual se deve desenvolver a respectiva actividade de modo a assegurar a sua harmonização com as políticas globais e sectoriais do país.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros: Presidente, Vice – Presidente e três Vogais, são nomeados pelo Governo, os seus mandatos são de três anos, sendo renovável dentro dos limites previstos no Estatuto do Gestor Público, por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efectiva substituição ou declaração da cessação das mesmas.

Ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da Empresa e a administração do seu património, sem prejuízo dos poderes da tutela. Naturalmente, os membros do Conselho de Administração têm de assegurar os deveres e obrigações legalmente estabelecidas para os gestores públicos, nomeadamente a ausência de conflito de interesses.

O actual Conselho de Administração da REFER tomou posse no final do ano de 2005, tendo sido reconduzido no dia 21 de Janeiro de 2009. Em Junho de 2010 o vice-presidente cessou funções, sendo que a 31 de Dezembro de 2010 o Conselho de Administração da REFER era composto pelo Presidente e pelos três Vogais.

A composição do Conselho de Administração da REFER encontra-se no relatório Governo da Sociedade, no capítulo Órgãos Sociais.

O número e resumo das reuniões do Conselho de Administração da REFER encontra-se no relatório Governo da Sociedade, no capítulo Órgãos Sociais.

A composição do Conselho de Administração da REFER em empresas do grupo REFER encontra-se no relatório Governo da Sociedade, no capítulo Órgãos Sociais.

Sustentabilidade

QUALIDADE

Garantir a implementação e manutenção de Sistemas da Qualidade e de monitorização de desempenho em conformidade com a estratégia e objectivos definidos

SEGURANÇA

Garantir a implementação dos requisitos necessários à Segurança, com o objectivo de eliminar a sinistralidade e os prejuízos materiais e pessoais, beneficiando os valores da comunidade, do Estado, da Empresa e dos seus trabalhadores.

AMBIENTE

Garantir o cumprimento dos requisitos de protecção ambiental ao nível do planeamento, concepção e execução de novos projectos, bem como, na exploração e conservação da rede, enquadrado na lógica de um Sistema de Gestão Ambiental e num processo, implícito, de melhoria contínua.

SOCIAL

Assegurar o alinhamento das actividades de Gestão dos Recursos Humanos com a estratégia global da empresa. Definir as linhas orientadoras e as ferramentas de gestão de Recursos Humanos, que permitam atingir bons níveis de satisfação/motivação e de produtividade nos colaboradores da empresa. Apoiar iniciativas desenvolvidas no âmbito da promoção do desenvolvimento da comunidade em que se insere.

Qualidade

As principais linhas de estratégia traçadas para esta área, têm por objectivo prosseguir uma abordagem corporativa para os processos que são transversais à REFER, bem como, o aproveitamento das oportunidades que existem, ao nível das metodologias de estruturação de sistemas de gestão da Qualidade. É neste contexto que se equacionam e estruturam as estratégias, tendo ainda em atenção a importância fundamental, de se convergir no sentido de centrar o esforço dos sistemas já organizados nas áreas operacionais, para os respectivos processos produtivos que são essenciais para o desempenho da empresa.

Objectivos: Prosseguir uma abordagem corporativa para os processos que são transversais à REFER, bem como, o aproveitamento das oportunidades que existem, ao nível das metodologias de estruturação de sistemas de gestão.

Segurança

A segurança na REFER é entendida como uma responsabilidade de todos e de cada um, requerendo a cooperação institucional e a participação empenhada e responsável de todos os colaboradores.

A política de Segurança cobre essencialmente três vertentes:

- **Segurança no Trabalho**, quer dos colaboradores quer junto dos empreendimentos construtivos.
- **Segurança das Instalações**, quer na vertente de emergência quer de vigilância das mesmas.
- **Segurança da Exploração** como apoio aos Órgãos que desenvolvem estas actividades.

Objectivo 2010: Reforço do enquadramento de segurança das empreitadas, através, não só do desenvolvimento da estrutura regulamentar de procedimentos obrigatórios e da elaboração de fichas de análise de riscos dos trabalhos adjudicados ao exterior, mas também do reforço da formação e sensibilização para a segurança ferroviária.

Objectivo 2011: Continuar com a aposta no reforço das competências na área da Segurança (1.Formação profissional em segurança ferroviária no âmbito do cumprimento da Instrução de Exploração Técnica 77 (IET 77); 2.Formação em Regulamentação; 3. Formação em Segurança de pessoas e bens; 4.Formação em Segurança, Saúde e Condições de Trabalho).

Ambiente

Após a revisão da Política de Ambiente em Agosto de 2007, o ano de 2010 é de continuidade na implementação das principais linhas de estratégia que emergiram desse processo, atento ainda assim ao novo contexto de gestão que se apresentou à empresa por força das restrições financeiras conhecidas.

Objectivo 2010: Manteve-se o desempenho da empresa no que diz respeito à avaliação de impacte ambiental dos principais projectos de investimento e alargou-se, progressivamente, este princípio às actividades de manutenção. Foi desenvolvida a base da avaliação incidindo sobre a totalidade dos Mapas Estratégicos de Ruído (1.ª Fase) permitindo à REFER ter uma noção objectiva da dimensão deste desafio. Prosseguiram-se as diligências visando a implementação dos projectos incluídos no compromisso B&B.

Objectivo 2011: Adequar a estrutura humana de suporte a esta área na empresa, ao apoio de que esta última carece, internalizando na medida do possível, tarefas que até aqui eram asseguradas por meios externos. Concluir o Plano de Redução de

Ruído das Grandes Infra-estruturas de Transporte Ferroviário com mais de 60 000 comboios por ano, de modo a sustentar as diferentes linhas de acção a empreender, entre as quais aquelas ao alcance da REFER e obtendo a aquiescência da tutela para o efeito. Dar sequência ao compromisso B&B atento à reprogramação efectuada e traduzida para o Plano de Actividades.

Social

No âmbito da política social a actuação da REFER pode ser analisada em duas vertentes:

1. Responsabilidade social interna – As políticas de recursos humanos e de segurança e saúde até hoje implementadas são demonstrativas de uma observância atenta e continuada das necessidades dos colaboradores, reflectindo-se nomeadamente ao nível do conjunto de apoios à educação e de incentivos ao desenvolvimento profissional quer dos colaboradores da empresa quer dos seus familiares (lar ferroviário, colónias de férias, apoio a Associações desportivas e sociais ferroviárias, etc); Programa de apoio à deficiência, nomeadamente no que respeita aos problemas de mobilidade e/ou de meios de trabalho adaptados às diferentes deficiências; Melhoria qualitativa dos processos de trabalho através do incremento da digitalização e dos meios electrónicos de arquivo e de transmissão da informação (abandono gradual do arquivo tradicional em suporte papel).
2. Responsabilidade social externa – nesta vertente a actuação da REFER tem-se centrado no relacionamento com os utentes e as populações vizinhas da Rede Ferroviária Nacional. A este nível regista-se nomeadamente:
 - a) o apoio à reabilitação urbana das estações e zonas envolventes em colaboração com as Autarquias;
 - b) a realização de campanhas de promoção do uso do transporte público (e, particularmente, da ferrovia) nas zonas urbanas e na sensibilização para o respeito das regras de segurança em passagens de nível;
 - c) Apoio à recolha periódica de sangue junto dos colaboradores para entrega aos serviços de saúde;
 - d) a divulgação da actividade da empresa e suas associadas através do Portal;
 - e) Manutenção de um programa de estágios académicos protocolados com várias instituições académicas de ensino médio e universitário;
 - f) Apoio a instituições de carácter social como Associações de Bombeiros Voluntários de várias localidades e organizações não governamentais como os Médicos do Mundo.

- g) Documento Código de Ética. Este documento propõe um conjunto de princípios gerais de conduta, determinantes para a qualidade dos serviços prestados, procurando igualmente estimular uma dinâmica de aplicação de boas práticas empresariais.

Objectivo 2010: Reconversão de pessoal operacional, sobretudo no que diz respeito à passagem de Guardas de Passagem de Nivel para o Apoio Geral e Administrativo e de colaboradores da área da circulação da região Norte e Centro para a carreira da manutenção

Objectivo 2011: Implementação do programa de apoio psico-social aos trabalhadores – Programa de Apoio aos Trabalhadores da REFER. Continuação da promoção da segurança de pessoas e bens.

Ética – Um Compromisso da REFER

O desenvolvimento deste tema é feito no Relatório de Governo da Sociedade, capítulo Código de Ética e Conduta.

Desempenho Económico

A REFER, que tem como objecto principal a prestação do serviço público de gestão da infra-estrutura ferroviária nacional, procura desempenhar um papel determinante no sentido de inverter a tendência de utilização do transporte individual, através da melhoria do serviço prestado aos utilizadores da ferrovia, oferecendo-lhes segurança, conforto, rapidez e pontualidade, atributos que são perceptíveis e valorizados pelo consumidor.

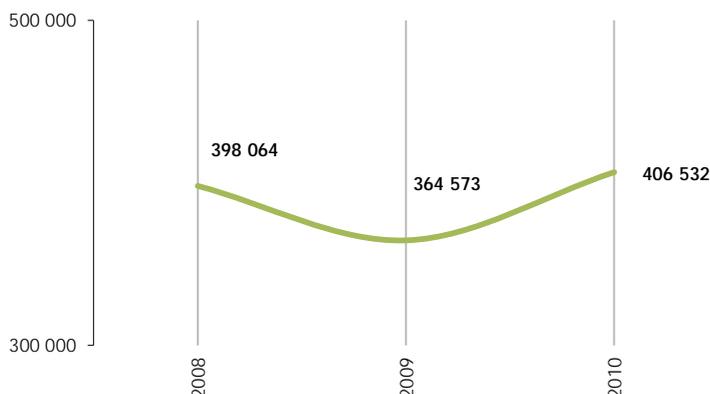
No âmbito da sua actividade a REFER tem dinamizado, por conta do Estado, grandes projectos de investimento, tendo em vista a modernização e desenvolvimento da Rede Ferroviária Nacional, Modernização, porque só assim é possível proporcionar aos operadores condições que lhes permitirão oferecer um serviço de qualidade aos utilizadores finais. Desenvolvimento, porque a Rede Ferroviária Nacional contribui para a coesão e o desenvolvimento económico e social de todas as regiões do país. Em resumo, atendendo às crescentes necessidades de mobilidade da população e em perfeita sintonia com o mercado europeu, a REFER tem a sua estratégia orientada para a revitalização e promoção da utilização do comboio como meio de transporte preferencial em condições de fiabilidade e segurança, e em sintonia com as políticas ambientais.

Principais Indicadores

Desde a sua criação que a REFER tem investido na modernização da rede. Desde o ano de 2002 já foi investido na infra-estrutura ferroviária 3 220 milhões de euros. No ano de 2010 o investimento foi de 407 milhões de euros, mais 12% que o investimento realizado em 2009.

Investimento em Modernização

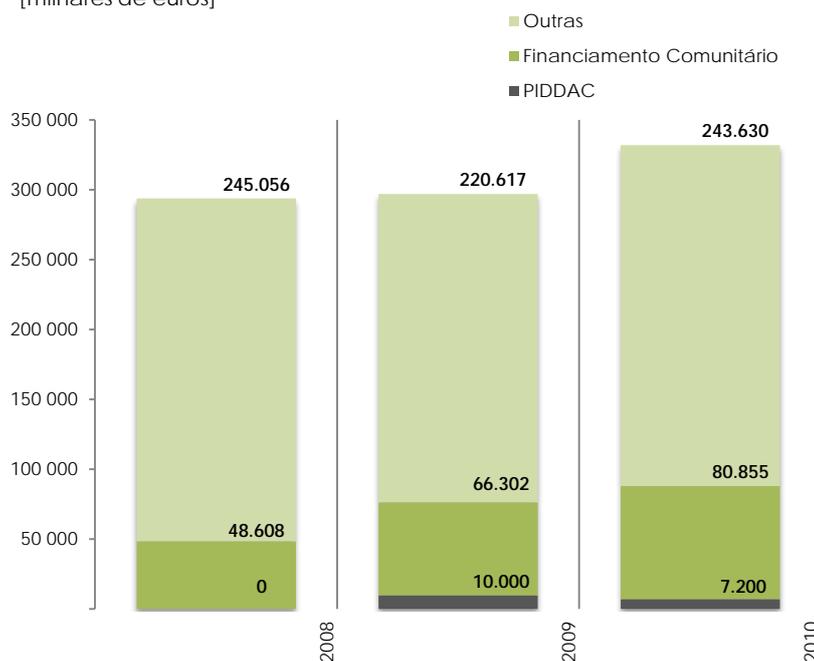
[milhares de euros]



Nos últimos três anos os investimentos da REFER foram financiados da seguinte forma;

Evolução do Financiamento do Investimento

[milhares de euros]



Os financiamentos obtidos pela REFER no ano de 2010 foram aplicados em Ligações Inter-Regionais, em Ligações às Plataformas Logísticas e Portos, nas Áreas Metropolitanas, em Segurança e Eficiência da Rede, entre outras. De destacar a Variante de Alcácer, a Ligação Ferroviária Porto de Sines/Espanha e Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro.

O facto de nos últimos anos os financiamentos por parte do Estado se terem reduzido influenciou o aumento do recurso ao financiamento externo, tendo conduzido a empresa a uma degradação da sua situação económica e financeira.

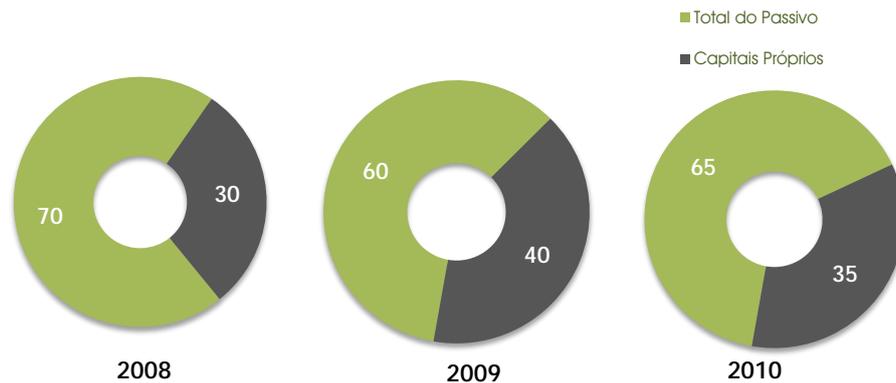
Estutura da Posição Financeira

[milhares de euros]

	2008	2009	2010
Total do Passivo	2 750 050	1 925 063	2 712 127
Capitais Próprios	-1 155 239	-1 299 453	-1 445 955
Total do Activo	1 594 811	625 611	1 266 172

O passivo da REFER tem vindo a agravar-se nos últimos anos, verificando-se apenas em 2009 uma alteração desta tendência, dado nesse ano ter-se registado uma diminuição do valor dos empréstimos obtidos afectos à Gestão da Infra-estrutura. O

aumento de 41%, cerca de 700 milhões de euros, deve-se ao aumento do financiamento de Curto Prazo registado no ano de 2010.



No que se refere ao valor dos capitais próprios, o agravamento verificado, de 11% cerca de 147 milhões de euros, deve-se aos sucessivos anos de acumulação de Resultados Líquidos negativos.

Capital Próprio

[milhares de euros]

	2008	2009	2010
Capital Próprio	-1 155 239	-1 299 453	-1 445 955

Resultados

[milhares de euros]

	2008	2009	2010
Volume de Negócios	71 629	71 541	73 414
Resultado Operacional	- 94 527	- 100 037	- 108 708
Resultado Líquido	- 181 484	- 120 529	- 146 503

Resultados Operacionais

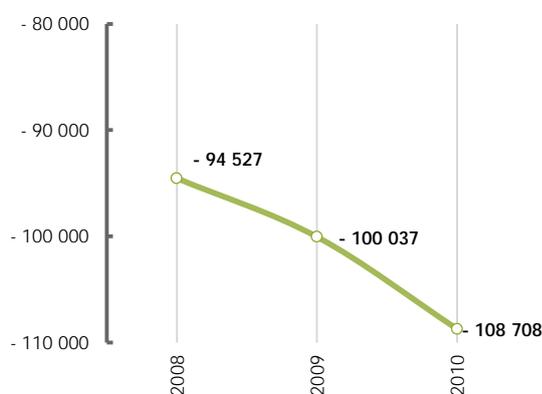
O Resultado Operacional da REFER registou um agravamento de 9%, cerca de 8,7 milhões de euros face a Dezembro de 2009, resultante principalmente do agravamento registado ao nível dos Gastos Operacionais de 9,3 milhões de euros, devido essencialmente ao aumento de 7,6 milhões de euros na rubrica Provisões / Ajustamentos.

Os Rendimentos Operacionais registaram um acréscimo de 1%, cerca de 0,6 milhões de euros.

A melhoria verificada nos Rendimentos Operacionais deve-se ao aumento registado nas prestações de serviços, nomeadamente aumento da tarifa de utilização.

Resultados Operacionais

[milhares de euros]



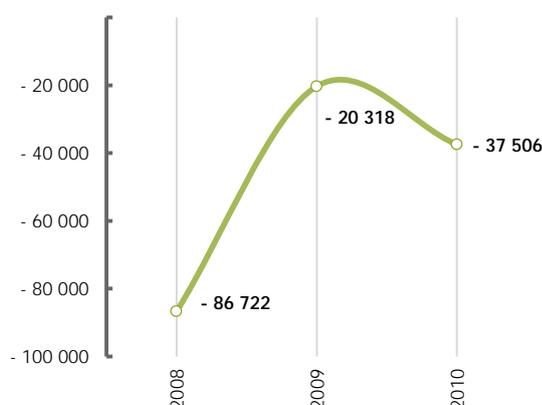
Resultados Financeiros

O Resultado Financeiro fixou-se em menos 37,5 milhões de euros no final de 2010. Este Resultado é decomposto pelas seguintes parcelas:

- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Gestão de Infra-estruturas: menos 51,9 milhões de euros; e
- Resultado Financeiro afecto à Actividade de Hedging: 14,4 milhões de euros.

Resultados Financeiros

[milhares de euros]



Da análise comparativa com os resultados de 2009 verifica-se uma deterioração de 17,1 milhões de euros no Resultado Financeiro. Esta deterioração é causada essencialmente pela Actividade de Hedging que registou uma redução de 17,3 milhões de euros. Este comportamento é justificado pela diminuição em 23 milhões de euros da componente de "Juros Obtidos Instrumentos Financeiros Derivados" como consequência da manutenção em

níveis historicamente baixos das taxas de juro de curto prazo do euro e das taxas de referência para grande parte das pernas recebedoras dos swaps.

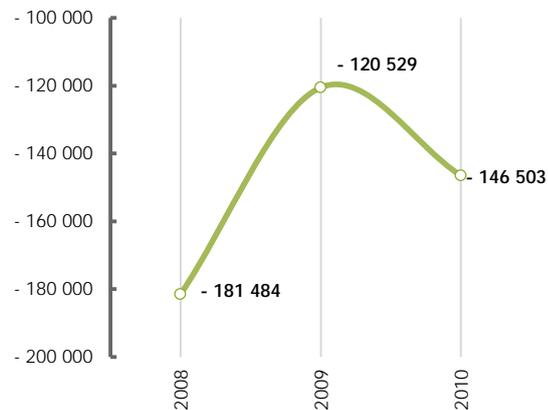
Resultado Líquido

O exercício de 2010 apresenta um Resultado Líquido negativo de 147 milhões de euros, o que representa um agravamento de 26 milhões de euros face ao registado em 2009, mais 22%.

O peso do Total de Proveitos no Total de Custos passou de 55% em 2009 para 53% em 2010.

O agravamento do Resultado Líquido explica-se essencialmente pelo agravamento dos Resultados Financeiro.

Resultado Líquido
[milhares de euros]



Stakeholders



Stakeholders

Lista de Partes Interessadas		Expectativas e Necessidades	Formas de Comunicação
Accionista/Tutelas	Estado (MOPTC e MF)	Resultados obtidos Estabilidade Social	Relatórios de Gestão Contrato de Gestão
	Entidades Supervisoras (CMVM, IGOPTC, IGF, ...)	Cumprimentos das obrigações de serviço público Comportamento social e ambiental responsável	Reporting Claro e Transparente
Clientes	Operadores ferroviários	Oferta de rede em condições de segurança	
	Utilizador do Transporte Ferroviário	Confiança e satisfação no serviço oferecido	
Fornecedores		Transparência	
		Cumprimento dos prazos pagamentos Aumento do investimento da empresa gerando novos fornecimentos	
Comunicação Social		Acesso a informação fiável e relevante	
Comunidade em Geral		Acesso a informação fiável e relevante	
Regulador	IMTT	Padrões de qualidade nos produtos e serviços	Reporting regular
Colaboradores		Remunerações adequadas	Informação regular
		Estabilidade(segurança de emprego, salário e protecção social) Oportunidade de evolução e progressão profissional Boas condições de trabalho	Comunicação personalizada
Sindicatos e Comissões de trabalhadores		Respeito pelas suas opiniões	Reuniões frequentes
		Negociação transparente Participação em processos de negociação laboral	

Accionista

O Estado enquanto único accionista da REFER tem um papel primordial no desenvolvimento sustentável da Empresa, tendo o compromisso de assegurar apoio financeiro à REFER através da atribuição de dotações financeiras anuais, quer para cobertura do investimento, quer para cobertura dos custos associados ao serviço público de gestão da infra-estrutura.

Nos últimos 3 anos, as prestações financeiras do Estado foram as seguintes:

Prestações Financeiras do Estado

[milhares de euros]

	2008	2009	2010
Capítulo 50 do Orçamento de Estado	0	10 000	7 200
Indemnizações Compensatórias	33 613	36 149	35 851
TOTAL	33 613	46 149	43 051

Do quadro anterior destaca-se a diminuição do esforço financeiro do Estado no ano de 2010, quando comparado com 2009. Desta diminuição de 7%, cerca de 3 milhões de euros, destaca-se o valor das Indemnizações Compensatórias que nos últimos anos era alvo de um aumento na ordem dos 8%, contudo no ano de 2010, verificou-se uma diminuição de 1%, cerca de 300 mil euros, uma vez que o valor atribuído em 2009 tinha sido de 36,1 milhões de euros e em 2010 esse valor foi 35,9 milhões de euros.

Por outro lado verifica-se em 2010 uma diminuição do valor atribuído através do Capítulo 50º do Orçamento do Estado, de 28%, cerca de 2,8 milhões de euros, face ao ano anterior. Contudo este valor é superior quando comparado com o ano de 2008, em que a REFER não recebeu contributos para o investimento através do Orçamento de Estado.

De notar, contudo, que a importância do Estado enquanto accionista passa também pela concessão de avales a pedidos de empréstimo da REFER.

Colaboradores

Em Dezembro de 2010, o número de trabalhadores a cargo era de 3 445, verificando-se uma redução de 52 trabalhadores a cargo ao longo do ano e denotando-se que em relação ao ano anterior a diminuição de trabalhadores foi menos acentuada.

Colaboradores REFER

[31 de Dezembro de 2010]

	2008	2009	2010
Número de colaboradores a Dezembro	3 556	3 497	3 445

Numa vertente financeira, os Gastos com Pessoal, é uma das rubricas que representa uma maior expressão no Total dos Gastos, 41%, sendo este valor em 2010 de 95,3 milhões de euros.

Estrutura de Gastos com Pessoal Actividade Gestão da Infra-Estrutura

[milhares de euros]

	2008	2009	2010
Gastos com Pessoal	85 687	96 861	95 264
Gastos Totais Gestão da Infra -estrutura	199 752	222 729	232 032
Peso Gastos com Pessoal	43%	43%	41%

Estrutura de Gastos com Pessoal Actividade Investimentos

[milhares de euros]

	2008	2009	2010
Gastos com Pessoal	23 475	22 862	21 774
Gastos Internos Totais Investimentos	44 625	48 767	63 436
Peso Gastos com Pessoal	53%	47%	34%

Na actividade de Gestão da Infra-estrutura verificou-se em 2010 que o peso dos Gastos com Pessoal no total dos gastos da actividade diminuiu estando abaixo do peso alcançado em 2008. Na actividade de Investimentos, nos últimos anos tem havido uma redução dos gastos do pessoal sendo essa redução de 34% em 2010.

Fornecedores

A importância da REFER relativamente a este grupo de "stakeholders" deverá ser analisada em duas vertentes:

- Investimento
- Actividade de conservação e manutenção da infra-estrutura ferroviária.

Actividade Gestão da Infra-estrutura

[milhares de euros]

	2008	2009	2010
Consumo de Materiais	5 886	8 327	5 620
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	97 099	108 341	116 680
Gastos Totais Gestão da Infra-estrutura	199 752	222 729	232 032
Peso Gastos com FSE e Materiais no Total dos Gastos	52%	52%	53%

Actividade Investimentos

[milhares de euros]

	2008	2009	2010
Consumo de Materiais	11 751	18 164	33 215
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	8 892	6 179	7 241
Gastos Internos Totais Investimentos	44 625	48 245	63 436
Peso Gastos com FSE e Materiais no Total dos Gastos	46%	50%	64%

O peso dos Fornecimentos e Serviços Externos com o Consumo de Materiais no total dos Gastos da empresa, referentes à Actividade de Gestão da Infra-estrutura, foi em 2010 de 53%, sendo que em 2009 essa percentagem tinha sido de 52%. Analisando valor dos Fornecimentos e Serviços Externos registados em 2010, regista-se um aumento do valor dos subcontratos e uma diminuição do valor de Outros Fornecimentos e Serviços Externos. O valor do consumo de Materiais diminuiu 33% face a 2009.

A actividade de Investimentos, registou em 2010 um aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos de 17%, comparando com 2009. O consumo de Materiais aumentou 83% em 2010, quando confrontado com a mesma rubrica no ano de 2009. O peso destas rubricas no total dos gastos internos da actividade, foi em 2010 de 64%, tendo aumentado quando comparado com 2009.

Clientes

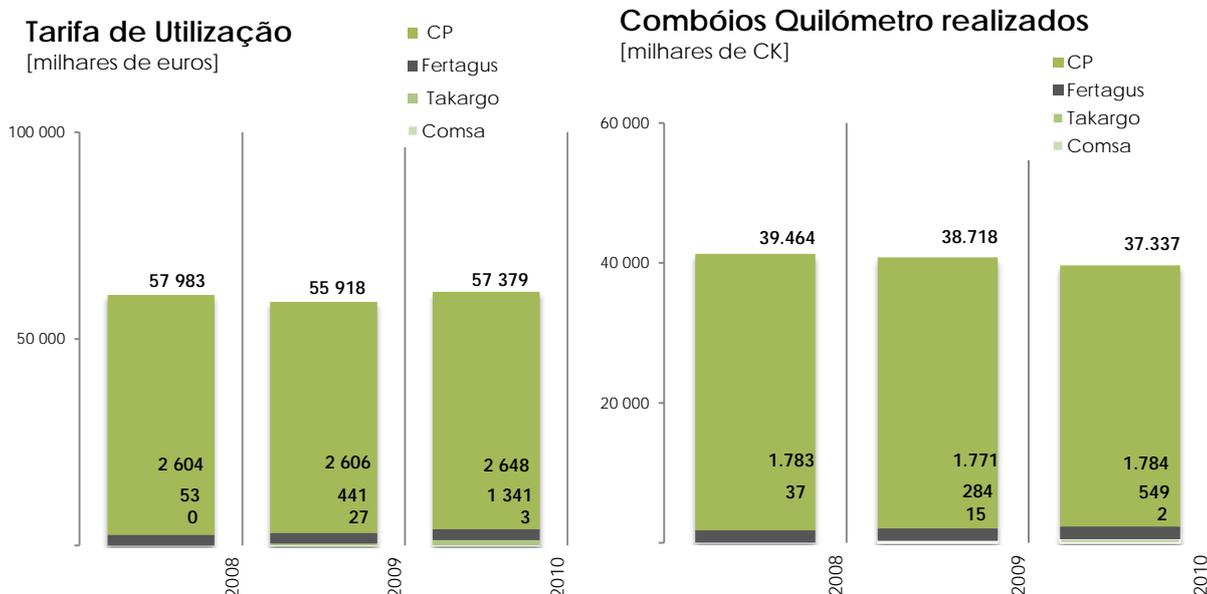
Pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, foi delegado na REFER a prestação do serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional e conferido o direito de cobrar tarifas devidas pela utilização da infra-estrutura ferroviária.

No grupo dos grandes clientes da REFER, estão as empresas:

- CP – Comboios de Portugal,
- CP Carga
- FERTAGUS
- TAKARGO e
- COMSA

O cliente CP realizou, em 2010, cerca de 31 milhões de Comboios / Quilómetro (Ck) e a CP Carga 6,6 milhões de Ck, a que corresponde o montante de 57 milhões de euros. A FERTAGUS realizou 1,8 milhões de Ck a que corresponde o montante de 3 milhões de euros. A TAKARGO, operador exclusivamente de transporte de mercadorias, registou em 2010, 549 mil Comboios / Quilómetro (Ck), correspondendo a 1 milhão euro. O operador COMSA, em 2010 operou na rede ferroviária nacional em parceria com o operador TAKARGO, justificando assim o facto de apenas ter feito uma utilização de 2 mil Ck no ano findo.

A importância relativa dos operadores e a evolução da Tarifa de Utilização facturada está patente nos gráficos.



A evolução do valor referente aos proveitos com a tarifa de utilização, cobrado aos operadores ferroviários, é retratada no seguinte quadro:

Tarifa de Utilização

[milhares de euros]

	2008	2009	2010
CP (Tarifa de utilização)	57 983	55 918	57 379
Fertagus (Tarifa de utilização)	2 604	2 606	2 648
Takargo (Tarifa de utilização)	53	441	1 341
Comsa (Tarifa de utilização)		21	3
Total Facturação Tarifa de utilização	60 641	58 986	61 370
Total Rendimentos	296 786	122 692	123 324
Peso Tarifa Utilização CP/Total Proveios	20%	46%	47%

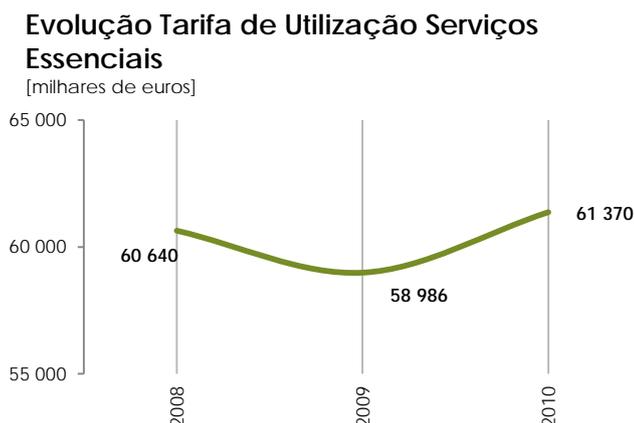
Ck Realizados

[milhares de Ck]

	2008	2009	2010
CP	39 464	37 839	37 337
Fertagus	1 783	1 771	1 784
Takargo	37	284	549
Comsa		15	2
Total Ck	41 284	39 909	39 672

A rubrica referente aos proveitos provenientes da tarifa de utilização, tem um peso bastante dominante no total dos proveitos, cerca de 50%. Sendo que o valor facturado ao operador CP pela tarifa de utilização, seja 47% do total dos proveitos.

A evolução dos proveitos dos Serviços Essenciais para todos os operadores é evidenciada neste gráfico:



Analisando a evolução das receitas com o Operador CP, que é o detentor da quase totalidade do tráfego que circula na rede ferroviária nacional, representa 94% dos CK realizados, torna mais evidente a evolução anual dos proveitos relativa aos serviços essenciais. Por outro lado o operador de mercadorias TAKARGO, foi aquele que em 2010 mais aumentou a sua utilização da rede, tendo, face a 2009 crescido 93%.

Os serviços prestados aos Operadores envolvem também:

- o pacote mínimo de acesso;
- o acesso por via férrea às instalações de serviço e ao fornecimento de serviços;
- a utilização de infra-estruturas e equipamentos de fornecimento, transformação e distribuição de energia eléctrica de tracção;
- a prestação do socorro ferroviário nos termos previstos no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 270/2003.

O valor das indemnizações compensatórias atribuídas à REFER pelo Estado a título de normalização de contas foi de cerca de 35,9 milhões de euros, o que correspondeu a um decréscimo de 1% relativamente ao recebido em 2009 e a um aumento de 7% relativo ao valor recebido em 2008.

Apenas uma parcela dos custos da actividade de gestão da infra-estrutura, são cobertos pela tarifa cobrada aos operadores ferroviários de passageiros e mercadorias. A parte restante, salvaguardando a eficiência da operação, deveria ter uma contrapartida pública o que ainda não acontece. Também a construção e manutenção da infra-estrutura tem sido financiada com recurso a capitais alheios. Para um futuro sustentado, eficiente e com atribuição de responsabilidades de gestão pensamos ser indispensável a procura de um quadro de sustentabilidade económica e financeira para a empresa.

Definido o quadro de actuação e contando com o apoio que sempre recebemos da tutela, a dedicação e empenho dos trabalhadores e o apoio das demais entidades de controlo e regulação, consideramos reunir os pilares para a construção de um futuro sustentável para a REFER.

Desempenho Social

Apesar de a REFER ter completado 13 anos de existência em 2010, as suas origens remontam à criação dos caminhos-de-ferro em Portugal. Os seus colaboradores são detentores de um know-how centenário e único no país, razão pela qual o Capital Humano é um dos principais activos estratégicos da empresa. Neste sentido, a Política de Recursos Humanos tem como objectivo maximizar a valorização, desenvolvimento profissional e motivação dos colaboradores, de forma alinhada com os objectivos estratégicos da organização.

Emprego

Evolução do Efectivo

Durante o ano de 2010 confirmou-se a tendência de redução do efectivo médio da REFER, o que reflecte a adaptação da organização aos diversos programas de modernização e automatização da actividade ferroviária implementados ao longo dos últimos anos.

Evolução Efectivo



Desde 1999 a redução do efectivo da REFER ascendeu a 3.160 trabalhadores, o que equivale a 48% do efectivo inicial. Em 2010 a empresa contou, em média, com 3.469 colaboradores a cargo, menos 49 do que em 2009.

Saídas 2010

O ano passado caracterizou-se por uma diminuição do número de saídas da empresa relativamente a 2009, em virtude das restrições legais a que a empresa está

sujeita no que diz respeito ao número de rescisões por mútuo acordo que pode concretizar. Ainda assim, as rescisões negociadas entre as partes tiveram um peso importante (41%) no conjunto das 75 saídas da REFER registadas em 2010.



O ano de 2011 voltará a trazer novos desafios no capítulo do ajustamento do efectivo às reais necessidades do serviço prestado, esperando-se que o número de saídas aumente em relação a 2010. No entanto, as restrições legais relativas ao número de rescisões por mútuo acordo com direito a subsídio de desemprego continuarão a ser um factor limitador.

Turnover 2010

A diminuição do número de saídas teve um impacto significativo no turnover da REFER, reduzindo-o para níveis ainda mais baixos do que em 2009, o que reflecte a estabilidade e segurança oferecida pela empresa aos seus colaboradores.

Turnover

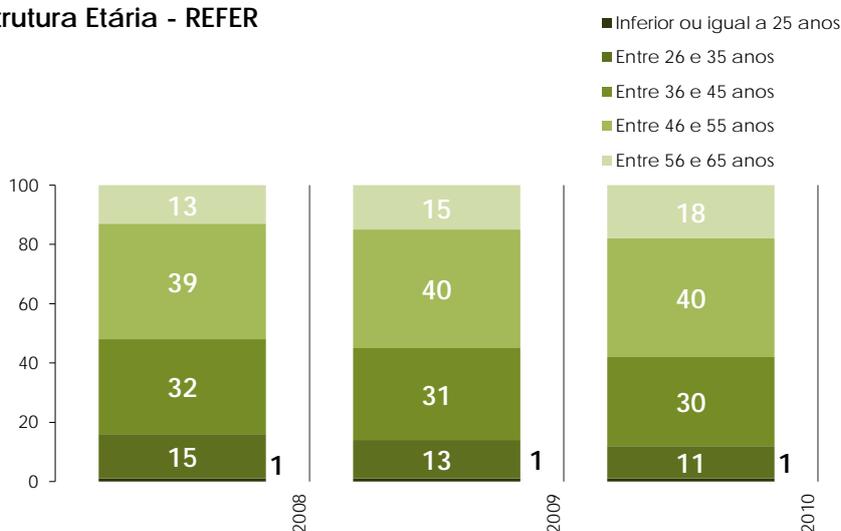
[%]

	2009	2010
<u>Saídas</u> Efectivo Médio	3,5	2,2
<u>Saídas + Entradas</u> 2 Efectivo Médio	2,6	1,3

Estrutura Etária e de Antiguidade

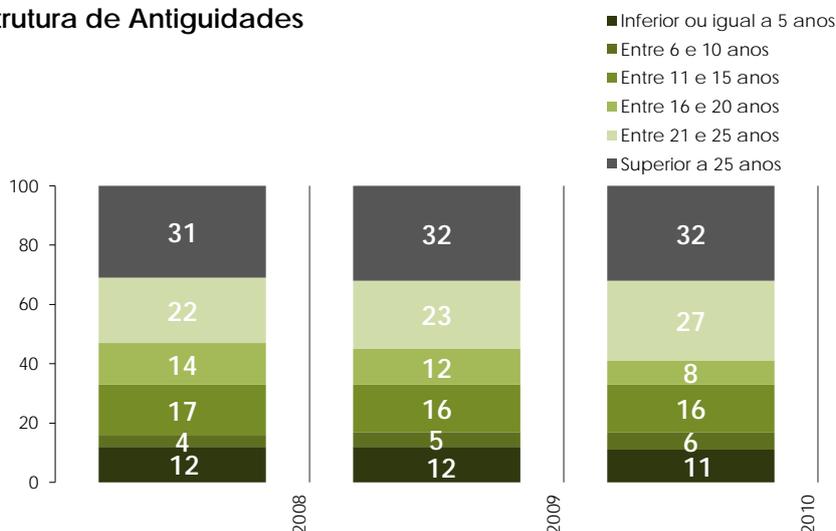
Analisando a estrutura etária do pessoal da REFER, constata-se que existe uma clara predominância de colaboradores com idades compreendidas entre os 46 e 55 anos. Em comparação com o ano anterior a média de idades aumentou de 45,8 para 46,7 anos.

Estrutura Etária - REFER
 [%]



Por seu turno, a antiguidade média aumentou para 21,2 anos. Os trabalhadores com mais de 25 anos de antiguidade continuam a ser aqueles que têm maior peso na estrutura do efectivo da empresa. Realça-se que, apesar do esforço que tem sido feito para baixar a média de idades e de antiguidade, tal não tem sido possível devido ao baixo turnover que resulta em parte dos condicionalismos legais já anteriormente referidos.

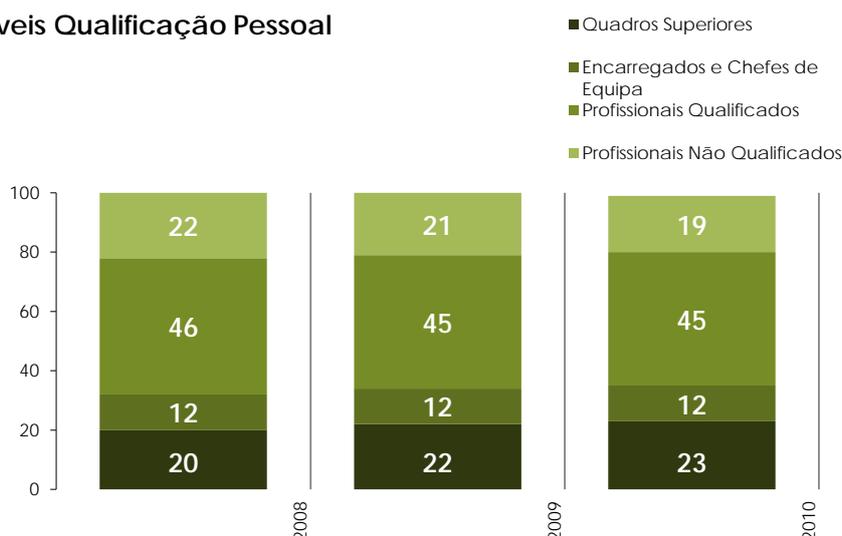
Estrutura de Antiguidades
 [%]



Qualificações Profissionais

A diminuição acentuada do efectivo da REFER tem tido um forte impacto no nível de qualificações dos seus profissionais. O grupo de “Profissionais Qualificados” continua, tal como nos primeiros anos, a ser aquele que enquadra um maior número de colaboradores. No entanto, é significativa a perda de peso da classe de “Profissionais Não Qualificados” (de 40% para 19%) compensada pelo aumento do número de “Quadros Superiores” (de 7% para 23%). Esta tendência justifica-se pela concretização das já referidas políticas de modernização e automatização da actividade ferroviária, que deram lugar à necessidade de recrutamento de técnicos altamente qualificado, e permitiram a saída de pessoal operacional com níveis de habilitação significativamente inferiores.

Níveis Qualificação Pessoal
 [%]



Recrutamento e Mobilidade 2010

Tendo em conta os objectivos de estratégicos de melhoria da eficiência e de contenção de custos traçados para 2010, foi feito um esforço de adequação dos recursos humanos às necessidades do negócio, destacando-se neste âmbito o reforço das áreas ligadas à manutenção da infra-estrutura ferroviária.

Neste contexto, assumiram especial relevo as actividades de recolocação de pessoal disponível nalgumas áreas, nomeadamente a reconversão profissional de colaboradores da área da circulação (região Norte e Centro) para a carreira da manutenção (21 colaboradores), sustentada em programas formativos adaptados às necessidades identificadas.

Por outro lado, a libertação de pessoal que se previa para 2010, sobretudo no que diz respeito à categoria de Guarda de Passagem de Nivel, não atingiu os níveis

esperados por força da contenção no desenvolvimento dos investimentos de longa duração, com impacto nos projectos de supressão de passagens de nível.

Aos processos de mobilidade interna funcional (no total foram concretizados 50 processos de reconversão profissional em 12 categorias profissionais) juntaram-se os de mobilidade geográfica, os quais assumiram particular relevância (32 alterações de concelho do local de trabalho). Estes processos foram facilitados pela extensão de viagens gratuitas na CP (concessões de transporte) a todos os colaboradores REFER, o que contribuiu para atenuar os eventuais efeitos negativos que poderiam surgir.

Importa assinalar o lançamento da "Estratégia de Manutenção" para as áreas de Catenária, Via, Construção Civil e Baixa Tensão, que assegura a optimização dos contratos de prestação de serviços aliada à internalização das acções de fiscalização e inspecção. Este programa permitirá não só manter permanentemente actualizado o conhecimento relativo ao estado de conservação da infra-estrutura em exploração, mas também promover a retenção de know-how específico da ferrovia na empresa. Neste âmbito foram desenvolvidos 4 processos de concurso para assegurar a selecção interna de colaboradores com as competências necessárias para o efectivo reforço das valências dos órgãos que assumirão as actividades referidas.

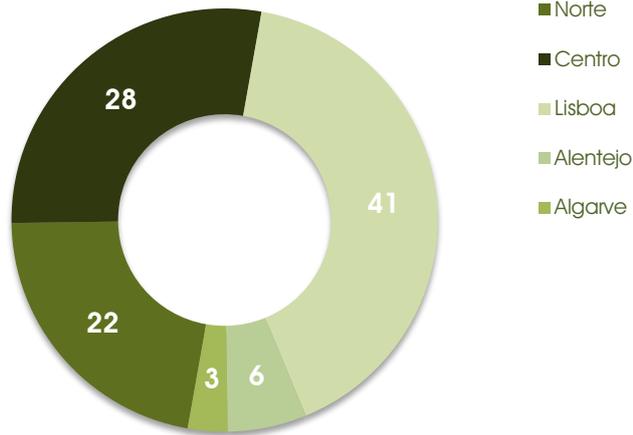
O Recrutamento externo sofreu reduções significativas, em linha com a evolução da conjuntura económica do país, tendo sido admitidos 12 colaboradores em 2010.

Perspectiva-se para 2011 o reforço da actividade dos RH ao nível da avaliação de possibilidades de reenquadramento funcional e geográfico, associada à reorientação profissional dos colaboradores cujos órgãos sejam alvo de reestruturações ou redução de actividade, motivadas pela conjuntura económica de acentuada contenção.

Distribuição Territorial

A região de Lisboa é a que tem maior concentração de colaboradores (41%) uma vez que é neste distrito que se encontram sediados a maior parte dos órgãos corporativos da empresa e onde existe um maior volume de tráfego ferroviário.

Distribuição Territorial Colaboradores [%]



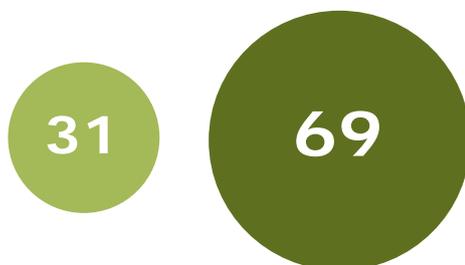
Trabalho e Relações Laborais

Sindicalização

A grande maioria dos colaboradores da empresa (68%) está representada por 22 organismos sindicais.

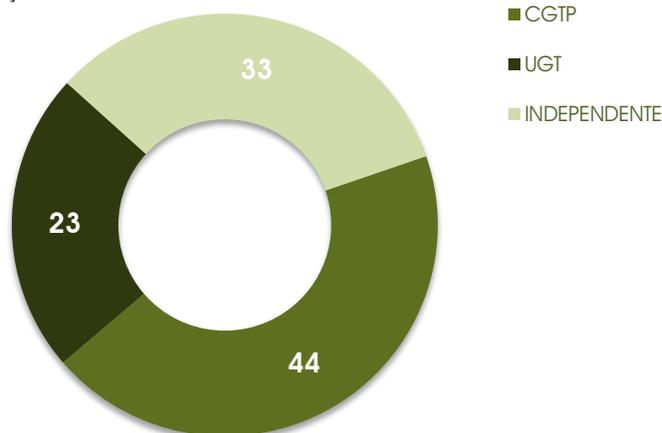
Taxa de Sindicalização [%]

- Pessoal Sindicalizado
- Pessoal Não Sindicalizado



Distribuição do Pessoal Sindicalizado

[%]



Relativamente ao ano de 2010, destaca-se a assinatura de um protocolo entre a REFER e diversas Organizações Sindicais signatárias que prevê um novo Regime de Deslocações mais claro e perceptível, e que garante uma maior equidade entre trabalhadores aliada a menores custos para a Empresa.

Paz Social

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do elevado número de organizações sindicais que os representam, a REFER mantém um bom relacionamento com todas as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) e com a Comissão de Trabalhadores não se registando durante 2010 conflitos e problemas de relacionamento laboral dignos de nota.

Segurança e Saúde no Trabalho

No que diz respeito à vertente da segurança e saúde do trabalho, a empresa centrou os seus esforços em 2010 na promoção do cumprimento dos requisitos legais e dos princípios de responsabilidade social que a norteiam, destacando-se a realização de actividades nos seguintes domínios:

- **Segurança na Construção e Manutenção** – Foi incrementado o número de auditorias, análise e avaliação de riscos, inspecções e visitas a obras de construção e manutenção; no plano procedimental, foram elaborados e validados mais de quatro dezenas de planos de segurança e saúde, assim como elaborados manuais, fichas de procedimentos, compilações técnicas e outra

documentação técnico-normativa; por último, esta área assumiu os papéis de coordenação de segurança em projecto e em obra, bem como em inúmeras mesas de contratação.

- **Formação e Certificação Profissional em Segurança Ferroviária** - Foi dada continuidade aos cursos de segurança ferroviária no âmbito do projecto de certificação de formação profissional em segurança ferroviária de acordo com a IET77, assim como foram desenvolvidas outras acções de formação profissional e de sensibilização para a segurança do trabalho, tendo sido realizadas ao todo cerca de 100 acções de formação, abrangendo mais de 1000 trabalhadores da empresa.
- **Vigilância Médica e Saúde** - Foi regularizado o programa de exames médicos, reduzindo-se o absentismo de 20% para 7,4%. Deu-se continuidade ao programa de controlo da alcoolemia com a realização de mais de 4000 testes de alcoolemia e o desenvolvimento de acções de reabilitação e recuperação de trabalhadores com restrições médicas. Nesta vertente, foi também preparado um documento de análise estratégica de internalização do controlo do consumo de álcool e desenvolvida uma campanha de comunicação de sensibilização para os riscos do consumo excessivo de álcool em contexto profissional. No que concerne à reparação de acidentes de trabalho foi divulgada na empresa a nova lei de acidentes de trabalho (Lei 98/2009). Finalmente, foi lançado um procedimento para aquisição de serviços externos na área do apoio psicossocial aos trabalhadores - Programa de Apoio aos Trabalhadores - prevendo-se o início do programa no princípio de 2011.
- **Condições de Segurança e Saúde nos locais de trabalho** - Foi promovida a condução do Programa para a Melhoria das Condições de Trabalho - PMCT - e elaborada diversa documentação e pareceres sobre as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho e instalações de apoio aos trabalhadores. Cumpriram-se também as campanhas preventivas e extraordinárias de desinfestação conforme o plano de actividades estabelecido.

Segurança de Pessoas e Bens

No âmbito da Segurança de Pessoas e Bens, as acções desenvolvidas em 2010 asseguraram uma melhoria significativa do conhecimento das situações de risco e vulnerabilidades da infra-estrutura ferroviária, bem como uma melhoria substancial dos processos e mecanismos de vigilância e de resposta a situações de risco e de emergência. Mais especificamente, a actividade centrou-se essencialmente nas seguintes vertentes:

- **Análise de risco e identificação de vulnerabilidades** – foram efectuados mais de centena e meia de estudos de análise de risco e vulnerabilidade, numa extensa cobertura geográfica da infra-estrutura ferroviária, com maior enfoque nas estações e apeadeiros. Acrescente-se ainda intervenção em cerca de duas dezenas de situações de ocupações ilegais do património do DPF.
- **Promoção da Segurança de Pessoas e Bens** – Neste âmbito é de destacar a realização de uma campanha conjunta com a Polícia de Segurança Pública denominada “Não arrisque com a sua segurança”, dirigida a utilizadores do serviço de transporte ferroviário, e uma outra campanha de sensibilização para a segurança e preservação do património ferroviário dirigida à população escolar. Ambas as campanhas tiveram um excelente acolhimento junto de diversas entidades e população de utentes, prevendo-se sua continuidade em 2011.
- **Vigilância** – O trabalho realizado nesta vertente foi decisivo e teve um impacto muito significativo na empresa. Mais concretamente foram redesenhados os processos de vigilância (humana e técnica) e de prevenção de ameaças com o recurso a modernas tecnologias na sistematização da recolha, comunicação e tratamento de informação de segurança. Entrou em funcionamento o projecto de informatização dos postos de Vigilância Humana para efeitos de registo de ocorrências e iniciado programa de diagnóstico ao funcionamento de todos os postos de vigilância humana e adequação dos mesmos às necessidades da REFER, assim como a estruturação de normas e procedimentos. Desenvolveu-se a cobertura do espaço ferroviário por meio de sistemas de videovigilância com o apoio de novos equipamentos e a transformação de outros que se vão tornando obsoletos. Destaque-se, ainda, para o início do tratamento/gravação da informação recolhida pelos sistemas de CCTV, para o crescimento exponencial das solicitações de imagens gravadas por parte das entidades policiais e judiciais e para a automatização, via Sistema Integrado de Controlo de Acessos (SICA), do acesso a 15 edifícios da empresa.
- **Situação de Emergência** – Na área da emergência foi efectuado um extenso trabalho com diversos órgãos técnicos da empresa, de análise das condições de manutenção dos equipamentos de segurança instalados na rede ferroviária nacional, destacando-se aquele efectuado com a Direcção de Túneis. Foram elaborados pareceres técnicos relativos a equipamentos de segurança a instalar em várias instalações da REFER tendo em vista a protecção contra o risco de incêndio e realizados inúmeros exercícios de evacuação em instalações REFER com o objectivo de testar os respectivos Planos de Emergência. Por outro lado, foram desenvolvidos programas em parceria com entidades externas ligadas à protecção civil e operações de socorro com vista ao estabelecimento de procedimentos conjuntos de actuação em situações de emergência.

Desenvolvimento de Recursos Humanos

As iniciativas levadas a cabo pela REFER em 2010 ao nível do Desenvolvimento de Recursos Humanos visaram contribuir para a melhoria da eficiência dos instrumentos de gestão e promoção do Capital Humano já utilizados na Empresa e, simultaneamente, lançar novas abordagens que culminem em benefícios efectivos, conseguidos através de uma actuação mais estruturada, integrada e alinhada com os objectivos estratégicos definidos pela Empresa.

- **Sistema de Gestão do Desempenho e Potencial (SGDP)**

Em 2010 efectuou-se a 3ª aplicação consecutiva do Sistema de Gestão do Desempenho e Potencial, dando continuidade à promoção de uma abordagem que visa a diferenciação e o reconhecimento do contributo prestado por cada colaborador. O formato do SGDP manteve-se inalterado relativamente a 2009, uma estabilidade que permitiu a consolidação das melhorias introduzidas ao sistema naquele ano.

O SGDP baseia-se em premissas como a comunicação, o feedback e o alinhamento de expectativas entre Analistas e Analisados. Tal como em anos anteriores, a avaliação de desempenho e potencial foi aplicada a todo o Universo REFER.

- **Construção de Perfis Profissionais**

O ano de 2010 ficou também marcado pela construção de Perfis Profissionais para as categorias da Carreira de Infra-Estruturas, estando previsto o seu alargamento a outras áreas (nomeadamente a da Circulação) ao longo de 2011. O desenvolvimento destes perfis teve por base um modelo de competências que, para além da componente comportamental já utilizada no SGDP, prevê a inclusão de competências técnicas definidas e descritas de forma objectiva, e elencadas/alinhadas com as responsabilidades associadas às categorias previstas no Sistema de Carreiras actualmente em vigor. Realça-se que este trabalho já serviu de apoio ao levantamento de necessidades de formação a realizar em 2011, na área de Infra-Estruturas.

Adicionalmente, em 2011 a REFER irá implementar o Sistema de Gestão de Competências (SGC) que será parte integrante do Sistema de Gestão de Segurança, e que preconizará uma abordagem sistematizada e integrada de várias valências da gestão dos Recursos Humanos, incluindo dimensões ao nível do Recrutamento (Perfis de Recrutamento), da Avaliação de Desempenho (Perfis de Competências) e da Formação (Referencias de Formação). O SGC permitirá estabilizar/criar processos que possibilitem uma acção integrada e uniforme dos vários intervenientes que participam na identificação e no desenvolvimento de competências dos colaboradores.

- **Formação**

Durante o ano de 2010, a REFER deu continuidade à “Estratégia de Formação 2007-2010”, orientada para garantir um melhor alinhamento entre as competências detidas pelos colaboradores e as que são requeridas para o bom exercício das respectivas funções. Neste âmbito, a aposta formativa focou-se em três dimensões-chave: Conhecimento, Execução e Comportamento/Atitude. Paralelamente a oferta formativa foi desenhada respeitando as actuais exigências globais ao nível do cumprimento dos critérios de eficácia e eficiência processual (qualidade), ambiental e financeira. Neste âmbito destaca-se a prioridade dada aos seguintes aspectos:

- a) Necessidade de retenção de know-how específico da actividade desenvolvida pela REFER;
- b) Garantia de altos níveis de segurança, atingível através do reforço não só do conhecimento técnico, da regulamentação em vigor e dos normativos aplicáveis, mas também das competências comportamentais e de gestão adequadas a cada função.
- c) Necessidade de reorientar profissionalmente, através de processos de reconversão e requalificação, colaboradores afectados por redução ou extinção de actividade.

Tendo em conta a actual conjuntura económica, a REFER optou por fazer um esforço de internalização das acções de formação ministradas, o que acabou por permitir à empresa utilizar apenas 335 mil euros dos 950 mil orçamentados para 2010. Durante este período realizaram-se 1 416 acções de formação que contaram com 8 104 participantes, totalizando um volume de 85 265 horas. A formação abrangeu um conjunto de áreas transversais a toda a organização, destacando-se, pela sua importância e número de formandos, as seguintes acções:

- **Formação no âmbito de Concursos Profissionais e Processos Internos de Selecção** - Destacam-se os 6 concursos realizados nas áreas da manutenção e do CCO de Lisboa. Estas acções de formação têm como objectivo principal capacitar o colaborador para o exercício de funções de uma categoria profissional onde será enquadrado no futuro.
- **Formação em Regulamentação de Segurança (IET 77)** – Foi dada continuidade ao trabalho iniciado em 2008, com acções que incidem sobre a formação profissional em segurança ferroviária no âmbito do cumprimento da Instrução de Exploração Técnica 77 (IET77), norma interna que determina as condições em que deve ser realizado o trabalho na infra-estrutura ferroviária.
- **Formação Técnica Ferroviária** – Abrangendo diversas especialidades operacionais, este tipo de formação tem como objectivo dotar os Recursos Humanos da REFER de conhecimentos sólidos ao nível da manutenção da infra-estrutura ferroviária. Neste âmbito, em 2010, destacam-se as acções ministradas ao nível da Metalomecânica, Sinalização, Via e Geotecnia.

- **Comando e Controlo da Circulação** – Dada a especificidade e a natureza das funções exercidas nos Centros de Comando Operacional (CCO), foram identificadas e colmatadas necessidades de formação com especial incidência sobre a utilização de ferramentas tecnológicas pelos colaboradores afectos às estruturas que centralizam o comando e controlo da circulação ferroviária.
- **Informática** – Em 2010 a REFER promoveu a diversificação, a reciclagem e o aumento de conhecimentos ao nível das principais ferramentas informáticas utilizadas na Empresa. Neste âmbito destacam-se as acções de formação relacionadas com o SIGMA, sistema integrado de gestão da manutenção utilizado pela Empresa.
- **Programa de Estágios “Renovar REFER”** – Conclusão do programa de estágios iniciado em 2009, cujo objectivo passou por atrair jovens recém-formados e orientá-los, com programas de aprendizagem estruturados, para áreas estratégicas da empresa – engenharia e manutenção – na perspectiva da futura retenção daqueles de virem a revelar maior potencial de crescimento e de criação de valor. Este programa contribuiu para a criação e retenção de know-how, acautelando gradualmente questões de sucessão e renovação.

No domínio da formação, o ano de 2011 afigura-se especialmente desafiante uma vez que a “Estratégia de Manutenção” recentemente adoptada pela Empresa, exigirá para um significativo esforço formativo dos colaboradores que no futuro serão enquadrados em novas funções na Carreira de Infra-Estruturas.

Benefícios dos Colaboradores

O Plano de Benefícios Sociais da REFER tem como objectivo fornecer aos seus trabalhadores um conjunto de apoios e benefícios que, além de vantagens diversas, constituam também uma verdadeira compensação, complementar à remuneração. Neste âmbito a empresa formalizou uma série de protocolos nas áreas da saúde, educação, cultura e desporto, dos quais os seus colaboradores poderão usufruir e entre os quais se destacam:

- **Seguro de Saúde** - Aplicável a qualquer colaborador da empresa, com cobertura de 90% das despesas de saúde de qualquer especialidade médica realizadas na rede convencionada “Advance Care”. Para além disso, todas as consultas realizadas fora da rede convencionada (qualquer médico, clínica ou hospital) beneficia também de uma comparticipação de 70%. Sublinha-se que também os familiares poderão beneficiar deste seguro ficando neste caso o prémio do agregado familiar a cargo do trabalhador;

- **Seguro de Acidentes Pessoais** - Cobre qualquer tipo de riscos profissionais e extra profissionais de Invalidez Permanente ou Morte, com indemnização de 15.000 euros para estes casos;
- **Bolsas de Estudo** - Atribuídas aos filhos e equiparados que consigam a obtenção de médias iguais ou superiores a 14 valores entre o 9º ano de escolaridade e o final do ensino superior. O valor deste benefício social ascendeu a 144 mil euros em 2010;
- **Subsídio de Pré-Escolaridade** - Atribuído a filhos e equiparados dos 4 meses aos 6 anos e que frequentam creches, jardins-de-infância ou amas reconhecidas pela Segurança Social. O valor destes subsídios atingiu os 240 mil euros em 2010;
- **Festa de Aniversário REFER e prendas de Natal para crianças** - Destinadas a colaboradores e seus familiares. Em 2010 destacou-se a organização da festa de aniversário no Museu Ferroviário do Entroncamento, que proporcionou não só o convívio entre diferentes gerações de trabalhadores ferroviários, mas também um contacto directo com a cultura ferroviária e a realidade museológica daquela cidade.
- **Campos de Férias REFER** - Dirigidas a filhos de colaboradores entre os 6 e os 16 anos e que em 2010 se realizaram em Aljubarrota e Abrantes, contando com a participação de 50 e 90 crianças e jovens, respectivamente.
- **Descontos e Parcerias** - Incidindo sobre de serviços entre os quais se incluem combustíveis, telecomunicações, hotelaria, produtos bancários, ginásios e cultura (teatros, livros, turismo e viagens etc).

É importante referir que, para além dos benefícios sociais acima descritos, os trabalhadores que transitaram da CP para REFER e respectivos familiares têm ao seu dispor Concessões de Transporte Ferroviário financiadas pela empresa. Os não transitados da CP apenas têm facilidades para si próprios, e não para os familiares. Esta é a componente que tem maior peso na estrutura de custos sociais da organização, com um valor de aproximadamente 3,3 milhões de euros em 2010.

Diversidade e Oportunidade

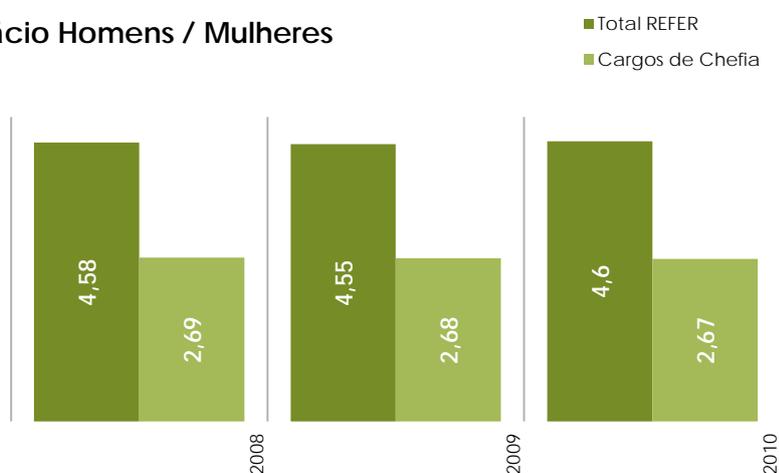
Igualdade entre Homens e Mulheres

Historicamente o sector ferroviário sempre foi marcado pelo elevado peso da população masculina nos seus quadros. Este fenómeno deve-se sobretudo à natureza da actividade desenvolvida nas áreas operacionais, onde está concentrada a maioria dos colaboradores da REFER, marcada pela elevada exigência física e exposição a condições de risco.

Na última década o rácio Homens/Mulheres ficou ainda mais desequilibrado tendo em conta o elevado número de rescisões por mútuo acordo realizadas na categoria com maior presença feminina, Guarda de Passagem de Nível.

Porém, a REFER tem pautado a sua actuação pelo tratamento semelhante dos colaboradores de ambos os sexos. Entre 1999 e 2010 o rácio de chefias Homens/Mulheres baixou de 4,07 para 2,67.

Rácio Homens / Mulheres



Adicionalmente verifica-se que não existem desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Vencimentos Base (VB) entre homens e mulheres e que em duas das categorias profissionais em que as mulheres têm maior representação, a sua remuneração base média é superior à dos seus colegas do sexo masculino (Assistentes de Gestão e Técnicos).

Rácio M/F - VB por Categoria Profissional*

	M/F
Auxiliar de Apoio Geral	0,98
Operador de Apoio Administrativo	0,94
Assistente de Gestão	1,08
Técnico Júnior	0,99
Técnico	1,03
Técnico Especialista	0,98

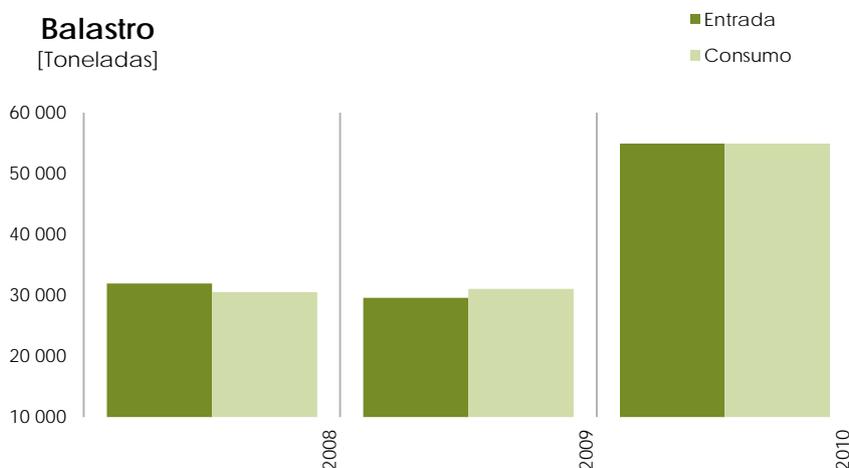
*Categorias profissionais com 10 ou mais homens e mulheres

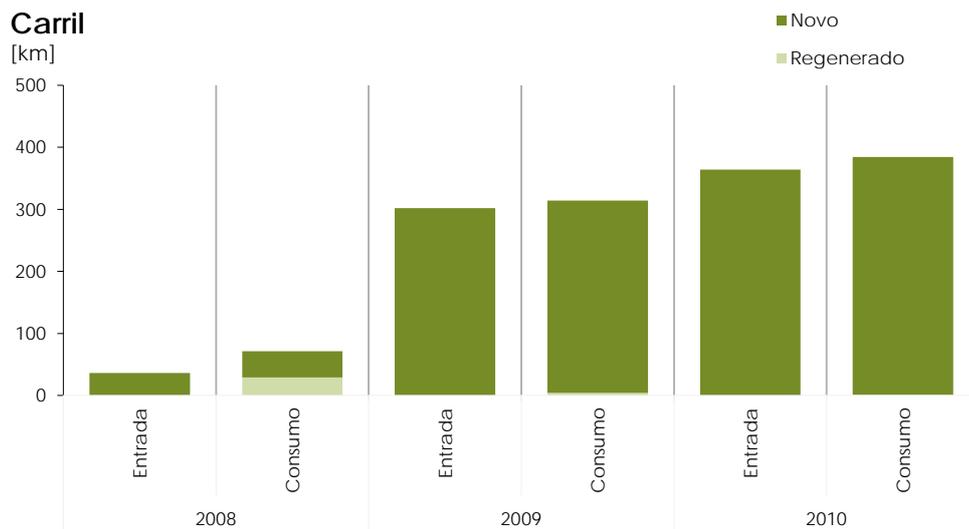
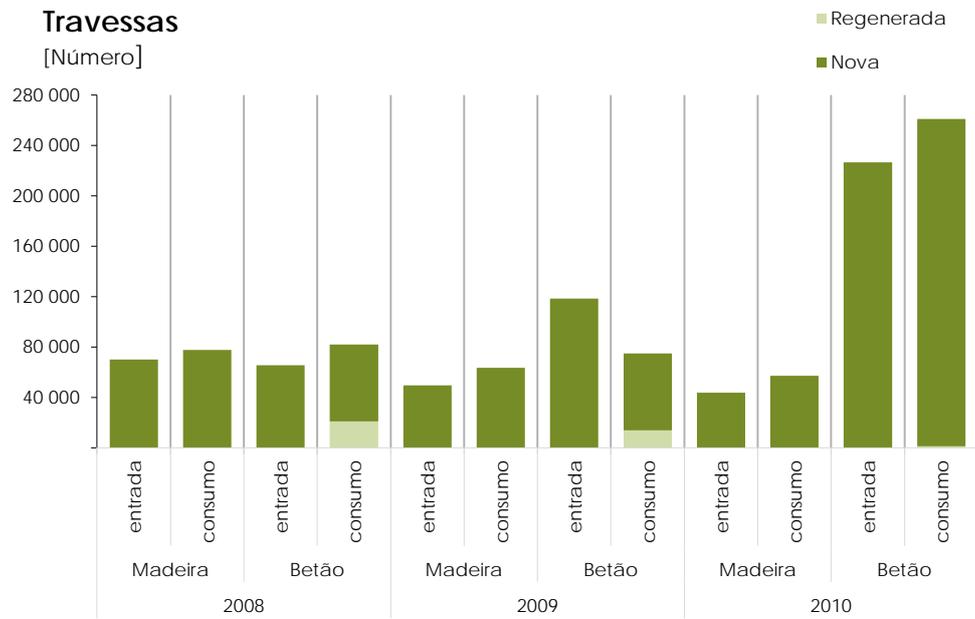
Desempenho Ambiental

O ano de 2010 é marcado, no início, por uma grande dinâmica e intensidade nas actividades de investimento, estando em curso obras importantes às quais se perspectivava um acréscimo de novas frentes de trabalho. Todavia, por força do novo contexto económico e financeiro do país tal expectativa não se veio a concretizar (não sendo despiciendo, porém, o volume de obras já em execução) o que, por sua vez, leva a empresa a adoptar uma estratégia diferente na intervenção imediata (ao nível da manutenção) em troços de linha que aguardavam por tais investimentos. É possível perceber o reflexo deste facto no consumo dos principais materiais de via.

Materiais

No ano de 2010 devido à expressão das obras de investimento da REFER e às intervenções complementares na área da manutenção, assiste-se a um aumento considerável no consumo dos principais materiais relativamente aos dois anos anteriores, designadamente 2008 e 2009. Os consumos de balastro e travessas de betão novas registaram aumentos respectivamente da ordem de 44% e 70%. O aumento do consumo de carril apresentou valores diferentes consoante o ano de referência, cifrando-se em 82% (ano de referência 2008) e de 18% (ano de referência 2009). O consumo de travessas de madeira sofreu um decréscimo face aos dois anos anteriores designadamente 11% (2009) e 36% (2008), o que se justifica pelo facto de este ser um material com cada vez menor expressão na rede. A percentagem de reutilização de travessas de betão diminui face aos anos anteriores correspondendo a cerca de 0.5% do total utilizado.

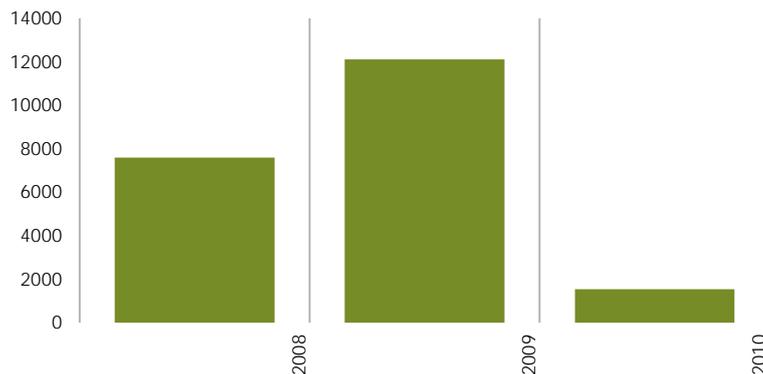




No ano de 2010 a quantidade de produtos de deservagem consumida foi inferior à dos anos de 2009 e 2008 cifrando-se em cerca de 0.6kg/km da rede ferroviária com tráfego.

Produtos de Deservagem

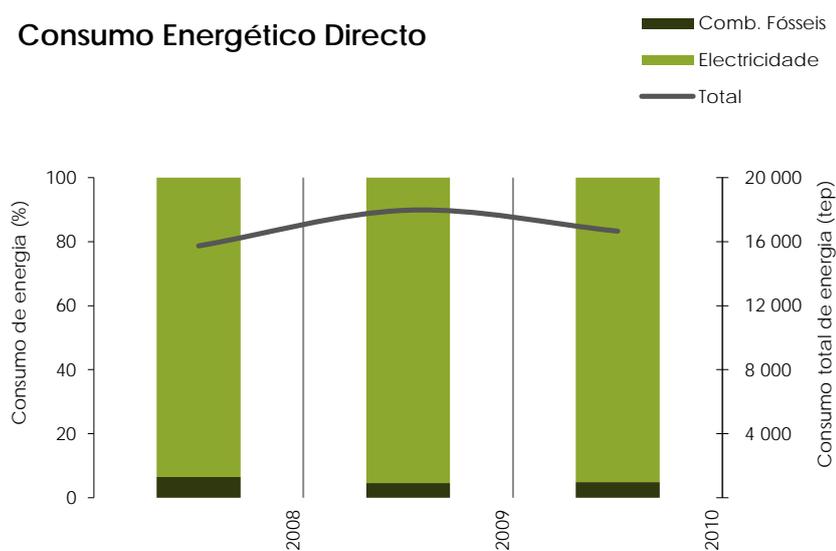
[kg]



Energia

O consumo total de energia, no ano de 2010, sofreu uma diminuição de 7%, face ao ano de 2009 sendo que, os consumos de combustíveis fósseis e energia eléctrica apresentam uma redução respectivamente de cerca de 2% e 8%, no mesmo período.

Consumo Energético Directo



A energia consumida pelo transporte ferroviário de passageiros e mercadorias no ano de 2010 sofreu um decréscimo de 1.3% face ao consumo de 2009, tendo este último,

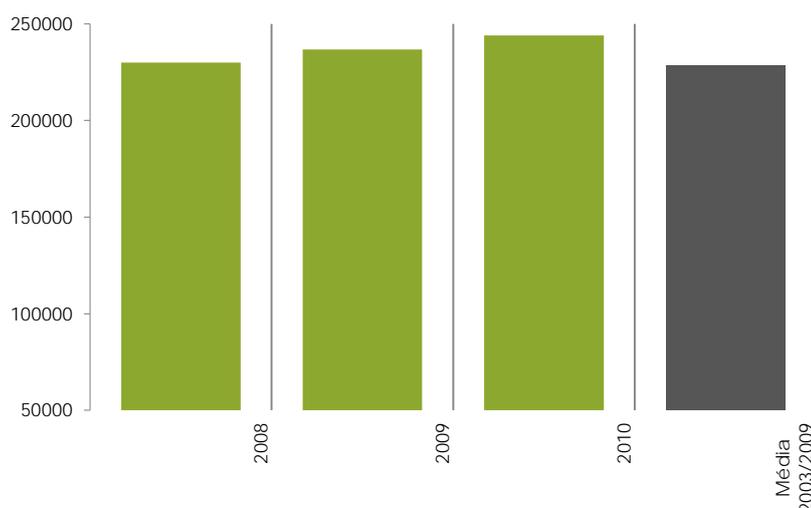
registado um aumento de 0.2% face ao ano de 2008. Em 2010, a energia devolvida à rede pelo processo de frenagem à semelhança de 2009 apresentou um valor cerca de 13%.

Água

O consumo estimado de água no ano de 2010 apresentou um aumento respectivamente de 3% e 6% face aos consumos de 2009 e 2008 sendo que o aumento face ao valor médio dos consumos entre 2003 e 2009 foi de 7%.

Consumo de Água - Abastecimento Público

[m³]



Biodiversidade

Com a entrada em exploração dos projectos da ligação ferroviária ao porto de Aveiro e da Variante de Alcácer, a percentagem de áreas sensíveis, áreas protegidas e áreas da Rede Natura, ocupadas pela rede ferroviária nacional no ano de 2010, sofreu um aumento face ao ano de 2007 de 0.7% e 0.6% respectivamente no que concerne à rede ferroviária com tráfego e total.

Na sequência do compromisso B&B assumido pela empresa em 2007, prosseguiram em 2010 acções concretas que visam a promoção da biodiversidade, designadamente o desenvolvimento da Floresta Autóctone.

Promoção da Floresta Autóctone

A REFER associada pelo 2.º ano consecutivo ao programa Criar Bosques da Quercus, contribuiu financeiramente, garantindo o apoio técnico residente na Quercus, para o projecto e a plantação de cerca de 6.400 árvores e arbustos em 3 locais distintos no centro do país (nos Concelhos de Cadaval, Alenquer e Penamacor) caracterizando-se os terrenos pelo seu carácter público, ou serem pertença de organizações com fins públicos.

Para além deste apoio, incitou os seus colaboradores a participarem nas plantações tendo sido organizados um local para este efeito, na Serra de Montejunto.



Plantação na Serra de Montejunto - 23 de Janeiro de 2010

Promoção Ecológica de uma Salina no Sado

O programa de acções foi desenvolvido e apresentado ao Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade a fim de colher a sua aprovação enquanto entidade tutelar na zona da Reserva Natural do Estuário do Sado. Após a aprovação de princípio obtida, ficou a REFER de desenvolver o correspondente projecto de execução algo que fará oportunamente, sendo que o seu principal objectivo para este projecto será identificar parcerias locais para tornar este exercício sustentável.



Zona do Cristalizador da Salina Miranda e João Dias Santos, adquirida pela REFER

Ainda no contexto da Biodiversidade merece particular destaque a conclusão dos investimentos efectuados na Ligação Ferroviária ao Porto de Aveio, assim como a designada Variante de Alcácer do Sal. Estas duas obras foram desenvolvidas em zonas de elevada sensibilidade ambiental tendo os aspectos ambientais sido geridos com reconhecido sucesso pela REFER.

Já a intervenção efectuada na Passagem Superior de Peões (PSP) da Estação de Vila Franca de Xira, de construção recente, destaca-se pelo seu carácter inovador. A estrutura é composta por amplas superfícies vidradas (não detectáveis pela avifauna) e localiza-se na franja da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo onde as aves abundam. Era denunciado o elevado número de colisões com aves nas estruturas vidradas da PSP. A REFER estudou e ensaiou uma medida (a complementar uma intervenção inicial recorrendo à colocação de silhuetas de aves conforme é a abordagem tradicional, mas sem grande sucesso) recorrendo a autocolantes invisíveis ao olho humano (preservando o carácter permeável do vidro) mas visível ao espectro observável pelas aves. Os resultados confirmam que deixaram de existir colisões em número significativo e manteve-se a estética arquitectónica da estrutura. A mesma medida foi tomada na estação de Tunes, relativamente a um corta-vento envidraçado existente na plataforma de passageiros. Após a aplicação das silhuetas verificou-se que não se registaram mais colisões.



PSP de Vila Franca de Xira



Estação de Tunes

Nota: As folhas de plátano são reveladas na fotografia mas são imperceptíveis no local.

Impacte Ambiental

No ano de 2010 foram emitidas as Declarações de Impacte Ambiental (DIA) dos projectos “Modernização da linha do Norte – Troço Ovar/Vila Nova de Gaia” e “Ligação Desnívelada da Linha de Cascais e do Porto de Lisboa à Linha de Cintura”.

Monitorização Ambiental

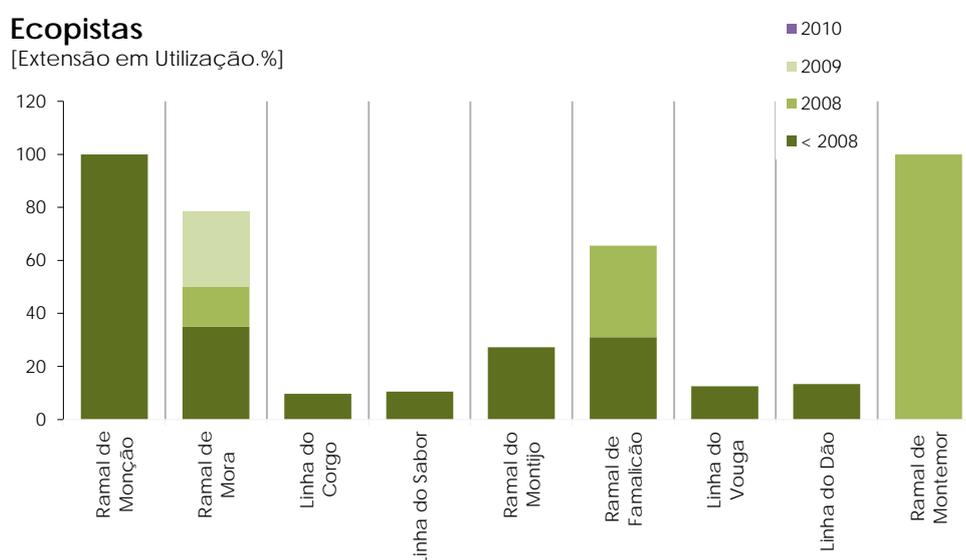
No âmbito dos procedimentos de Avaliação de Impacte ambiental (AIA) a REFER, no ano de 2010, procedeu à monitorização ambiental de diferentes aspectos ambientais, quer na fase de construção quer na fase de exploração, de vários empreendimentos.

Fase de construção	
Metro do Mondego - Ramal da Lousã.	- Monitorização dos Recursos Hídricos superficiais e subterráneos. - Monitorização do Ruído.
Troço Castelo Branco/Covilhã, linha da Beira Baixa.	- Monitorização do Ruído.
Troço Bombel e Vidigal/Évora, linhas do Alentejo e Évora	- Monitorização do Ruído.
Estações de S. Pedro e S. João do Estoril.	- Monitorização do Ruído.
Intervenção nas linhas do Norte e Cintura para compatibilização com a rede de Alta Velocidade.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização de Vibrações.
Passagens desniveladas aos km 299+100 e 311+033, linha do Norte.	- Monitorização do Ruído.
Passagem desnivelada ao km 50+420 e 311+033, linha do Douro.	- Monitorização do Ruído.
Variante da Trofa, linha do Minho.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização de Vibrações. - Monitorização dos Recursos Hídricos Subterráneos e Superficiais.
Beneficiação de túneis na linha do Minho.	- Monitorização do Ruído.
Passagem desnivelada de Vila Velha de Rodão, linha da Beira Baixa.	- Monitorização do Ruído.
Empreitada de Renovação Integral de Via entre o PK 178+400 ao 188+500, Linha da Beira Baixa.	- Monitorização do Ruído.
Reabilitação e Reforço do túnel do Sabugal, Linha da Beira Baixa.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais.
Regularização da Ribeira de Aveiras, Subtroço 1.2/1.3 – Azambuja / Vale de Santarém, Linha do Norte.	- Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais.
Reabilitação da Via entre os Km 70+450 e o 105+100, Subtroço 1.3, Linha do Norte.	- Monitorização do Ruído.
Construção do Túnel Aigualva, linha de Sintra.	- Monitorização do Ruído.
Quadruplicação da via férrea entre os PK's 13,750 e 18,250 e remodelação das estações de Barcarena e Cacém, Linha de Sintra.	- Monitorização do Ruído. - Monitorização de vibrações.
Fase de exploração	
Troço Braço de Prata/Alhandra, Linha do Norte.	- Monitorização do aspecto ambiental Ruído
Troço Entroncamento/Albergaria-dos-Doze, Linha do Norte.	- Monitorização do aspecto ambiental Ruído
Troço Quintans/Ovar, Linha do Norte.	- Monitorização do aspecto ambiental Ruído

Recuperação Ambiental

Reabilitação do Património Desactivado

A extensão da rede de ecopistas em funcionamento é de 135 km, mantendo-se assim a rede de ecopistas concluída em 2009. No ano de 2010 foram praticamente concluídas, as intervenções nos concelhos de Amarante, Santa Comba Dão, Tondela e Viseu. No primeiro, numa extensão de 12km - Ecopista do Tâmega - e nos três últimos - Ecopista do Dão - com 49km.



Projectos de Medidas Compensatórias

Como medida compensatória, por motivo do abate de sobreiros e azinheiras, associada às acções de manutenção ou investimento, a REFER em 2009 assumiu o compromisso de reflorestar um total de cerca de 75ha.

Durante o ano de 2010 foram preparados e lançados os concursos para efectuar as plantações previstas em Sines (na Herdade da Bêbada e do Pinheiro Manso), assim como, em Penamacor (na Mata Nacional da Quinta da Nogueira). As duas áreas somadas perfazem um total de cerca de 81 ha, o que permite à REFE possuir uma reserva, que poderá ser utilizada para outros projectos onde o abate de sobreiros não seja passível de ser evitado.

Ambos os processos estavam em condição de ser executados no Inverno do ano de 2010/2011, tendo-se iniciado, ainda em 2010, os trabalhos preparatórios para o efeito em Sines.



Trabalhos preparatórios à Plantação na Herdade da Bêbada e do Pinheiro Manso em Sines

Paisagem

As orientações estabelecidas nesta vertente foram devidamente asseguradas em Empreitadas de estabilização de taludes/execução de estruturas de contenção, respeitando os princípios paisagísticos (ecológicos funcionais e estéticos), de forma a garantir a sua integração na paisagem, conforme é patente nas fotografias da conclusão da Empreitada de estabilização de talude no km 142+500, da Linha do Douro. A salvaguarda da concretização desta acção foi acautelada durante a execução da Obra e acompanhada na fase de conclusão.



Fotografia 1 – Revestimento das estruturas de betão.



Fotografia 1 – Aspecto geral da conclusão da Obra.

Acompanhamento Ambiental na área da manutenção/exploração

No seguimento da estratégia delineada em 2009, consolidou-se em 2010 o acompanhamento efectivo da área de manutenção, garantindo o cumprimento dos requisitos ambientais estabelecidos nos respectivos cadernos de encargos e nos Sistemas de Gestão Ambiental implementados, quando aplicável.

Foram realizadas 9 auditorias de Ambiente, devidamente calendarizadas e planeadas, ocupando um total de 12 dias, permitindo avaliar a conformidade legal e contratual.

Sendo este um processo evolutivo e tendo como objectivo principal que todos os contratos sejam fiscalizados e todos os contratos tenham o respectivo fecho contratual para garantia do cumprimento legal e contratual, procura-se actuar em 3 linhas:

- Fiscalização dos contratos globais das Unidades de Manutenção, em articulação com cada Unidade e com cada interlocutor de Ambiente;
- Fiscalização de empreitadas, em articulação com cada Unidade de Manutenção/ DGEI.

Paralelamente são encetadas as seguintes acções:

- Programação anual de auditorias de Ambiente às Prestações de Serviço;
- Programação de auditorias de Ambiente para Empreitadas com duração superior a 6 meses e quando a natureza dos trabalhos assim o justifique.

Auditorias de Ambiente realizadas, em 2010

Designação da Prestação de Serviços/ Empreitada	Prestador de Serviços/ Empreiteiro	Órgão REFER afecto ao contrato
Manutenção de Infra-estrutura Ferroviária na Área Metropolitana de Lisboa	Ferrovias / Mota-Engil / Visabeira	UOC
Manutenção de via na Linha do Oeste/ Beira Alta	Somafel	UOC
Manutenção – ZOC Sul – 3.º adicional	Somague/Neopul/EIP	UOS
Empreitada "Linha do Norte – Conservação da Superestrutura de Via: Válega – Gaia (2.ª fase)"	Fergrupo	UON
Empreitada de Estabilização do talude ao KM 142+500 - Linha do Douro	Ofm	DGEI/ UON

No ano de 2010 foram fiscalizadas na vertente de ambiente as Empreitadas e Prestações de serviços, apresentando nos quadros seguintes as mais relevantes.

Empreitadas com Fiscalização de Ambiente, em 2010

Designação da Empreitada	Empreiteiro	Órgão REFER afecto ao contrato
Empreitada de Protecção anticorrosiva da Ponte do rio Lima.	Montaco	DGEI - Pontes
Empreitada de Substituição do Pontão de Foz dos Claros.	Tecnovia	DGEI - Pontes
Empreitada de Estabilização do Talude ao km 142, da Linha do Douro	Ofm	DGEI – Geotecnia/ UON
Empreitada de Conservação da Superestrutura de Via - 2.ª Fase - Válega - Gaia	Fergrupo	UON
Empreitada de Reabilitação da Linha do Leste	Fergrupo	UOC
Empreitada de Substituição de Travessas de madeira por bibloco no troço Tunes a Lagos	Neopul	UOS
Empreitada de Substituição de Travessas de madeira por bibloco no troço Faro-VRSA	Neopul	UOS
Ramal de Neves Corvo – Reposição e Estabilização de Talude aos km 14,000 a 14,200	Tecnovia	UOS
Empreitada do Retorno de Tracção - RCT + TP na zona suburbana do Porto	Dimetronic	DGEI

Prestações de Serviço com Fiscalização de Ambiente, em 2010

Designação da Prestação de Serviços	Prestador de serviços	Órgão REFER afecto ao contrato
Manutenção Integral da Sinalização nos Troços com Tecnologia ESTW e PIPC.	Thales	DGEI
Manutenção Integral da Sinalização nos Troços de Tecnologia SSI.	Dimetronic	DGEI
Manutenção de Elevadores e Escadas Rolantes	Schmitt	DGEI
Manutenção das Instalações Eléctricas da Energia de Tracção.	Ensulmeci	DGEI
Manutenção e Reparação de Avarias de Passagens de Nível Automatizadas e Sinalização Mecânica de Estações.	Efacec	DGEI
Manutenção de Via, Catenária, Construção Civil e Baixa Tensão.	Ferrovias / Mota-Engil / Visabeira	UOC
Manutenção de Via, Catenária, Construção Civil e Baixa Tensão.	Somague/Neopul/EIP	UOS
Manutenção geral de Via na Linha do Oeste e Beira Alta.	Somafel	UOC
Controlo de Vegetação e Limpeza dos Órgãos Hidráulicos.	Fernandes e Remelhe & Maranhão	UOC
Automatização de 52 passagens de nível com meias barreiras, na Linha do Vouga	Alstom	DGEI

Partindo desta conjuntura o resultado que se procura atingir, é o alargamento do apoio em consonância com os objectivos centrais, definindo metodologias consistentes de acompanhamento ambiental.

Diagnóstico Ambiental na área da manutenção/ exploração

Desde que se iniciou em 2007 o diagnóstico ambiental às Unidades Operacionais (UO), tem-se constatado uma melhoria de comunicação e de articulação entre órgãos. Mediante a estratégia estabelecida verifica-se um acréscimo de solicitações, crescendo a óptica de que o Ambiente é parte integrante das actividades da empresa.

Neste seguimento, o apoio realizado à área da manutenção, motivado pelos interlocutores existentes em cada UO (a UO do Sul integra um Responsável Operacional de Ambiente, formado internamente pela Direcção de Ambiente e Qualidade sendo que nas demais o apoio é prestado directamente pela Direcção central) assegura a necessária confiança técnica, permitindo a implementação de diferentes acções e motivando a melhoria de desempenho.

Foram realizadas formações específicas de Legislação de Ambiente, percorrendo as três UO e ocupando 4 dias. Acrescenta-se que no âmbito das alterações aos documentos concursais foram realizadas 7 acções de reciclagem, na vertente de Ambiente, abrangendo diferentes públicos-alvo, decorrendo durante os meses de Outubro e Novembro de 2010 e integradas na formação em Contratação Pública.

Emissões, efluentes e resíduos

Emissões

A emissão de CO₂ associada ao consumo directo de electricidade, com base no factor de emissão caracterizador do Sistema Eléctrico Nacional, foi de 26 mil toneladas de CO₂ equivalente no ano de 2010, cerca de 8% inferior ao valor registado em 2009. De destacar ainda o novo contrato de aquisição de energia pela REFER, que se espera poder vir a ter uma repercussão relevante em termos de emissões, atento à maior incorporação de energias renováveis pelo fornecedor seleccionado para os principais contratos.

No ano de 2010, o ganho ambiental associado à melhoria global do desempenho da rede em locais bem definidos (reduzindo o tempo de viagem na ligação a Lisboa por via da Linha do Sul e eliminando os constrangimentos sentidos na Linha do Minho à passagem pela Trofa) foi acrescido com a entrada em funcionamento da Variante da Trofa e Variante de Alcácer. Complementarmente, devido à entrada ao serviço da ligação ferroviária ao porto de Aveiro, ainda que não electrificada, assiste-se a um ganho ambiental indirecto, pela transferência modal do transporte de mercadorias do modo rodoviário para o ferroviário.

Efluentes

A produção de efluentes de origem doméstica, no ano de 2010 manteve-se sensivelmente igual à do ano de 2009 apresentado o valor de cerca de 52 mil m³.

Resíduos

Face aos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores para a implementação da estratégia proposta no Plano de Gestão de Resíduos (PGR), foi possível desenvolver, durante o ano de 2010, os seguintes projectos de valorização:

- Valorização energética de resíduos de madeira - Durante o ano de 2010 a REFER enviou para valorização energética, nas instalações da SECIL em Outão, cerca

de 4.000 toneladas de resíduos de travessas de madeira existentes no Complexo Logístico do Entroncamento.

A adopção desta solução, em detrimento do envio para aterro de resíduos perigosos (solução adoptada no passado) permitiu diminuir o consumo de petróleo (combustível usado nas cimenteiras) em cerca de 2.000 toneladas.

Com esta operação ficou concluída a remoção de travessas de madeira do Entroncamento, um desiderato sistematicamente prosseguido na estratégia de gestão de espaços e daquela acumulação histórica de resíduos.

Com a implementação de redes de recolha selectiva, quer ao nível das actividades de manutenção (óleos usados, massas lubrificantes, acumuladores) quer das instalações sociais (zonas administrativas onde operam os serviços da REFER) foi possível assegurar o correcto encaminhamento destes resíduos.

A nível dos resíduos da actividade administrativa merece especial destaque o protocolo de cedência dos consumíveis informáticos firmado com a AMI – Assistência Médica Internacional, que para além de garantir um destino adequado tinteiros e toner, promovendo-se a sua reutilização, permitiu uma valorização económica para a Fundação AMI importante na sua campanha de angariação de fundos para prossecução das suas campanhas de apoio Humanitário.

Ruído

O ruído produzido pela actividade ferroviária constitui um dos maiores desafios ambientais que a REFER enfrenta. Esta realidade tem vindo a assumir contornos cada vez mais claros à medida que se tem consolidado o trabalho desenvolvido na área do ambiente na empresa.

Durante o ano de 2010 foram apresentadas 26 reclamações relacionadas com o ruído gerado pela actividade da responsabilidade da REFER.

Número de Reclamações

2005	2006	2007	2008	2009	2010
29	27	19	23	24	26

A Directiva 2002/49/CE, de 25 de Junho, transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, prevê a produção de mapas estratégicos de ruído para as Grandes Infra-estruturas de Transporte Ferroviário em duas fases. Na

primeira, para os troços de via-férrea com mais de 60 000 comboios por ano e, na segunda, para os troços de via-férrea com mais de 30 000 comboios por ano.

A REFER elaborou todos os Mapas Estratégicos de Ruído correspondentes à primeira fase, tendo os mesmos sido apresentados à Agência Portuguesa do Ambiente até Agosto de 2008 e, entretanto, aprovados. Para além destes, a REFER tem em elaboração os mapas estratégicos de ruído correspondentes à segunda fase, tendo sido concluídos os relativos aos troços Entroncamento – Albergaria-dos-Doze e Quintans – Ovar, ambos na Linha do Norte.

A REFER foi a primeira entidade gestora de uma infra-estrutura de transporte em Portugal a concluir e ter aprovado um Mapa Estratégico de Ruído, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 17 de Julho, designadamente, o da Linha de Cascais em 2006.

Foi desenvolvido em 2010, grande parte do trabalho que sustenta o que se designa como o Plano de Redução de Ruído das Linhas com mais de 60.000 comboios por ano. Esse trabalho permitirá à REFER:

1. entender o esforço que será necessário despendido para que se consiga cumprir com os requisitos legais em matéria de ruído;
2. fomentar a concertação de uma estratégia para endereçar este assunto que carece da intervenção dos demais responsáveis nesta matéria, assim como dos recursos associados;
3. estruturar uma disciplina de acção e uma actuação com critério.

GIF 60k (linha)	Cartografia 3D	Mapa de Ruído
Cascais	Concluída	Concluído
Sintra	Concluída	Concluído
Cintura	Concluída	Concluído
Norte (até Azambuja)	Concluída	Concluído
Minho (até Ermesinde)	Concluída	Concluído

GIF 30k (linha)	Cartografia 3D	Mapa de Ruído
Norte (Entroncamento – Albergaria-dos-Doze)	Concluída	Concluído
Norte (Quintans – Ovar)	Concluída	Concluído
Sul (Ponte de Santana – Setúbal)	2011	2012
Oeste (Bifurcação de Meleças – Meleças)	2011	2012

A análise e discussão sobre o referido plano constitui, num primeiro momento, a base essencial para viabilizar a consolidação, em momento oportuno, dos planos de acção por linha.

No domínio da acção da REFER, destaca-se que a modernização das vias constitui acção imprescindível para que as demais medidas surtam efeito, sendo esta a medida de redução na fonte, por excelência, ao nível da infra-estrutura, que deverá ser acompanhada por igual acção no material circulante.

Para além das conhecidas, e por vezes contestadas, barreiras acústicas, a REFER tem em estudo outras medidas de redução de ruído que poderão ser aplicadas, depois de comprovado o seu efeito e depois de devidamente homologadas. Tais medidas compreendem, entre as mais significativas:

- Instalação de Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril (Rail Dampers);
- Lubrificadores Fixos de Via;
- Esmerilagem Acústica;
- Revestimentos Absorventes para muros de betão;
- Barreiras Acústicas (inclinadas ou curvas), com maior superfície transparente.

Por último, mas não menos importante, é de referir que, desde a publicação do primeiro Regulamento Geral do Ruído (em 1987) ficou explícita a necessidade de se promover uma nova dinâmica à gestão do território em torno de infra-estruturas vitais, como o são as principais artérias de comunicação nas áreas metropolitanas e principais cidades. Desde essa data, que se torna evidente o desígnio de estancar a ocupação, por usos sensíveis, do espaço contíguo a estes canais, que no caso da infra-estrutura ferroviária conhecida, se encontram implantados no território há mais de um século. Só esta acção partilhada permitirá um efeito efectivo neste desiderato.

Medidas de Redução do Ruído

[Medidas implementadas pela REFER à data de 31.12.2009]

	Executado	Em estudo/ proposta
Electrificação da rede	61% da rede com tráfego	
	100% das grandes infra-estruturas de transporte ferroviário (GIF)	
Via com barra longa soldada (BLS)	72% da rede com tráfego	
	83% das GIF	
Utilização de Material Circulante pouco ruidoso	Parcialmente em 121 km	111 km
(Esta medida é da responsabilidade exclusiva dos operadores ferroviários)	24% das GIF	111 km em GIF
Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril	0 km	19,8 km
	0 km em GIF	19,8 km em GIF
Lubrificadores Fixos de Via em curvas de raio reduzido	1 unidade	23 unidades
Esmerilagem Acústica	0 km	23,6 km
Barreiras acústicas	61 km	(*)
	46 km em GIF	

(*) Neste momento está em estudo a aplicação de medidas de redução de ruído em 123 km de via-férrea (123 km em GIF). Tais medidas incluem qualquer uma das indicadas neste quadro e não apenas barreiras acústicas.

Valorização das acções de carácter ambiental

Seguidamente apresentam-se alguns valores de custos associados a acções da REFER, de carácter ambiental.

Área	Acção	Ano	Custo (€)
Ruído	Medidas de Redução de Ruído	(*)	(*)
		2008	11 000
	Protocolo estabelecido com o centro de Análise e Processamento de Sinais do Instituto Superior Técnico (Diversos)	2009	11 000
		2010	11 000
	Cartografia Digital da Linha do Minho (Porto S. Bento/Ermesinde)	2008	23 463
	Mapa de Ruído da Linha do Norte (Lisboa Sta. Apolónia/Azambuja)	2008	49 300
	Cartografia Digital da Linha do Norte (Entroncamento/Albergaria-dos-Doze)	2009	45 200
	Cartografia Digital da Linha do Norte (Quintans/Ovar)	2009	35 462
	Monitorização de Ruído em fase de Pós-Avaliação	2009	1 499
	Mapa de Ruído da Linha do Norte (Quintans/Ovar)	2010	48 000
	Mapa de Ruído da Linha do Norte (Entroncamento/Albergaria-dos-Doze)	2010	48 000
	Plano de Redução de Ruído da Linha de Cascais	2010	6 700
	Plano de Redução de Ruído da Linha do Norte (Quintans/Ovar)	2010	48 500
Plano de Redução de Ruído da Linha do Norte (Entroncamento/Albergaria-dos-Doze)	2010	49 000	

(*) Neste momento está em curso a avaliação global do custo total das medidas de redução de ruído pelo que o indicador de custo de barreiras acústicas, instaladas e a instalar, foi transitoriamente descontinuado.

Área	Acção	Ano	Custo (€)
Resíduos	Gestão de resíduos	2008	57 213
		2009	313 275
		2010	198 014
	Análises de resíduos para determinação da admissibilidade em aterro e seu grau de contaminação	2009	3 655
		2008	2 358
	Implementação do sistema de recolha selectiva de resíduos de papel/cartão	2009	1 278
		2010	980
		2008	
	Protocolo com o Centro para a Valorização de Resíduos (CVR) da Universidade do Minho	2008	
		2009	2 000

Área	Acção	Ano	Custo (€)
Avaliação Ambiental	Estudos de impacte ambiental e relatórios de conformidade ambiental do projecto de execução	2008	252 868
		2009	343 402
		2010	
	Monitorização ambiental da linha de Évora	2008	980
	Monitorização ambiental das linhas do Minho, Beira Baixa Sul e Évora e ramal de Braga	2009	9 990
	Monitorização ambiental da Ligação ferroviária ao porto de Aveiro	2009	5 000
		2010	6 456

Área	Acção	Ano	Custo (€)
Património	Protocolo estabelecido com a Universidade de Évora	2008	10 000
		2009	30 000
		2010	20 000

Área	Acção	Ano	Custo (€)
Biodiversidade	Assessoria	2008	32 000
		2009	20 000
		2010	8 000
	Instalação de dissuasores e plataformas para ninhos de cegonhas	2008	15 140
		2009	104 100
	Recuperação Ecológica de Salina no Vale do Sado	2010	18 528
		2008	70 000

Listagem de Todos os Indicadores

Código GRI	Desempenho Económico REFER	Página
Indicadores Económicos		
	Total do Activo	IV33
	Resultados Operacionais	IV5; IV33; IV34; IV35
	Resultados Líquidos	IV34; IV36
EC1	Volume de Negócios	IV34
	Volume de investimento	IV5; IV32
Accionistas		
	Cobertura do Investimento pelos diversos subsídios	IV33
Colaboradores		
	Estrutura de Gastos com Pessoal, nomeadamente remunerações, encargos sociais	IV5; IV44 até IV57
Fornecedores		
	Estrutura de conta de custos 62, nomeadamente peso dos subcontratos	IV40
Clientes		
	Prestação de Serviços (Tarifa de Utilização)	IV5; IV41; IV42; IV43; IV44
	Capacidade disponível da rede	IV41; IV42
	Valores dos Investimentos e conservação destinados a estações e interfaces	nd

Código GRI	Desempenho Social REFER	Página
Emprego		
LA1	Número colaboradores por Qualificação	IV47
LA1	Número de colaboradores por região NUT II	IV49
LA12	Benefícios dos colaboradores, para além dos legalmente previstos;	IV55
Trabalho e Relações Laborais		
LA3	Taxa de Sindicalização	IV49; IV50
Saúde e Segurança		
LA9	Horas de Formação Média Anual	IV53; IV54; IV55
LA9	Número de formandos	IV54
LA9	Custos com formação / Custos com pessoal	IV54
	Quadros com formação complementar em gestão	IV55
Comunidade		
	Índice de sinistralidade em PNs	IV22; IV23
	Investimentos na supressão e reconversão de PNs	IV22; IV23
	Número de PNs suprimidas	IV22; IV23
	Custos com donativos e patrocínios	IV7
Diversidade e Oportunidade		
LA11	Rácio Homem/Mulher na empresa,	IV56; IV57
LA11	Rácio Homem/Mulher nos cargos de chefia	IV56; IV57
	Estrutura etária	IV5; IV46
	Gráfico Antiguidade	IV46

Código GRI	Desempenho Ambiental REFER	Página
Materiais		
EN1	ton balastro; km e ton carril; nº e ton travessas (madeira, bloco e betão); kg de produto de deservagem e suas características; Origem dos Materiais.	IV58 - IV60
Energia		
EN3	Joule de electricidade comprada; Joule de comb fósseis, diesel, consumidos.	IV60 - IV61
Água		
EN5	Custo associado ao consumo total de água	IV61
Biodiversidade		
EN6	Quantificação do domínio ferroviário afecto a áreas protegidas; Indicação de medidas de minimização.	IV61
EN7	Indicação dos impactes: Sobre áreas protegidas; Quantificação, se possível em %, das áreas impermeabilizadas.	IV62 - IV70
EN27	Indicação das medidas implementadas para: Recolha de resíduos abandonados; Reabilitação de troços sem tráfego; Reflorestação de áreas intervencionadas (Proj. Int. Paisagística).	IV62 - IV70
Emissões, efluentes e resíduos		
EN11	ton de resíduos por tipo e origem; Fracção de recicláveis face ao total; Indicação dos destinos.	
EN30	ton de subs e ton _{eq} CO2 provenientes dos operadores, relação com a electrificação das linhas.	IV70 - IV71
EN31	Quantificação dos resíduos considerados perigosos.	
Fornecedores		
EN33	Indicação das medidas implementadas.	IV72
Ruído		
AM1	Indicação das medidas implementadas em obra (investimento/conservação) para a minimização do ruído; Indicação do ruído proveniente da circulação de composições e medidas implementadas pela REFER, EP com vista à minimização de impactes; Nº total de pessoas potencialmente afectadas por níveis de ruído > 55dB(A); Nº de metros lineares de via com barra longa soldada; Nº de metros lineares de barreiras acústicas instaladas e em projecto; Nº de metros lineares de via electrificada.	IV71 - IV74
Total		
EN35	Custo das barreiras acústicas;	IV73

Quadro Compromisso com Metas a Atingir a Médio/Longo Prazo

	Objectivos	Metas para 2011
Social	Aumentar a produtividade da Organização	Incentivar o acréscimo do factor trabalho
	Promover a Qualificação e Valorização dos RH's da Empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as políticas internas e iniciativas no âmbito do desenvolvimento profissional dos colaboradores, de forma a garantir a disponibilidade e adequação das competências internas face às necessidades operacionais e de desenvolvimento da Empresa; • Prosseguir a meta já definida, de incrementar a qualidade e adequabilidade da formação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais relativos ao nº de horas/colaborador;
	Adequar o Efectivo às necessidades do Negócio	Criar condições para reconversão de trabalhadores excedentários; Negociar rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo.
Ambiente	Desenvolver e Implementar o Sistema de Gestão Ambiental da REFER	Prosseguir com o desenvolvimento da rede interna de competências em ambiente. Implementar o plano de auditorias.
	Implementar os Planos de Monitorização Ambiental decorrentes dos projectos de investimento da REFER.	Implementação dos seguintes planos de monitorização: Linhas do Minho, Beira Baixa, Sul e ramal de Braga -Ruído Linha de Évora, ligação ao porto de Aveiro, Variante de Alcácer – Fauna/Flora
	Fomentar a protecção acústica* dos receptores significativamente** afectados pelo ruído decorrente da circulação ferroviária. * Considera-se garantida a protecção acústica dos receptores se forem cumpridos os limiares legislados, ou, ainda que não cumprindo esses mesmos limiares, se forem implementadas as medidas concertadas com os órgãos representativos das populações. ** Consideram-se significativamente afectados os receptores sujeitos a níveis de ruído superiores aos limiares legislados para zonas mistas (critério este passível de ser revisto em	Apresentar a avaliação global do esforço a efectuar para mitigar os impactos do ruído nas vias-férreas com mais de 60 000 comboios por ano, numa perspectiva de custo-benefício, fomentando a concertação de uma acção neste Prosseguir com a elaboração dos Planos de Redução das vias-férreas com mais de 60 000 comboios por ano (extensão: 123 km), em particular das linhas de Cascais, Sintra, e do Norte (entre Quintans e Ovar e entre Proceder aos estudos preparatórios para a execução de ensaios com o intuito de caminhar para a viabilidade de aplicação dos Amortecedores Sintonizados de Vibração do Carril, da Esmerilagem Acústica e de Barreiras Acústicas integradas social e paisagisticamente.
	Eliminar a dispersão de resíduos fora da rede de locais de concentração estabelecidos.	Alargar a rede de recolha selectiva de resíduos da REFER: - rede de acumuladores de chumbo; - rede de recolha de massas lubrificantes. - centros e triagem de resíduos nos centros de manutenção.
	Fomentar a implementação de projectos de medidas de minimização ou compensatórias dos impactos ambientais.	Fomentar a continuidade do processo de gestão de resíduos no Entroncamento Identificar possíveis parcerias para a implementação do projecto de reabilitação ecológica da Salina no Sado (inscrita na iniciativa B&B); Prosseguir com a implementação do projecto de Promoção da floresta autóctone (inscrita na iniciativa B&B); Implementar os projectos de compensação de sobreiros nas zonas de Sines, Penamacor e Trofa.

	Objectivos	Metas para 2011
Segurança	Aumentar os níveis de Segurança da rede	Executar o Plano de Investimentos; Executar o Plano de Manutenção; Implementar o Sistema de Detecção de queda de blocos; Implementar o Sistema de Gestão de Segurança; Execução do Plano de Supressão e Reclassificação de PN.
	Segurança Ferroviária	Elaborar Plano Plurianual de supressões e reclassificações; Monitorizar o cumprimento do Plano Anual; Estabelecer parcerias com entidades externas materializadas por protocolos, fazendo o seu acompanhamento e monitorização; Identificar factores de risco e promover o desenvolvimento de acções que visem a sua mitigação; Gerir o cadastro das PN e regularizar os contratos das PN particulares; Promover campanhas de educação e sensibilização.

	Objectivos	Metas para 2011
Económico	Reduzir os Gastos em Serviços Partilhados	Desenvolver as acções propostas no âmbito do Plano para a Eficiência Energética na REFER; Desenvolver acções de sensibilização e alertas no sentido da redução de custos com a frota automóvel e comunicações fixas; ...
	Manter o tempo médio de imobilização de stocks	Gerir eficientemente os stocks através de um planeamento integrado entre a programação das obras e respectivos materiais
	Reduzir o número de dias do prazo médio de pagamentos	Reduzir para 36 dias o prazo médio de pagamentos aos fornecedores
	Reduzir o número de dias do prazo médio de recebimentos	Reduzir para 60 dias o prazo médio de recebimento dos clientes
	Adequar o perfil temporal da dívida financeira à maturidade dos activos	

Glossário

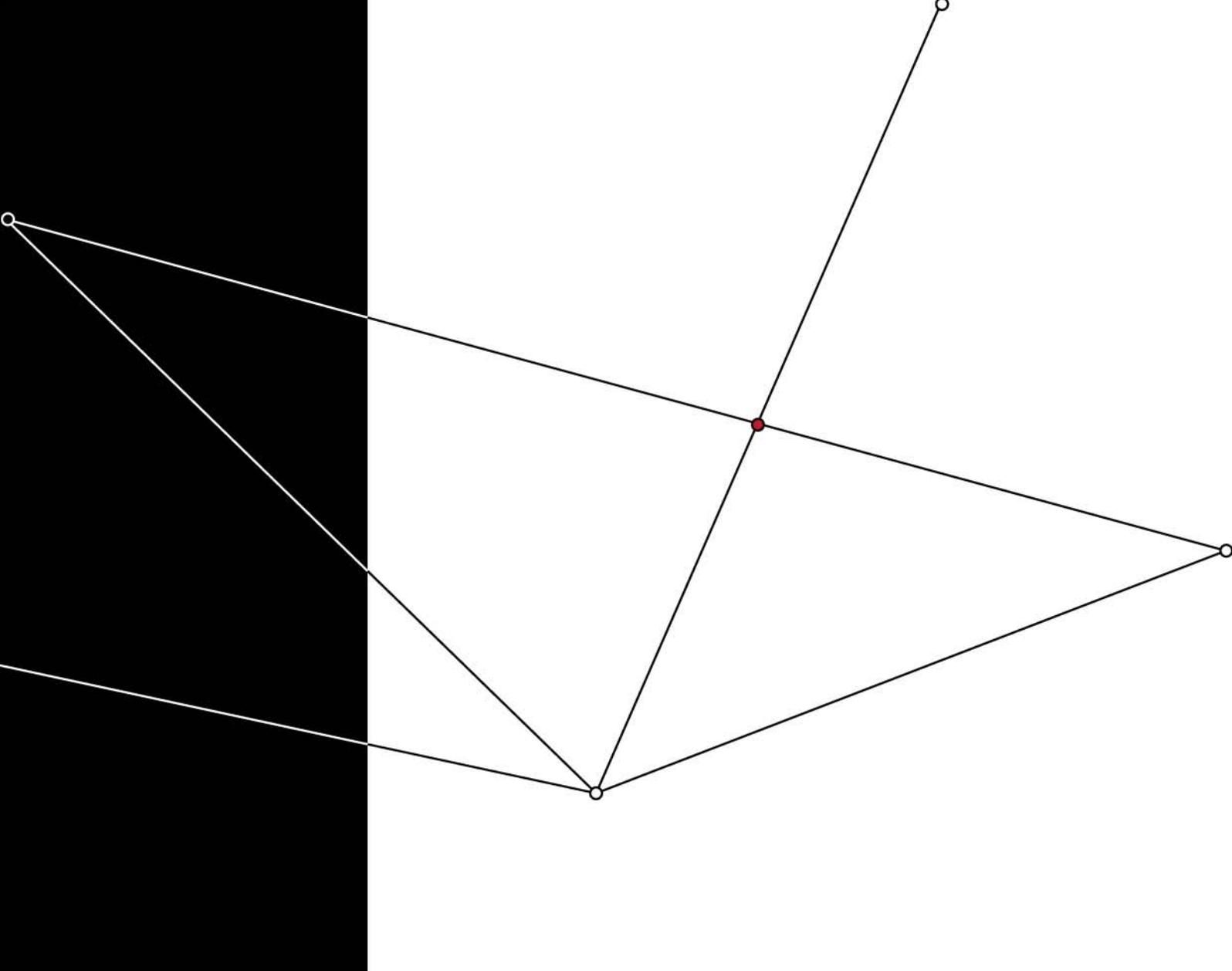
Balastro	Material de granulometria seleccionada destinado a suportar e encastrar as travessas, a distribuir as cargas transmitidas pelas travessas à plataforma, a conferir elasticidade à via e a facilitar a drenagem. Quanto à sua natureza pode ser saibro de grão grosso, brita de rocha calcária e brita de rocha dura, dividindo-se quanto às dimensões em normal (de 25 a 50 mm) e fino (de 16 e 31.5 mm) que se destina a ser utilizado no nivelamento.
Barreira acústica	Painel disposto em série ao longo da via-férrea e de ambos os lados, em zonas onde se torne necessário proteger o meio ambiente da agressividade sonora das circulações
BLS	Abreviatura de Barra Longa Soldada: carril soldado, com um comprimento indefinido, em que exista uma zona central, de extensão variável com o tipo de fixação às travessas, em que as tensões internas atingem o seu valor máximo e os movimentos estão impedidos.
Cadeia de valor	Modelo de gestão que permite determinar o valor, que cada elemento ou segmento da cadeia acrescenta ao produto, que vai evoluindo através dessa mesma cadeia
CAE	Código de Actividade Empresarial
Capital estatutário	Montante de capital fixado nos estatutos da empresa
CH4	Metano
Ck	Abreviatura de comboio-quilómetro, unidade de prestação de exploração ferroviária, correspondente ao deslocamento de 1 comboio na distância de 1 Km. O seu custo depende das características quer da linha quer do comboio em causa
CO2	Dióxido de carbono
“Contratualização Global” (Outsourcing)	Contratação de especialistas externos à empresa para a realização de algumas funções da empresa, proporcionando um desempenho mais eficaz e com custos inferiores
CONVEL	Abreviatura de Controlo Automático de Velocidade. Sistema de protecção de comboios que, através de circuitos ressonantes indutivos colocados na via e de equipamentos de bordo correspondentes, verifica de modo pontual se as velocidades são cumpridas, se as frenagens são efectuadas e se os sinais de paragem são respeitados. Em caso de anomalia, o sistema desencadeia a aplicação automática dos freios, auxiliando assim os maquinistas no exercício das suas funções, impedindo que a velocidade dos comboios ultrapasse certos valores impostos pelas condições de segurança
Core business	Negócio principal de uma empresa
dB(A)	Decibel malha ponderada A

Deservagem	Tratamento preventivo, realizado periodicamente com recurso a equipamento adequado para eliminar a vegetação daninha que prolifera no balastro e nos passeios da via
Domínio Público Ferroviário	Bens de domínio público afectos ao funcionamento e à exploração do serviço público ferroviário
Ecopista	Rota de passeio não motorizado para lazer e contacto com a natureza, resultante do aproveitamento de corredores ferroviários desactivados
Família de comboios	Designação dada ao grupo de comboios com o mesmo itinerário de circulação, ou seja com idênticos tempos de trajecto
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo, que significa o valor dos bens duradouros adquiridos em cada ano, visando o aumento da capacidade produtiva do país
Fundos comunitários	Instrumentos financeiros de apoio comunitário
IFRS	International Financial Reporting Standards
INE	Instituto Nacional de Estatística
Infra-estrutura ferroviária	Conjunto de todas as instalações fixas respeitantes às vias principais e de serviço e às estações necessárias à circulação ferroviária, incluindo edifícios afectos ao serviço das infra-estruturas, bem como o conjunto dos elementos referidos na parte A do Anexo I Regulamento nº1108/70 /CE. DLnº270/2003 de 28 de Outubro
Intercidades	Designação da família de comboios de passageiros que ligam regularmente duas cidades
Isolador	Dispositivo isolador de material cerâmico, intercalado na "catenária" para separar a zona em tensão e que apresenta uma resistência à rotura, por tracção, de 9 toneladas
kgep	Quilograma equivalente de petróleo
kgeqCO2	Quilograma equivalente de dióxido de carbono
Linhas electrificadas	Infra-estrutura de transporte ferroviário cujas vias estão equipadas por forma a permitir a tracção eléctrica, incluindo instalações de sinalização e CONVEL e de telecomunicações
Longo curso	Forma corrente e abreviada de designar os comboios de longo curso que transportam passageiros em distâncias superiores a um dado patamar, normalmente fixado entre 50 e 100 km
Manta de balastro	Tapete de borracha ou de material sintético colocada entre o balastro e a plataforma da via, para baixar o nível de ruído propagado através da estrutura da via
Marcha	Comboio em vazio efectuado por razões de gestão do material, ou outras
Mercadorias	Composições essencialmente utilizadas para o tráfego de mercadorias

N2O	Óxido de azoto
Norma ISO 14001	Norma orientadora na implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental
Notação de rating	Classificação de entidades, em função do seu risco de crédito
Notch	Níveis de diferença entre notações de rating
NP EN ISO 9001:2000	Norma orientadora na implementação de sistemas de gestão da qualidade
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
“Pacote Ferroviário I”	Conjunto de Directivas Comunitárias que define as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário e de gestão da infra-estrutura ferroviária, promovendo a coerência na concessão de licenças a empresas ferroviárias, no acesso à infra-estrutura ferroviária e na emissão de certificados de segurança
PCB’s	Bifenilos policlorados.
Pendular	Comboio de Pendulação, também designado por “comboio basculante”, ou simplesmente “pendular”, cuja tecnologia permite a prática de velocidades superiores às do material convencional, nas curvas e sem perda de segurança, ao mesmo tempo que proporciona um maior conforto ao passageiro
PIB	Produto Interno Bruto, que significa o valor da produção dos bens e serviços produzidos no país, durante um ano
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
Plano de Gestão de Resíduos	Documento desenvolvido pela Direcção de Ambiente com a colaboração da Direcção de Aprovisionamentos e Logística, Direcção de Conservação e Manutenção e Direcção Geral de Engenharia, que após a avaliação da situação de referência equacionou as linhas de acção, orientações e objectivos estratégicos para o desenvolvimento do sistema de gestão de resíduos da REFER.
PN	Abreviatura de Passagem Nivelada ou Passagem de Nível: travessia de nível do caminho-de-ferro com uma estrada nacional ou municipal.
Rádio solo-comboio c/ transmissão de dados	Sistema de comunicações para controlo e comando de circulação, com fonia e transmissão de dados ligados ao CONVEL, estabelecido entre o maquinista e o terreno ou vice-versa.
Rádio solo-comboio s/ transmissão de dados	Sistema de comunicações em fonia, para controlo e comando de circulação, estabelecido entre o maquinista e o terreno ou vice-versa.
“rail pad”	Placa, de borracha ou de material sintético, colocada entre o chapim e a patilha do carril, para baixar o nível de ruído

	propagado através do ar e da estrutura da via
Rede complementar	A rede complementar da rede ferroviária nacional, compreende as linhas e ramais de interesse público, não incluídas na rede principal. DLnº10/90 de 17 de Março
Rede principal	A rede principal ferroviária é composta pelas linhas vocacionadas para a prestação de serviços de transportes de passageiros, nacionais e internacionais, de longo curso, grande velocidade e elevada qualidade e pelas linhas basicamente destinadas ao transporte de grandes volumes de tráfego de passageiros deslocando-se diariamente entre os locais de residência e os locais de trabalho. DL nº10/90 de 17 de Março
Regionais	Forma corrente e abreviada de designar os comboios regionais destinados a dar resposta às necessidades dos passageiros no interior de uma dada região, designadamente de uma região autónoma. DL nº10/90 de 17 de Março e nº270/2003 de 28 de Outubro
Serviço Público	Serviço de interesse público, orientado para as necessidades da população e não para o lucro
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é uma parte integrante do sistema global de gestão da organização, que inclui a estrutura funcional, as actividades de planeamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos, para desenvolver, concretizar, rever e manter a Política de Ambiente.
Suburbanos	Forma corrente e abreviada de designar os comboios suburbanos que visam satisfazer as necessidades de deslocação dentro de um município ou de uma região metropolitana de transportes. DLnº10/90 de 17 de Março
Taxa de uso	Montante a pagar por um operador ferroviário pela utilização de uma linha ou de um troço de linha
Travessa	Elemento situado transversalmente à via que faz a ligação entre o carril e o balastro. A roda actua sobre o carril, transmitindo-lhes tensões elevadas, a travessa recebe essas tensões e transmite-as, degradadas, à camada de balastro de tal forma que elas sejam compatíveis com a sua capacidade de resistência e de deformação. As travessas desempenham a função de garantir, em conjunto com as fixações, a distância entre os carris (bitola da via)
Travessa bibloco	Travessa constituída por dois blocos de betão armado (não pré-esforçado), com mesas de assentamento para os carris, e ligados por um perfil metálico (madre) que garante a bitola da via
Travessa de madeira para VL	Travessa de madeira para via larga (em que a distância entre as faces interiores da cabeça dos carris é de 1,668 metros) e com uma largura de 260 cm
Travessa de via estreita	Travessa de madeira para via métrica (em que a distância entre as faces interiores da cabeça dos carris é de 1 m), também

	denominada via estreita, e cuja largura é de 240 cm
Travessa monobloco	Travessa de via de uma só peça, fabricada em betão pré-esforçado. A compressão aplicada no pré-esforço é suficientemente elevada para que a travessa nunca sofra tracções por virtude das cargas a que é suposto vir a ser submetida. Tem um peso 50% superior ao da travessa bibloco
“undersleeper pads”	Placa de borracha ou de material sintético colocada por baixo das travessas, para baixar o nível de ruído propagado através do ar e da estrutura da via
VAB	Valor Acrescentado Bruto, que corresponde ao valor da produção de uma empresa, sector industrial ou país, menos o valor dos consumos intermédios; a soma dos VAB corresponde ao PIB
Via dupla	Infra-estrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal apresenta duas vias em que, normalmente, há um só sentido de circulação para cada via
Via estreita	Via em que a bitola, distância entre as faces interiores da cabeça dos carris, é de 1 metro. É por isso também denominada Via Métrica
Via larga	A via dita larga ou normal é a que tem uma bitola de 1668 mm, a praticada na Península Ibérica. A via larga europeia tem uma bitola de 1435 mm
Via múltipla	Infra-estrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal de Plena via apresenta mais do que duas vias em que, normalmente, há um só sentido de circulação para cada via
Via única	Infra-estrutura de transporte ferroviário cujo perfil transversal apresenta uma só via que pode ser percorrida nos dois sentidos
Volume de negócios	Quantia líquida das vendas e prestações de serviços abrangendo as indemnizações compensatórias respeitantes as actividades normais das entidades consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços.

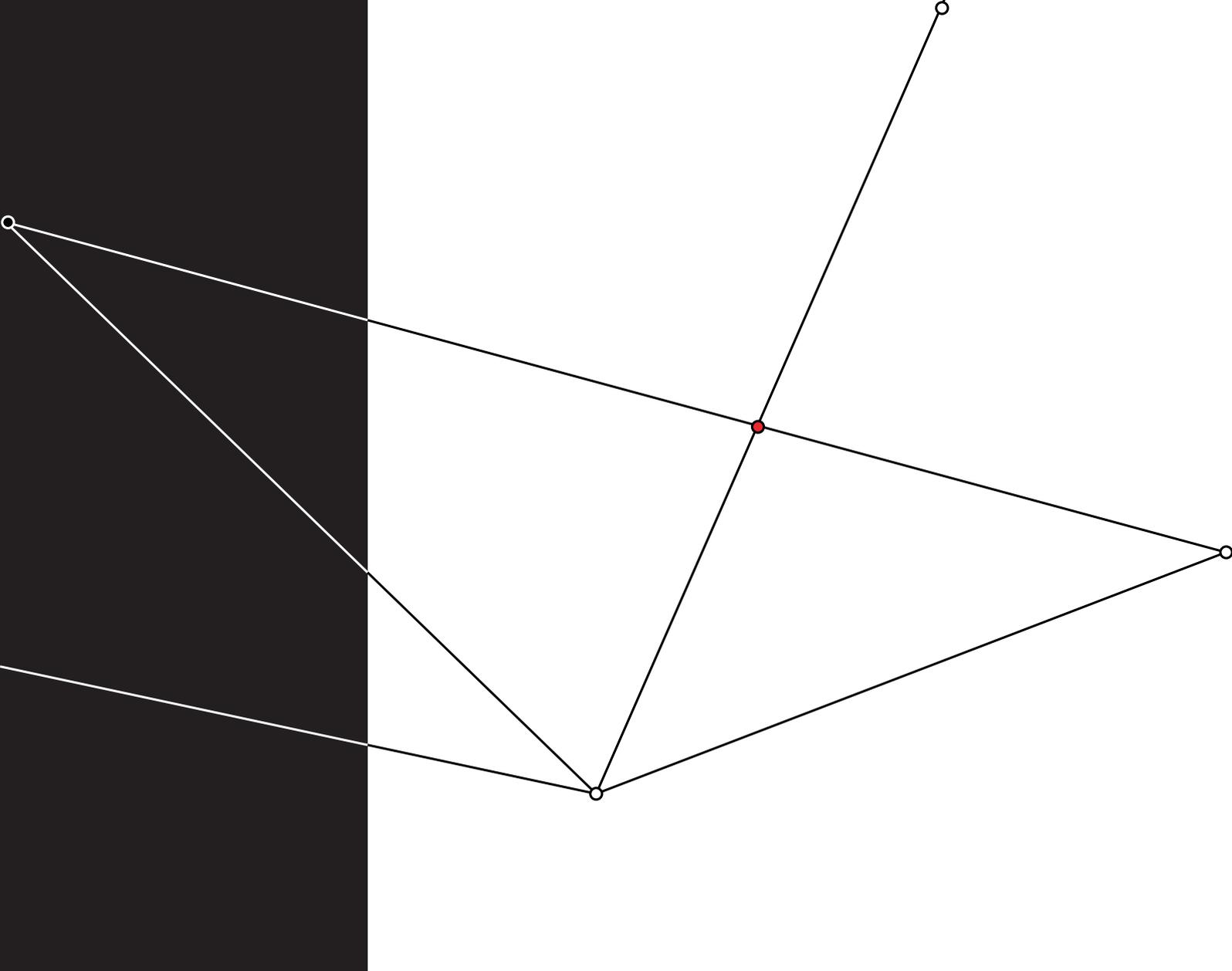


Rede Ferroviária Nacional REFER *EPE*
Direcção de Coordenação de Economia e Finanças

1100-105 LISBOA
Tel.: 211 022 000 | Fax.: 211 022 939
www.refer.pt

PARTE V | RELATÓRIO DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO





Rede Ferroviária Nacional REFER *EPE*
Direcção de Coordenação de Economia e Finanças

1100-105 LISBOA
Tel.: 211 022 000 | Fax.: 211 022 939
www.refer.pt